ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

NEORRURAIS NA APA SISTEMA CANTAREIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Por

MARIA ALEJANDRA ALCALÁ

NAZARÉ PAULISTA, 2026

ESCOLA SUPERIOR DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

NEORRURAIS NA APA SISTEMA CANTAREIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Por

MARIA ALEJANDRA ALCALÁ

COMITÊ DE ORIENTAÇÃO

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Prof Dr Gerd Sparovek

Profa. Ms. Karin Ingrid Rettl

TRABALHO FINAL APRESENTADO AO PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO REQUISITO PARCIAL À OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE

IPÊ – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS

NAZARÉ PAULISTA, 2026

Ficha Catalográfica

Alcalá, Maria Alejandra

Neorrurais na APA Sistema Cantareira: contribuições para o desenvolvimento rural sustentável, 2026. 314 pp.

Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas ecológicas

1. Neorrurais
2. Desenvolvimento rural sustentável
3. APA Sistema Cantareira

BANCA EXAMINADORA

LOCAL E DATA

_____

Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

_____

Profa. Dra. Maria José Zákia

_____

Prof. Dr. Roberto Hoffmann Palmieri

Às vidas que insistem em florescer onde, por tanto tempo, disseram não haver valor.
À chama silenciosa da vida que habita o campo,
presente nos corpos,
nas práticas,
nos caminhos
e nas escolhas de cada dia.
Uma chama que não se apaga,
porque é feita de esperança.

Que este trabalho reconheça,
honre
e dê visibilidade
àqueles que, mesmo quando não são vistos nem apoiados,
seguem semeando
e plantando suas vidas no campo.

Porque alguns poderão ceifar muitos sonhos,
derrubar florestas,
silenciar vozes
e interromper caminhos,
mas não impedirão a vida de encontrar novas formas de florescer.

Um novo tempo
que esta pesquisa teve o privilégio de ver,
ouvir
e aprender,
em cada história compartilhada,
em cada palavra lida e escutada,
e em cada vida que encontrou no caminho.

MAA

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos costumam seguir uma ordem que busca minimizar os inevitáveis esquecimentos. Mas há muitas formas de organizar a gratidão. Escolho fazê-lo a partir de três modos de compreender o tempo: Cronos, Kairós e Aión.

Na filosofia grega antiga, Cronos é o tempo sequencial e linear, aquele que pode ser medido em horas, meses ou anos. Está associado ao movimento das coisas terrenas, com começo e fim… é o tempo do relógio. Kairós, por sua vez, é o tempo da qualidade: não se mede, vive-se. Refere-se a momentos indeterminados, mas cruciais, em que algo especial acontece ou uma oportunidade se apresenta. É o tempo subjetivo, da experiência e da percepção do instante oportuno. E, por fim, Aión representa o tempo eterno, sem começo nem fim: o tempo cíclico e inesgotável, a própria vida em seu acontecer contínuo. Cronos é linear, Kairós é o instante significativo, e Aión é a eternidade.

Seguirei Cronos para lembrar que sempre gostei de estudar e pesquisar, e aqui agradecer às professoras/es e lideranças na minha história profisional que estimularam meu espírito investigativo ao longo da vida. A todas as instituições, educacionais ou profissionais, nas quais atuei. E, hoje em particular, à ESCAS, ao Instituto Ipê, e a toda a sua maravilhosa equipe de docentes e colaboradores, que não economizaram tempo, escuta, orientações e incentivo -muito Cronos e Kairós- ao longo destes vinte e quatro meses.

Faço aqui alguns destaques especiais, seguindo Kairós: à Rosângela, que bem conhece minha eterna gratidão e carinho por sua dedicação que vai além de sua função de secretária; à coordenadora Cristiana, que, além de singular professora, ofertou-me escuta e acolhida quando precisei; e ao Comitê, sempre atento, envolvido e disponível. Ao professor Ditt, pela acolhida, orientação e estímulo atentos e constantes; e uma palavra especial à professora Karin, que guiou minha trilha metodológica e deu apoio contínuo com maestria. À querida Simone Tenório, que, além de cutucar e amadrinhar meus estudos no mestrado, soube permanecer presente ao longo desse tempo, mesmo diante dos desafios que viveu e venceu nesse período. Trago também aqui a professora dra. Julieta Quirós, pesquisadora argentina dedicada ao estudo dos neorrurais, que conheci por meio das referências de um artigo científico. Dela recebi carinhosa atenção e valiosos conselhos para este trabalho. Como compatriota que muito admiro, foi generosa em sua partilha.

A todas as pessoas que fizeram parte deste percurso -gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil, produtores rurais nativos, neorrurais-, minha sincera gratidão e honra por terem compartilhado histórias, desafios e sonhos. Aos colegas do projeto Valor.ea, que entrou na minha vida no meio deste percurso de pesquisa, e muito contribuiu com a prática cotidiana do que estudo e vivencio. Eles tiveram imensa paciência com meus questionamentos da dinâmica rural, e meus sumiços para concentrar esforços na pesquisa.

Agora, chega o tempo de Aión.

É o momento de agradecer a Deusa/Deus, pela vida e por sua presença constante e vital em cada acontecimento e em cada pessoa que encontro. À minha família de origem, que, estando parte neste mundo e parte em outro, sempre apoiou e incentivou meu amor pelo conhecimento. À minha família escolhida e construída - meu marido e meus filhos: Pupin, Immi e Guido-, que são meu caminho, minha lanterna e minha brisa nesta trilha de tantos aprendizados.

Aos incontáveis amigos, colegas, clientes, conhecidos na vida rural e parceiros desta longa jornada, cuja contribuição torna impossível nomear individualmente, mas sem os quais este trabalho não seria possível.

E, ainda em Aión, não posso deixar de registrar: o presente que foi a turma de colegas com quem compartilhei estes dois anos na ESCAS. Faltam palavras para expressar a qualidade da partilha, da doação, da disponibilidade, da generosidade, da amizade, dos gestos amáveis e dos olhares atentos, ao reconhecimento e ao estímulo para cada um.

Ao Instituto IPÊ, meu agradecimento pela concessão da bolsa parcial de estudos, que tornou possível a realização deste mestrado. Mais do que viabilizar uma formação acadêmica, essa oportunidade me permitiu fortalecer conhecimentos, ampliar minha capacidade de atuação e construir bases científicas para contribuir, de forma mais qualificada, com a realidade rural da região à qual pertenço.

Minha eterna gratidão.

Ao Todo,

a Todos,

à Terra, que silenciosamente nos sustenta,

à Vida, que continuamente nos reúne e nos transforma.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS v

SUMÁRIO 1

LISTA DE QUADROS 7

LISTA DE FIGURAS 9

LISTA DE ABREVIAÇÕES 10

RESUMO 11

ABSTRACT 13

CAPÍTULO 1 15

INTRODUÇÃO - Dos motivos e decisões que definiram a trilha desta pesquisa 15

1.1 - Abertura de um caminho, em primeira pessoa 15

1.2 - Justificativa, questão central e objetivos da pesquisa 16

CAPÍTULO 2 20

METODOLOGIA - A trilha seguida 20

2.1 - Abordagem metodológica e natureza da pesquisa 20

2.2 - Estratégia da investigação 21

2.3 - Delimitação da área de estudo 23

2.4 - Sujeitos da pesquisa 24

2.5 - Métodos de coleta de dados 26

2.5.a. Pesquisa bibliográfica e documental 26

2.5.b. Entrevistas semiestruturadas 29

2.6 - Tratamento e análise dos dados 31
2.7 - Limitações da pesquisa 35
2.8 - Uso de ferramentas de Inteligência Artificial na pesquisa 37
2.9 - Síntese da arquitetura metodológica da pesquisa 38

CAPÍTULO 3 40

PERCURSO e REFERENCIAL TEÓRICO - Na busca de uma terra firme 40

3.1 - O Rural 41
3.1.a. Das diferentes abordagens e dos “rurais” que surgem deles 42
3.1.b. Temas em destaque de cada abordagem do rural. Exemplos. 44
3.2 - Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas 55
3.2.a. Desenvolvimento Sustentável 55
3.2.b. Desenvolvimento Rural 62
3.2.c. Políticas Públicas 66
3.2.c.1. Legislação Federal 67
3.2.c.2. Políticas públicas para a agricultura familiar no Estado de São Paulo 76
3.2.c.3. Políticas públicas em Joanópolis, Nazaré Paulista e Piracaia 78
3.3 - Novas ruralidades 80
3.3.a. Gentrificação rural 84
3.4 - Movimentos migratórios rural- urbano / Contraurbanização 87
3.5 - Os neorrurais ou novos rurais 91
3.5.a. História dos neorrurais no mundo 93
3.5.b. Conceitos e tipologias de neorrurais 94
3.5.c. Neorrurais e a reconfiguração das relações sociedade-natureza 105
3.5.d. Neorrural como produtor rural, e produtor rural no contexto econômico 111
3.6 - Território – APA Sistema Cantareira - Legislação - Características 114
3.6.a. O contexto das mudanças climáticas segundo o IPCC 114
3.6.b. A APA Sistema Cantareira 115

3.6.c. Caracterização territorial, socioeconômica e ambiental dos municípios estudados 126
Nazaré Paulista/ SP 126
Joanópolis SP 129
Piracaia/SP 131
3.6.d. Transformações territoriais decorrentes da implantação do Sistema Cantareira 134
3.6.e. Relevância estratégica, institucional e ambiental do território 136
3.6.f. Evidências recentes das transformações territoriais nos municípios estudados 138

CAPÍTULO 4 144

RESULTADOS - Do que encontramos em nossa pesquisa 144

4.1 - Reconhecimento social e institucional dos neorrurais 145
4.1.a. Convergências entre entrevistados 145
4.1.b. Divergências e tensões identificadas 146
4.1.c. Dados complementares para compreensão da categoria 146
4.1.d. Temas emergentes e relevantes 147
4.2 - Caracterização dos neorrurais no território 147
4.2.1. Caracterização geral dos neorrurais 148
4.2.a. Convergências entre entrevistados 150
4.2.b. Divergências e tensões identificadas 151
4.2.c. Dados complementares para compreensão da categoria 152
4.2.d. Temas emergentes e relevantes 152
4.3 - Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural no território 153
4.3.a. Convergências entre entrevistados 153
4.3.b. Divergências e tensões identificadas 154
4.3.c. Dados complementares para compreensão da categoria 155
4.3.d. Temas emergentes e relevantes 155
4.4 - Relação dos neorrurais com políticas públicas, programas e projetos 156
4.4.a. Convergências entre entrevistados 156
4.4.b. Divergências e tensões identificadas 157

4.4.c. Dados complementares para compreensão da categoria 157
4.4.d. Temas emergentes e relevantes 158
4.5 - Desafios, barreiras, oportunidades e projetos de futuro dos neorrurais 159
4.5.a. Convergências entre entrevistados 159
4.5.b. Divergências e tensões identificadas 160
4.5.c. Dados complementares para compreensão da categoria 160
4.5.d. Temas emergentes e relevantes 161
4.5.1. Respostas dos neorrurais a respeito dos seus sonhos para o futuro 162
4.6 - O território a partir da palavra dos Gestores Públicos 163
4.6.a. O que se conhece e se realiza no território 163
4.6.b. Desafios e limitações da gestão pública 164
4.6.c. Potencialidades e oportunidades não aproveitadas 165
4.6.d. Perspectivas, propostas e caminhos em construção 165
4.6.e. Percepção dos gestores públicos sobre os neorrurais 166
4.6.f. Visão dos gestores públicos sobre o futuro do campo 166
4.6.g. Síntese dos gestores públicos 167

CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO 168

Conectando nossos estudos com o que encontramos 168

CAPÍTULO 6 - RECOMENDAÇÕES 185

Proposições derivadas da pesquisa 185

1. Reconhecimento e visibilidade institucional dos neorrurais 187
1.1 - Reconhecimento dos neorrurais nas estatísticas oficiais 187
1.2 - Reconhecimento institucional da população neorrural 188
1.3 - Incorporação de variáveis sobre neorrurais no LUPA/CATI 188
1.4 - Articulação e organização dos neorrurais 189
2. Compreensão do perfil e qualificação das dinâmicas neorrurais 189
2.1 - Criação de Observatório das Dinâmicas Rurais e Neorrurais 190

Desafio: Ausência de dados sistematizados e atualizados sobre as dinâmicas rurais e neorrurais, dificultando a compreensão do território e a formulação de políticas públicas aderentes. 190
2.2 - Articulação entre Pesquisa e Território 190
3. Valorização das contribuições e gestão dos impactos territoriais 191
3.1 - Revisão estratégica dos perímetros urbanos e do uso do solo 192
3.2 - Planejamento de zonas de transição urbano–rural e cinturões verdes 192
3.3 - Aprimoramento dos critérios de avaliação e fiscalização de empreendimentos imobiliários em áreas rurais 193
4. Acesso, adequação e efetividade das políticas públicas 193
4.1 - Adequação dos critérios do CAF à condição de transição dos neorrurais 194
4.2 - Programa municipal de orientação, informação e extensão rural 194
4.3 - Fortalecimento da capacidade municipal para captação de recursos 195
5. Fortalecimento institucional e construção de futuro do rural 195
5.1 - Fortalecimento da capacidade técnica e operacional das estruturas municipais voltadas ao meio rural 196
5.2 - Atualização da visão do rural para integração rural–ambiental e desenvolvimento territorial 196
5.3 - Fortalecimento das Escolas Família Agrícola (EFAs) e da educação rural 197
5.4 - Ampliação do escopo dos Departamentos Municipais de Agricultura para o Desenvolvimento Rural 197
5.5 - Formação de jovens para as novas ruralidades e profissões do campo 198
5.6 - Governança intermunicipal para o desenvolvimento rural 198

CAPÍTULO 7 200

CONCLUSÕES - Os aprendizados e as respostas a nossos objetivos 200

CAPÍTULO 8 203

APROFUNDAMENTOS PÓS-DEFESA 203

8.1 - Origem e propósito do aprofundamento 203
8.2 - Percurso analítico para o refinamento da definição 204
8.3 - Definição refinada de neorrural 205
8.3.a. Trajetória de vida construída no urbano 206
8.3.b. Escolha voluntária pelo rural 206
8.3.c. Incorporação do rural ao projeto de vida 206
8.3.d. Inserção e construção de vínculos territoriais 207
8.3.e. Relação com uma ou mais dimensões da ruralidade 207
8.4 - Definição, caracterização, tipologia e contribuições 207
8.5 - Categoria analítica, inserção territorial e dimensão identitária: reflexões pós-defesa 208
8.6 - Fronteiras da definição e coexistência entre categorias 209
8.7 - Da definição à possibilidade de identificação empírica 209
8.8 - O neorrural como integrante da população rural 213
8.9 - Considerações finais e desdobramentos 213

CAPÍTULO 9 215

EPÍLOGO 215

CAPÍTULO 10 217

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS 217

ANEXO A – Matriz de referência (Matriz de amarração) 241

ANEXO B – Mapas de pesquisa 243

ANEXO C – Planilha de organização dos resultados (recorte como exemplo) 249

ANEXO D – Detalhamento e aprofundamento dos resultados das entrevistas 250

LISTA DE QUADROS

Quadro página

QUADRO 1 – CATEGORIAS PARA INTEGRAÇÃO DOS RESULTADOS DA PESQUISA (A PARTIR DOS QUATRO GRUPOS DE ENTREVISTADOS) 33
QUADRO 2 – DIFERENTES ABORDAGENS DO RURAL 44
QUADRO 3 – FATORES LIGADOS AO CRESCIMENTO DA PLURIATIVIDADE NO CAMPO 50
QUADRO 4 – PILARES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL SEGUNDO IGNACY SACHS 60
QUADRO 5 - RESUMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR – EIXO: POLÍTICAS DE ACESSO A MERCADOS E COMPRAS INSTITUCIONAIS 69
QUADRO 6 - RESUMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR – EIXO: POLÍTICAS ESTRUTURANTES E DE BASE – PARTE 1 70
QUADRO 7 - RESUMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR- EIXO: POLÍTICAS ESTRUTURANTES E DE BASE, PARTE 2 71
QUADRO 8 - RESUMO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR- EIXO: POLÍTICAS DE CRÉDITO, PREÇOS E GARANTIAS – PARTE 1 72
QUADRO 9 - RESUMO DAS POLITICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR – EIXO: POLÍICAS DE CRÉDITO, PREÇOS E GARANTIAS – PARTE 2 73
QUADRO 10 - RESUMO DAS POLITICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR – EIXO:POLÍTICAS SOCIO-PRODUTIVAS, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL – PARTE 1 74
QUADRO 11 - RESUMO DAS POLITICAS PÚBLICAS FEDERAIS PARA AGRICULTURA FAMILIAR – EIXO: POLÍTICAS SOCIO-PRODUTIVAS, CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL – PARTE 2 75
QUADRO 12 - FATORES QUE INFUENCIAM NA ESCOLHA DE NOVOS LOCAIS PARA MORADIA 88
QUADRO 13 - TIPOLOGIA DOS NEORRURAIS SEGUNDO CHEVALIER 95
QUADRO 14 - ESTRUTURA DA TIPOLOGIA DOS NEORRURAIS SEGUNDO MÉNDEZ SASTOQUE 100
QUADRO 15 - DESCRIÇÃO DA TIPOLOGIA DO NEORRURAL POR ATRAÇÃO COMPARATIVA 100
QUADRO 16 - SUBDIVISÃO DA TIPOLOGIA DO NEORRURAL POR ATRAÇÃO COMPARATIVA 101
QUADRO 17 - DESCRIÇÃO DA TIPOLOGIA DO NEORRURAL POR ATRAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA 101
QUADRO 18 - SUBDIVISÃO DA TIPOLOGIA DO NEORRURAL POR ATRAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA 102
QUADRO 19 - - DESCRIÇÃO DA TIPOLOGIA DO NEORRURAL POR ATRAÇÃO ECONÔMICA-PRODUTIVA 102
QUADRO 20 - SUBDIVISÃO DA TIPOLOGIA DO NEORRURAL POR ATRAÇÃO ECONÔMICA-PRODUTIVA 103
QUADRO 21 - DESCRIÇÃO DA TIPOLOGIA DO NEORRURAL POR EXPULSÃO 104
QUADRO 22 - SUBDIVISÃO DA TIPOLOGIA DO NEORRURAL POR EXPULSÃO 104
QUADRO 23 - MARCO NORMATIVO INCIDENTE SOBRE A APA SISTEMA CANTAREIRA 121
QUADRO 24 - HISTÓRICO DOS REPASSES DE ICMS RECEBIDOS PELOS MUNICÍPIOS DA PESQUISA ... 126

QUADRO 25 - ELEMENTOS QUE CONFEREM RELEVÂNCIA ESTRATÉGICA À APA SISTEMA CANTAREIRA 137
QUADRO 26 - CARACTERIZAÇÃO CONCEITUAL DA POPULAÇÃO NEORRURAL E SUA RELAÇÃO COM AS ABORDAGENS DO RURAL 174
QUADRO 27 - DIFERENCIAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO NEORRURAL E RURBANA 178
QUADRO 28 - CONVERGÊNCIAS ENTRE AS CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO NEORRURAL E OS DESAFIOS E NECESSIDADES DO TERRITÓRIO ESTUDADO 180
QUADRO 29 - CORRELAÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS ANALÍTICAS DE INTEGRAÇÃO DOS RESULTADOS E OS BLOCOS DE RECOMENDAÇÕES 186
QUADRO 30 – RECOMENDAÇÕES DO BLOCO 1 187
QUADRO 31 - RECOMENDAÇÕES DO BLOCO 2 190
QUADRO 32 - RECOMENDAÇÕES DO BLOCO 3 191
QUADRO 33 - RECOMENDAÇÕES DO BLOCO 4 194
QUADRO 34 - RECOMENDAÇÕES DO BLOCO 5 196

LISTA DE FIGURAS

Figura página

FIGURA 1 – MAPA MENTAL DA PESQUISA 22
FIGURA 2 – MAPA DO SISTEMA CANTAREIRA 24
FIGURA 3 – MAPA DA ESTRUTURA CONCEITUAL 27
FIGURA 4 – PLANILHA DO ROTEIRO DE REFERENCIAL TEÓRICO 28
FIGURA 5 – MODELO DE INTEGRAÇÃO ANALITICA MULTIATORES 39
FIGURA 6 – LINHA DO TEMPO DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 63
FIGURA 7 - HIDROGRAFIA, REPRESAS E RODOVIAS DA APA SISTEMA CANTAREIRA 117
FIGURA 8 - MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A APA SISTEMA CANTAREIRA 117
FIGURA 9 - ZONEAMENTO DA APA SISTEMA CANTAREIRA 120

LISTA DE ABREVIAÇÕES

APA - Área de Proteção Ambiental
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CATI - Diretoria de Assistência Técnica Integral - São Paulo
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CONSEMA - Conselho Estadual do Meio Ambiente
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CUT - Central Única dos Trabalhadores
FAO - Food and Agriculture Organization (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura)
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
LUPA - Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU - Organização das Nações Unidas
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PGAF - Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PGP - Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar
PNAAB
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAMPE - Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte
SEAF - Seguro da Agricultura Familiar
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TNC - The Nature Conservancy

RESUMO

Resumo do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

NEORRURAIS NA APA SISTEMA CANTAREIRA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Por

MARIA ALEJANDRA ALCALÁ

Agosto, 2026

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

As transformações contemporâneas do espaço rural brasileiro têm evidenciado a presença crescente da população neorrural, embora esse grupo permaneça pouco reconhecido pelas instituições públicas. Nesse contexto, inserida na Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira, território estratégico para a segurança hídrica, a conservação ambiental e o desenvolvimento rural sustentável, esta pesquisa teve como objetivo analisar a inserção da população neorrural na região, caracterizando seu perfil, suas contribuições, seus desafios e suas relações com as políticas públicas e os diferentes atores do território.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica e documental, entrevistas semiestruturadas realizadas com gestores públicos, organizações da sociedade civil, rurais tradicionais e neorrurais dos municípios de Piracaia, Nazaré Paulista e Joanópolis (São Paulo), seguidas de análise de conteúdo. A pesquisa apresenta uma caracterização empírica da população neorrural no território estudado, propõe um conceito ampliado para o contexto brasileiro e adapta a tipologia de Méndez Sastoque à realidade pesquisada, incorporando uma nova categoria analítica.

Os resultados evidenciam que os neorrurais constituem um grupo heterogêneo em suas trajetórias, motivações e formas de atuação, mas convergente quanto aos valores, práticas e compromissos que orientam sua inserção no território. Essa convergência se expressa em contribuições relevantes para a conservação ambiental, a diversificação econômica, a agricultura familiar, a educação ambiental, a inovação, a pluriatividade, o fortalecimento das comunidades locais e a construção de redes de cooperação, configurando a população neorrural como um ativo estratégico para o desenvolvimento rural sustentável. Entretanto, seu reconhecimento institucional permanece limitado, restringindo o acesso a políticas públicas e reduzindo o aproveitamento de seu potencial de contribuição para o território.

Conclui-se que o fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável na APA Sistema Cantareira depende não apenas do reconhecimento da população neorrural como ator estratégico, mas também da capacidade institucional dos municípios de reconhecer, articular e mobilizar os ativos humanos, sociais, ambientais e institucionais já existentes no território. Os resultados indicam que muitos dos desafios identificados decorrem menos da ausência de políticas públicas ou instrumentos de apoio do que da limitada articulação entre eles. Como contribuição aplicada, a pesquisa apresenta um conjunto articulado de recomendações voltadas ao reconhecimento institucional dos neorrurais, ao aperfeiçoamento das políticas públicas e ao fortalecimento das capacidades institucionais necessárias para responder às transformações contemporâneas do espaço rural.

ABSTRACT

Abstract do Trabalho Final apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre

NEW RURAL RESIDENTS IN THE CANTAREIRA SYSTEM ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA (APA): CONTRIBUTION TO SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT

By

MARIA ALEJANDRA ALCALÁ

August, 2026

Advisor: Prof. Dr. Eduardo Humberto Ditt

Contemporary transformations in Brazil's rural areas have highlighted the growing presence of the neo-rural population, although this group remains largely unrecognized by public institutions. Within this context, this study was conducted in the Cantareira System Environmental Protection Area (EPA), a strategic territory for water security, environmental conservation, and sustainable rural development. The research aimed to analyze the integration of the neo-rural population into the region by characterizing their profile, contributions, challenges, and relationships with public policies and the different actors operating within the territory.

This qualitative, exploratory, and descriptive study was based on a literature review, document analysis, and semi-structured interviews conducted with public managers, civil society organizations, traditional rural residents, and neo-rural residents in the municipalities of Piracaia, Nazaré Paulista, and Joanópolis, in the state of São Paulo, Brazil. The data were examined through content analysis. The study provides an empirical characterization of the neo-rural population in the study area, proposes an expanded conceptualization of the phenomenon for the Brazilian

context, and adapts Méndez-Sastoque's typology to the empirical reality investigated by incorporating a new analytical category.

The findings show that neo-rural residents constitute a heterogeneous group in terms of their life trajectories, motivations, and forms of engagement, while converging around shared values, practices, and commitments that shape their relationship with the territory. This convergence is reflected in significant contributions to environmental conservation, economic diversification, family farming, environmental education, innovation, pluriactivity, the strengthening of local communities, and the development of cooperation networks, positioning the neo-rural population as a strategic asset for sustainable rural development. Nevertheless, their institutional recognition remains limited, restricting access to public policies and reducing the effective use of their potential contributions to the territory.

The study concludes that strengthening sustainable rural development in the Cantareira System EPA depends not only on recognizing the neo-rural population as a strategic actor but also on the institutional capacity of municipalities to recognize, coordinate, and mobilize the human, social, environmental, and institutional assets already present in the territory. The findings further indicate that many of the identified challenges stem less from the absence of public policies or support instruments than from the limited coordination among them. As an applied contribution, the study presents a set of integrated recommendations aimed at strengthening the institutional recognition of neo-rural residents, improving public policies, and enhancing the institutional capacities required to address the contemporary transformations of rural areas.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO - Dos motivos e decisões que definiram a trilha desta pesquisa

1.1 - Abertura de um caminho, em primeira pessoa

Esta pesquisa tem sua origem há vinte anos, quando foi tomada a decisão de não esperar a aposentadoria para iniciar o projeto de vida de morar na área rural. Meu marido, filho de meeiro e urbanizado aos nove anos de idade, acalentava o desejo de retornar ao campo. Eu, embora migrante de uma capital argentina, havia trabalhado no meio rural por alguns anos e também almejava viver nele. Somente ao longo do nosso processo de transição urbano-rural descobrimos que pertencemos a um grupo particular de habitantes do campo: os novos rurais, ou neorrurais. Essa descoberta, porém, não veio por informação direta dos meus pares, mas pela aproximação com os estudos da sociologia rural. Em conversas a respeito do tema, é comum ouvir: “Nossa, que interessante, eu desconhecia isso”.

Assim, ao decidir retomar a vida acadêmica, em parceria com a ESCAS, nasceu a vontade de sistematizar estudos e vivências, aprofundar a pesquisa e trabalhar na visibilidade desse fenômeno sócioeconômico e ambiental ainda pouco reconhecido. Dispus-me a abrir a mente, buscar dados e suspender as imagens criadas nesses anos.

Ao longo dessas duas décadas, na região do interior do estado de São Paulo por onde transitei, diversas percepções tornaram-se marcantes. Alguns produtores tradicionais resistem, mas seus filhos já deixaram o campo há muito tempo; muitos jovens sentem vergonha de viver ou trabalhar na zona rural; o trabalho braçal é visto como atividade de pouco valor e recebe baixa remuneração; produtores rurais tradicionais prósperos são frequentemente aqueles que diversificaram suas fontes de renda fora da agricultura. Em inúmeras estradas rurais, multiplicam-se propriedades abandonadas por herdeiros que preferem ignorar o “problema” recebido. Conheci alguns deles. Observam-se mudanças claras no perfil das propriedades à medida que nos afastamos dos centros urbanos. Escolas e centros comunitários rurais foram desativados e abandonados pelas Prefeituras, que parecem considerar que sua responsabilidade pública se restringe à cidade. A

atenção chega às áreas rurais apenas quando geram receitas por meio do turismo, do comércio, dos impostos pela venda de lotes rurais ou para atividades eleitorais. Todas essas percepções decorrem de vivências pessoais.

Reduziu-se a participação de produtores em coletivos locais. Pequenos municípios com grandes territórios rurais recebem continuamente novos moradores vindos de grandes centros urbanos. Cursos e eventos de instituições ligadas ao mundo rural atraem mais neorrurais do que agricultores tradicionais. Serviços rurais vinculados ao turismo crescem rapidamente. As propriedades já não vivem exclusivamente da agricultura, e sua subsistência envolve atividades diversas, muitas delas sequer reconhecidas como rurais. Questões ambientais afetam profundamente os produtores, mas ainda de forma silenciosa e pouco debatida. Escuto no meu cotidiano as frases “Já se foi o tempo certo de iniciar os cultivos, o que era em setembro a cada ano atrasa mais”…“Aqui na região praticamente não temos mais o milho safrinha”. Além disso, as ações de desenvolvimento rural raramente incluem a heterogeneidade dos seus atores mais relevantes. Todas essas observações compõem um quadro complexo e revelador. São observações realizadas ao longo do meu cotidiano e coincidem com estudos de pesquisadores que encontramos neste trabalho.

1.2 - Justificativa, questão central e objetivos da pesquisa

No caminho de construção desta pesquisa, tudo começou com uma inquietação a respeito do mundo rural, marcada pela percepção da presença de novas dinâmicas e de uma população que, embora há tempos presente nesses territórios, parece distinta daquela tradicionalmente associada ao campo, no imaginário cultural. Os rurais tradicionais estavam acostumados aos “chacareiros”, aqueles citadinos que só apareciam no campo aos finais de semana ou nas férias, nas suas propriedades de lazer. Suas rotinas, costumes e os sabores e dissabores da sua presença eram administrados por breves períodos.

Uma aproximação exploratória do tema das novas ruralidades permitiu identificar a necessidade de aprofundamento da leitura dessas novas realidades (BOMBARDELLI, DEGGERONE, ZONIN, 2023). Ao mesmo tempo, em breves tentativas de levantamento dessa população neorrural, percebeu-se sua ausência enquanto grupo nas estatísticas populacionais e nos registros de instituições

públicas, apesar da relevância e da crescente presença do tema na literatura científica, na qual já aparece como categoria de análise em diferentes estudos (CARNEIRO,2007; WANDERLEY, 2001). Dessa forma, evidenciou-se uma lacuna científica e institucional que justifica a realização de uma pesquisa dedicada ao tema, delimitada em seu recorte territorial e temporal.

A respeito do espaço e do tempo da pesquisa, a escolha foi pelo tempo presente e pela região de moradia e trabalho da pesquisadora, que se mostra relevante e estratégica por estar inserida em uma área de proteção ambiental, cercada por mudanças no uso e ocupação do solo, claramente visíveis na dinâmica territorial. O recorte espacial e temporal da pesquisa também se mostrou coerente com a ainda limitada presença, no Brasil, de estudos capazes de caracterizar e descrever as relações da população neorrural com o território e com os agentes institucionais ligados ao desenvolvimento rural e territorial (FREIRE; MELLO; FRIGO, 2016).

A partir deste ponto, foi possível compreender que não seria adequado, justo, nem acadêmico ou politicamente correto, abordar um tema relacionado ao mundo rural brasileiro sem apresentar seus conceitos estruturantes. Assim, nasceu a escolha de construir um contexto que permita compreender o cenário em que se insere, o que levou à formulação da seguinte questão central: *Como a nova ruralidade, representada pelos neorrurais, se manifesta; e de que forma suas características, contribuições e desafios se relacionam com sua participação em políticas públicas e projetos de organizações da sociedade civil voltados ao desenvolvimento sustentável da região?*

Destaco aqui a professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2011, p.107), que nos lembra:

> “Como resposta a esse contexto de crises, de questionamentos e de afirmações, os estudos rurais realizam um importante salto qualitativo, que se expressa em duas orientações complementares. Em primeiro lugar, a revalorização da dimensão espacial, que traz à tona um debate centrado na compreensão do mundo rural e suas relações com as cidades, bem como nas relações da vida local com os processos de globalização. Essa compreensão alimenta uma profunda reflexão a respeito do desenvolvimento rural sustentável como projeto de sociedade. Em segundo lugar, a reiteração da centralidade do conhecimento sobre os sujeitos rurais, em toda a sua diversidade e complexidade.”

Este trabalho segue essas duas orientações, trazendo à luz os sujeitos do campo, sem perder de vista o pano de fundo dos processos rurais e a busca pelo desenvolvimento rural sustentável. Propõe-se um olhar aprofundado sobre a vida das pessoas do território estudado.

A pesquisa concentra-se no interior paulista, em três municípios integrantes da Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira: Piracaia, Nazaré Paulista e Joanópolis.

Apesar da amplitude possível ao estudar a ruralidade desta região, a opção foi trilhar um caminho que permitisse dar visibilidade a esses “quase novos” habitantes do rural. O termo é “quase novos” porque esse movimento tem décadas, embora permaneça invisível e pouco reconhecido. A história deste trabalho envolve a busca por aprendizados, respostas e caminhos propositivos.

Diante dos desafios ambientais e socioeconômicos de um planeta em transformação, surge a possibilidade de que esteja sendo negligenciada uma oportunidade ou força. Os novos rurais podem ser essa porta ainda não aberta. Por vezes, não são reconhecidas novas trilhas porque permanecem invisíveis aos nossos modelos mentais, e os modelos mentais que pressionam o mundo rural brasileiro são muitos.

> “O paradoxo central da trajetória da agricultura brasileira é que sua modernização foi, ao mesmo tempo, expressão de êxito produtivo e geradora de desequilíbrios socioambientais. A intensificação da produção e o crescimento da produtividade não se traduziram em desenvolvimento rural amplo, equilibrado e sustentável. A lógica dominante privilegiou a competitividade econômica, a inserção internacional e a eficiência técnica, muitas vezes em detrimento da equidade social e da responsabilidade ambiental. Em muitos casos, o rural, tradicionalmente pobre, empobreceu-se ainda mais com a modernização que homogeneizou espaços e padronizou paisagens. Esse paradoxo não é uma falha conjuntural ou um desvio de rota, mas resultado de escolhas políticas e institucionais que estruturaram o modelo agrícola brasileiro” (CASTRO; GARCIA; NAVARRO, 2025, p. 27).

Dessa linha de reflexões deriva o objetivo geral da pesquisa: Levantar e analisar as características e a atuação dos neorrurais na APA Sistema Cantareira, investigando como seu reconhecimento e sua integração podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.

Para alcançar este objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

(1) analisar como a nova ruralidade, representada pelos neorrurais, se manifesta na APA Sistema Cantareira, identificando suas características, contribuições e desafios para o desenvolvimento sustentável da região;

(2) entender se este grupo é reconhecido como um grupo social por diferentes agentes locais;

(3) compreender se existem oportunidades para que eles participem ativamente de políticas públicas, projetos e programas de desenvolvimento sustentável da região; e

(4) sistematizar informações sobre a realidade rural da região estudada, com ênfase nos novos rurais, e recomendar estratégias que subsidiem a gestão e as políticas do primeiro setor, bem como as ações do terceiro setor, de modo a favorecer a inclusão dos neorrurais nas intervenções desenvolvidas por esses atores no território.

A partir do diálogo entre a literatura das novas ruralidades e o caminho para um desenvolvimento rural sustentável, esta pesquisa oferece contribuições científicas e sugestões replicáveis. Busca fornecer subsídios objetivos para gestores públicos e organizações locais no planejamento e implementação de ações alinhadas às especificidades do território, fortalecendo transições sustentáveis que conciliam conservação de água e biodiversidade, dinamismo econômico local e coesão socioeconômica e cultural; elementos coerentes com o mandato de uma APA e com os desafios contemporâneos do desenvolvimento rural no Brasil.

CAPÍTULO 2

METODOLOGIA - A trilha seguida

Este capítulo apresenta o percurso metodológico adotado para a realização da pesquisa, explicitando as escolhas teóricas e operacionais que orientaram a construção do estudo, a produção dos dados e os procedimentos de análise. Considerando a complexidade do objeto investigado e o caráter relacional das dinâmicas territoriais estudadas, buscou-se uma abordagem metodológica alinhada com a natureza qualitativa da pesquisa e com a importância de articular referencial teórico, trabalho de campo e interpretação dos dados.

2.1 - Abordagem metodológica e natureza da pesquisa

A questão central e os objetivos específicos da pesquisa, apresentados anteriormente, sustentam o percurso metodológico adotado.

A trilha metodológica necessária para alcançar os objetivos propostos é ampla, complexa e multifatorial, exigindo a articulação entre diferentes estratégias de investigação. O foco desta pesquisa é construir um conjunto consistente de dados que permita, a partir de um sólido arcabouço conceitual, interpretar a realidade observada e extrair aprendizados e recomendações que contribuam com os sujeitos envolvidos.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com abordagem interpretativa, orientada pelo paradigma construtivista (CRESWELL, 2007). Busca-se compreender os sentidos, práticas e relações estabelecidas pelos diferentes atores sociais no território da Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira.

Como afirma Minayo (2015), “[…] o objeto das Ciências Sociais é essencialmente qualitativo”. A abordagem qualitativa mostra-se adequada quando se pretende compreender fenômenos sociais complexos em seus contextos territoriais e históricos, considerando os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas e experiências (CRESWELL, 2007; MINAYO, 2015).

> “[...] uma técnica qualitativa é aquela em que o investigador sempre faz alegações de conhecimento com base principalmente ou em perspectivas construtivistas (ou seja, significados múltiplos das experiências individuais, significados social e historicamente construídos, com o objetivo de desenvolver uma teoria ou um padrão) ou em perspectivas reivindicatórias/ participatórias (ou seja, políticas, orientadas para a questão ou colaborativas, orientadas para a mudança) ou em ambas … O pesquisador coleta dados emergentes abertos com o objetivo principal de desenvolver temas a partir dos dados. (CRESWELL, 2007)”

Nesse sentido, a investigação parte de uma perspectiva interpretativa, que reconhece o território como uma construção social, atravessada por relações de poder, disputas simbólicas, normativas institucionais, diversidade de atores (individuais e institucionais, públicos e privados) e práticas cotidianas.

2.2 - Estratégia da investigação

A estratégia de investigação foi estruturada de forma progressiva, a partir da construção de uma Matriz de Amarração, integrando os objetivos do estudo, as atividades necessárias para o alcance de cada objetivo, os eixos temáticos de investigação e as respectivas técnicas de coleta de dados (Anexo A). Essa matriz permitiu assegurar coerência interna entre o problema de pesquisa, os objetivos, os procedimentos metodológicos e os resultados esperados.

Em seguida, foi elaborado um Mapa Mental (Figura 1) com a finalidade de visualizar, de forma integrada, as questões centrais da problemática investigada, os conceitos teóricos necessários e os objetivos analíticos do estudo, orientando a definição das estratégias e ferramentas metodológicas.

Figura 1 – Mapa mental da pesquisa



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026).

A partir desse processo, consolidou-se a importância da revisão de literatura como base para o desenvolvimento da investigação empírica, fornecendo o contexto teórico-analítico necessário (CRESWELL, 2007). A seleção dos temas abordados no referencial teórico tem como objetivo definir os conceitos utilizados e apresentar as problemáticas que os envolvem.

Com base na pesquisa bibliográfica e documental, definiu-se a utilização de entrevistas semiestruturadas como principal técnica de coleta de dados primários, por sua adequação à apreensão de percepções, trajetórias, práticas e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências.

As entrevistas foram elaboradas apenas após a finalização da pesquisa bibliográfica e documental, para o qual foi metodologicamente necessária a construção de Mapas de Pesquisa (Anexo B). Os mapas foram elaborados com base nas categorias analíticas derivadas dos objetivos da pesquisa, e dentro delas foram redigidas as perguntas realizadas em cada entrevista. Esse método

possibilitou integrar as respostas dos diferentes grupos de entrevistados, na busca de semelhanças, divergências e destaques nas respostas de cada categoria de análise.

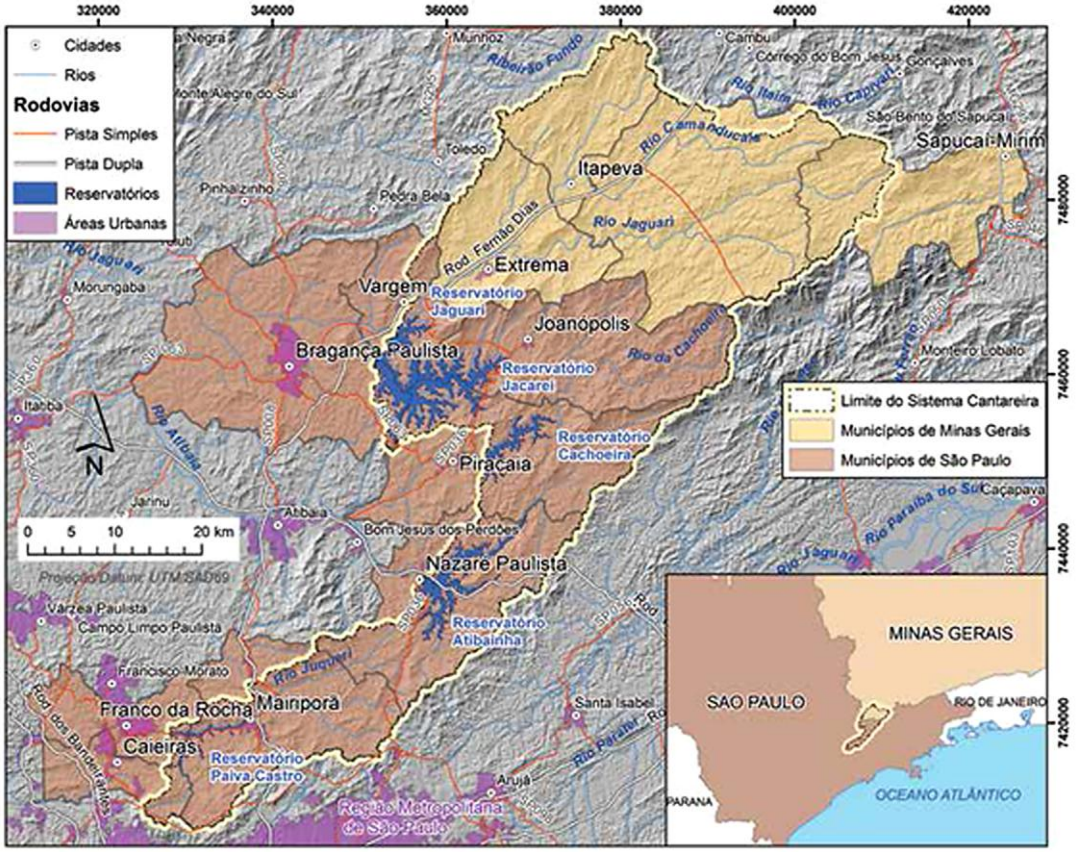
As entrevistas permitiram acessar dados qualitativos necessários para compreender como a população neorrural se manifesta e atua no contexto da Área de Proteção Ambiental Sistema Cantareira, considerando suas motivações, formas de inserção territorial, práticas produtivas e relações com o ambiente, com os rurais tradicionais, com as políticas públicas e com projetos de organizações da sociedade civil.

2.3 - Delimitação da área de estudo

A pesquisa está focada no território da APA Sistema Cantareira. Dentro dos municípios que a compõem, a escolha dos três municípios dessa investigação ocorreu em função dos seguintes fatores: tempo definido para a pesquisa e as condições de cumprir os prazos; municípios onde exista um mínimo de conhecimento e facilidade de acesso a órgãos públicos, por conta da necessidade de conferência de informações, listagens necessárias de produtores e disponibilidade para as entrevistas em curto espaço de tempo; a intenção de escolher municípios com variedade de características em relação às zonas da APA, o que poderia possibilitar diferenças de realidades rurais entre os entrevistados; e à sua inserção em áreas de mananciais e bacias contribuintes do Sistema Cantareira, elemento central para as dinâmicas ambientais e territoriais da região.

Como já citado, os municípios selecionados foram: Piracaia, Joanópolis e Nazaré Paulista. É reproduzido um mapa da região da APA (Figura 2), onde é possível visualizar os estados e as cidades que a integram, os reservatórios do Sistema Cantareira, os rios e rodovias da região. Nele é possível identificar, na margem direita da APA, os três municípios da pesquisa.

Figura 2 – Mapa do Sistema Cantareira



Fonte: Adaptado de Uezu et al (2017)

2.4 - Sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da pesquisa compreendem quatro grupos de atores sociais diretamente envolvidos nas dinâmicas territoriais, produtivas e socioambientais. A escolha desses grupos fundamenta-se na necessidade de captar diferentes perspectivas sobre as transformações do meio rural, em especial no que se refere à atuação e à inserção da população neorrural no território. Também possibilita uma abordagem analítica integrada, articulando as perspectivas dos novos atores rurais, das populações tradicionais, das instâncias governamentais e das organizações da sociedade civil, permitindo compreender, de forma abrangente, as dinâmicas atuais do meio rural no contexto da APA Sistema Cantareira.

O primeiro grupo é constituído por **neorrurais**, entendidos até aqui como indivíduos ou famílias oriundos do meio urbano que passaram a residir e a desenvolver atividades no meio rural, motivados por diferentes fatores. Esse grupo

representa um ator central da investigação, por expressar novas formas de apropriação, uso e significado do espaço rural no contexto da APA.

O segundo grupo é composto por **rurais tradicionais**, compreendidos como moradores nativos ou de longa permanência no meio rural, cujas trajetórias de vida estão historicamente vinculadas às atividades agropecuárias, às práticas produtivas locais e às dinâmicas socioculturais próprias do território. A inclusão desse grupo permite analisar a percepção e o reconhecimento da presença neorrural a partir do olhar daqueles que vivenciam cotidianamente as transformações do espaço rural e suas implicações sociais, econômicas e ambientais.

O terceiro grupo é formado por **gestores públicos municipais e estaduais**, vinculados às secretarias de Agricultura, Meio Ambiente ou áreas correlatas, conforme a estrutura administrativa nos municípios da pesquisa. Esses sujeitos atuam diretamente na formulação, implementação e acompanhamento de políticas públicas, programas e projetos voltados ao desenvolvimento rural, à gestão ambiental, à conservação dos recursos naturais no território da APA Sistema Cantareira.

Por fim, o quarto grupo é constituído por **gestores ou técnicos de organizações da sociedade civil** que desenvolvem ou desenvolveram projetos e ações nas áreas rurais dos municípios estudados, com atuação no desenvolvimento rural sustentável, restauração e regeneração ambiental, sistemas socioprodutivos, agroecologia, agroflorestas e/ou conservação da biodiversidade. Esses sujeitos desempenham papel relevante na articulação entre poder público, produtores rurais e comunidades locais, além de contribuírem para a difusão de práticas produtivas sustentáveis e estratégias de fortalecimento territorial.

As entrevistas realizadas com gestores públicos (municipais e estaduais) e representantes de organizações da sociedade civil presentes no território possibilitaram descrever de forma mais aprofundada a situação dos municípios, além de identificar o nível de reconhecimento da população neorrural no contexto da ruralidade regional, bem como as condições, oportunidades e barreiras para sua inserção em programas e projetos de desenvolvimento rural sustentável. Já as entrevistas com a população rural tradicional permitiram analisar o reconhecimento do “ser neorrural” a partir da perspectiva de sujeitos nativos do meio rural, que vivenciam cotidianamente a presença dessas novas dinâmicas em seus territórios.

Essa estratégia possibilitou articular os referenciais teóricos sobre novas ruralidades e neorruralismo com a realidade empírica observada, assegurando consistência analítica entre o arcabouço conceitual e os dados de campo. As entrevistas com os neorrurais permitem caracterizar e verificar a atuação deles no território.

Os encontros com os sujeitos da pesquisa foram organizados em quatro fases, conforme descrito a seguir:

Fase 1: Gestores públicos, com duas entrevistas semiestruturadas: uma com finalidade de conferir os dados dos municípios coletados nos sites oficiais, solicitar listagens de instituições do terceiro setor que atuam nos municípios, solicitar listagens da população rural tradicional e da população neorrural para subsidiar no contato com os entrevistados; e uma entrevista semiestruturada a respeito da população neorrural.

Fase 2: Gestores e/ou técnicos de instituições e/ou organizações da sociedade civil atuantes nos municípios da pesquisa, para a realização da entrevista semiestruturada a respeito da população neorrural; e também solicitar listas da população rural tradicional e da população neorrural para apoiar no contato com os entrevistados.

Fase 3: População rural tradicional ou nativa, para a realização da entrevista semiestruturada colhendo suas percepções a respeito da população neorrural.

Fase 4: Neorrurais, para a realização da entrevista semiestruturada prevista.

2.5 - Métodos de coleta de dados

2.5.a. Pesquisa bibliográfica e documental

Para iniciar a revisão de literatura, foi construído um mapa com o objetivo de explicitar a trilha percorrida e a direção de escolha mais adequada para a criação do contexto conceitual buscado. Nas palavras de Creswell (2007), o mapa conceitual funciona como um “quadro visual da pesquisa”. O mapa construído (Figura 3) foi organizado segundo uma lógica dedutiva, iniciando com os temas mais abrangentes -conceito de rural, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento rural e políticas públicas- para, em seguida, aprofundar as novas ruralidades e os processos migratórios rurais, em particular a contraurbanização, a gentrificação e finalizar com o estudo dos neorrurais e do território da APA Sistema Cantareira.

Figura 3 – Mapa da estrutura conceitual



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026).

Na fase da pesquisa bibliográfica, foram utilizados os temas centrais para realizar buscas nas bases de dados Web of Science, Google Scholar, ResearchGate, Academia, SciELO, nos sites dos pesquisadores estudados (por exemplo, https://www.zeeli.pro.br/, do professor José Eli da Veiga), em acervos de publicações de universidades (por exemplo, https://repositorio.ufpa.br/) e nas listas de referências bibliográficas dos artigos analisados. Também foi utilizado, como apoio à identificação de autores proeminentes em cada tema, bibliotecas digitais, buscas de artigos de difícil acesso, sugestões de bibliografia acadêmica de base, identificação de grupos de estudos e observatórios de pesquisa de universidades, além de ferramentas de inteligência artificial. As primeiras expressões utilizadas na pesquisa foram: *neorrurais* (pela obrigatoriedade do Acordo Ortográfico a partir de 2016), *neorurais* (pela flexibilidade no uso das duas grafias), *novos rurais*, *novas ruralidades*, *new rural*, *contraurbanização*, *counterurbanization*, *population turnaround* e *new ruralities + sustainable development*. Conforme avançavam as necessidades de temas específicos, as buscas foram sendo ajustadas e ampliadas para novos sites, bibliotecas, autores e artigos.

A partir dos resultados obtidos, foi realizada a leitura e análise dos títulos, resumos e sumários (no caso dos livros) para verificar o alinhamento com o escopo

do trabalho. Uma vez selecionado o material, foi verificada a necessidade de tradução, que foi realizada em sites de tradução acadêmica quando necessário, e em seguida a leitura integral, realizando marcações no próprio texto e selecionando trechos relevantes.

Essa seleção de textos é transferida a uma planilha de sistematização, própria para registro, organização e posterior utilização na escrita da dissertação (Figura 4). Na tabela constam os trechos selecionados e dois critérios de análise -o tema do sumário e um subtema que indica a especificidade (conceito, histórico, entre outros). Além dessas informações, a tabela inclui a referência bibliográfica, a página de localização do trecho dentro do artigo ou livro, e o link de acesso, quando necessário. Dessa forma, no momento da escrita, é possível localizar com agilidade os textos que fundamentam cada tema. Os artigos e livros selecionados ficam arquivados em uma biblioteca digital do trabalho, organizados segundo o mesmo critério temático adotado na tabela.

Figura 4 – Planilha do Roteiro de Referencial Teórico

ROTEIRO REFERENCIAL TEÓRICO

ELEMENTOS - TEXTO	CLASSIF	CLASSIF	PÁGINA	ARTIGO	REFERÊNCIA ARTIGO
O modelo de desenvolvimento urbano-industrial predominante, convergindo com a Revolução Verde, resultou em duas tendências simultâneas e amplamente comuns. Por um lado, o século XX testemunhou a intensificação e a tecnificação das atividades produtivas agrícolas em esforços para atingir a máxima produtividade utilizando insumos externos (Borlaug 1971; Bowler 1992). Por outro lado, a desagrarização das áreas rurais devido ao desaparecimento de parcelas consideráveis de pequenos agricultores, juntamente com a industrialização urbana em larga escala, promoveu um êxodo rural (Camarero 1993; Saville 2013; Baudin e Stelter 2022).	RURAL	Origem êxodo	2	Role of the neo-rural phenomenon and the new peasantry in agroecological transitions: a literature review - TRAD: O papel do fenômeno neorural e do novo campesinato nas transições agroecológicas: uma revisão da literatura	VIZUETE, Beatriz; OTEROS-ROZAS, Elisa; GARCÍA-LLORENTE, Marina. Role of the neo-rural phenomenon and the new peasantry in agroecological transitions: a literature review. Agriculture and Human Values, [s. l.], v. 41, p. 1277-1297, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s10460-023-10537-0 .
As consequências socioecológicas dessas mudanças são multidimensionais, abrangendo impactos ecológicos como a homogeneização da paisagem (Tilman 1999) e a perda da biodiversidade (raça e variedade locais), bem como impactos negativos sobre os serviços ecossistêmicos, como poluição da água e do solo, erosão do solo e fragmentação de habitats (Matson et al. 1997; Swinton et al. 2007). Os impactos demográficos incluem o despovoamento das áreas rurais e o envelhecimento e a masculinização das populações rurais (Camarero 2017; Baudin e Stelter 2022). As consequências econômicas incluem a falta de geração substituição, dependência de mercados globais, desregulamentação, o fortalecimento do setor terciário e a exploração de áreas rurais para turismo e atividades de lazer (Bonanno 1994). Os impactos socioculturais abrangem o abandono de práticas agrícolas e pecuárias locais; a perda de conhecimento ecológico local, tradicional e indígena (Aswani et al. 2018); a ruptura dos laços de identidade com a terra; mudanças nas relações produtor-	RURAL	Consequênc	2	Role of the neo-rural phenomenon and the new peasantry in agroecological transitions: a literature review - TRAD: O papel do fenômeno neorural e do novo campesinato nas transições agroecológicas: uma revisão da literatura	VIZUETE, Beatriz; OTEROS-ROZAS, Elisa; GARCÍA-LLORENTE, Marina. Role of the neo-rural phenomenon and the new peasantry in agroecological transitions: a literature review. Agriculture and Human Values, [s. l.], v. 41, p. 1277-1297, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s10460-023-10537-0 .

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026).

A ordem da apresentação dos temas da pesquisa segue o método dedutivo, partindo dos temas mais amplos até o território e os sujeitos da investigação. Esse método foi escolhido com o objetivo de facilitar o acompanhamento e a compreensão da complexidade e da abrangência dos temas abordados, e gerar fluidez na leitura do texto final da dissertação.

A pesquisa documental segue o mesmo procedimento adotado na pesquisa bibliográfica, alterando-se apenas os sites e os locais de busca e acesso às informações. Nesse caso, a pesquisa documental é realizada nos sites das prefeituras dos municípios da pesquisa, nos portais do Governo Federal e Estadual, da ONU, da FAO, de organizações do terceiro setor e em sites de pesquisa social e ambiental, como IBGE, IPCC, CEPAL e universidades.

2.5.b. Entrevistas semiestruturadas

As perguntas das entrevistas foram construídas a partir do Mapa de Pesquisa (Anexo B). E o Mapa de Pesquisa a partir da Matriz de Amarração (Anexo A). Uma vez definidas as categorias de estudo, em função dos objetivos da pesquisa, foi construído um Mapa de Pesquisa para cada público, onde foram definidas as perguntas que seriam utilizadas para alcançar os objetivos propostos. Dessa forma ficaram definidas as categorias de análise para cada grupo de entrevistados.

As categorias de análise criadas para os neorrurais foram: Trajetória de vida e processo de migração urbano-rural, Inserção territorial e condição fundiária, Caracterização socioprodutiva dos neorrurais, Iniciativas produtivas, ambientais e socioculturais, Participação comunitária e territorial, Reconhecimento institucional e social, Relação com políticas públicas, programas e projetos, Barreiras, desafios e oportunidades e Projeto de futuro no campo. As categorias de análise criadas para os rurais tradicionais foram: Reconhecimento social dos neorrurais, Caracterização dos neorrurais no território e Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural. As categorias de análise criadas para as organizações da sociedade civil foram: Reconhecimento institucional dos neorrurais, Caracterização dos neorrurais no território, Impactos territoriais dos neorrurais, Relação dos neorrurais com programas e projetos do terceiro setor, Condições de acesso aos programas e projetos, Barreiras, conflitos e desafios institucionais. E, no caso dos gestores públicos municipais, que tiveram duas entrevistas, as categorias de análise para a entrevista de descrição do território foram: Uso do solo rural e estrutura fundiária, Perfil da população rural, Atividades produtivas e economia rural, Agricultura familiar e políticas rurais, Questões ambientais e APA Sistema Cantareira, Transformações recentes e pressões sobre o campo, e Visão sobre o futuro do campo. As categorias para a entrevista a respeito dos neorrurais, que também foi respondida pelos

gestores públicos estaduais, foram: Reconhecimento institucional dos neorrurais, Caracterização dos neorrurais no território, Impactos territoriais dos neorrurais, Relação dos neorrurais com as políticas públicas, Condições de acesso às políticas públicas, e Barreiras, conflitos e desafios institucionais.

A seleção dos entrevistados foi realizada com apoio dos gestores públicos, indicação dos próprios entrevistados e conhecimento prévio da pesquisadora. As entrevistas foram realizadas mediante consentimento dos participantes, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações, sendo os entrevistados identificados por códigos ao longo do trabalho. Cada entrevista foi introduzida com uma explanação do título da pesquisa, objetivo, instituição educacional, membros do comitê, esclarecimentos a respeito do sigilo dos dados e solicitação de autorização para o uso deles.

A respeito da quantidade de entrevistas, no caso dos neorrurais e dos produtores tradicionais, seguiu-se a orientação de Minayo (2015), acompanhando as respostas de cada entrevista e percebendo a saturação das respostas, para definir o encerramento do número de entrevistados.

> "[…] a ideia de amostragem não é a mais indicada para certas pesquisas sociais, especialmente aquelas de cunho qualitativo…se opta por definir o número de sujeitos por inclusão progressiva (sem demarcar a priori o número de participantes) que é interrompida pelo critério da saturação, ou seja, quando as concepções, explicações e sentidos atribuídos pelos sujeitos começam a ter uma regularidade de apresentação".

No caso dos representantes ou responsáveis pelos órgãos públicos e organizações da sociedade civil, foi realizada pelas indicações dos próprios gestores em função de quem tinha mais contato com a região da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas e gravadas por telefone ou online, via aplicativo Zoom, com a finalidade de diminuir o tempo de trabalho nessa fase de coleta de dados primários. O trabalho teve o apoio da plataforma read.ai (https://www.read.ai/pt) que, ao mesmo tempo que grava as entrevistas em vídeo e áudio, realiza as transcrições de áudios e vídeos anexados. Nos casos em que foi avaliado como necessária a visita à propriedade, a entrevista foi gravada em áudio, para depois subir na plataforma read.ai e obter as transcrições.

É feito um destaque para as entrevistas com os gestores públicos, que aconteceram em duas etapas, e em alguns municípios até com gestores diferentes, com a finalidade de cumprir com os objetivos das duas entrevistas propostas.

As quantidades de entrevistas realizadas foram:

- 6 (seis) entrevistas de gestores públicos. Sendo 02 (dois) de gestores estaduais e 4 (quatro) de gestores municipais.
- 4 (quatro) entrevistas de técnicos e gestores de organizações da sociedade civil. Elas são: Instituto IPÊ, TNC (The Nature Conservancy), Simbiose e SOS Mata Atlântica.
- 7 (sete) com rurais nativos ou tradicionais dos municípios da pesquisa.
- 22 (vinte e dois) com neorrurais dos municípios da pesquisa.

No caso dos neorrurais, o maior número de entrevistas buscou possibilitar uma caracterização mais acurada, a identificação da tipologia de enquadramento de cada entrevistado (com base na tipologia selecionada a partir da pesquisa bibliográfica) e a observação do princípio de saturação das respostas.

2.6 - Tratamento e análise dos dados

Em posse das transcrições, a análise dos dados seguiu os princípios da análise de conteúdo, conforme sistematizada por Minayo (2015), a partir da proposta originalmente desenvolvida por Bardin (1979, apud MINAYO, 2015), com enfoque comparativo entre grupos de atores sociais. As etapas envolveram leitura das transcrições, codificação das respostas segundo as categorias previamente definidas, a seleção e organização de trechos representativos das entrevistas e a interpretação comparativa entre os grupos.

Minayo (2015) destaca que a história da análise de conteúdo foi muito bem sistematizada por Laurence Bardin. E faz uma citação dela:

> Análise de conteúdo é um “conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Minayo, 2015 apud BARDIN, 1979).

Para organização e análise dos dados colhidos nas entrevistas, foram criadas planilhas de sistematização (Anexo C), nas quais constam o número da pergunta, a pergunta, a categoria à qual corresponde, o código do entrevistado e a resposta selecionada da transcrição da entrevista. Após o lançamento de todas as respostas, de todos os atores e de todas as entrevistas, e considerando o grande volume de dados gerados e a quantidade de entrevistas realizadas, optou-se pela utilização de ferramentas de inteligência artificial como apoio à organização e sistematização das informações, com a finalidade de auxiliar na identificação de padrões, recorrências e na organização preliminar dos dados. Ressalta-se que a análise interpretativa foi conduzida pela pesquisadora, a partir do referencial teórico e das categorias adotadas, assim como os ajustes, correções e acréscimos aos dados gerados pela ferramenta.

Após o levantamento e análise das respostas dos quatro grupos de entrevistados por separado, foi realizada a análise das respostas das categorias de análise comum entre os quatro grupos. Na integração das respostas das mesmas categorias entre diferentes atores, as informações foram organizadas em quatro blocos: convergências, divergências, complementaridades e temas emergentes, em cada uma das categorias analisadas. Esse método foi escolhido na apresentação dos resultados, após algumas outras tentativas, com a finalidade de aumentar a clareza e a força analítica do capítulo.

O resultado de outro sistema de análise, de caráter descritivo e com maior detalhamento das respostas por ator e por categoria, não incluído no capítulo de resultados, é apresentado neste trabalho como Anexo D. Esse anexo aprofunda as informações decorrentes das entrevistas, trazendo trechos das falas dos entrevistados, como forma de dar destaque e valorizar a relevante contribuição de todos eles.

Para alcançar um formato integrado na apresentação dos resultados foi necessário construir, previamente, um quadro (Quadro 1) onde fossem integradas as categorias de cada ator entrevistado.

Quadro 1 – Categorias para integração dos resultados da pesquisa (a partir dos quatro grupos de entrevistados)

CATEGORIAS DE INTEGRAÇÃO	CATEGORIAS DOS GEST PUBLICOS	CATEGORIAS DAS OSC	CATEGORIAS DOS RURAIS TRADICIONAIS	CATEGORIAS DOS NEORRURAIS		
Categoria 1: Reconhecimento social e institucional dos neorrurais	Reconhecimento institucional dos neorrurais	Reconhecimento institucional dos neorrurais	Reconhecimento social dos neorrurais	Reconhecimento institucional e social		
Categoria 2: Caracterização dos neorrurais no território	Caracterização dos neorrurais no território	Caracterização dos neorrurais no território	Caracterização dos neorrurais no território	Trajetória de vida e processo de migração urbano-rural	Caracterização socioprodutiva dos neorrurais	
Categoria 3: Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural no território	Impactos territoriais dos neorrurais	Impactos territoriais dos neorrurais	Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural	Iniciativas produtivas, ambientais e socioculturais	Inserção territorial e condição fundiária	Participação comunitária e territorial
Categoria 4: Relação dos neorrurais com políticas públicas, programas e projetos	Relação dos neorrurais com as políticas públicas / Condições de acesso às políticas públicas	Relação dos neorrurais com programas e projetos do terceiro setor / Condições de acesso aos programas e projetos		Relação com políticas públicas, programas e projetos		
Categoria 5: Desafios, barreiras, oportunidades e projetos de futuro dos neorrurais	Barreiras, conflitos e desafios institucionais	Barreiras, conflitos e desafios institucionais		Barreiras, desafios e oportunidades	Projeto de futuro no campo	

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026).

A partir desse processo de integração foram definidas cinco categorias analíticas de integração, sobre as quais são apresentados os resultados das entrevistas, e constituem a base para a apresentação das recomendações: 1.Reconhecimento social e institucional dos neorrurais; 2.Caracterização dos neorrurais no território; 3.Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural no território; 4.Relação dos neorrurais com políticas públicas, programas e projetos; e 5.Desafios, barreiras, oportunidades e projetos de futuro dos neorrurais. Com esse formato integrado de resultados foi possível organizar conclusões e recomendações com maior agilidade e objetividade.

A categoria de integração 1 - **Reconhecimento social e institucional dos neorrurais**- integrou as categorias com o mesmo nome, em todos os atores entrevistados.

A categoria de integração 2 - **Caracterização dos neorrurais no território**- no caso dos neorrurais foram integrados resultados de duas subcategorias do roteiro: Trajetória de vida e processo de migração urbano-rural e Caracterização socioprodutiva. A fusão dessas duas categorias das entrevistas foi realizada por compreender-se que ambas, em conjunto, respondem ao objetivo de caracterizar esse grupo no território.

A categoria de integração 3 - **Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural no território**- foram mobilizados, conforme cada grupo entrevistado, os resultados das categorias das entrevistas: Impactos territoriais dos neorrurais (gestores públicos e OSC); Contribuições, impactos e desafios da presença dos neorrurais (rurais tradicionais); e, no caso dos neorrurais foram integradas as subcategorias: Iniciativas produtivas, ambientais e socioculturais, Inserção territorial e condição fundiária, e Participação comunitária e territorial, por compreender-se que, em conjunto, expressam as formas pelas quais esses sujeitos contribuem, tensionam e se inserem no território.

A categoria de integração 4 - **Relação dos neorrurais com políticas públicas, programas e projetos**- foram integrados os resultados das categorias: Relação dos neorrurais com as políticas públicas e Condições de acesso às políticas públicas (gestores públicos); Relação dos neorrurais com programas e projetos do terceiro setor e Condições de acesso aos programas e projetos (OSC); e Relação com políticas públicas, programas e projetos (neorrurais). Não houve categoria correspondente nas entrevistas com rurais tradicionais.

A categoria de integração 5 -**Desafios, barreiras, oportunidades e projetos de futuro dos neorrurais**- reúne os resultados da categoria Barreiras, conflitos e desafios institucionais (gestores públicos e OSC) e, das entrevistas com neorrurais, as categorias: Barreiras, desafios e oportunidades e Projeto de futuro no campo.

Ao final da apresentação dos resultados por categorias integradas, é incluído um apartado específico com a análise das entrevistas realizadas com gestores públicos, tanto municipais quanto estaduais, no qual são abordados aspectos relacionados à realidade do território rural, à estrutura pública disponível para seu

atendimento, às oportunidades e desafios identificados, bem como às percepções desses atores sobre os neorrurais e o futuro do meio rural na região.

2.7 - Limitações da pesquisa

Como toda investigação de natureza qualitativa e exploratória, este estudo apresenta limitações que devem ser explicitadas, tanto para delimitar o alcance de seus resultados, quanto para indicar possibilidades de aprofundamento em pesquisas futuras.

Em primeiro lugar, destaca-se que o trabalho não se propôs a realizar um levantamento censitário ou quantitativo da população neorrural na região estudada. As entrevistas e análises realizadas não permitem a caracterização estatística desse grupo, tampouco a generalização dos resultados para o conjunto do território. Nesse sentido, os achados aqui apresentados devem ser compreendidos como indicativos de dinâmicas, percepções e tendências observadas a partir dos sujeitos entrevistados, contribuindo para a compreensão qualitativa do fenômeno, sem pretensão de representatividade numérica.

De forma associada, o estudo não logrou quantificar a presença de neorrurais na região, o que se relaciona, em grande medida, à ausência de categorias institucionais e bases de dados capazes de identificar esse grupo. Instrumentos oficiais, como os levantamentos do IBGE, o LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), não contemplam recortes específicos que permitam distinguir neorrurais de outros perfis de produtores ou moradores do campo. Soma-se a isso a dificuldade de acesso e sistematização de informações em registros cartoriais (onde também foi pesquisado se poderia revelar identificação dos neorrurais), bem como o tempo limitado disponível para a realização de análises mais aprofundadas de natureza estatística. Tal lacuna evidencia um campo ainda aberto para futuras investigações que busquem mensurar e qualificar esse fenômeno de forma mais sistemática.

Outra limitação refere-se ao fato de que o estudo não se aprofundou na análise das perdas produtivas e econômicas associadas à formação do Sistema Cantareira nos municípios investigados. Ainda que as entrevistas tenham revelado, de forma recorrente, narrativas de perdas territoriais, produtivas e familiares, especialmente relacionadas à inundação de áreas férteis, bem como a presença de

uma cultura de desconfiança em relação a atores externos, tais aspectos foram apenas identificados no plano qualitativo, não sendo objeto de investigação específica. Trata-se, portanto, de uma dimensão relevante que atravessa o território e que pode influenciar as dinâmicas atuais do rural, mas que demanda estudos próprios para sua adequada compreensão.

Adicionalmente, o estudo não aprofundou a análise de determinadas formas emergentes de ocupação do espaço rural, como as ecovilas e comunidades intencionais. Essas configurações territoriais, frequentemente organizadas a partir da divisão de módulos rurais entre múltiplas famílias, nem sempre possuem orientação produtiva convencional, mas aparecem como espaços de acolhimento de perfis associados aos neorrurais. Ainda que tenham sido identificadas como iniciativas potencialmente relevantes no contexto de transição rural, inclusive como possíveis zonas de interface entre o urbano e o rural, tais experiências não foram analisadas de forma sistemática nesta pesquisa. Observa-se, contudo, que essas formas de ocupação envolvem arranjos jurídicos e organizacionais específicos, frequentemente associados a compromissos socioambientais e práticas de regeneração, configurando um campo promissor para novas investigações.

Por fim, destaca-se uma limitação relevante de ordem conceitual e empírica identificada ao longo do trabalho de campo. A pesquisa evidenciou que, no imaginário de parte dos rurais tradicionais, há uma tendência de não diferenciação entre o neorrural -tal como conceituado neste estudo- e a população urbana que tem se instalado no meio rural por meio de loteamentos e parcelamentos de caráter predominantemente residencial. Ainda que essa distinção tenha emergido de forma consistente nos relatos, o presente estudo não se propôs a investigar diretamente esse segundo grupo, tampouco a aprofundar as relações e conflitos decorrentes de sua presença no território.

No entanto, os dados indicam que essa forma de ocupação está associada a tensões significativas no campo, com impactos sobre as dinâmicas territoriais, produtivas e sociais, além de ocorrer em ritmo acelerado. Tal processo parece, em muitos casos, estar relacionado à ausência de planejamento adequado e à limitada incorporação dessas dinâmicas nas políticas públicas municipais. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de investigações futuras que aprofundem essa distinção e

analisem de forma mais sistemática os efeitos dessa população sobre o espaço rural.

Por fim, ressalta-se que as limitações aqui apresentadas não invalidam os resultados da pesquisa, mas delimitam seu escopo e reforçam seu caráter exploratório e analítico. Ao mesmo tempo, evidenciam a complexidade do fenômeno estudado e apontam para a necessidade de aprofundamentos teóricos e empíricos, especialmente no que se refere à produção de dados, à mensuração dos processos em curso e à análise de novas formas de ocupação e uso do espaço rural.

2.8 - Uso de ferramentas de Inteligência Artificial na pesquisa

Registra-se a utilização de ferramenta de inteligência artificial generativa[1] (ChatGPT) como apoio auxiliar em etapas de revisão linguística e ortográfica em algumas partes do texto, com o objetivo de aprimorar a clareza e a qualidade da redação acadêmica. Também foi utilizada na conferência e levantamentos de erros das informações da bibliografia, com a finalidade de cumprir com as normas ABNT. Serviu como apoio exploratório em buscas bibliográficas, quando da necessidade de encontrar artigos acadêmicos contendo temas específicos. A IA generativa também apoiou a integração inicial dos dados provenientes das entrevistas nas suas respectivas categorias analíticas. Para tal ação foi necessário preparar documentos onde estejam organizadas as respostas dos quatro grupos de entrevistados, sob a mesma categoria, e na mesma questão. Com essa organização das respostas, realizada pela pesquisadora, foi possível utilizar a IA para apoiar a identificação e a contagem de convergências, divergências e temas emergentes em cada categoria. Ainda assim, após as respostas da ferramenta, todas as informações foram analisadas, revisadas, corrigidas e complementadas pela pesquisadora. A utilização de ferramentas de IA nessa fase mostrou-se especialmente relevante diante do elevado volume de dados gerados pela pesquisa de campo, da quantidade de entrevistas realizadas, e da complexidade do processo de categorização qualitativa estabelecida pela pesquisadora, com a finalidade de ampliar o potencial de análise do trabalho.

---

[1] Disponivel em: http://mtc-m12e.sid.inpe.br/col/sid.inpe.br/mtc-m12e/2026/03.24.18.34/doc/thisInformationItemHomePage.html. Acessado em 21/05/2026.

Ressalta-se, contudo, que a definição da estratégia metodológica, a construção das categorias analíticas, a validação das informações, a análise e interpretação dos dados, bem como a redação final, as discussões, conclusões e recomendações do trabalho, permaneceram sob integral responsabilidade da pesquisadora. A pesquisadora avaliou e validou o uso de IA na pesquisa com base em bibliografia especializada (SAMPAIO, SABBATINI, LIMONGI, 2024).

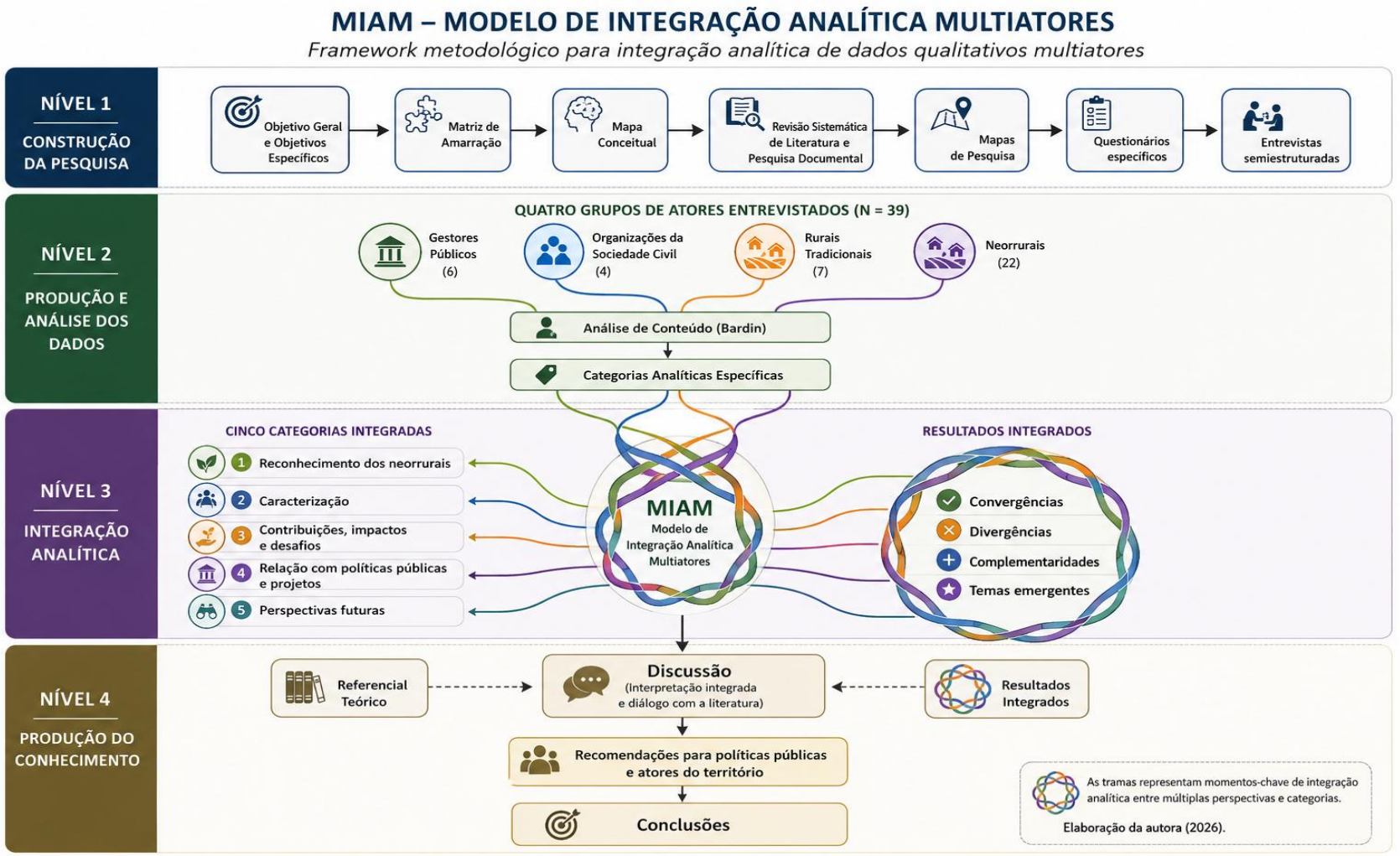
2.9 - Síntese da arquitetura metodológica da pesquisa

Ao final da pesquisa, percebeu-se que o percurso metodológico construído ao longo da investigação favoreceu a integração das diferentes perspectivas dos grupos de atores e trouxe clareza para a análise dos resultados, a discussão, a elaboração das recomendações e as conclusões. Essa percepção despertou o interesse em revisitar o percurso metodológico para compreender quais decisões contribuíram para esse processo e como elas se conectaram ao longo da pesquisa.

Essa reflexão permitiu constatar que as ferramentas empregadas desde o delineamento inicial da pesquisa — como a matriz de amarração, o mapa conceitual, a revisão sistemática da literatura, a construção dos mapas de pesquisa, os instrumentos de coleta e a análise de conteúdo — contribuíram, de forma integrada, para o alinhamento das etapas da investigação e para a construção da integração analítica dos resultados.

A sistematização desse percurso levou à elaboração do Modelo de Integração Analítica Multiatores (MIAM – Figura 5). O framework apresentado a seguir sintetiza a arquitetura metodológica desenvolvida nesta pesquisa, evidenciando o percurso que possibilitou transformar diferentes vozes e perspectivas em resultados integrados, os quais fundamentaram a discussão, as recomendações e as conclusões do estudo. Ao sistematizar essa arquitetura metodológica, o MIAM busca favorecer a compreensão do modelo desenvolvido e subsidiar sua adaptação em pesquisas qualitativas que envolvam múltiplos atores sociais.

Figura 5 – Modelo de Integração Analitica Multiatores



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), com apoio de IA generativa (ChatGPT).

CAPÍTULO 3

PERCURSO e REFERENCIAL TEÓRICO - Na busca de uma terra firme

Não é preciso viver no campo para perceber as claras evidências de mudanças no espaço rural. As imagens estereotipadas do caipira, camponês, roceiro, matuto, gaúcho, lavrador, capiau, peão, boiadeiro ou vaqueiro já não são encontradas em todo e qualquer rural do Brasil. A diversidade tomou conta do campo. As casas e currais não seguem o mesmo padrão arquitetônico. Numa mesma estrada rural é possível encontrar, com poucos metros de distância, uma palhoça, uma mansão, uma cabana, uma típica casa urbana (até com muros altos), uma casa de taipa e outra feita com módulos de contêiner. São claras manifestações de mudanças acontecendo.

Ainda é possível, em locais mais afastados, encontrar moradores rurais que mantêm aquelas características que foram transformadas em caricaturas do mundo rural: o típico caipira. Ainda assim, no imaginário da maioria das pessoas, misturam-se as imagens e discursos do que é, e daquilo que não é rural. Rural pode ser aquele sertão que sofre as secas, aquela imensa monocultura de soja com maquinários sofisticados do midiático agro brasileiro, ou aquele produtor rural agroecológico que explica como sua roça produz água para o Sistema Cantareira. Tudo isso, e muito mais.

Para abordar o tema dos neorrurais na região da APA Cantareira, foi avaliada a necessidade de construir um arcabouço teórico que sustente e revise as vivências e discursos locais. Dessa forma, surge a estrutura deste percurso teórico que transita pelos principais temas da pesquisa, e constrói um alinhavo e uma rede, que possam guiar e sustentar o trabalho proposto.

O referencial parte do rural e suas diferentes abordagens, passa pelo desenvolvimento sustentável, o desenvolvimento rural e as políticas públicas, aborda as novas ruralidades, explica o fenômeno migratório da contraurbanização, descreve o histórico e a multiplicidade dos neorrurais, e constrói o cenário do território da pesquisa, a região do Sistema Cantareira no estado de São Paulo.

A partir dessa trama, construída a partir da leitura e estudo de artigos acadêmicos, livros e documentos públicos e privados, é possível avançar na trilha da pesquisa.

3.1 - O Rural

O percurso teórico inicia com o tema do rural, pois, ao longo da pesquisa, foi construído o entendimento de que ele constitui a base do trabalho. O rural abriga este estudo não apenas pela obviedade de que os novos rurais se estabelecem no campo, mas porque o rural é fundamento, é contorno; são vínculos, trocas, território, sentido e identidade.

A revisão bibliográfica revelou uma semelhança entre os debates contemporâneos sobre o rural no Brasil, e questões relevantes já identificadas na França há quase três décadas. Jollivet (1998) destaca temas urgentes para a Sociologia Rural, como a diminuição da população ativa agrícola e suas consequências, a crise do modelo de desenvolvimento agrícola, a necessidade de repensar o desenvolvimento e, finalmente, o debate sobre o meio ambiente. Esses temas apresentam forte paralelismo com as preocupações que atravessam este trabalho na atualidade, inclusive aquelas relacionadas aos novos rurais, cuja trajetória guarda semelhanças com movimentos europeus anteriores.

As três décadas que separam os contextos analisados demonstram a modernização tardia vivida no Brasil, reforçam a complexidade e a permanência das questões rurais, além da recorrência de desafios semelhantes em diferentes países e realidades territoriais. Como argumenta Furtado (1974), a incorporação do modelo de desenvolvimento ocorreu em diferentes temporalidades históricas. Enquanto o Brasil vivia a expansão da industrialização, da Revolução Verde e da modernização agrícola, diversas sociedades já iniciavam um movimento de questionamento dos limites ambientais e sociais desse mesmo paradigma, produzindo ritmos distintos nas agendas ambiental e rural.

O rural é extenso no tempo e no espaço, e sua dinâmica é multifacetada. Mota (2002, p.398) afirma:

> “[...] falar do rural não é reportar-se apenas a um espaço geográfico, mas às relações que são desenvolvidas ali e como estão inseridas em um todo envolvente. Falar do rural é pensar em ‘rurais’, colcha de retalhos que constitui o mundo agrário

> brasileiro, sujeito às tensões crescentes da competitividade e da urgência de preservação dos recursos naturais".

Apesar de não ser possível falar de um único rural, é viável reconhecer características que o definem: paisagens específicas, cheiros e imagens associados ao imaginário cultural; a predominância do meio ambiente; menor densidade humana; ritmos e dinâmicas marcados pelas atividades do trabalho; profissões diretamente ligadas à natureza; vínculos entre vizinhos que, embora menos frequentes, tendem a ser mais intensos; e grandes distâncias entre residências. Observa-se ainda menor oferta de serviços públicos, menor circulação de desconhecidos e maior dependência das relações locais, características frequentemente associadas às ruralidades contemporâneas descritas na literatura especializada (WANDERLEY, 2011; VEIGA, 2005).

Ainda na atualidade é complexo obter dados claros a respeito das populações urbana e rural no Brasil, em particular dados históricos comparativos, por conta dos diferentes conceitos e metodologias utilizados ao longo do tempo. "As preocupações acerca da classificação urbano/rural de todo o território brasileiro emergiram com a necessidade de se publicar dados sobre a realidade do país, em um contexto internacional marcado pela busca de se promover a comparabilidade internacional de dados estatísticos". (SOUZA et al., 2024, p. 3). Isso aconteceu por volta de 1936.

É igualmente relevante reconhecer as dificuldades de estabelecer fronteiras rígidas entre rural e urbano, dada a forte interpenetração de elementos de ambas as esferas. Ainda assim, manter a centralidade no rural é fundamental, mesmo reconhecendo sua permeabilidade com o urbano, pois falar do rural é falar de um território com características próprias (WUBAYEHU, 2020).

3.1.a. Das diferentes abordagens e dos "rurais" que surgem deles

Wubayehu (2020, p.02), após intensa pesquisa escreve que "... o termo área rural não possui uma definição universalmente aceita. Como resultado, a definição de área rural varia de país para país e até mesmo dentro do mesmo país ao longo do tempo". Diante da ausência de uma definição universal e estável do rural, esta pesquisa compreende que sua interpretação depende das lentes analíticas utilizadas para observá-lo. Assim, a partir da revisão bibliográfica realizada, propõe-se uma sistematização própria das principais abordagens identificadas na literatura,

organizadas em dimensões que permitem compreender a pluralidade de sentidos, funções e representações atribuídas ao rural contemporâneo. A intenção não é estabelecer uma tipologia, mas oferecer um instrumento interpretativo que evidencie a multidimensionalidade do rural e auxilie na leitura das diferentes ruralidades presentes no território. Assim, são apresentadas seis possíveis abordagens do rural (síntese no Quadro 2).

Foi encontrada uma abordagem **sociológica**, que prioriza as relações sociais, os padrões de vida, a identidade, a comunidade rural em contraste com a sociedade urbana, e a diferenciação entre urbano e campo. Foi percebida também uma abordagem **cultural/simbólica**, no qual o rural é apresentado por seu valor, estilo de vida, representações do campo, pela dialética cidade-campo e pela mudança de significados atribuídos a esse espaço.

Outro enfoque é a abordagem **política-administrativa**, utilizada por órgãos públicos para definir áreas rurais, orientar políticas agrícolas, estabelecer zoneamentos, legislações fundiárias e outras ferramentas de governança territorial. Já a abordagem **geográfica/territorial** parece ser definida por critérios espaciais, como densidade populacional, distância da cidade, uso e ocupação da terra, entre outros parâmetros.

Foi percebida ainda uma abordagem **produtiva/agroeconômica**, na qual o rural é entendido como espaço de produção agrícola, agropecuária, economia familiar, modos de uso da terra e geração de renda. Por fim, uma abordagem **ambiental e de sustentabilidade**, que evidencia a importância do espaço rural para a conservação ambiental, o manejo e a regeneração dos recursos naturais, a manutenção de serviços ecossistêmicos, a preservação da biodiversidade e a gestão da água.

Essas abordagens, sistematizadas nesta pesquisa, construídas a partir dos estudos deste trabalho, revelam a diversidade de perspectivas pelas quais o rural pode ser analisado, permitindo visualizar múltiplas dimensões que coexistem, se complementam e, por vezes, entram em tensão. Diante da inexistência de um conceito formal ou amplamente aceito do rural, foi realizado o aprofundamento do tema por meio das diferentes abordagens visualizadas.

Quadro 2 – Diferentes abordagens do rural

sociológica	cultural/simbólica	política-administrativa	geográfica / territorial	produtiva/ econômica	ambiental e sustentável
prioriza relações sociais, padrões de vida, identidade, comunidade rural x sociedade urbana, diferença urbano/campo.	rural apresentado pelo seu valor, estilo de vida, espaço de significados associados à natureza e ao modo de vida, práticas culturais.	utilizado por órgãos públicos para definir áreas rurais, políticas agrícolas, zoneamento, legislação fundiária e usada para fins de governança.	definido por critérios espaciais como densidade populacional, distância da cidade, uso da terra, paisagens, novas dinâmicas territoriais, etc.	entendido como espaço de produção agrícola, agropecuária, economia familiar, modos de uso da terra, multifuncionalidade e pluriatividade, geração de renda.	o rural como espaço estratégico para a conservação ambiental, manejo e regeneração de recursos naturais e serviços ecossistêmicos, preservação da biodiversidade e gestão da água.
AUTORES VISITADOS					
Maria de Nazareth Baudel Wanderley / Marcel Jollivet / Dalva Mota e Heribert Schmitz / Flamarion Dutra Alves / Jonas de Carvalho Silva e	Joan Nogué / Jo Little / Sérgio Buarque de Holanda / Julieta Quirós / Rachel Rangel	João Freire Rodrigues / Documentos de : CEPAL / IBGE / FAO/ SDT/MDA	Rosângela A. de M. Hespanhol / José Eli da Veiga / Rafael Mattos /	Sérgio Schneider / Maria José Carneiro e Renato Maluf / Zander Navarro / Lauro Mattei / Castro, Garcia e Navarro	Ignacy Sachs / José Augusto Pádua / Donald Worster / Antonio Santoro
TEMAS DESTACADOS PARA APROFUNDAMENTO					
Êxodo juvenil rural	Caipira símbolo de atraso. Abandono do campo.	Conflitos no zoneamento de areas urbanas em detrimento de áreais rurais.	Concentração fundiária	Pluriatividade	Conservação dos recuros naturais (água, solo, biodiversidade)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir das leituras citadas.

3.1.b. Temas em destaque de cada abordagem do rural. Exemplos.

Todas essas abordagens evidenciam a importância de uma compreensão multidimensional do rural, cujas diferentes dimensões se entrelaçam no cotidiano da vida no campo. Quando operam de forma desarticulada -conforme o órgão público, instituição ou serviço envolvido-, tendem a gerar inconsistências, incoerências e conflitos que impactam profundamente os territórios rurais. A seguir, são apresentados exemplos relacionados a cada abordagem, escolhidos não a partir de critérios rígidos de seleção, mas por sua recorrência e relevância nas leituras realizadas e nas vivências construídas ao longo desta pesquisa. Busca-se, com isso,

compreender de forma prática como essas diferentes perspectivas se manifestam e quais implicações produzem no território.

Um exemplo emblemático é o dos critérios utilizados para classificar uma localidade como rural ou urbana, definição vinculada à **abordagem política-administrativa**. No Brasil, essa classificação é realizada principalmente pelos municípios, com respaldo no Estatuto da Terra e nas diretrizes constitucionais (art. 182 da Constituição Federal de 1988). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) utiliza essas definições municipais para fins estatísticos, especialmente nos Censos Demográficos. Assim, trabalha-se com um conceito jurídico e político-administrativo, que pode divergir de abordagens sociológicas, culturais ou territoriais (RODRIGUES, 2014).

Na prática, a área rural é definida por exclusão: tudo aquilo que não está formalmente delimitado como urbano pelo Plano Diretor (quando existente) e pela Lei de Uso e Ocupação do Solo de cada município. Essa lógica produz efeitos diretos na governança territorial, especialmente porque o espaço urbano paga imposto territorial ao município, enquanto o espaço rural paga imposto territorial à União. A consequência é evidente: ampliar o perímetro urbano torna-se um mecanismo potencial de aumento de arrecadação. E isso, de fato, ocorre. Um exemplo claro é a Lei nº 816/1987 da Prefeitura de Joanópolis, que, em seu artigo 1º, definiu como área de expansão urbana "toda a extensão territorial do município". [2] Mais recentemente, essa lei foi suspensa por decisão liminar do Tribunal de Justiça de São Paulo em 25/09/2024 (ação nº 2291396-06.2024.8.26.0000)[3]. A suspensão foi registrada oficialmente pela Câmara Municipal em 26/09/2024 (Req. 66/2024), e, em 16/04/2025, o Órgão Especial julgou a ação procedente.

---

[2] https://s3.amazonaws.com/municipais/originais/joanopolis-sp/1987/ord-816-1987-joanopolis-sp.pdf?X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAI4GGM64DHHZJ3HAA%2F20251111%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20251111T170657Z&X-Amz-Expires=900&X-Amz-SignedHeaders=host&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3Dord-816-1987-joanopolis-sp.pdf&X-Amz-Signature=ba704aafd46775aa33701afc71e6622bad6796dc26085130c9e4c87bf60338d4

[3] https://leismunicipais.com.br/a/sp/j/joanopolis/lei-ordinaria/2024/221/2219/lei-ordinaria-n-2219-2024-dispoe-sobre-a-expansao-do-perimetro-urbano-do-municipio-de-joanopolis-e-seu-uso-e-da-outras-providencias

A Súmula 626 do Superior Tribunal de Justiça fixou que o IPTU incide sobre áreas de expansão urbana independentemente da existência de melhoramentos mínimos, criando um incentivo fiscal à ampliação do perímetro urbano. Situações como a de Gaspar (SC), onde a ampliação urbana foi anunciada com previsão de aumento de 20% na arrecadação ao incorporar cerca de 5 mil imóveis, ilustram esse movimento de forma cristalina[4].

Nos municípios que compõem o escopo desta pesquisa, há um fator determinante que limita tais expansões: todos estão inseridos na Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira, uma unidade de conservação que protege recursos naturais, biológicos, estéticos e culturais, permitindo apenas o uso sustentável do território. Em razão disso, o zoneamento da APA impõe restrições ao uso e ocupação do solo, definindo áreas de preservação que não deveriam, em hipótese alguma, ser destinadas à expansão urbana. A dinâmica recente dessas transformações territoriais nos municípios estudados é apresentada em seção específica deste trabalho, com base em informações oficiais obtidas junto às prefeituras municipais e analisadas em conjunto com a literatura e os resultados da pesquisa.

Outro claro exemplo da dissociação nas abordagens pode ser visto no município de Piracaia, onde embora o Plano Diretor reconheça apenas áreas urbanas e de expansão urbana, os dados da CATI do estado de São Paulo (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) evidenciam[5] a existência concreta de atividades agropecuárias e de agricultura familiar no território municipal. Essa situação não configura uma contradição jurídica, mas revela uma dissociação institucional entre o planejamento urbano municipal e as políticas agrárias e produtivas estaduais e federais. O rural, nesse contexto, existe na prática, mas torna-se invisível enquanto categoria territorial no ordenamento urbano municipal, o que fragiliza sua permanência, amplia as pressões por reclassificação fundiária,

[4] https://cruzeirodovale.com.br/geral/aumento-da-area-urbana-deve-elevar-receita-do-iptu-em-20-/ Acessado 11/11/2015.

[5] LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo - Dados consolidados. https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais.php

especialmente em áreas ambientalmente sensíveis da APA Cantareira, e fortalece e cria incentivos para a fragmentação rural.

Quanto ao tamanho do rural brasileiro, Veiga (2005, p.13) nos provoca ao afirmar que “o Brasil é bem mais rural do que oficialmente se calcula, pois a essa dimensão pertencem 80% dos municípios e 30% da população”. Para o autor, isso não deve ser visto como algo negativo, já que muitas das vantagens competitivas do século XXI dependerão da força de economias rurais dinâmicas. O alerta é pertinente: quando reduzimos o conceito de rural a apenas uma de suas abordagens, outras parcelas fundamentais desaparecem do debate. Se excluímos terra, geografia e usos do solo da definição do rural, apagamos junto com eles outros temas, como reforma agrária, latifúndios, regularização fundiária, demarcação de terras, usucapião rural e terras devolutas, que são temas centrais para compreender a realidade rural brasileira.

Um exemplo da **abordagem simbólica do rural** emerge especialmente a partir da década de 1950, quando o projeto urbano-industrial brasileiro passou a representar o campo como espaço atrasado, pobre, limitado e incapaz de produzir desenvolvimento. Esse imaginário, amplamente reforçado por políticas públicas e pelo discurso social, contribuiu para um fenômeno ainda presente: a vergonha de jovens em admitir sua origem rural ou permanecer no campo.

São trazidos alguns destaques do período em que existiu uma clara escolha pelo esvaziamento do campo. Durante a ditadura civil-militar, medidas como a Reforma do Ensino (Lei 5.692/1971) estimularam a nucleação escolar e favoreceram o fechamento de escolas isoladas, majoritariamente rurais. No plano cultural, o personagem Jeca Tatu, difundido por Monteiro Lobato, cristalizou no imaginário coletivo a figura do caipira como indolente, insalubre e responsável pela estagnação nacional (RANGEL, 2011). Embora o autor tenha posteriormente se retratado, essa retratação é pouco conhecida, e o estereótipo continua sendo mobilizado politicamente até hoje, e subsiste até em festas folclóricas.

O campo também enfrenta transformações profundas nas suas dinâmicas sociais. O chamado “envelhecimento do rural” não decorre do envelhecimento natural das pessoas, mas do êxodo massivo dos jovens, que buscam melhores condições de vida, renda, estudo e oportunidades profissionais nas cidades. Entre

esses jovens, as mulheres saem em proporções ainda maiores, reflexo da discriminação persistente nas atividades rurais. Carneiro (2007, p.61) destaca:

> "Nesse contexto, permanecer no campo exige-se pensar em alternativas não-agrícolas tanto para moças quanto para rapazes ou, ao menos, em um modo de fazer agricultura diferente da realizada por seus pais. Observa-se, aí, uma mudança do valor atribuído à agricultura, compartilhado, em muitos casos, pelos próprios pais que querem poupar os filhos das dificuldades e sofrimentos por que passaram. Em decorrência dessa situação a reprodução social das unidades familiares agrícolas encontra-se ameaçada".

Assim, é possível observar que as diferentes abordagens do rural permitem múltiplas formas de compreensão do território, abrangendo desde suas características mais tradicionais até a dinamicidade das transformações decorrentes dos intensos fluxos e trocas rural-urbano, de sua historicidade, representações simbólicas e dos serviços ambientais, sociais e econômicos prestados pelo rural à sociedade (CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 2000).

Uma abordagem ou **visão economicista** do rural associou o espaço, e associa ainda, com produção agropecuária. "A visão tradicional sempre considerou e interpretou o meio rural brasileiro apenas como espaço de produção agrícola, procurando mensurar a evolução do desenvolvimento unicamente a partir de critérios e de indicadores de desempenho econômico setorial da agricultura nos mercados (MATTEI, 2014, p.03)". Essa visão, para além da redução das características e potencialidades do rural, transformou o ambiente num espaço também de dor e exclusão.

> "Esse novo contexto traz implicações importantes para o debate sobre equidade e sustentabilidade social no meio rural. Se, por um lado, o avanço tecnológico e a formalização das relações de trabalho eliminaram algumas das formas mais brutais de exploração – como o trabalho escravo e o trabalho infantil – por outro, a modernização agrícola produziu novas desigualdades e desafios: desemprego estrutural no campo, esvaziamento de comunidades rurais, concentração fundiária e dificuldades crescentes de reprodução social dos agricultores familiares. Em síntese, o mercado de trabalho rural brasileiro passou, ao longo dessas sete décadas, de um regime de superexploração e abundância relativa de mão de obra para um cenário de escassez qualificada e novas formas de exclusão social. Trata-se de um dos movimentos mais expressivos – e ao mesmo

> tempo mais negligenciados – do processo de transformação da agricultura nacional" (CASTRO; GARCIA; NAVARRO, orgs., 2025, p.23).

Entre os temas fundamentais ao desenvolvimento rural destacam-se a multifuncionalidade e a pluriatividade, que reconhecem o rural como um espaço que vai muito além da agricultura e da pecuária. A pluriatividade caracteriza-se pela combinação de diferentes ocupações exercidas pelos membros de uma mesma família com domicílio rural, articulando atividades agrícolas e não agrícolas. Schneider (2005, p.27) diz:

> "Atualmente, é relativamente bem aceito entre especialistas e estudiosos que o desenvolvimento social e econômico do mundo rural está passando por redefinições que apontam para a emergência de novas formas de emprego e obtenção de rendas para os agricultores", e por isso nos apresenta cinco fatores ligados ao crescimento da pluriatividade no campo: a modernização tecnológica e seus efeitos, a queda das rendas agrícolas, as política de estímulo às atividades rurais não-agrícolas, as mudanças no mercado de trabalho e o fato da pluriatividade ser uma característica intrínseca das famílias rurais".

Conforme Schneider, a expansão da pluriatividade decorre da articulação entre mudanças estruturais na agricultura e no mercado de trabalho, estratégias familiares de geração de renda, políticas públicas de desenvolvimento rural e características inerentes ao modo de organização da agricultura familiar. O Quadro 3 apresenta uma síntese dos principais fatores que contribuem para compreender esse processo.

Quadro 3 – Fatores ligados ao crescimento da pluriatividade no campo

Modernização tecnológica e seus efeitos sobre a individualização da agricultura e externalização de etapas dos processos produtivos	Queda das rendas agrícolas, decorrente do aumento dos custos de produção agrícola, da dependência tecnológica e das políticas protecionistas.	Políticas de estímulo as atividades rurais não-agrícolas de geração de emprego e contenção das migrações campo-cidade	Às mudanças nos mercados de trabalho	A pluriatividade é uma característica intrínseca nas unidades de agricultura familiar.
associado ao aumento dos membros das famílias com domicílio rural ocupados em atividades não-agrícolas	a busca por complementos de renda em atividades não-agrícolas tem sido uma estratégia de complemento de renda e estabilização dos ganhos mesmo naquelas unidades agrícolas mais modernizadas tecnologicamente, mas com aumento real dos seus custos.	Em alguns países, num cenário onde o desemprego tornou-se um problema estrutural sem perspectivas de resolução imediata, a busca de geração de oportunidades de trabalho e ocupação no meio rural passou a figurar entre os objetivos das políticas públicas.	Existem vários estudos que indicam as relações entre processos de descentralização industrial ou de industrialização descentralizada em áreas não-urbanas com o crescimento de atividades não-agrícolas nos espaços rurais (além das mudanças a partir da Covid-19).	O exercício de várias atividades dentro de um mesmo estabelecimento é uma característica intrínseca ao "modo de funcionamento" de unidades de trabalho que organizam-se sob a égide do trabalho familiar.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Schneider (2005)

Em muitos casos, a busca por renda adicional em atividades não agrícolas torna-se uma estratégia essencial, inclusive em unidades já modernizadas, mas pressionadas pelos altos custos de produção. Em países onde o desemprego estrutural se tornou uma questão crítica, políticas públicas passaram a incentivar atividades não agrícolas no meio rural. Há, ainda, estudos que relacionam a descentralização industrial e processos correlatos ao crescimento de ocupações não agrícolas, tendência reforçada pelas mudanças observadas no período pós-Covid-19 (Coordenação de Órgãos Colegiados e Planejamento da SDT/MDA, 2005).

Por fim, o exercício simultâneo de várias atividades dentro de um mesmo estabelecimento demonstra o modo de funcionamento típico de unidades rurais baseadas no trabalho familiar, expressando continuidade histórica e capacidade adaptativa. Nesse contexto, o cooperativismo e o associativismo rural configuram-se como estratégias relevantes de organização econômica e social, especialmente no

apoio à comercialização, acesso a mercados e fortalecimento da produção em pequena escala. No Brasil, o cooperativismo agropecuário reúne mais de 1.100 cooperativas e cerca de 1 milhão de produtores associados, representando aproximadamente 20% dos produtores rurais do país. Segundo o Anuário do Cooperativismo Brasileiro, o setor está presente em mais de 1.300 municípios e desempenha papel significativo na produção nacional de alimentos (OCB, 2023). Ainda assim, a adesão a esses modelos não é homogênea, evidenciando a existência de limitações estruturais e institucionais para sua expansão, especialmente em territórios onde a organização coletiva da produção ainda se encontra em estágio incipiente. Destaca-se, ainda, que nas políticas públicas do Brasil, os coletivos rurais são uma porta de acesso. Esse tema pode ser verificado no subcapítulo de Políticas Públicas.

A pluriatividade caracteriza-se pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais dos membros de uma mesma família. Sua emergência ocorre quando famílias domiciliadas em áreas rurais passam a articular a atividade agrícola com diferentes formas de ocupação não agrícola (Schneider, 2005). Essa realidade se torna mais ampla quanto maiores são as conexões das famílias e comunidades com contextos externos ao rural, o que aumenta a demanda por serviços e produtos que podem ser ofertados pelos próprios membros, sobretudo diante da necessidade crescente de complementação da renda familiar.

Um exemplo recorrente dessa dinâmica é a produção e venda de artigos artesanais, e em áreas como decoração, saúde ou alimentação, realizada principalmente por mulheres. Entre os homens, é comum a chamada “agricultura de serviços”, que inclui o trabalho em propriedades que carecem de mão de obra, ou o aluguel de equipamentos agrícolas. O turismo rural também se destaca como espaço de pluriatividade, envolvendo hospedagem, visitação a áreas naturais e oferta de alimentação típica. A relevância dessa realidade aparece, por exemplo, na Portaria MTUR nº 25, de 3 de setembro de 2025[6], que regulamentou a Lei Geral do Turismo, permitindo que agricultores familiares e produtores rurais prestadores de

[6] https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-/publicacoes/atos-normativos-2/2025/portaria-mtur-no-25-de-3-de-setembro-de-2025

serviços turísticos se registrem oficialmente no Cadastur sem perder seus direitos previdenciários e demais benefícios das políticas públicas da agricultura familiar. Em novembro de 2025, o próprio sistema do Cadastur registrou instabilidades devido ao elevado número de acessos para esse tipo de cadastro. Uma evidência prática da expansão da pluriatividade.

Ao falar em pluriatividade é necessário incluir o conceito de multifuncionalidade rural. Carneiro (2005, p.43) nos explica:

> "A proposta de uma agricultura multifuncional surge, assim, em um contexto de disputa entre duas concepções de agricultura: uma sustentada nas determinações das leis do mercado e outra que considera que o sentido da atividade agrícola não se limita à produção para o mercado, mas se estende também à oferta de serviços e bens (materiais e imateriais) à sociedade".

Assim, ao citar a multifuncionalidade, é descrito o amplo leque de aspectos que envolve o respeito e cuidado com a cultura rural no campo.

Marcando a relação entre elas, é possível dizer que a pluriatividade é uma expressão prática da multifuncionalidade. Enquanto a multifuncionalidade descreve o papel ampliado do rural na sociedade, a pluriatividade mostra como as famílias vivem essa ampliação, diversificando suas atividades para responder às novas funções, demandas e oportunidades do território rural contemporâneo.

Na **abordagem geográfica e territorial**, um dos maiores desafios é a concentração fundiária. A história dessa concentração remonta ao período colonial brasileiro, marcado pela distribuição desigual e monopolizada das terras. A Lei de Terras de 1850 consolidou a compra como única via de acesso à propriedade, restringindo-a às elites e excluindo grande parte da população rural. Esse processo estruturou um círculo vicioso de exploração que mudou de forma ao longo do tempo, mas preservou suas bases de desigualdade.

Como explica Carvalho (2010, p.04):

> "A disponibilidade de força de trabalho fornecida aos grandes proprietários pela massa da população rural se formou e se constituiu por causa do monopólio da terra que, concentrada nas mãos de uma minoria de grandes proprietários, obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles".

O relatório Terra, Poder e Desigualdade na América Latina (Oxfam, 2016, p.05) evidencia que “os grandes estabelecimentos somam apenas 0,91% do total dos estabelecimentos rurais brasileiros, mas concentram 45% de toda a área rural do país”. Esse estudo foi realizado com dados do IBGE e utilizando informações de propriedades a partir de 1.000 ha.

Essas desigualdades extrapolam o rural e alcançam toda a estrutura social latino-americana. Ainda assim, as populações rurais despontam como as mais fragilizadas diante da pobreza, da insegurança alimentar e dos efeitos das mudanças climáticas. O relatório da FAO (2025, p.02) reforça:

> “No entanto, as disparidades persistem, especialmente entre mulheres, populações rurais e grupos vulneráveis, uma vez que a variabilidade climática prejudica os meios de subsistência agrícolas, aumenta a exposição à insegurança alimentar e limita o acesso à proteção social em contextos locais.”[7]

Stédile (2025) analisa o histórico da questão fundiária no Brasil, e a reforma agrária como solução do que ele identifica como uma encruzilhada: o caminho entre um modelo de exportação de produtos primários, sem beneficiamento agroindustrial, que desestimula o setor industrial e obriga o país a importar; ou a escolha por um modelo sustentável, que gere alimentos de qualidade, impulsione as economias locais e fortaleça a ruralidade. O autor denuncia o movimento do agronegócio que com suas monoculturas de exportação destrói o meio ambiente, favorece o aquecimento global e compromete ainda mais o baixo padrão nutricional no país, expulsando os trabalhadores do campo e empurrando-os para as periferias urbanas. Stédile argumenta e defende o programa de reforma agrária popular, criado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que introduz no modelo tradicional de reforma agrária, o eixo da produção de alimentos saudáveis (com técnicas agroecológicas) e em pequenas propriedades rurais, buscando novos modelos de produção.

---

[7] “*However, disparities persist, especially among women, rural populations and vulnerable groups, as climate variability undermines agricultural livelihoods, raises exposure to food insecurity and limits access to social protection in local contexts*.” FAO (2025, p.05)

Por fim, destaca-se o papel estratégico do rural na **abordagem da conservação, regeneração e produção dos recursos naturais**. As áreas rurais são responsáveis pela provisão e manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais ao equilíbrio ambiental e ao bem-estar humano. Entre eles destacam-se os serviços de provisão, como água para abastecimento, alimentos e recursos genéticos; os serviços de regulação, como a proteção das nascentes, o controle da erosão, a manutenção da fertilidade do solo, a polinização e a regulação climática; os serviços culturais, relacionados à preservação das paisagens, dos modos de vida tradicionais e dos conhecimentos locais; e os serviços de suporte, como a ciclagem de nutrientes, a formação do solo e a conservação da biodiversidade (UEZU et al., 2017).

Nessas condições, o rural assume papel decisivo para a estabilidade ecológica e para a segurança hídrica e alimentar, sobretudo em territórios sensíveis, como regiões de mananciais. Reconhecer a importância destes serviços implica compreender que a qualidade de vida urbana e a conservação ambiental dependem diretamente da integridade ecológica das áreas rurais e das práticas sustentáveis ali mantidas.

Os ecossistemas desempenham suas funções essenciais independentemente da demanda humana, mas tais funções se tornam “serviços ecossistêmicos” quando geram benefícios diretos às pessoas. Segundo Prado (2014), com base em McNeill e McNeill (2003), estimava-se que, em 2002, a perda da abundância média da biodiversidade original do planeta estava em torno de 73%, podendo alcançar 84% até 2050. Entre os principais fatores associados a essa perda destacam-se a conversão de áreas naturais em terras agrícolas, a expansão da infraestrutura e os impactos crescentes das mudanças climáticas.

A abordagem da “produção de natureza”, conforme proposta por Jiménez Pérez (2019), permite compreender o espaço rural não apenas como área de uso produtivo tradicional, mas como território ativo de geração de ecossistemas conservados e restaurados. Nessa perspectiva, a conservação deixa de ser entendida como restrição ao uso da terra e passa a constituir uma forma de produção, capaz de gerar benefícios ecológicos, sociais e econômicos de maneira integrada. Trata-se de um modelo que articula a restauração de ecossistemas com o desenvolvimento local, ao reconhecer que áreas naturais bem manejadas podem

produzir biodiversidade, serviços ecossistêmicos e oportunidades econômicas, ao mesmo tempo em que fortalecem o apoio social à conservação.

A título de esclarecimento, a respeito dos conceitos utilizados neste trabalho, é importante trazer que a literatura distingue, inicialmente, as dimensões agrícola e agrária como níveis distintos de análise do campo, sendo o primeiro relacionado às atividades produtivas e o segundo às estruturas sociais, fundiárias e institucionais que organizam o uso da terra. No entanto, abordagens mais recentes ampliam essa leitura ao compreender o rural como uma categoria mais abrangente ainda, que não se limita à produção agrícola nem às estruturas agrárias. Nesse sentido, autores contemporâneos indicam que viver no rural deixou de ser sinônimo de ser agricultor, incorporando uma diversidade de atores, funções e formas de uso do território (WANDERLEY, 2009; SCHNEIDER, 2005; SOUZA, 2018). Essa ampliação conceitual permite compreender o rural como espaço multifuncional e heterogêneo, no qual coexistem atividades produtivas, serviços, conservação ambiental e novas formas de habitar e significar o território.

Os elementos apresentados, na explanação das diferentes abordagens do conceito rural, evidenciam a necessidade de compreender o rural em sua totalidade. Reduzi-los, privilegiar apenas uma das facetas, ou criar dissociações e conflitos entre elas, parece contribuir para aumentar a vulnerabilidade ambiental, social e econômica.

3.2 - Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Rural e Políticas Públicas

3.2.a. Desenvolvimento Sustentável

Assim como o rural é o ponto de partida e fundamento desta pesquisa, o desenvolvimento sustentável, e em particular o desenvolvimento rural sustentável, constitui o caminho conceitual pelo qual transita este trabalho.

Na história da humanidade, o pano de fundo das ações humanas foi a falsa crença de que os recursos do planeta eram infinitos. Pádua (2004) descreve que o modelo de ocupação e exploração do Brasil teve como características: o mito da natureza inesgotável, baseado na ideia de uma fronteira natural sempre aberta ao avanço da exploração econômica; o desprezo pela biodiversidade e pelos biomas

nativos; e a aposta permanente em espécies exóticas, especialmente em regime de monocultura, como fonte de enriquecimento econômico e instrumento de controle territorial. Esse mito da natureza inesgotável é uma das raízes da crise atual. Trata-se de uma crise que se revela com força no campo ambiental, mas cuja origem repousa em contravalores humanos profundos.

O pensamento naturalista e ecológico antecede a formulação contemporânea dos conceitos de sustentabilidade e conservação ambiental, tendo sido expressa por diferentes pensadores e lideranças que, em períodos distintos, denunciaram os limites do uso humano da natureza. Já no século XVIII, Alexander von Humboldt descrevia as interdependências entre clima, vegetação e sociedade, advertindo que o desmatamento tropical poderia alterar regimes hídricos e empobrecer solos. Essa crítica o coloca entre os precursores da ecologia moderna. “À medida que investigava, concluiu que o desmatamento das florestas adjacentes, bem como a transposição de cursos de água para irrigação, havia sido a causa da queda dos níveis de água” (WULF,2016, p.118). Conforme destacam Almeida, Faria e Vasconcelos (2014), uma das obras precursoras da reflexão ambiental foi *Man and Nature* (1864), de George Perkins Marsh, na qual o autor alertava para os impactos da ação humana sobre os ecossistemas. “Nesta obra, Marsh é dos primeiros autores a alertar de uma forma sistemática e fundamentada para o impacto da ação antrópica no meio natural e suas consequências para as futuras gerações” (ALMEIDA,FARIA, VASCONCELOS; 2014, p.02). Henry David Thoreau (1817–1862) contribuiu para essa mudança de perspectiva ao defender uma vida simples, autônoma e em maior sintonia com a natureza. Em *Walden*, publicado originalmente em 1854, criticou o excesso de consumo e a lógica materialista, propondo uma relação mais consciente entre o ser humano e o ambiente natural, perspectiva que influenciou posteriormente diferentes correntes do pensamento ambiental (THOREAU, 1854).

No Brasil, José Bonifácio de Andrada e Silva advertia, já no início do século XIX, que o desmatamento acelerado comprometeria o futuro do país, antecipando debates sobre manejo racional e uso sustentável das florestas.

> “O autor deixou registrada em textos a sua preocupação com o desmatamento da floresta tropical brasileira para práticas agrícolas e para produção de carvão vegetal. Alertou para o esgotamento das fontes de água e o desaparecimento de

> árvores centenárias, importantes para a indústria naval da época. Ele propôs o replantio de mudas, a utilização racional dos recursos naturais, e recomendou a prática agrícola somente nos vales" (Moraes, 2014, p.01).

Worster (2024) escreve que "a crise atual é de natureza global; afeta todas as sociedades do planeta; vem se desenvolvendo com intensidade crescente ao longo de um período de pouco menos de duzentos anos e, especialmente no último meio século, mostra sinais de se transformar em uma crise ecológica e não apenas ambiental". [8]

A história do termo desenvolvimento sustentável remonta a 1972, com a Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo, e com o estudo The Limits to Growth (Os limites do crescimento), cuja mensagem polêmica desafiava o paradigma do crescimento ilimitado, questionava modelos econômicos vigentes, indicava que o progresso material tinha limites claros e mostrava que a humanidade já estava ultrapassando esses limites. O documento, elaborado pelo MIT (Instituto Tecnológico de Massachussets) sob liderança de Dennis Meadows e encomendado pelo Clube de Roma (OLIVEIRA, 2012), confrontava diretamente o mito da natureza inesgotável apontado por Pádua (2004) e afirmava que, se mantidas as tendências de crescimento populacional, industrial, de consumo de recursos naturais e de poluição, o planeta entraria em colapso ambiental e econômico em poucas décadas. Os debates ocorridos na COP30 reforçam que muitos desses contravalores permanecem presentes, apesar do avanço do conhecimento científico e da ampliação das estratégias de conservação, regeneração, adaptação e mitigação [9].

A partir do pioneirismo de "Os limites do Crescimento", o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) introduziu, em 1975, o conceito de "ecodesenvolvimento", enfatizando um modelo de desenvolvimento baseado na escala regional e local e no uso adequado dos recursos naturais, contemplando

---

[8] "*la crisis de hoy tiene un carácter global; afecta a todas las sociedades del planeta; se ha venido gestando con intensidad creciente en un período de apenas doscientos años y, sobre todo en el último medio siglo, da muestras de estar transformándose en una crisis ecológica y no meramente ambiental" (WORSTER, 2024).*

[9] SUMAÚMA. *Ao vivo: COP30 – segunda semana decisiva, acordos e pressão indígena*. Disponível em: https://sumauma.com/liveblog/ao-vivo-cop30-segunda-semana-decisiva-acordos-pressao-indigena/?entry=38096. Acesso em: 20 jan. 2026.

especialmente os interesses de ambientalistas e das populações de países pobres (GAVARD, 2009). O termo, porém, foi abandonado poucos anos depois, dada a dificuldade de romper a lógica economicista.

No início da década de 1980, sob as lideranças de Ronald Reagan e Margaret Thatcher, ressurge a confiança na capacidade autorreguladora do mercado e no crescimento econômico como solução universal. Nesse contexto, difunde-se a ideia de que a economia de mercado seria o instrumento privilegiado para resolver problemas ambientais (GAVARD, 2009). É nesse ambiente que surge, em 1987, o termo Desenvolvimento Sustentável, formulado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (WCED) -a Comissão Brundtland- que estabeleceu a definição mais célebre de Desenvolvimento Sustentável: "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas próprias". Segundo Gavard (2009):

> "Nesta formulação, o conceito de Desenvolvimento Sustentável assevera a possibilidade de a economia mundial manter seus níveis de crescimento sem comprometer a disponibilidade de recursos naturais no longo prazo e o instrumento indicado como capaz de proporcionar este quadro é avanço científico/tecnológico".

O conceito foi consagrado na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Rio-92, sendo considerado uma "estratégia vitoriosa para a institucionalização da problemática ambiental no âmbito da agenda política internacional, na esfera governamental, agências de auxílio, empresas e políticas públicas" (NOBRE, 2002, apud GAVARD, 2009).

Ainda assim, ele recebeu -e ainda recebe- muitas críticas, por parecer contraditório ao trazer a proposta de continuidade do crescimento em um contexto de recursos naturais finitos, além de não indicar com clareza os caminhos operacionais para sua implementação. Outras críticas afirmam que se trata de um conceito conciliador, que submete a agenda ambiental à lógica da globalização e legitima a economia de mercado, abrindo espaço para práticas de greenwashing.

Para fundamentar o conceito de desenvolvimento sustentável nesta pesquisa, recorre-se às contribuições de Veiga (2010) e Ignacy Sachs (2004). Veiga (2010) propõe a distinção e posterior integração entre os termos "desenvolvimento" e "sustentabilidade". O autor questiona a tradicional associação entre desenvolvimento

e crescimento econômico, argumentando que o aumento da produção não garante, por si só, melhoria das condições de vida. Amparado em autores como Furtado, Sen e Sachs, Veiga compreende o desenvolvimento como um processo qualitativo, relacionado à ampliação das capacidades humanas e à possibilidade de as pessoas viverem a vida que valorizam, o que pressupõe a existência de direitos, democracia e acesso a oportunidades.

Ao abordar a sustentabilidade, Veiga destaca os limites ecológicos ao crescimento econômico, enfatizando a necessidade de compatibilizar produção e consumo com a capacidade de regeneração dos recursos naturais. O autor dialoga com Georgescu-Roegen e Daly ao apontar a centralidade da relação entre economia e ecologia, bem como a importância de instrumentos políticos e institucionais para a regulação do uso dos recursos naturais. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável envolve não apenas a preservação ambiental, mas também responsabilidade intergeracional e mudanças estruturais nos padrões de produção e consumo, integrando, ao final, as dimensões econômica, social e ambiental conforme a proposta de Sachs.

Seguindo Ignacy Sachs (2004), sua contribuição para o conceito de desenvolvimento sustentável é decisiva ao propor uma abordagem multidimensional, na qual o desenvolvimento deve articular justiça social, eficiência econômica e prudência ecológica (Quadro 4). Para ele, o desenvolvimento sustentável envolve a articulação equilibrada das esferas social, econômica, ambiental, cultural, territorial e política que, em conjunto, estruturam um projeto civilizatório baseado na equidade, prudência ecológica e participação democrática. A *sustentabilidade social* promove justiça distributiva e ampliação das capacidades humanas; a *sustentabilidade econômica* exige eficiência com equidade e planejamento de longo prazo; a *sustentabilidade ambiental* impõe o respeito aos limites da biosfera; a *sustentabilidade cultural* valoriza a diversidade e os saberes locais; a *sustentabilidade territorial* integra ordenamento do espaço e desenvolvimento endógeno; e a *sustentabilidade política* assegura governança democrática e cooperação internacional. Esse conjunto configura a base conceitual da proposta de ecodesenvolvimento e do modelo de ecossocioeconomia desenvolvidos por ele (SACHS, 2007).

Quadro 4 – Pilares do conceito de Desenvolvimento Sustentável Segundo Ignacy Sachs

QUADRO 04 - PILARES DO CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (Ignacy Sachs)					
Social	**Cultural**	**Político**	**Geográfico / Territorial**	**Econômico**	**Ambiental e Ecológico**
Justiça social, redução das desigualdades, inclusão produtiva e trabalho digno, ampliação das capacidades humanas, equidade intergeracional.	Respeito às diversidades culturais, diversidade como patrimônio, educação e mudança cultural, saberes tradicionais (identidades, tradições e modos de vida).	Democracia participativa e controle social, instituições fortes e governança eficaz, estado capaz de orientar o desenvolvimento, justiça social e redistribuição de renda, paz social e coesão, cooperação internacional, cultura política de longo prazo.	Desenvolvimento endógeno (cadeias locais), ruralidade como ativo estratégico, harmonização urbano–rural, ordenamento territorial.	Eficiência econômica com equidade (redistribuição), pluralidade econômica (diversificação), planejamento de longo prazo, mercado interno forte (infuência H. Daly), estabilidade e viabilidade financeira.	Respeito aos limites da biosfera (capacidade de suporte), prudência ecológica (uso racional dos recursos, prevenção, proteção, conservação), transição para matriz ecológica, integração entre ecologia e economia (ecossocioeconomia).

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Sachs (2007)

Na perspectiva de Ignacy Sachs, a sustentabilidade territorial constitui um dos pilares mais básicos e decisivos de sua proposta de desenvolvimento sustentável, pois reconhece que o território -e, em especial, o espaço rural- não é apenas suporte físico das atividades humanas, mas um ativo estratégico para a construção de sociedades sustentáveis. Sachs (2004; 2007) argumenta que o rural concentra funções ecológicas vitais, como a conservação da biodiversidade, a manutenção da fertilidade dos solos, a regulação hídrica e a oferta de serviços ecossistêmicos, sendo, portanto, indispensável para a estabilidade ambiental e para a segurança alimentar de longo prazo. Além disso, destaca que os territórios rurais abrigam patrimônios culturais, arranjos produtivos locais, conhecimentos tradicionais e modos de vida que constituem vantagens comparativas na transição para uma economia de baixo impacto ecológico. Ao propor o desenvolvimento territorial integrado e o desenvolvimento endógeno, Sachs defende políticas que fortaleçam cadeias produtivas locais, diversificação econômica, uso sustentável dos recursos naturais e harmonização das relações urbano–rurais. Assim, à luz dessa perspectiva, a ruralidade pode ser compreendida como fronteira de inovação socioecológica, capaz de articular justiça social, prudência ecológica e autonomia econômica. Essa concepção, presente em sua formulação do ecodesenvolvimento e da

ecossocioeconomia, reforça que não há desenvolvimento sustentável possível quando os territórios rurais são degradados ou subordinados à lógica predatória do mercado global.

Observa-se que essa perspectiva multidimensional converge com a leitura do rural desenvolvida na seção anterior, reforçando a compreensão de que o desenvolvimento sustentável exige uma abordagem integrada das dimensões social, econômica, ambiental, territorial, cultural e política.

A Agenda 2030, segundo informações do site da ONU[10], é um plano de ação adotado por 193 países-membros da ONU em 2015, onde constam os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 metas que demonstram a escala e a ambição dessa Agenda de compromissos até 2030. Esses objetivos são os denominados ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Os países signatários são incentivados a incorporar os ODS às políticas públicas, planos, programas e projetos, definindo metas compatíveis com suas realidades nacionais e locais.

A pesquisa dialoga com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, especialmente aqueles relacionados à erradicação da pobreza (ODS 1), à agricultura sustentável e à segurança alimentar (ODS 2), à proteção dos recursos hídricos (ODS 6), ao trabalho decente e ao desenvolvimento econômico (ODS 8), às cidades e comunidades sustentáveis (ODS 11), aos padrões sustentáveis de produção e consumo (ODS 12), à ação climática (ODS 13) e à conservação dos ecossistemas terrestres (ODS 15), estabelecendo, portanto, relação direta com aproximadamente metade dos objetivos propostos. Além desses, a pesquisa apresenta vínculos indiretos com temas relacionados à saúde e bem-estar (ODS 3), educação de qualidade (ODS 4), energia limpa (ODS 7), infraestrutura e inovação (ODS 9) e conservação da qualidade hídrica (ODS 14), ao mesmo tempo em que os objetivos voltados à igualdade de gênero (ODS 5), redução das desigualdades (ODS 10), paz, justiça e instituições eficazes (ODS 16) e parcerias para a implementação (ODS 17) contribuem para a compreensão do

10 https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustent%C3%A1vel. Acessado em 03/12/2025.

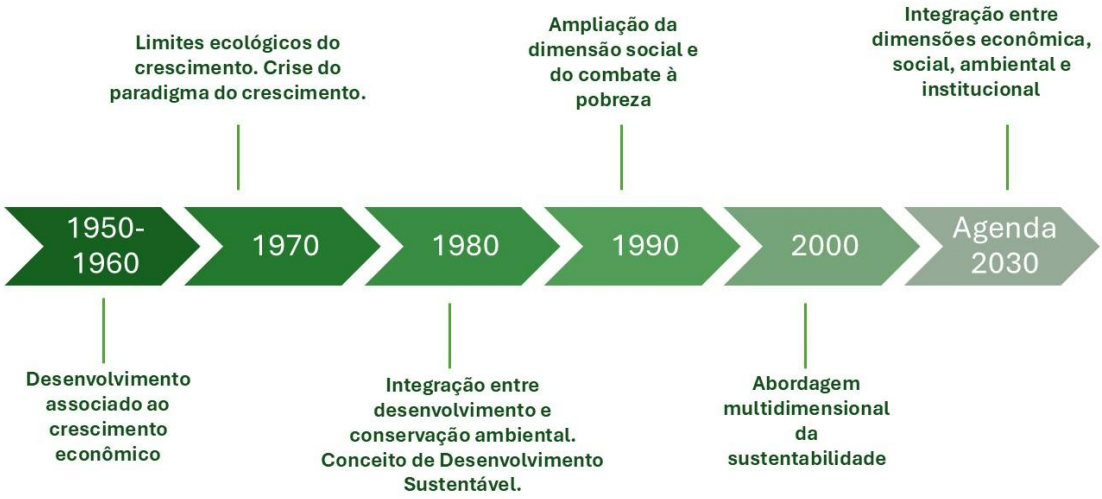
contexto social, institucional e territorial em que a pesquisa está inserida. Dessa forma, o estudo evidencia o caráter transversal do desenvolvimento sustentável, articulando dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais presentes nas novas ruralidades e na construção do desenvolvimento sustentável no território da APA Sistema Cantareira. Embora a Agenda 2030 não constitua o foco desta pesquisa, seus objetivos oferecem um importante referencial internacional para compreender a contribuição das novas ruralidades ao desenvolvimento sustentável, evidenciando a transversalidade do tema e sua interface com diferentes dimensões do desenvolvimento.

3.2.b. Desenvolvimento Rural

Na busca por uma conceituação adequada de desenvolvimento rural, Wubayehu (2020) apresenta um histórico do termo que contribui para compreender a trajetória de ampliação de seu significado. Assim como ocorreu com o conceito de desenvolvimento, inicialmente associado quase exclusivamente ao crescimento econômico, o desenvolvimento rural também passou, em sua fase inicial, por uma leitura predominantemente econômica, com forte destaque para a questão da pobreza rural. A partir da década de 1980, outras dimensões começam a integrar esse debate, embora a pobreza permaneça como seu eixo central. Somente a partir dos anos 2000 observa-se uma evolução mais consistente do conceito, em sintonia com o avanço das discussões sobre desenvolvimento e sustentabilidade, incorporando perspectivas sociais, ambientais e culturais. Ainda assim, a autora argumenta que o desenvolvimento rural precisa reconhecer, de forma explícita, sua interdependência com o espaço urbano, preservando suas especificidades, mas fortalecendo a compreensão de que o desenvolvimento da sociedade como um todo depende da articulação entre o rural e o urbano.

Nas pesquisas e leituras para compreender a evolução do conceito de desenvolvimento rural sustentável foi criada uma linha do tempo que registra, nas últimas cinco décadas, as contribuições recebidas até chegar na atual abordagem integrada do desenvolvimento rural sustentável (Figura 6).

Figura 6 – Linha do tempo do conceito de Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir do referencial citado.

No Brasil, o processo histórico do conceito está alinhado com o período de "modernização" da agricultura e coincidiu com os anos de expansão capitalista de 1950–1975. Já nos anos 1970, "sob a condução dos governos militares, um conjunto de programas foi implementado nas regiões mais pobres, o Nordeste em particular, sob a égide do desenvolvimento rural (pois em outras regiões o modelo era o da 'modernização agrícola')" (NAVARRO, 2001, p.84). O mesmo autor aponta a ausência de um debate acadêmico abrangente e continuado sobre o tema, ao mesmo tempo que há expressões utilizadas de forma intercambiável, em geral: desenvolvimento agrário e desenvolvimento agrícola. A palavra rural aparece nas situações em que a população rural é vista como a finalidade dos programas, e não apenas as atividades econômicas do campo. "O conceito de desenvolvimento rural, em consequência, altera-se também ao longo do tempo, influenciado por diversas conjunturas e, principalmente, pelos novos condicionantes que o desenvolvimento mais geral da economia e da vida social gradualmente impõem às famílias e às atividades rurais" (NAVARRO, 2001, p.88). Assim, observa-se que o desenvolvimento rural permaneceu conectado às ações do Estado e de organismos internacionais voltadas à redução da pobreza e à modernização tecnológica da área produtiva, no contexto da chamada "Revolução Verde".

No artigo de Schneider (2010), observa-se a mudança ocorrida a partir da década de 1990, quando o Brasil entra na recuperação da democracia, na estabilização da economia e na implementação de regulamentações importantes decorrentes da Constituição de 1988, como a descentralização política e financeira, em que os municípios passam a ser “entes federados” e, portanto, responsáveis pela execução de boa parte das políticas públicas (saúde, educação, segurança). Outro elemento importante trazido pelo autor é que, a partir dessa década, os movimentos sociais transformam sua atuação, deixando de ser apenas reivindicativa e contestatória, para assumir também caráter propositivo. E, por último, destaca que “é fato inquestionável que, a partir da década de 1990, cada vez mais, as diferentes esferas de governo passam a criar instâncias de ação para tratar das questões do meio ambiente, muitas delas envolvendo regulamentações que preveem a realização de estudos de impacto e formas de controle da atividade econômica” (SCHNEIDER, 2010, p.04).

Entre os fatores que permitiram que o desenvolvimento rural ganhasse projeção e legitimidade, Schneider (2010) destaca as discussões em torno da agricultura familiar e de seu potencial como modelo social, econômico e produtivo para a sociedade brasileira, o que possibilitou seu reconhecimento como categoria política ainda que, como grupo social, sempre tivesse existido. Nesse mesmo período ocorre o fortalecimento de movimentos sociais como CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares), CUT Rural (Central Única de Trabalhadores) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Também se expandem os estudos, livros e pesquisas sobre agricultura familiar, que, em conjunto, tornam-se referências fundamentais para a ação do Estado e para a formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e ao desenvolvimento rural, como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse momento marcou, na prática, a diferenciação de dois modelos agrários distintos no Brasil: a agricultura familiar e o agronegócio. A primeira associada ao consumo local e ao mercado interno; o segundo, às commodities e ao mercado internacional. Schneider (2010, p.07) escreve: “Fruto desta polarização (na verdade, um maniqueísmo), a própria discussão sobre desenvolvimento rural ergue-se como uma alternativa e uma oposição à noção de agribusiness e agronegócio.” Uma expressão institucional

dessa dualidade histórica é a existência de dois ministérios com competências distintas para o setor rural: o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), responsável principalmente pelas políticas voltadas à agropecuária e ao agronegócio, incluindo produção, defesa agropecuária e inserção nos mercados nacional e internacional; e o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), responsável pelas políticas direcionadas à agricultura familiar, ao desenvolvimento rural sustentável, à reforma agrária, à governança fundiária e ao desenvolvimento territorial.

Cabe destacar que o MDA foi extinto em 12 de maio de 2016, durante o governo interino de Michel Temer, por meio da Medida Provisória nº 726[11]. E, recriado por meio do Decreto N° 11.396, de 21 de janeiro de 2023, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva[12]. Na mesma ocasião foi recriado o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (Condraf), com a finalidade de propor diretrizes para a formulação e implementação de políticas estruturantes voltadas ao desenvolvimento rural, à agricultura familiar, à reforma agrária e ao abastecimento alimentar, conforme estabelece o Decreto nº 11.451, de 2023.

Esses movimentos institucionais evidenciam como as políticas voltadas ao desenvolvimento rural no Brasil permanecem fortemente condicionadas às orientações político-institucionais de diferentes governos, revelando certa fragilidade na consolidação de políticas de Estado contínuas e estruturantes para o futuro do mundo rural.

As políticas públicas são fruto de um posicionamento que parte de uma base teórica, sustentada por interlocutores que apoiam a criação e a defesa dessa política. Daí a importância da atenção aos atores sociais, aos estudiosos e aos mediadores políticos (públicos e privados) para entender os caminhos e descaminhos das políticas públicas (SCHNEIDER, 2003).

---

11 https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/publicadas-primeiras-mps-do-governo-temer

12 https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2023/decreto-11396-21-janeiro-2023-793724-norma-pe.html

Outro elemento destacado também por Schneider (2010), realçado por constituir um dos eixos deste trabalho, é o tema da “sustentabilidade ambiental”. Um exemplo relevante de política pública orientada à sustentabilidade ambiental no meio rural é o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), institucionalizado no Brasil pela Lei nº 14.119/2021. Essa política reconhece e remunera produtores rurais por práticas de conservação e recuperação ambiental, como a proteção de nascentes, a manutenção de cobertura vegetal e a restauração de áreas degradadas. Ao valorizar economicamente funções ecológicas desempenhadas no território rural, o PSA contribui para integrar dimensões ambientais, sociais e econômicas, reforçando a compreensão do rural como espaço multifuncional, no qual a produção de bens e a conservação dos recursos naturais coexistem de forma articulada.

3.2.c. Políticas Públicas

Até este ponto, o termo políticas públicas foi citado diversas vezes, mas torna-se relevante conceituá-lo. No Referencial de Controle de Políticas Públicas (2020), o Tribunal de Contas da União (TCU) define, para fins do documento, que políticas públicas são o “conjunto de intervenções e diretrizes emanadas de atores governamentais, que visam tratar, ou não, problemas públicos e que requerem, utilizam ou afetam recursos públicos”. Assim, tem-se de forma clara o quê, quem, para quê e o como das políticas públicas. E ainda aprofunda:

> “Dentro desse contexto são consideradas políticas públicas não apenas aquelas explícitas em atos normativos, como por exemplo as constantes dos programas e planos governamentais (plurianuais, nacionais, setoriais, regionais, organizacionais), mas, também, outras ações concretas e diretrizes, emanadas de atores políticos/governamentais, mesmo que não regulamentadas em ato normativo, que orientam a ação, ou inação, estatal e da sociedade quanto ao tratamento de problemas públicos”[13].

Sabemos que as políticas públicas surgem a partir de inúmeros fatores, como traz Grisa (2022) “[...] a institucionalização de políticas públicas é sempre o resultado

13 https://portal.tcu.gov.br/data/files/47/17/2B/CC/50D729104CE08619E18818A8/Referencial%20de%20Controle%20de%20Politicas%20Publicas.pdf. Acessado em 01/12/2025.

de uma teia complexa de relações envolvendo a emergência, reconhecimento e eventual acolhimento institucional de determinadas demandas, que passam a se afirmar como problemas públicos e objeto de ação do Estado, em meio a disputas simbólicas e jogos de poder, marcados por um forte dinamismo". A partir da Constituição de 1988 o Brasil viveu um período com maior abertura dos espaços políticos às reivindicações sociais, com a possibilidade de diferentes espaços de participação social. Ainda assim, continuou o forte movimento político para a manutenção de "um aparato burocrático permeado por relações clientelistas que, embora tenha assumido contornos diferenciados ao longo da história, continuaria a viabilizar, de forma persistente, a apropriação de recursos públicos por atores privados (AVRITZER, 2019 apud GRISA et al., 2022)".

Com base nesse referencial, foram levantadas aquelas políticas públicas que estão disponíveis para os pequenos produtores rurais. O resultado obtido trouxe os seguintes dados, para 2025.

3.2.c.1. Legislação Federal

A partir do site do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar foi realizado levantamento das políticas públicas e programas voltados à agricultura familiar brasileira[14]. Assim, foi possível construir quadros com as principais políticas e programas em vigor (Quadro 5 a 11). Foram identificados trinta e dois programas que, para fins analíticos, foram organizados pela pesquisadora em quatro categorias (eixos), de acordo com sua finalidade predominante. Nos Capítulos 4 e 5, de Resultados e Discussão, será aprofundada a análise sobre quais dessas políticas públicas são mencionadas pelos participantes da pesquisa e como elas se relacionam aos resultados obtidos.

A primeira categoria reúne os instrumentos de **Acesso a Mercados e Compras Institucionais**, na qual se situam programas como o PAA, o PNAE, a PNAAB, o Selo Biocombustível Social e as Rotas de Integração Nacional, todos voltados à ampliação dos canais de comercialização e ao fortalecimento dos

14 https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/conheca-as-politicas-e-programas-do-mda. Acessado em 01/12/2025.

circuitos curtos. A segunda categoria corresponde às **Políticas Estruturantes e de Base,** que incluem mecanismos de reconhecimento e ordenamento territorial (CAF, Reforma Agrária e regularização fundiária), serviços essenciais de apoio, como a ATER, certificações (Selos da Agricultura Familiar e Quilombolas) e políticas de fomento sustentável, como a PNAPO, o Programa de Florestas Produtivas e o Projeto Sisteminhas. A terceira categoria, denominada **Políticas de Crédito, Preços e Garantias**, abrange os principais mecanismos de financiamento e proteção econômica dos agricultores familiares, como o PRONAF, o Plano Safra da Agricultura Familiar, o Programa Mais Alimentos, o Garantia-Safra, o Crédito Fundiário, o Ecoforte, o PGPAF, o PGPM e o SEAF/Proagro Mais. Por fim, a quarta categoria contempla as **Políticas Socioprodutivas, Cidadania e Inclusão Rural**, que envolvem iniciativas voltadas ao fortalecimento social, organizativo e produtivo no campo, como o Coopera Mais Brasil, o Projeto Dom Hélder Câmara, os Quintais Produtivos, a Agricultura Urbana e Periurbana, o Paz no Campo e o Programa Nacional de Cidadania e Bem Viver para Mulheres Rurais. Essas quatro categorias permitem visualizar, de forma integrada, o conjunto das políticas públicas que compõem a atuação do Estado brasileiro voltada ao desenvolvimento rural.

Quadro 5 - Resumo das políticas públicas para a agricultura familiar – Eixo: Políticas de acesso a mercados e compras institucionais

EIXO	PROG. / PLANO	INÍCIO	DESCRIÇÃO / FINALIDADE	ATIVIDADES	CRITÉRIOS PARA ACESSAR
Políticas de acesso a mercados e compras institucionais	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA)	2003	Sistema de compras públicas de produtos da Agricultura Familiar. Voltado para promoção do acesso à alimentação e incentivo à agricultura familiar.	Destina, no mínimo, 30% das compras públicas de alimentos à agricultura familiar, contribuindo para a formação de estoques públicos.	Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) ou o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).
Políticas de acesso a mercados e compras instit.	POLÍTICA NACIONAL DE ABASTECIMENTO ALIMENTAR (PNAAB)	2023	Fortalecer a agricultura familiar e a sociobiodiversidade por meio da formação de estoques e do abastecimento descentralizado.	Reduzir perdas e desperdício de alimentos, fortalecendo redes de produção, comercialização, distribuição e consumo de alimentos saudáveis, especialmente em áreas com menor acesso.	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e a posse da documentação rural pertinente.
Políticas de acesso a mercados e compras instit.	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	1979 (em 2009 política de estado agric. familiar)	Modalidade de compras públicas derivada de parceria do MDA com o Ministério da Educação.	Estabelece que 30% dos produtos alimentares comprados por órgãos governamentais sejam adquiridos por meio da agricultura familiar.	Exige Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), participação em chamadas públicas e documentação comprobatória, incluindo CPF e projeto de venda.
Políticas de acesso a mercados e compras instit.	SELO BIOCOMBUSTÍVEL SOCIAL	2020	Incentiva a diversificação agrícola, a inclusão socioprodutiva e o cooperativismo, promovendo o desenvolvimento sustentável.	Estimula a agricultura familiar na cadeia do biodiesel por meio de incentivos tributários e prioridade nos leilões.	Requer CAF e parceria com empresas produtoras de biodiesel participantes do programa.
Políticas de acesso a mercados e compras instit.	PROGRAMA ROTAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL	2014- Grupo de trabalho revisando nov.2025	Estimular o empreendedorismo, o cooperativismo e a valorização de prod. regionais em diversas cadeias produtivas(como açaí, cacau e avicultura caipira).	Apoia pequenos produtores, principalmente de regiões mais pobres, aumentando comercialização dos produtos e promovendo a inclusão produtiva	Não possui critérios de elegibilidade rígidos e centralizados, mas sim uma abordagem focada na integração e desenvolvimento de cadeias produtivas específicas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir do site do MDA. Conheça as políticas e programas do MDA. Acesso em: dez 2025.

Quadro 6 - Resumo das políticas públicas federais para agricultura familiar – Eixo: Políticas estruturantes e de base – Parte 1

EIXO	PROG. / PLANO	INÍCIO	DESCRIÇÃO / FINALIDADE	ATIVIDADES	CRITÉRIOS PARA ACESSAR
Políticas estruturantes e de base	CADASTRO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR (CAF)	2022	Identifica e qualifica as Unidades de Produção da Agricultura Familiar (UPAF), registrando informações sobre produtores, produção e localização.	Porta de entrada para acessar as políticas públicas.	Exige propriedade de até quatro módulos fiscais, predominância de mão de obra familiar, gestão familiar e renda majoritariamente proveniente das atividades agropecuárias da propriedade.
Políticas estruturantes e de base	REFORMA AGRÁRIA	2023	Retomado a partir do Decreto de n° 11.637 de 16 de agosto de 2023, que definiu novas regras para a seleção de famílias.	Amplia e agiliza o acesso à terra para a reforma agrária, por meio de uma nova estratégia de destinação de áreas para assentamentos rurais.	Pessoas que comprovem a condição de trabalhador rural sem-terra, desapropriado ou vítima de trabalho análogo à escravidão
Políticas estruturantes e de base	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – ATER	1950 - Desde 2000 vinculada ao desenv. rural	Promove o desenvolvimento rural sustentável, fortalecendo a agricultura familiar e a qualidade de vida no campo.	Promove orientação técnica, capacitação, acesso a crédito, melhoria dos sistemas de produção e apoio à comercialização, visando ampliar a renda e a segurança alimentar dos produtores.	Exige Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e contato com o escritório local da Ceplac para orientação e acesso ao serviço.
Políticas estruturantes e de base	CÂMARA TÉCNICA DE DESTINAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE TERRAS PÚBLICAS FEDERAIS RURAIS	2013 - Reativada em 2023	Espaço que reúne os principais atores envolvidos na destinação e arrecadação de terras públicas.	Objetivo de convergir esforços e aumentar a agilidade e eficiência na titulação de povos indígenas, comunidades quilombolas, assentamentos da Reforma Agrária e unidades de conservação.	
Políticas estruturantes e de base	SELOS QUILOMBOLAS	2012 - Retomado 2023	Identificar produtos de origem étnica e territorial produzidos por comunidades quilombolas.	Ferramenta que identifica, reconhece e valoriza produtos agrícolas, artesanais e alimentícios de comunidades quilombolas certificadas.	Exige reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares e comprovação de vínculo do produtor com a comunidade quilombola certificada.

Quadro 7 - Resumo das políticas públicas federais para agricultura familiar- Eixo: Políticas estruturantes e de base, Parte 2

EIXO	PROG. / PLANO	INÍCIO	DESCRIÇÃO / FINALIDADE	ATIVIDADES	CRITÉRIOS PARA ACESSAR
Políticas estruturantes e de base	SELO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR	2018	Fortalecer a a identidade social e produtiva dos diferentes segmentos da agricultura familiar perante os consumidores e o público geral.	Dá visibilidade aos produtores e permite verificar, por QR Code, a origem e as características dos produtos. Requer CAF.	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)
Políticas estruturantes e de base	PROGRAMA NACIONAL DE FLORESTAS PRODUTIVAS	2024	Promove a recuperação produtiva da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais nos seis biomas brasileiros.	Promove a segurança alimentar, a geração de renda e a regularização ambiental da agricultura familiar, incluindo assentados e comunidades tradicionais.	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)
Políticas estruturantes e de base	POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA (PNAPO)	2023 (retomada)	Início da construção de novo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) e incentivo à transição agroecológica	Disponibiliza linhas de crédito do Pronaf para agroecologia, sociobiodiversidade, bioeconomia e sistemas florestais.	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)
Políticas estruturantes e de base	PROJETO SISTEMINHA	2008	Promove a produção de alimentos por povos e comunidades tradicionais por meio de tecnologias sociais adaptadas às condições locais.	É uma solução tecnológica da Embrapa apropriada para pequenos espaços em áreas urbanas e rurais.	Requer Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e atendimento aos critérios da instituição responsável pela execução do projeto.
Políticas estruturantes e de base	TERRITÓRIOS BRASIL RURAL	2025	Fortalece a gestão participativa e o desenvolvimento sustentável dos territórios, valorizando a agricultura familiar, povos originários e comunidades tradicionais.	Elabora Planos de Desenvolvimento Territorial (PDTs) de forma participativa, definindo prioridades e estratégias de desenvolvimento dos territórios.	Requer CPF e CAF ativos, acesso à ATER e localização em território rural prioritário do MDA.
Políticas estruturantes e de base	PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL SUSTENTÁVEL (PNDTS)	2025	Fortalece a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável por meio da estruturação de cadeias produtivas, valorização da biodiversidade, melhoria da infraestrutura rural e incentivo ao associativismo, cooperativismo e energias renováveis.	Articula políticas públicas, crédito, assistência técnica e programas de apoio à sociobiodiversidade, com gestão participativa por meio dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (Codeter).	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF)

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir do site do MDA. Conheça as políticas e programas do MDA. Acesso em: dez 2025.

Quadro 8 - Resumo das políticas públicas federais para agricultura familiar- Eixo: Políticas de crédito, preços e garantias – Parte 1

EIXO	PROG./ PLANO	INÍCIO	DESCRIÇÃO / FINALIDADE	ATIVIDADES	CRITÉRIOS PARA ACESSAR
Políticas de crédito, preços e garantias	PROGRAMA MAIS ALIMENTOS	2008 - Retomada 2023	Fomentar a produção de alimentos e incrementar a produtividade da agricultura familiar, por meio da mecanização do campo.	Disponibiliza linhas de crédito do Pronaf para modernização da infraestrutura das unidades produtivas da agricultura familiar.	Requer enquadramento nas diretrizes do Pronaf e Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ativo.
Políticas de crédito, preços e garantias	PROGRAMA GARANTIA-SAFRA	2002	Garante condições mínimas de subsistência a agricultores familiares afetados por perdas de safra decorrentes de estiagem ou excesso hídrico.	Benefício para agricultores familiares do Semiárido que sofrem perdas superiores a 50% da produção por estiagem ou excesso de chuva.	Requer CAF ativo, residência em município aderente ao programa, renda familiar de até 1,5 salário mínimo e cultivo de 0,6 a 5 hectares de culturas elegíveis.
Políticas de crédito, preços e garantias	PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar	1996	Promove o desenvolvimento sustentável do meio rural por meio do fortalecimento da capacidade produtiva, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da agricultura familiar.	Apoia atividades agrícolas e não agrícolas da agricultura familiar, oferecendo linhas de crédito adequadas às necessidades dos produtores.	Requer renda bruta familiar anual de até R$ 500 mil, predominância de mão de obra familiar e Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF-Pronaf) válido.
Políticas de crédito, preços e garantias	PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR	2023	Define anualmente as condições de crédito do Pronaf, incluindo juros, limites, linhas de financiamento e instrumentos de apoio à produção.	Incentiva a produção sustentável de alimentos, a modernização da agricultura familiar, a ampliação do crédito e o acesso à terra, com atenção às mulheres rurais e às regiões Norte e Nordeste.	Requer CAF e CAR ativos, regularidade fiscal e financeira, projeto de financiamento e documentação comprobatória da atividade rural.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir do site do MDA. Conheça as políticas e programas do MDA. Acesso em: dez 2025.

Quadro 9 - Resumo das politicas públicas federais para agricultura familiar – Eixo: Políicas de crédito, preços e garantias – Parte 2

EIXO	PROG./ PLANO	INÍCIO	DESCRIÇÃO / FINALIDADE	ATIVIDADES	CRITÉRIOS PARA ACESSAR
Políticas de crédito, preços e garantias	PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO	2003	Facilita o acesso à terra para agricultores familiares de baixa renda por meio de financiamento com condições acessíveis, complementando a reforma agrária.	Destina-se a jovens de até 30 anos, reconhecendo a formação técnica rural e ambiental como experiência para acesso ao financiamento, incentivando sua permanência no campo.	Requer experiência em atividade agropecuária, enquadramento nos critérios de renda e patrimônio, CPF regular, condição de trabalhador rural não proprietário e apresentação de projeto técnico agrícola.
Políticas de crédito, preços e garantias	PROGRAMA ECOFORTE	2014	Tem como objetivo dar apoio a projetos voltados para a estruturação e fortalecimento das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica.	Fortalece redes, cooperativas e organizações socioprodutivas voltadas à agroecologia, produção orgânica e extrativismo.	Requer Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e participação em redes, associações ou organizações de produtores com projetos aprovados em editais.
Políticas de crédito, preços e garantias	PGPAF – PROGRAMA DE GARANTIA DE PREÇOS DA AGRICULTURA FAMILIAR	2006	Concede bônus quando o preço de mercado fica abaixo do preço de garantia, complementando renda e reduzindo risco de preços.	Garante bônus em financiamentos de custeio e investimento do PRONAF quando o preço de mercado dos produtos for inferior ao custo de produção	Requer Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), financiamento ativo no Pronaf e adimplência junto ao programa.
Políticas de crédito, preços e garantias	PGPM (POLITICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS)	1951	Instrumento de apoio à renda dos produtores rurais, gerido pela Conab em parceria com o MAPA, MDA e Conselho Monetário Nacional (CMN).	Garante um preço mínimo para diversos produtos agropecuários, protegendo os produtores de flutuações excessivas de mercado.	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e estar cadastrado no Sican (Sistema de Cadastro da Conab).
Políticas de crédito, preços e garantias	SEAF/PROAGRO MAIS (SEGURO DA AGRICULTURA FAMILIAR)	2004	Destinado especificamente aos agricultores familiares enquadrados no Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).	Componente fundamental da proteção da renda do agricultor familiar em caso de perdas na produção devido a eventos climáticos ou pragas.	Requer Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), contratação de crédito de custeio rural junto a agente financeiro habilitado e enquadramento nas regras do Proagro.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir do site do MDA. Conheça as políticas e programas do MDA. Acesso em: dez 2025.

Quadro 10 - Resumo das politicas públicas federais para agricultura familiar – Eixo:Políticas socio-produtivas, cidadania e inclusão social – Parte 1

EIXO	PROG. / PLANO	INÍCIO	DESCRIÇÃO / FINALIDADE	ATIVIDADES	CRITÉRIOS PARA ACESSAR
Políticas socioprodutivas, cidadania e inclusão rural	COOPERA MAIS BRASIL	2024	Fomentar as organizações dos agricultores familiares por meio do fortalecimento das cooperativas, associações e empreendimentos solidários.	Moderniza a gestão dos empreendimentos familiares, estimula a agroindustrialização, o comércio justo e solidário e os arranjos produtivos locais, por meio de crédito, fundos garantidores e assistência técnica.	Requer Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e participação em associações, cooperativas ou outras organizações com projetos aprovados no programa.
Políticas socioprodutivas, cidadania e inclusão rural	PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DE MULHERES RURAIS	2008 - atualizado em 2023	Promove a autonomia econômica das mulheres do campo, das águas e da floresta por meio da qualificação dos processos produtivos e econômicos.	Fortalece organizações de mulheres rurais por meio de políticas públicas de apoio à produção, comercialização e autonomia econômica.	Acesso por meio de associações, cooperativas, fundações ou outras organizações da sociedade civil selecionadas em editais públicos.
Políticas socioprodutivas, cidadania e inclusão rural	PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA	2024	Ações de assistência técnica e extensão rural diretamente com famílias em condição de pobreza.	Promove a diversificação da produção por meio de tecnologias e inovações adaptadas à convivência com o semiárido.	Requer Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), localização no semiárido brasileiro e, em alguns casos, inscrição no Cadastro Único (CadÚnico).
Políticas socioprodutivas, cidadania e inclusão rural	QUINTAIS PRODUTIVOS	2023	Fortalece quintais produtivos de mulheres do campo, das águas, das florestas e das cidades, promovendo produção, geração de renda e comercialização com apoio técnico e infraestrutura.	Promove a autonomia econômica e o protagonismo das mulheres do campo, das florestas e das águas, contribuindo para a geração de renda e a redução da vulnerabilidade à violência.	Acesso por meio de associações, cooperativas, fundações ou outras organizações da sociedade civil selecionadas em editais públicos.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir do site do MDA. Conheça as políticas e programas do MDA. Acesso em: dez 2025.

Quadro 11 - Resumo das politicas públicas federais para agricultura familiar – Eixo: Políticas socio-produtivas, cidadania e inclusão social – Parte 2

EIXO	PROG. / PLANO	INÍCIO	DESCRIÇÃO / FINALIDADE	ATIVIDADES	CRITÉRIOS PARA ACESSAR
Políticas socioprodutivas, cidadania e inclusão rural	PROGRAMA NACIONAL DE CIDADANIA E BEM VIVER PARA MULHERES RURAIS	2023	Promove a cidadania, a autonomia e a garantia de direitos das mulheres do campo, das florestas e das águas, por meio do acesso à documentação, titulação de terras e serviços.	Promove a emissão de documentação civil, previdenciária e trabalhista por meio de ações como o Mutirão de Documentação da Trabalhadora Rural.	Destina-se a mulheres do meio rural, incluindo agricultoras familiares, indígenas, quilombolas e extrativistas, com prioridade para famílias em situação de pobreza.
Políticas socioprodutivas, cidadania e inclusão rural	PROGRAMA DE AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA	2004 - em 2023 Politica Nacional	Promoção da agricultura sustentável nas áreas urbanas e nas regiões periurbanas.	Apoia a produção agroecológica, a segurança alimentar, a inclusão socioeconômica e a participação de mulheres e jovens na agricultura urbana e periurbana.	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Consultar a prefeitura local, a respeito dos programas existentes.
Políticas socioprodutivas, cidadania e inclusão rural	PAZ NO CAMPO/ MEDIAÇÃO E CONFLITOS AGRÁRIOS	2023	Resolução de conflitos agrários	Promove a mediação e conciliação de conflitos agrários por meio de instâncias especializadas do MDA e do Incra.	Destina-se a pessoas envolvidas em conflitos agrários ou fundiários passíveis de mediação e conciliação.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir do site do MDA. Conheça as políticas e programas do MDA. Acesso em: dez 2025.

A análise do conjunto de políticas públicas evidencia que a maior parte das políticas públicas parte do pressuposto de que o agricultor já esteja previamente identificado e inserido nos sistemas oficiais de cadastro, especialmente por meio do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). Dessa forma, o acesso ao CAF configura-se como requisito estruturante para grande parte das políticas analisadas. Além disso, diversos programas incentivam ou condicionam o acesso à participação em organizações coletivas, como associações, cooperativas e redes, reforçando a importância da organização social como estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar. Outro aspecto relevante é a descontinuidade observada em parte dessas políticas entre 2016 e 2022, evidenciando sua vulnerabilidade às mudanças de orientação governamental e os desafios para sua consolidação como políticas de Estado.

3.2.c.2. Políticas públicas para a agricultura familiar no Estado de São Paulo

No caso paulista, as políticas voltadas aos pequenos produtores rurais articulam-se às diretrizes federais, mas apresentam instrumentos próprios. Um marco importante é a criação do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), instituído pela Lei Estadual nº 14.591/2011 e regulamentado pelo Decreto nº 57.755/2012. O PPAIS estabelece um mecanismo de compras governamentais que obriga órgãos e entidades da administração estadual a destinarem parte de suas aquisições de gêneros alimentícios à agricultura familiar, observando a definição de agricultor familiar estabelecida pela Lei Federal nº 11.326/2006[15].

O objetivo declarado do PPAIS é ampliar o acesso da agricultura familiar aos mercados institucionais, garantindo escoamento da produção e promovendo a inserção econômica de agricultores e de suas organizações, como associações e cooperativas, em linha com iniciativas já desenvolvidas em âmbito federal pelo PAA e pelo PNAE. Nesse sentido, o programa reforça a ideia de que as políticas de compras públicas constituem um dos principais instrumentos de desenvolvimento

[15] https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14591-14.10.2011.html?

rural, ao articularem segurança alimentar, geração de renda e permanência das famílias no campo.

Outras políticas estaduais incluem o FEAP (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista), que apoia financeiramente agricultores, pecuaristas, pescadores artesanais e suas organizações — como associações e cooperativas — por meio de linhas de crédito rural e subvenções econômicas voltadas a programas e projetos de interesse da economia estadual. Destaca-se também o FEAP Mulher, voltado ao apoio à implantação, manutenção, ampliação e melhoria das condições produtivas das atividades agropecuárias desenvolvidas por produtoras rurais paulistas.

O Estado também conta com o Programa Estadual de Transição Agroecológica (PTA), que apoia produtores rurais na mudança gradual de sistemas convencionais para modelos orgânicos ou de base ecológica, oferecendo assistência técnica e facilitando o acesso ao crédito rural e a mercados institucionais. Somam-se ainda programas relacionados ao Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e outras iniciativas ambientais, além do Irriga + SP, de ações voltadas ao turismo rural e às rotas rurais, da atuação da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA) e das políticas de regularização fundiária rural conduzidas pela Fundação ITESP.

Grande parte dessas políticas e programas pode ser acessada por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e das estruturas municipais ligadas às áreas de agricultura e desenvolvimento rural.

Essas políticas estaduais adquirem características específicas quando observadas em áreas ambientalmente sensíveis, como a APA Sistema Cantareira. O próprio Plano de Manejo enfatiza a necessidade de compatibilizar a proteção dos mananciais com a permanência e o fortalecimento da agricultura familiar, evidenciando o papel estratégico das políticas de fomento, assistência técnica e pagamento por serviços ambientais nesse território.

É importante destacar que, nos municípios pesquisados, não foram identificadas associações ou cooperativas de agricultura familiar estruturadas e ativas que facilitem o acesso e a participação dos agricultores em parte desses programas e políticas públicas.

3.2.c.3. Políticas públicas em Joanópolis, Nazaré Paulista e Piracaia

Nos municípios analisados, as iniciativas voltadas ao meio rural incluem a utilização de instrumentos de compras públicas da agricultura familiar e a adoção de programas relacionados à conservação ambiental e à produção sustentável.

Em Joanópolis, a principal forma de inserção dos pequenos produtores em políticas públicas ocorre por meio da aquisição de gêneros da agricultura familiar para a alimentação escolar, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O município realiza chamadas públicas específicas para compra direta de alimentos da agricultura familiar, com dispensa de licitação, conforme as normas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Registros oficiais da prefeitura indicam a realização de reuniões entre a Secretaria de Agricultura, agricultores e profissionais da área de nutrição da educação, com o objetivo de organizar o fornecimento para a merenda escolar e incentivar a participação dos produtores locais em mercados institucionais como o PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O município também participa do Projeto Produtor de Água nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ).

Em Nazaré Paulista, observa-se a implementação de instrumentos voltados à agroecologia, à produção orgânica e à conservação ambiental. Em 2023, foi aprovada a Lei nº 1.771/2023, que institui a Política Municipal de Agroecologia e Produção Orgânica (PMAPO), com diretrizes relacionadas ao fomento de sistemas produtivos sustentáveis, valorização de circuitos curtos de comercialização e apoio a agricultores familiares em transição agroecológica. No mesmo ano, a Lei nº 1.773/2023 instituiu o Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), com previsão de incentivos financeiros a proprietários e possuidores rurais que realizem ações de conservação ou restauração de vegetação nativa e recursos hídricos.

No município, produtores rurais participam de processos de transição agroecológica apoiados por políticas públicas do Estado de São Paulo, com destaque para o Protocolo de Transição Agroecológica (PTA), iniciativa vinculada à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e operacionalizada com apoio da CATI. O protocolo busca orientar e reconhecer processos de conversão de sistemas convencionais para modelos produtivos sustentáveis, incentivando práticas agroecológicas, conservação ambiental e fortalecimento da agricultura de base ecológica.

Os produtores em processo de transição comercializam seus produtos em feiras locais e por meio de programas institucionais, como o PAA e o PNAE. O município também é contemplado por iniciativas voltadas à conservação ambiental e à relação entre produção agrícola e recursos hídricos, como o projeto Semeando Água, do Instituto Ipê (OSC).

Em Piracaia, também são realizadas chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, com base no art. 14 da Lei federal nº 11.947/2009, destinadas ao atendimento da rede municipal de educação e outras instituições (PNAE / PAA). O Programa Municipal de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é regido pela Lei Municipal n.º 2.573/2010 voltado à conservação de áreas produtoras de água e de vegetação nativa, com foco em propriedades rurais localizadas na bacia do Sistema Cantareira (Ribeirão Quatro Cantos e Rio Cachoeira). Também tem a Lei Municipal nº 3.237/2022, que instituiu o Programa Municipal de Incentivo ao Produtor Rural, regulamentado em 2025, que permite fornecimento de transporte para a retirada e a entrega dos insumos agrícolas com planejamento antecipado pelo Departamento de Agricultura, além dos serviços de análise de solo e terraplenagem. Piracaia também é contemplada por iniciativas voltadas à conservação ambiental e recursos hídricos, como o projeto Semeando Água, do Instituto Ipê (OSC). A cidade também conta com uma Feira do Produtor Rural, apoiada pelo Departamento de Agricultura do município.

Em conjunto, observa-se que os três municípios apresentam iniciativas relevantes voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, porém com enfoques distintos. Enquanto Joanópolis concentra esforços na inserção em mercados institucionais, Nazaré Paulista destaca-se pela incorporação da agroecologia e dos instrumentos de conservação ambiental, e Piracaia combina incentivos produtivos, apoio logístico e políticas ambientais. Essa diversidade evidencia que, mesmo compartilhando um mesmo território de proteção ambiental, os municípios apresentam diferentes capacidades institucionais e prioridades de atuação. Observa-se, ainda, que apenas uma parcela do amplo conjunto de políticas públicas federais identificadas anteriormente se materializa nas iniciativas municipais descritas, o que evidencia que a implementação local das políticas públicas federais ocorre de forma seletiva e heterogênea.

3.3 - Novas ruralidades

Para abordar o tema das novas ruralidades, este capítulo apresenta aspectos que permitem atualizar a leitura do espaço rural, considerando as transformações ocorridas ao longo do tempo e as novas dinâmicas que se manifestam nos territórios. Parte-se do entendimento de que reconhecer e tornar visíveis essas mudanças é condição necessária para compreender as ruralidades contemporâneas e, consequentemente, renovar conceitos, interpretações e práticas relacionadas ao mundo rural.

A própria origem das cidades evidencia a centralidade histórica do rural na constituição do urbano. Como afirma o geógrafo francês Pierre Deffontaines, ao se referir ao Brasil, “a cidade nasceu […] de uma necessidade de vida social” (Deffontaines, 1944b, apud Alves, 2021, p. 3), ressaltando que os primeiros núcleos urbanos surgiram como desdobramento de funções econômicas e sociais vinculadas ao campo. As cidades não nascem para o crescimento econômico das sociedades, mas como resposta a uma necessidade de diminuir o isolamento que impunha o sertão. Eram pousos e entrepostos de circulação, formados em torno de currais, reduções e praças que serviam às elites agrárias, cumprindo inicialmente um papel instrumental, e não urbano em seu sentido cultural e simbólico.

Yannick Gaudin (CEPAL, 2022) faz uma reconstrução antropológica dos conceitos de urbano e rural e destaca que na América Latina e Caribe, seguindo a tradição ocidental, o sistema colonial criou uma segregação territorial concentrando a população européia nos centros urbanos e mantendo a população indígena nas periferias e áreas rurais, gerando as riquezas que só usufruíram os citadinos. Também destaca que só na década de 1990 foi abandonada a ideia de desenvolvimento rural associado com urbanização do campo, e é possível perceber o surgimento e estudo sistemático de novas configurações e dinâmicas no mundo rural, que seriam denominadas como “nova ruralidade”. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresentou em 2006 o chamado novo paradigma rural no qual o rural é considerado como um espaço economicamente multisetorial, competitivo e atrativo, e com uma maior conectividade e complexidade sistêmica.

Wanderley (2000) descreve o processo pelo qual as transformações de ordem econômica, com a progressiva modernização da produção agrícola e sua maior

integração aos mercados, afetaram profundamente a forma de produzir do campesinato tradicional.

> A partir desse momento, “o desenvolvimento dos espaços rurais dependerá, não apenas do dinamismo do setor agrícola, porém, cada vez mais, da sua capacidade de atrair outras atividades econômicas e outros interesses sociais e de realizar uma profunda ‘ressignificação’ de suas próprias funções sociais”.

Assim, observa-se o surgimento de novos atores, novas dinâmicas e novas atividades (econômicas e não econômicas), conformando novas ruralidades. Viver no rural deixou de ser sinônimo de ser agricultor, agrícola e agrário em sua totalidade (SILVA , 2024).

A construção das novas ruralidades exige atenção para que não sejam descaracterizados os valores simbólicos e culturais associados à vida rural. Silva (2024) lembra que “o espaço rural passa a receber um novo status e, com essa transformação em ‘novo rural’, o espaço se converte em mercadoria, por vezes, numa ‘gourmetização’ do espaço. Esta lógica mercantilista, pautada na oferta e na procura, bem como na concorrência e no lucro, pode comprometer a preservação dos valores simbólicos que definem a vida rural e a nova ruralidade”.

Outro elemento a ser considerado é a idealização do espaço rural, cada vez mais percebida e difundida nos tempos atuais. Com a maior aproximação dos citadinos aos espaços rurais, tende-se a priorizar apenas uma de suas faces, carregada de idealismo.

> “O rural idealizado é frequentemente marcado pela paz, tranquilidade e uma conexão com a natureza. No entanto, esta idealização muitas vezes ignora as características do rural e suas intempéries. A distância entre a percepção urbana do rural e a realidade pode levar a mal-entendidos e a uma valorização distorcida do que o rural representa. Esta influência não é neutra e pode ter motivações comerciais ou políticas que não necessariamente alinham-se com as necessidades dos atores rurais e suas práticas sociais” (SILVA, 2024, p.11).

Esse processo pode decorrer de desconhecimento não intencional; ainda assim, costuma esvaziar trabalhos e reivindicações rurais que envolvem grande investimento de tempo e mobilização de pessoas, frequentemente distorcidos pela divulgação de imagens e discursos bucólicos ou idealizados do rural. No caso de territórios ambientalmente sensíveis, como a APA Cantareira, essa idealização pode produzir efeitos concretos sobre decisões de planejamento e gestão do território,

influenciando políticas públicas, a destinação de recursos e a própria percepção do sentido do rural, que passa a ser associado mais ao consumo de paisagem e à busca por amenidades ambientais do que à vida produtiva, social e comunitária que historicamente o constitui.

Essa idealização das ruralidades, sejam elas intencionais ou não, midiáticas ou não, tem relação direta com inúmeros conflitos no seio das novas ruralidades. Trata-se, em geral, de conflitos que ocorrem entre as populações locais ou tradicionais do espaço rural e os novos residentes, que frequentemente carregam consigo projetos permeados por crenças e idealizações generalizadas sobre o rural. Wanderley (2000, p.08) expressa que “para além das dificuldades da convivência cotidiana, os conflitos refletem o confronto entre concepções distintas a respeito do que é o rural e dos usos que podem ser dados aos espaços rurais”.

Embora haja muitas teorias e previsões a respeito do rural, como analisa Veiga (2004) no artigo “Destinos da ruralidade no processo de globalização”, entre a ideia do “fim do rural” de Henri Lefebvre e a “ressurreição do rural” de Bernard Kayser, é preciso olhar com atenção e identificar as evidências dos caminhos assumidos pelo rural em nosso tempo e espaço atuais. Nas palavras de Wanderley (2000, p.02), trata-se de um movimento “apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade”.

> No mesmo artigo, a autora observa: “Com a população não agrícola em ascensão, ao mesmo tempo em que se reduzia a população ocupada na agricultura, a diversidade econômica é acompanhada de uma diversidade no perfil social dos espaços rurais, nos quais convivem categorias sociais distintas; os agricultores são frequentemente minoritários e a agricultura deixa de ser um fator de povoamento (Jollivet, 1975, p. 145)” (WANDERLEY, 2000, p.07).

Ele fazia coro às observações de Mendras, para quem “[...] haverá cada vez menos agricultores no campo, porque a população agrícola ativa diminui mais rapidamente do que a população rural. Como há um século, o povo do campo será formado por não-agricultores...” (Mendras, 1984, p. 348).

Esse processo de constituição de uma nova ruralidade com menor participação relativa de agricultores também está conectado ao conceito de desagrarização. Thies e Conterato (2023) definem esse processo como a redução da importância da agricultura na composição da renda das famílias rurais e na absorção da força de trabalho, relacionando-o às transformações econômicas e

sociais que vêm reconfigurando o espaço rural. Os autores destacam que a desagrarização se articula a fenômenos já amplamente discutidos na literatura, como a pluriatividade, a aproximação entre rural e urbano, a valorização dos saberes locais e as funções ambientais do território, bem como à crescente diversificação das atividades desenvolvidas no meio rural. Nesse contexto, a desagrarização é compreendida como resultado das novas dinâmicas rurais, marcadas pela redução da centralidade da atividade agrícola, sem que isso implique, necessariamente, o desaparecimento da ruralidade.

Em diálogo com essa discussão, Van der Ploeg (2010) diferencia a desagriculturização, entendida como a redução da atividade agrícola, da descampenização, caracterizada pelo abandono da agricultura enquanto modo de vida e atividade principal, ressaltando que esses processos possuem naturezas distintas e não devem ser tratados como sinônimos.

Um debate frequentemente associado à desagrarização refere-se ao suposto risco de comprometimento da produção de alimentos em decorrência da redução da centralidade da agricultura. Entretanto, a literatura indica que essa relação não é direta. Conforme discutido por Sen (1981 apud Garavito, 1988), crises alimentares decorrem, sobretudo, de falhas nos sistemas de acesso, distribuição e governança dos alimentos, e não apenas de sua disponibilidade física. De forma convergente, Bryceson (1996), Ploeg (2008) e Schneider (2003) argumentam que a diminuição da participação da agricultura nas economias rurais não implica, por si só, redução da produção de alimentos, mas sua reorganização em novas bases produtivas, frequentemente associadas à diversificação das atividades e à reconfiguração dos sistemas rurais. Experiências históricas, como a fome ocorrida na China durante o período do Grande Salto Adiante (1958–1962), reforçam essa interpretação ao indicar que crises alimentares podem decorrer de falhas institucionais, de planejamento e de coordenação das políticas públicas, mais do que da simples redução da atividade agrícola (SILVA, 2017).

Essa perspectiva amplia a compreensão do desenvolvimento rural ao deslocar o foco da agricultura como única função do espaço rural para a diversidade de atividades, atores e funções que caracterizam as ruralidades contemporâneas, sem desconsiderar a importância estratégica da produção de alimentos.

O documento oficial da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) (2022), “*Nuevas narrativas para una transformación rural en América*

Latina y el Caribe", traz elementos de grande relevância para o tema das novas ruralidades. Destaca que, na América Latina e no Caribe, o espaço rural tem passado por diversas transformações nas últimas décadas, observando-se, nos anos recentes, uma diminuição da porcentagem de atividades agropecuárias no meio rural, ao mesmo tempo em que se ampliam outras formas de uso e ocupação do território. Ressalta, ainda, "a necessidade de repensar os paradigmas das políticas públicas de desenvolvimento rural...".[16]

O documento evidencia a preocupação com os fatores que condicionam negativamente o desenho e a execução das políticas públicas e indica que a "compreensão incompleta do rural"[17] também contribui para esse quadro. A CEPAL convoca à redefinição do rural com o objetivo de recuperar sua centralidade analítica e política, destacando que as estatísticas oficiais têm historicamente subestimado o mundo rural. Alerta, ainda, que os formuladores de políticas públicas necessitam de conceitos e medições mais consistentes para fundamentar suas ações, reforçando que a compreensão ampliada do rural -que inclui, mas não se limita à dimensão agrícola- é fundamental para responder aos desafios contemporâneos do desenvolvimento rural.

3.3.a. Gentrificação rural

Com base no estudo desenvolvido por Soares (2018) sobre os conflitos entre uso e ocupação do solo e gestão dos recursos hídricos na sub-bacia Juqueri-Cantareira, observa-se que a dinâmica recente de ocupação territorial na região da APA Sistema Cantareira vem sendo marcada por tensões entre conservação ambiental, expansão urbana dispersa e usos do solo insuficientemente articulados à proteção dos mananciais. A autora identifica descompassos entre instrumentos municipais de ordenamento territorial e políticas de gestão ambiental e hídrica, apontando que processos de dispersão periurbana, parcelamentos e ocupações em áreas sensíveis vêm produzindo pressões relevantes sobre a cobertura vegetal, os cursos d'água e as funções ecológicas do território

---

16 *"la necesidad de repensar los paradigmas de las políticas públicas de desarrollo rural..."*.

17 "*comprensión incompleta de lo rural*"

Ainda com base em Soares (2018), tais transformações não se restringem à dimensão fundiária ou paisagística, mas implicam alterações ecológicas significativas. A autora destaca que a impermeabilização do solo, a supressão de vegetação e a ocupação desordenada em áreas de mananciais comprometem processos essenciais do ciclo hidrológico, como infiltração, recarga e regulação dos fluxos superficiais, elevando riscos de erosão, assoreamento e degradação da qualidade hídrica. Em uma região cuja função ambiental está diretamente associada ao abastecimento e à segurança hídrica, esses processos assumem especial relevância e reforçam a necessidade de compreender as transformações territoriais também a partir de seus efeitos ambientais

É nesse contexto que se torna pertinente introduzir, delineado no estudo de Soares (2018), a discussão sobre gentrificação rural nesta pesquisa. Se a autora evidencia pressões decorrentes de formas recentes de ocupação e reconfiguração do território rural e periurbano, tais elementos oferecem uma base para refletir, em diálogo com a literatura sobre gentrificação rural, sobre processos mais amplos de valorização imobiliária, mercantilização da paisagem e transformações do rural que podem tensionar simultaneamente a permanência produtiva, a integridade ambiental e as dinâmicas sociais locais. Nesse sentido, o estudo de Soares oferece um ponto de partida para compreender que certas disputas contemporâneas sobre o uso do solo e os sentidos do rural também podem ser lidas à luz desse debate.

A compreensão das transformações contemporâneas nos territórios rurais demanda a incorporação do conceito de gentrificação, originalmente desenvolvido no contexto urbano, mas progressivamente ampliado para outras espacialidades. O termo foi introduzido por Ruth Glass, em 1964, para descrever a substituição de populações de menor renda por grupos de maior poder aquisitivo em bairros populares de Londres, associada à valorização imobiliária e à transformação das dinâmicas sociais e espaciais. Posteriormente, autores como Neil Smith (1996) evidenciaram o caráter estrutural desse processo, vinculado às dinâmicas de acumulação capitalista e à produção desigual do espaço, enquanto Lees, Slater e Wyly consolidaram a leitura da gentrificação como fenômeno multidimensional, envolvendo dimensões econômicas, sociais, territoriais e políticas (GEVEHR, 2017).

Embora tradicionalmente associado ao urbano, o conceito passou a ser aplicado também às dinâmicas rurais. Conforme argumenta Phillips (2004), a gentrificação manifesta-se em múltiplos contextos espaciais, compartilhando

elementos estruturais como valorização do solo, recomposição social e redefinição dos usos do território. No rural, esses processos frequentemente aparecem vinculados à turistificação, expansão de segundas residências, consumo do rural e valorização ambiental e paisagística.

Nesse contexto, o rural deixa de ser compreendido exclusivamente como espaço produtivo e passa a ser também apropriado como espaço de lazer, residência e amenidade ambiental. Como destaca Phillips (1993), a gentrificação rural envolve transformações na composição social do território, nem sempre associadas ao deslocamento direto de populações, podendo ocorrer por sobreposição de grupos, fragmentação fundiária e mudança progressiva dos usos do solo. Entretanto, Phillips (2004) ressalta que a gentrificação rural não deve ser entendida como mera reprodução dos processos urbanos, uma vez que o rural envolve espacialidades, valores e representações específicas, relacionadas à paisagem, ao “verde” e à qualidade de vida. Nessa perspectiva, a transformação do espaço rural ocorre tanto em sua dimensão material quanto simbólica.

Essa interpretação dialoga com Halfacree (2006), para quem o espaço rural deve ser compreendido como construção social produzida pela articulação entre materialidades, representações e práticas. Assim, a gentrificação rural atua simultaneamente sobre o território físico, os significados atribuídos ao campo e as relações sociais nele estabelecidas.

Além das dinâmicas econômicas e imobiliárias, esses processos frequentemente envolvem o papel do Estado e das políticas públicas, que atuam como mediadores e, em alguns casos, indutores da valorização e reconfiguração territorial (SMITH, 1996). Em áreas ambientalmente estratégicas e próximas a centros urbanos, como a região do Sistema Cantareira, tais processos tendem a se intensificar diante da combinação entre valorização ambiental, pressão por uso residencial e mudanças nos perfis de ocupação do território.

Nesse cenário, torna-se necessário reconhecer a heterogeneidade dos atores envolvidos nas transformações do espaço rural. Embora a literatura sobre gentrificação rural destaque a entrada de novos grupos sociais como elemento relevante dessas mudanças, tais grupos não constituem um conjunto homogêneo, apresentando diferenças quanto às motivações, formas de inserção e relações com o território.

Estudos da geografia rural indicam que a chegada de populações de origem urbana pode assumir orientações distintas. De um lado, identificam-se sujeitos que buscam inserção territorial associada à produção, diversificação de atividades e participação nas dinâmicas locais. De outro, observam-se migrantes motivados principalmente pela busca por amenidades rurais — paisagem, tranquilidade e qualidade de vida — no que Woods (2011) denomina *amenity migration*.

Essa diferenciação remete à compreensão do rural não apenas como espaço de produção, mas também de consumo. Conforme aponta Woods (2011), a reestruturação rural contemporânea expressa justamente a tensão entre essas dimensões, na medida em que o território passa a ser apropriado simultaneamente como lugar de trabalho, vida e fruição.

Nesse contexto, a gentrificação rural pode ser compreendida como um processo internamente diferenciado, no qual coexistem distintos projetos de rural. Enquanto alguns perfis tendem a se articular às dinâmicas locais e contribuir para a diversificação territorial, outros se inserem de forma mais dissociada, reforçando processos de valorização imobiliária e transformação do uso do solo. Essa leitura reforça a importância de abordagens que reconheçam a diversidade de atores envolvidos, evitando generalizações sobre os diferentes atores que participam das transformações do espaço rural contemporâneo.

3.4 - Movimentos migratórios rural- urbano / Contraurbanização

Paralelamente às transformações observadas no espaço rural, consolidava-se o fenômeno denominado contraurbanização. Ele surge como uma reação à degradação física e social das grandes cidades, gerando um declínio demográfico e industrial das áreas urbanas centrais em detrimento da revitalização populacional e industrial de espaços rurais (CALHEIROS; DUQUE, 2012). É a migração voluntária do urbano ao rural.

O processo histórico das cidades, que os autores descrevem, permite compreender o motivo pelo qual a contraurbanização acontece no momento de degradação das grandes cidades e sua ruptura com tudo o que elas carregam como significado. Segundo os autores, os valores de desenvolvimento pessoal e bem-viver não estão mais conectados com os ideais do mundo urbano, mas sim com sua ruptura. Com a transformação das cidades em espaço de negócios, trabalho e política; consumindo a vida familiar, social, cultural e de lazer, muitas pessoas

orientam sua busca por um território onde possam recuperar e integrar suas vidas, e acreditam encontrar isso no rural (CALHEIROS; DUQUE, 2012).

A contraurbanização surge como uma reação à falta de qualidade de vida nas cidades, sobretudo no que diz respeito às relações interpessoais, à violência e à dor do anonimato urbano (CALHEIROS; DUQUE, 2012).

Essa premência na busca de uma mudança de vida, aliada às mudanças no mundo do trabalho onde cada vez é menos importante o local a partir do qual se exercem as funções profissionais por conta dos avançados recursos tecnológicos, fez com que o espaço rural aparecesse como um forte candidato.

Os mesmos autores descrevem os fatores que influenciam as escolhas dos novos locais para moradia. É apresentado um resumo, em forma de quadro, para melhor visualização dos fatores naturais e humanos que os autores indicam (Quadro 12). É possível ler no quadro que os fatores naturais estão conectados tanto com clima, paisagem, natureza, ambiente calmo e distância média das cidades. Os fatores humanos ficam mais concentrados em cultura, trabalho, economia, locomoção, entre outros elementos.

Quadro 12 - Fatores que infuenciam na escolha de novos locais para moradia

Fatores Naturais	Clima	pureza do ar e das águas, espaços despoluídos.
	Paisagem	atração paisagística
	Vegetação	abundância
	Ambiente	tranquilidade, silêncio, calma
	Geográficos	locais isolados com relativa proximidade de centros urbanos.
Fatores Humanos	Econômicos	são pessoas que atuam nos setores terciários (comércio, prestadores de serviços, turismo, autônomos, beleza, saúde) e quaternários (áreas intelectuais e de conhecimento como TI, consultoria, educação, pesquisa)
	Psicológicos	áreas rurais pela moda e convencimento dos pares.
	Técnicos	buscam locais com bons meios de transporte e circulação
	Local	locais com tradições culturais.
	Sociológico	a situação socio-econômica deles faz com que aumentem as pessoas engajadas na promoção de desenvolvimento econômico e social nas áreas rurais que decidem morar.

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Calheiros; Duque (2012)

> O fenômeno da contraurbanização é descrito como complexo e intrinsecamente conectado à história das urbes. Scott, Gkartzios e Halfacree (2024) relatam que “Diversas abordagens, taxonomias e metodologias têm sido utilizadas para pesquisá-la, evidenciadas em coletâneas e revisões como Champion (1989), Boyle e Halfacree (1998), Mitchell (2004), Halfacree (2008) e Gkartzios (2013). Todos apresentam a contraurbanização como tendo tantas facetas, causas, agentes, escalas, ciclos, velocidades diferentes e assim por diante, que é efetivamente impossível resumi-la em uma única narrativa global (McManus, 2022) além da ideia de que ela expressa uma realocação “pró-rural” (HALFACREE & RIVERA, 2012)”.

A contraurbanização é situada, historicamente, na década dos anos setenta do século XX, quando nos Estados Unidos se verificou uma alteração nos fluxos migratórios, com o crescimento das regiões rurais e das cidades médias em detrimento das grandes metrópoles. Depois disso, o fenômeno foi se apresentando no mundo todo. E, acompanhando mudanças sociais e econômicas, também muitas empresas e fábricas mudaram seus locais de funcionamento, priorizando espaços fora das grandes cidades com a finalidade de facilitar a logística e aumentar o tamanho das suas instalações. Muitos elementos foram confluindo para o fortalecimento dos processos migratórios urbano-rural. Um grande diferencial, que a literatura confirma, é de não serem processos de êxodo, tanto pela forma quanto pela qualidade com que têm acontecido (SCOTT; GKARTZIOS; HALFACRE, 2024; RAMOS, 2022). O que sim é possível afirmar é sua qualidade voluntária, contínua, e representada por pessoas com suas motivações bem identificadas, diferente do processo em massa de um êxodo.

> “Argumenta-se que a contraurbanização é predominantemente um movimento voluntário (incluindo mobilidade reativa e antecipatória) na hierarquia de assentamentos, com a "ruralidade" como elemento central na decisão de realocação” (SCOTT; GKARTZIOS; HALFACREE, 2024).

Na conclusão de seu artigo, Calheiros e Duque expressam que “porque tem a particularidade de descongestionar as cidades e revitalizar os espaços rurais, a contraurbanização afigura-se como um fator que pode contribuir para o desenvolvimento equilibrado das regiões e, por isso mesmo, passível de ser planificado”. O aspecto do planejamento que trazem é fundamental como um

chamado à gestão pública olhar para essa realidade e incorporar ações pontuais, com vistas ao desenvolvimento sustentável local.

A esse respeito, e em relação aos vínculos entre expansão urbana e contraurbanização, os pesquisadores alertam que a maior parte da expansão urbana ocorrerá na América Latina, Ásia e África, pelo qual se faz necessário uma estrutura institucional forte para a governança urbana, com políticas e planejamento urbano onde as atividades agrícolas urbanas, as áreas verdes periurbanas e as economias rurais sejam protegidas por incentivos econômicos e instrumentos políticos (RÍOS-LLAMAS; HERNÁNDEZ-VÁSQUEZ, 2024). Os mesmos autores destacam que os neorrurais se beneficiam do fenômeno da contraurbanização pois "são ecologicamente conscientes e não pretendem alterar o meio ambiente, mas sim pessoas que deixam a cidade no campo em busca de tais estilos de vida sustentáveis". O artigo também cita e avalia temas relacionados ao desenvolvimento sustentável na região de Guadalajara em México, envolvendo as zonas de amortecimento florestal (para mitigar a pressão imobiliária urbana), a governança periurbana e a proteção das terras agrícolas. Um destaque especial para os fatores citados nos resultados: (1) a importância da coordenação entre municípios, (2) a presença das vozes acadêmicas, (3) as discussões a respeito de priorizar as preocupações ambientais ou econômicas no planejamento urbano, (4) a urgência de uma perspectiva política integrada para que os problemas ecológicos das regiões "não sejam reduzidos a jardinagem", (5) a necessidade de clareza das responsabilidades e áreas de execução de cada setor, (6) o compromisso dos municípios com as necessidades de suas comunidades, (7) a participação da sociedade civil no Plano de Gestão das Áreas de Conservação e/ou no Programa de Planejamento Ecológico Local. O estudo também alerta a respeito de que a contraurbanização pode estar associada a problemas de desmatamento, uso ilegal e degradação do solo, uso ilegal da água, incêndios florestais e criminalidade social (industrialização irregular, roubos, tráfico de drogas).

Ríos-Llamas e Hernández-Vázquez também descrevem situações que servem de alerta para a nossa realidade, como o fato de que os subsídios para a conservação florestal raramente são destinados às atividades das comunidades rurais, concentrando-se principalmente em programas subsidiados de restauração e conservação ambiental. Outro tema que o estudo alerta é para uma atenção diferenciada às comunidades periurbanas que, para os autores, sua precária

situação social tem direta relação com erros de planejamento público que acabam aumentando a fragilidade dos municípios e os conflitos sociais. Aqui destacam que mudanças socioeconômicas e culturais, principalmente a mudança do desenvolvimento industrial para o desenvolvimento baseado em serviços e conhecimento, alteraram a oferta dos serviços rurais, e os moradores de áreas periurbanas poderiam se beneficiar da oferta de vagas de trabalho nesses novos trabalhos rurais.

Um aspecto importante do fenômeno de contraurbanização é trazido por Scott, Gkartzios e Halfacree (2024) que aprofundam no tema em relação às mudanças climáticas, e destacam que na “história das contraurbanizações”, ela sempre aparece associada a três tipos de crises: econômica, demográfica ou de saúde. O aumento da mobilidade social nas áreas rurais aparece como uma solução para momentos de crise laboral ou econômica, para regiões ou países em processo de despovoamento, e para situações de crise de saúde pública como foi a época da Covid-19.

As transformações apresentadas nesta seção evidenciam que as novas ruralidades não decorrem apenas de mudanças econômicas ou territoriais, mas também da emergência de novos sujeitos sociais, portadores de diferentes trajetórias, motivações e formas de inserção no espaço rural. É nesse contexto que se insere o conceito de neorrural, desenvolvido na seção seguinte, cuja compreensão constitui elemento central desta pesquisa.

3.5 - Os neorrurais ou novos rurais

Para algumas pessoas pode parecer um tema novo, mas o fenômeno é estudado sistematicamente há cerca de seis décadas. Os neorrurais aparecem em artigos acadêmicos desde a década de 1960, segundo Chevallier(1993), que cita trabalho de Roger Livel “Habitat rural et structuru agraires en Basse-Provence” onde descreve precisamente a evolução do que ele chama de "aldeias de montanha rejuvenescidas"; e existem inúmeras abordagens de estudo a respeito dos novos rurais, sejam vinculados ao seu processo migratório, às transformações no ambiente rural ou liderando ações em prol do meio ambiente. Eles são o foco deste subcapítulo.

É interessante encontrar estudos a respeito da questão da identidade dos neorrurais, e afirmar que “pode ocorrer que nem os próprios neorrurais assim se

intitulem” (RIBEIRO;SOUSA, 2015). Na visão das pesquisadoras, os novos rurais vivem uma “[...] função identitária oriunda de uma nova concepção de segmentos populacionais que buscam o campo como representação de saúde, liberdade, bem-estar e tranquilidade”. Mas a dificuldade em construir identidades faz parte das sociedades nesses tempos de globalização, e ainda mais ao falar em sujeitos rurais, que dependem direta e intensamente do núcleo urbano “para o exercício de diversas funções e o atendimento de diversas necessidades econômicas e sociais. O meio rural consiste, assim, no espaço da precariedade social”. (WANDERLEY, 1997 apud RIBEIRO;SOUSA, 2015). Essa dependência dos espaços na cidade (escolas, integração comunitária, cultura, saúde, etc) impede o fortalecimento da população rural. Esse contexto ajuda a compreender por que os neorrurais permanecem como uma categoria sociológica relevante há cerca de seis décadas, pela sua experiência prévia com as cidades, e o conhecimento das dinâmicas que a constituem.

Giuliani (1990) descreve esse movimento migratório peculiar:

> “Na prática, o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranqüilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo”.

Esse processo de mudança cultural dos neorrurais gera situações de crise identitária, para si e para a população do campo em volta dele. Frerie, Mello e Frigo (2016) trazem reflexões a respeito da complexidade do movimento de desterritorialização dos neorrurais, que carregam suas questões identitárias do urbano para o rural. “Isso porque começa a haver uma busca pela aproximação a um padrão de vida e hábitos que genuinamente não compunham a realidade sociocultural anterior” (RIBEIRO;SOUSA,2015). Os mesmos finalizam o artigo afirmando:

> “Desta feita, por não ser possível, nesta era da globalização, falar em identidade fixa e, sim, em identidades, é que se pode afirmar que os neorrurais não possuem uma identidade única e fixa, mas uma pluralidade móvel em processos diversificados de ressignificação”.

No cenário brasileiro, observa-se, a partir da década de 1990, uma mudança no padrão de mobilidade populacional, marcada pela redução das taxas de migração das áreas rurais para os centros urbanos (FREIRE; MELLO; FRIGO, 2016). Nesse contexto, os autores destacam que as populações neorrurais podem ser compreendidas como a expressão de um fenômeno demográfico distinto daqueles observados até então. Entre suas características estão a maior capacidade de mobilidade entre territórios urbanos e rurais, a construção de identidades multiterritoriais e a inserção em atividades econômicas ainda pouco exploradas pelas populações rurais locais, frequentemente associadas à pluriatividade (ver subcapítulo 2.1).

Os autores também chamam atenção para as implicações desse fenômeno na formulação de políticas públicas. Em suas conclusões, defendem a necessidade de abordagens que considerem não apenas o território, mas também os diferentes grupos sociais que nele se inserem e as interações estabelecidas entre eles, visando maior eficácia e eficiência das políticas voltadas ao desenvolvimento rural. Tal reflexão reforça a importância de compreender as transformações contemporâneas das ruralidades e os novos sujeitos que passam a compor esses espaços.

3.5.a. História dos neorrurais no mundo

O movimento chamado de “retorno à terra” tem suas raízes mais visíveis nos Estados Unidos a partir do final da década de 1960, no contexto da contracultura, da crítica ao consumismo urbano-industrial e da emergência de valores associados à ecologia, à autossuficiência e à busca por modos de vida alternativos. Embora a literatura registre antecedentes históricos de movimentos de “volta ao campo” na sociedade norte-americana desde o início do século XX (KING, 1945), é a partir do ciclo contracultural dos chamados *long sixties* que o fenômeno ganha nova centralidade sociológica e demográfica. Nesse período, milhares de jovens urbanos migraram para áreas rurais em diferentes regiões dos Estados Unidos, organizando comunidades, pequenas propriedades (*smallholdings*) e formas de agricultura semi-auto sustentável conectadas com tecnologias alternativas (JACOB; BRINKERHOFF, 1986). Para além de uma simples mudança residencial, tratava-se de um projeto de transformação existencial e cultural, no qual a ruralidade era ressignificada como espaço de reconstrução moral, comunitária e ambiental. Como observa Jacob

(1996), o *"back-to-the-land movement"* norte-americano constituiu-se como uma das mais importantes expressões de contestação ao modelo urbano-industrial no pós-guerra, construindo uma base simbólica e prática que, posteriormente, influenciaria movimentos semelhantes na Europa, particularmente aqueles que passaram a ser identificados como fenômenos neorrurais a partir da década de 1970.

O movimento europeu de retorno ao campo passa a ser objeto de sistematização acadêmica sobretudo no campo da geografia e da sociologia rural francesa. Michael Chevalier (1993), já registrado aqui como um dos clássicos nos estudos de neorrurais, cita duas ondas na formação do fenômeno neorrural na Europa. Uma primeira onda surgiu a partir de 1968, aproximadamente, onde o foco foi a formação de comunidades, dentro da busca de um retorno à terra, com ideologia política e social. Este grupo chegou a ser autossuficiente na sua produção agrícola. Foi liderado por jovens de classe média e alta, ocupando áreas rurais abandonadas. Formavam comunidades com foco anticapitalista e contra o modelo familiar tradicional. A maioria dessas comunidades colapsou por dificuldades na gestão, isolamento e conflitos com as comunidades locais, fracasso econômico, e colapso psicológico.

Podemos citar uma segunda onda a partir de 1974, já acompanhando o surgimento do movimento ecológico. Esses neorrurais já eram de classes sociais menos abastadas, com estudos básicos. É uma reativação do movimento de retorno à terra buscando, dessa vez, uma real e plena integração com o mundo rural. Esses neocamponeses buscavam se integrar à comunidade e acabaram se transformando em "agentes de inovação" contribuindo com o desenvolvimento e crescimento das suas comunidades, segundo Chevalier (1993).

3.5.b. Conceitos e tipologias de neorrurais

Méndez Sastoque (2012) define os neorrurais como "migrantes voluntários de residência urbana anterior que decidem se mudar para o campo, mobilizados por bases ideológicas definidas por sua insatisfação com o que esses mesmos atores assumiram como modelo de estilo de vida urbano"[18]. Assim os neorrurais seriam os

[18] "*migrantes voluntarios de anterior residencia urbana que deciden mudarse al campo, movilizados por bases ideológicas definidas a partir de su inconformidad con lo asumido, por estos mismos actores, como modelo de vida citadino*" (MENDEZ SASTOQUE, 2012)

que abandonam, voluntariamente, o estilo de vida urbano e assumem uma nova identidade social. A revisão bibliométrica de Bombardelli, Deggerone e Znin (2023) confirma que os estudos por eles analisados associam a neorruralidade a um fenômeno de reocupação e ressignificação do espaço rural.

Chevalier (1993), se sustentando em vasta pesquisa de campo e nos trabalhos de Bertrand e Danièle Hervieu (Le retour à la nature, 1979), traz a classificação dos neorrurais em três tipos. Essa classificação, embora construída com base nas experiências da França de 1990, contribui para nossa realidade atual. Para efeitos desta pesquisa foi construído um quadro, com a finalidade de facilitar a leitura e associação das características (Quadro 13). O primeiro tipo são aqueles jovens que fogem das cidades, com pouca formação e experiência profissional. O segundo grupo são os neocamponeses e os neoartesões, que mantém diferentes focos profissionais, mas já com maior integração no território e cultura. E, o terceiro grupo dos produtores profissionais, com maiores formação, recursos, integração e resultados produtivos.

Quadro 13 - Tipologia dos Neorrurais Segundo Chevalier

TIPO		CARACTERÍSTICAS
Pouco mencionados		baixa formação escolar
		limitados recursos financeiros
		fora de qualquer tipo de auxílio ou treinamento profissional
		jovens, operários, desempregados
		fugindo das cidades
		vivem de atividades irregulares e trabalhos temporários
		condições para um futuro antissocial ou marginal
Neocamponeses e Neoartesãos	neoartesãos	foco turístico
		artistas em ferro, lã, couro, cestaria, cerâmica
		não organizados, dispersos
		baixos recursos, economia pré-capitalista
		identificados com movimento hippie
	neocamponeses	produção artesanal (seja animal ou vegetal)
		dificuldade com concorrência de grandes produtores
		formação condiciona sucesso do empreendimento
		cultivo orgânico em pequena escala, apicultura e criação de animais de pequeno porte.

		buscam se integrar na comunidade e economia locais (rechaçados até demonstrarem persistência)
Produtores Profissionais		grandes recursos financeiros para investir
		formação técnica na área
		costumam estar em pequenas comunidades (alguns casais)
		alguns do grupo mantém ocupações remuneradas nas cidades próximas
		criam e sustentam iniciativas sociais na comunidade (estudo, exposições, associações, terapêuticos)

Elaborado pela pesquisadora (2026)

Chevalier (1993) também descreve três importantes movimentos dentro desse processo de neorruralidade européia inicial. Ele cita a chamada “migração de apego”, que pode acontecer em forma individual, familiar ou em grupos, e refere-se às também chamadas segundas residências (citadas antes como nome para gentrificação rural). Em geral correspondem a aposentados idosos que retornam aos seus locais de nascimento, após uma vida profissional nas cidades. Outro movimento corresponde ao que denomina de “agricultura de lazer”, onde descreve citadinos que se dedicam à agricultura como passatempo, e costumam ser muito questionados pelos que se auto intitulavam como agricultores profissionais. Ele previu que esse tipo de neorrural seria muito significativo na vida rural do século XXI. E, por último, ao que destina grande parte do seu trabalho, ele descreve as chamadas “aldeias renovadas”, que correspondem a antigos espaços rurais (abandonados, na sua maioria) que são recuperados com foco em turismo, gastronomia e arte. São escolhidos locais com boas paisagens e próximos de grandes centros urbanos. Traz a questão de gerar problemas socioeconômicos, na medida que a revitalização das pequenas cidades é realizada por pessoas de maior poder aquisitivo, provoca uma alta nos preços dos imóveis, e fica inviável a moradia para a comunidade local menos favorecida. Aparece aqui, novamente, o processo da gentrificação rural. Os nativos costumam se sentir “colonizados” por não partilhar dos mesmos valores culturais, e questionam que esses novos não se envolvem nem apoiam suas reivindicações locais (CHEVALIER, 1993).

A partir desse sentimento dos conflitos, parece oportuno trazer o trabalho de Julieta Quirós (2019) que aprofunda na questão da migração neorrural desde uma perspectiva de classe, e a importância do desenho de políticas “orientadas a mitigar

ou reverter a configuração e invisibilização de geografias injustas". Quirós (2019) descreve a forma como são chamados os neorrurais nos seus novos territórios. Ela escreve: "Pertencemos a uma classe de pessoas que os "nascidos e criados" na região chamam de "forasteiros", às vezes "recém-chegados"[19].

A autora destaca que o neorrural não migra buscando melhores oportunidades econômicas, nem é arrastado por ofertas ou demandas produtivas, mas o faz buscando uma qualidade de vida que a cidade já deixou de lhe oferecer, na busca de uma vida mais simples, tranquila e com mais natureza. Quirós também destaca duas grandes diferenças com os antecessores neorrurais das décadas de 1970 e 1980: a composição sociocultural e etária é notadamente mais diversificada e heterogénea na atualidade e, embora os ideais comunitários façam parte das práticas que valoriza, a atual população neorrural age com um único núcleo, sua família direta.

A autora traz um debate e uma reflexão, desde a Economia Política, a respeito do motivo e das consequências desse processo migratório ser -majoritariamente- das classes médias. É de suma importância que embora as grandes diferenças entre os neorrurais, seja nas suas adesões políticas, na forma de gerarem suas rendas, profissões, conexões com a cidade ou entrosamento comunitário, o que fica claro é uma identificação entre eles na construção de um "nós", mostrando uma população "claramente homogêneos em termos de suas origens, estilos de vida e, fundamentalmente, seu capital econômico e cultural"[20]. Daí, que para as populações locais, seja fácil chamá-los com um único mote a todos "os de fora". Outro aspecto particularmente relevante trazido por Quirós (2019) é a observação de que a população neorrural também é majoritariamente branca. Os neorrurais costumam ser identificados como pessoas com "dinheiro e estudo", diferentemente das populações rurais nativas, que nasceram e viveram sob históricos processos de exclusão social e territorial. Essa condição evidencia desigualdades relacionadas às bagagens educacionais e econômicas e expõe uma distribuição espacial desigual de capitais econômicos, culturais e políticos entre

---

19 *"Pertenecemos a una clase de personas a la que los "nacidos y criados" de la región llaman "los de afuera", a veces los "venidos" o "llegados"* (QUIRÓS, 2019).

20 *"evidentemente homogénea en lo que respecta a sus orígenes, estilos de vida y, fundamentalmente, a sus capitales económicos y culturales*" (QUIRÓS, 2019).

cidade e campo, revelando permanências históricas nas relações entre urbano e rural. Embora os contextos sociais, econômicos e institucionais tenham se transformado ao longo do tempo, persistem estruturas de poder que continuam marcando as dinâmicas entre os sujeitos que chegam ao território rural e aqueles historicamente vinculados a ele.

Quirós (2019) também destaca outros elementos na complexidade da inserção desse neorrural: na compra da propriedade rural se faz um sujeito de direitos frente à comunidade, e ainda mais se muda seu endereço eleitoral, com o qual adquire direito ao voto local; gera uma necessária redistribuição de recursos sociais, ao ocupar vaga nas escolas para seus filhos e ao usufruir outros serviços públicos; muda a coleta de resíduos e o consumo de energia no município; gera ou demanda opções de lazer, cultura e turismo; altera a composição do mercado de trabalho local; se abre uma brecha para a especulação imobiliária e financeira do solo (“as terras no meio do mato que antes nada valiam”). A venda de terras da população rural local tem dois pontos de confronto, destaca Quirós (2019), já que se por um lado permite o acesso da família rural nativa a bens de consumo que de outra forma seria difícil aceder (veículos, construção ou reforma de imóveis, formação universitária para os filhos, etc); ao mesmo tempo a descapitalização e perda da posse da terra dificilmente seria reconquistada no futuro, e é sabido que na área rural, terra significa oportunidades de moradia, trabalho e renda para todos do grupo familiar.

As contribuições de Quirós ampliam a compreensão do fenômeno ao evidenciar que a neorruralidade não pode ser analisada apenas a partir das motivações individuais da migração, mas também das relações de poder, das desigualdades sociais e dos processos de reconhecimento e pertencimento construídos nos territórios rurais.

Outro trabalho de tipologia, além do apresentado por Chevalier (1993), é o que descreve Marlon Javier Méndez Sastoque (2013) em relação ao contexto da mudança de territorialidade do neorrural. É interessante que o autor toma como base da sua tipologia a evidência de que cada novo integrante do mundo rural tem seus motivos pessoais e seu jeito próprio de significar sua experiência rural. O estudo foi realizado em Manizales, capital da região de Caldas, na Colômbia. Esta dissertação compartilha com o autor da sua motivação para o estudo dos neorrurais, ele diz:

> “[..] este estudo teve sua origem numa inquietude acadêmica e pessoal: a invisibilização do papel exercido por aqueles “outros rurais” ativamente partícipes das dinâmicas sociais rurais contemporâneas, comumente ignorados pelas investigações especializadas” (Méndez Sastoque, 2013, p. 05).[21]

A tipologia de Méndez Sastoque organiza os neorrurais em quatro grandes grupos: neorrurais por atração comparativa, neorrurais por atração ético-política, neorrurais por atração econômico-produtiva e neorrurais por expulsão. Cada categoria expressa diferentes razões para a migração urbano-rural, variando desde a busca por qualidade de vida e maior contato com a natureza, até projetos de transformação social, oportunidades econômicas ou processos de deslocamento motivados por situações adversas vividas nos contextos urbanos.

Além dessas categorias principais, o autor identifica subtipos que permitem compreender com maior profundidade as distintas formas de vivenciar, significar e ocupar o espaço rural. Mais do que uma classificação rígida, a proposta busca evidenciar a pluralidade dos novos habitantes do campo e contribuir para a compreensão das múltiplas ruralidades contemporâneas, reconhecendo que o neorruralismo assume características específicas de acordo com os contextos territoriais em que se manifesta.

Os quadros a seguir apresentam a tipologia de neorrurais proposta por Méndez Sastoque (2013). O Quadro 14 sintetiza as quatro categorias principais identificadas pelo autor, enquanto os Quadros 15 a 22 detalham as características e subdivisões de cada grupo, permitindo compreender a diversidade de motivações, trajetórias e formas de inserção dos neorrurais no espaço rural.

---

[21] *“...este estudio tuvo origen en una inquietud académica y personal: la invisibililización del papel cumplido por aquellos “otros rurales” activamente partícipes de las dinámicas sociales rurales contemporáneas, usualmente ignorados por investigaciones especializadas” (Méndez Sastoque, 2013, p. 05).* Tradução livre da autora da dissertação.

Quadro 14 - Estrutura da Tipologia dos Neorrurais Segundo Méndez Sastoque

NEORRURAL POR ATRAÇÃO COMPARATIVA	NEORRURAIS INTEGRACIONISTAS
	NEORRURAIS ESCAPISTAS
NEORRURAL POR ATRAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA	NEORRURAIS AGROECOLOGISTAS
	NEORRURAIS ALTRUISTAS
NEORRURAL POR ATRAÇÃO ECONÓMICA-PRODUTIVA	NEORRURAIS AGRO-EXPERTS
	NEORRURAIS INOVADORES
NEORRURAL POR EXPULSÃO	NEORRURAIS DESLOCADOS
	NEORRURAIS REQUALIFICADOS

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Méndez Sastoque (2012).

Quadro 15 - Descrição da tipologia do Neorrural por Atração Comparativa

NEORRURAL POR ATRAÇÃO COMPARATIVA	Representação	habitar no campo representa uma saída ao esgotameto do ritmo da vida citadina.
	Propósito	reconstruir parte do perdido na cidade.
	O que abandona	anonimato, individualismo, artificialidade da paisagem, sobrepopulação, congestionamento veicular, cada vez menos disponibilidade de espaços abertos, predomínio de relações baseadas em trocas comerciais.
	O que busca no campo	sensações de liberdade, naturalidade e simplicidade. Maior contato com a natureza, possibilidade de produzir parte dos seus próprios alimentos, usufrua de um ambiente saudável, simples e agradável.
	Mobilizado por	encontro com “algo” que foi perdido na cidade.
	Parceiros de migração	parceiro/a e filhos.
	Deslocamentos	diários até a cidade para escola dos filhos e trabalho.
	Quem são	classe média-alta. Tranquilidade e solvência financeira.

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Méndez Sastoque (2012).

Quadro 16 - Subdivisão da tipologia do Neorrural por Atração Comparativa

NEORRURAIS INTEGRACIONISTAS	Busca integração cultural com a comunidade. Cultiva as formas de ser e atuar do "bom camponês". Suas casas integradas à natureza, com espaços agroproductivos, sem fins comerciais, aprende a cutivar com a comunidade. Com um tempo de convivio, confiança e recohecimento, costumam assumir cargos comunitários de representação onde contribui e cumpre seu popósito integracionista.
O Rural vivido como consumo	
NEORRURAIS ESCAPISTAS	Buscam possibilidade de se isolar das suas rotinas diarias na cidade, procura descanso e revitalização física e psíquica. Casas de campo confortáveis, arquitetura moderna, luxosa e isolada das casas vizinhas. rural como espaço de consumo. Disfrutar dos benefícios do campo sem necessidade de renunciar às dinâmicas citadinas de vida. Tranquilidade, autenticidade, descanso, paisagem campestre, ar puro, contato com a natureza. Vivência do rural é mais individual e fechada, restrita ao âmbito familiar. Sem interesse pela integração. Participação social reduzida a eventos ou reuniões muito necessárias.

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Méndez Sastoque (2012).

Quadro 17 - Descrição da tipologia do Neorrural por Atração Ético-política

NEORRURAL POR ATRAÇÃO ÉTICO-POLÍTICA	Representação	forma de expressar -proativamente- solidariedade con aqueles atores rurais históricamente marginalizados pela sociedade, e em vulnerabilidade socioeconômica.
	Propósito	tomar iniciativa no desenvolvimento de ações criativas e geradoras de mudanças, na busca de liberdade de escolha sobre imposições sociais.
	O que abandona	contribuir com a mentalidade produtivista, mercantilista.
	O que busca no campo	construir formas alternativas de relações constituiría o principal caminho de reivindicação e transformação social.
	Mobilizado por	atuar desde dentro para trabalhar por mudanças reais.
	Parceiros de migração	parceiro/a e filhos.
	Deslocamentos	diários até a cidade para trabalho, ou pode prestar serviços desde a moradia. Filhos em escolas rurais.
	Quem são	assalariados-classe média profissional- acadêmicos, professores, profissionais em ciências agrárias e de otras disciplinas, ativistas, produtores ecológicos, extensionistas e membros de algumas organizações sociais.

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Méndez Sastoque (2012).

Quadro 18 - Subdivisão da tipologia do Neorrural por Atração Ético-política

NEORRURAIS AGROECOLOGISTAS	Contribuir com a restauração de valores contrários à lógica capitalista. Viver, em comunidade, os valores anti-mercantilistas: solidariedade, ajuda mútua, comunitarismo, fraternidade, espiritualidade. Trabalha pela autonomia das comunidades campesinas, a independência econômica, política e cultural dos povos, e das comunidades ancestrais. Conectado com a terra, e a produção ecológica de alimentos. Luta pelo direito de outra forma de ser, agir e pensar, a partir da proposta de formas alternativas de vida e de produção: a transformação agroecológica. Busca construir e viver um modelo socioprodutivo ecologicamente apropriado, socialmente mais justo e economicamente viável, cadeias curtas e proximidade produtores-consumidores.
O Rural vivido como campo de resistência	
NEORRURAIS ALTRUISTAS	Buscam ajudar camponeses em situação de vulnerabilidade socioeconômica, colocando à serviço seus conhecimentos e experiência. Visualizam o meio rural como um espaço físico-social próprio para sua realização profissional. O campo é onde exerce sua prática altruísta ou filantrópica com as comunidades rurais. seus trabalhos costumam ser: prestar assistência técnica agro-produtiva, estabelecer planos de manejo ambiental, escolarizar crianças e jovens rurais. Costumam assumir outros papéis como gestores de recursos, assessores e consultores para a tomada de decisões em temas comunitários relevantes, assim como trabalhar junto a entidades governamentais ou da sociedade civil. Seu compromisso com a comunidade rural é uma forma de realização pessoal, alinhada com seus ideiais e forma de ler o mundo.

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Méndez Sastoque (2012).

Quadro 19 - - Descrição da tipologia do Neorrural por Atração Econômica-produtiva

NEORRURAL POR ATRAÇÃO ECONÓMICA-PRODUTIVA	Representação	forma de una intención ou oportunidad económica.
	Propósito	produção agropecuária (atividades agrícolas, pecuárias, piscícolas, agroflorestais ou agrocomerciais) ou a prestação de múltiples serviços dirigidos à população urbana.
	O que abandona	limitações socioeconômicas.
	O que busca no campo	construir ofertas derivadas da revalorização dos espaços rurais e outras funções diferentes da tradicional agrícola: funções patrimoniais (ambientais, culturais, paisagísticas), de lazer, principalmente.
	Mobilizado por	negócio ou investimento, geralmentena figura de microempresa ou negócio familiar.
	Parceiros de migração	sua família, ou com família de sócios e parceiros.

	Deslocamentos	permanentes, por conta da venda de produtos agrícolas, o provimento de insumos e a oferta publicitária dos serviços ambientais ou recreativos prestados.
	Quem são	autônomos-classe média profissional- área agrícola, ambiental, administradores de empresas, engenheiros de alimentos e agroindustriais.

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Méndez Sastoque (2012).

Quadro 20 - Subdivisão da tipologia do Neorrural por Atração Econômica-produtiva

NEORRURAIS AGRO-EXPERTS	Escolhem locais com vantagens agrícolas, de clima e paisagem em função do negócio projetado. Profissionais urbanos, em geral recém formados, sem experiência no campo. Buscam realização como empreendedores rurais de sucesso, se inserindo nos mercados locais e regionais com o diferencial de morar no campo. Seus focos são: a produtividade, a expansão do negócio e a maximização dos lucros, fazendo uso dos seus conhecimentos e buscando otimizar seu investimento inicial de capital. Vivem integrando família e negócios, com filhos frequentando escolas nas cidades vizinhas, podendo ou não a família fazer parte do negocio. Costumam ter algum trabalho assalariado, paralelo, com negócios perto do dele, assim se integrando com outros neorrurais ou nativos com os quais se vincula profissionalmente.
O Rural vivido como espaço de oportunidades produtivas	
NEORRURAIS INOVADORES	Buscam desenvolver no campo propostas inovadoras de negócios Investem em projetos de acordo com as indicações do mercado e as tendências de consumo. Em geral investem em projetos de turismo rural para visitantes de cidades próximas, oferendo opções de lazer estético, psíquico e recreativo, Atender pessoalmente os clientes das suas pousadas ou hotéis rurais, restaurantes, parques temáticos e granjas interativas, se destacando na região, justifica sua moradia no campo. Vivem integrando família e negócios, com filhos frequentando escolas nas cidades vizinhas, podendo ou não a família fazer parte do negocio. Sua interação com a comunidade é necessária para seu trabalho. Precisa conhecer a história, cultura, tradições, celebrações, festas populares, rotinas agrícolas, culinária e atrações naturais da região que os visitantes anseiam conhecer.

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Méndez Sastoque (2012).

Quadro 21 - Descrição da tipologia do Neorrural por Expulsão

NEORRURAL POR EXPULSÃO	Representação	estratégia de evitar o fugir de situações perigosas, intoleráveis, incômodas ou prejudiciais, experimentadas ems contextos urbanos da sua procedência.
	Propósito	criar um refúgio e proteção, em forma individual ou coletiva.
	O que abandona	situações indesejáveis que geram vulnerabilidade, desigualdade, pobreza e outros efeitos negativos nas diferentes dimensões da vida, colocando em risco a capacidade de subsistência, a dignidade das pessoas e suas comunidades, incluindo ameaças da própria vida ou de familiares.
	O que busca no campo	segurança no sentido amplo, proteção do desemprego, da insegurança alimentária, problemas de saúde, desastres naturais.
	Mobilizado por	segurança, saúde, tranquilidade.
	Parceiros de migração	parceiro/a e filhos.
	Deslocamentos	não constantes, só em função de trabalho. Filhos em escolas rurais.
	Quem são	autônomos - classe baixa -pedreiros, empregados domésticos, vendedores ambulantes, donos de pequenos estabelecimentos comerciais, condutores de veículos de serviço público, professores. Baixa escolaridade e salários, antes moradores de periferia urbana. Costumam partihar trabalhos com atividades agrícolas de subsistência.

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Méndez Sastoque (2012).

Quadro 22 - Subdivisão da tipologia do Neorrural por Expulsão

NEORRURAIS DESLOCADOS	Buscam resguardo em áreas rurais, próximas ou distantes dos locais de origem. Tipo de migração pouco evidenciada ou estudada, mas real e intensa. Buscam locais livres de conflitos ou mínima exposição a situações de violência urbana: comercio ilegal, drogas, armas, gangues, etc. Não costuma ser fácil sua adaptação ao campo e integração na comunidade pela evidente procedência de cenários urbanos violentos. Costumam ser acolhidos por uma família ou amigos que ajudam na sua integração sociocomunitária. Integram seus saberes urbanos com a nova atividade agrícola, e isso gera contribuições importantes na comunidade. Costumam criar negócios e serviços para a comunidades (construção, comercio, transporte).
O Rural vivido como refúgio e reconstrução	
NEORRURAIS REQUALIFICADOS	Processo migratório por motivos económicos. Buscam novas oportunidades, como mecanismo contra o desemprego,

	para garantir sua subsistência. Esperança que o campo proporcione melhores condições de vida e empregabilidade. A migração exige reformar drasticamente seu perfil profissional, com novos conhecimentos e habilidades na área agropecuária ou serviços em empreendimentos neorrurais. Mundo rural cheio de oportunidades mas que exige requalificação profissional. As redes de amizades e familiares são fundamentais, pois nas épocas de necessidade de mão de obra no campo é quando familiares e amigos são convocados. Aprender novas profissões, por meio de assistência técnica e capacitações governamentais, melhorando sua empregabilidade, é a trilha entre o desemprego urbano e o emprego rural.

Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de Méndez Sastoque (2012).

A tipologia proposta por Méndez Sastoque evidencia que os neorrurais não constituem um grupo homogêneo. As diferentes categorias sintetizadas no Quadro 14 ao 22 demonstram que suas motivações variam entre razões econômicas, valores ético-políticos, projetos produtivos e trajetórias pessoais, indicando a coexistência de distintos perfis de inserção no meio rural. Essa diversidade reforça a necessidade de evitar generalizações e constitui um importante referencial para a análise realizada nesta pesquisa.

3.5.c. Neorrurais e a reconfiguração das relações sociedade-natureza

No sentido de uma reconfiguração das relações sociedade-natureza, é pertinente destacar que essa mudança de relações pede uma nova posição do rural (no conceito amplo) frente ao desenvolvimento da nossa sociedade. Buarque de Holanda (1995, p.73) nos diz no capítulo 3, de Herança Rural, que:

> "Toda a estrutura da nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos… (se) não foi a rigor uma civilização agrícola o que os portugueses instauraram no Brasil, foi, sem dúvida, uma civilização de raízes rurais… as cidades são virtualmente, senão de fato, simples dependências delas (das propriedades rústicas)".

Os estudos apresentados indicam que o espaço rural precisa recuperar seu lugar de reconhecimento, e que isso reverta à sua população com serviços, projetos e políticas públicas de fortalecimento e renovação. O espaço rural, conforme os estudos até aqui citados, foi progressivamente desvalorizado, invisibilizado e reduzido, em grande medida, à sua função produtiva:

> “O mundo rural para se desenvolver adequadamente, precisa do sustentáculo de políticas públicas para que os moradores dessas regiões rurais permaneçam nelas e não migrem para as cidades” (Salache et al., 2021, p.09).

No contexto dos desafios que vivemos, de urgência por ações de mitigação da crise ecológica ambiental, Salache et al. (2021) concluem:

> “[...] os neorrurais agroecologistas, contribuem com a expansão do agronegócio e da economia rural, a partir da inovação dos sistemas produtivos mais sustentáveis, otimizando a gestão do agronegócio, a produção agropecuária, a economia rural, o cooperativismo e associativismo, a bioeconomia, considerando a proteção ambiental, com a transformação das bases produtivas e sociais, pois promovem a construção de uma agricultura ecologicamente sustentável e economicamente viável, resultando de maneira direta no desenvolvimento comunitário no espaço rural”.

Os estudos evidenciam elementos relevantes a respeito do envolvimento e do papel que ocupam os neorrurais na reconfiguração das relações sociedade-natureza. Entre as contribuições identificadas na literatura, destacam-se:

- As suas práticas e técnicas relacionadas à produção agrícola são baseadas em ações sustentáveis, intensificando novas oportunidades de trabalho para uma expressiva parcela da população rural (SALACHE et al., 2021, p.02).
- Os primeiros agricultores orgânicos da serra fluminense eram agrônomos, veterinários e outros profissionais ligados a serviços agrícolas, motivados por razões ideológicas, ou seja, “neo-rurais”. (MATTOS, 2010 apud BRITO, 2009, p.06).
- A partir da década de 1990, quando produtores rurais tradicionais e familiares aderiram à produção orgânica, não por razões ideológicas, mas motivados pela oportunidade de aumentar a renda… podemos afirmar que a iniciativa dos “neo-rurais” influenciou agricultores “locais” na conversão para agricultura orgânica (MATTOS, 2010, p.06).
- Suas atividades (dos neorrurais) encontram-se entre as ações mais significativas em termos de desenvolvimento rural dos últimos anos, especificamente, no que se refere ao rural socioambiental, levando em conta as formas de organização social do território do/no campo e suas respectivas formas de sociabilidade, bem como, as suas relações com a natureza, tendo

em vista, esses novos atores que constroem o ambiente rural da era da globalização (SALACHE et al., 2021, p.04).

- Os atores (neorrurais) que promoveram este movimento são guiados, segundo a autora (Carneiro, 1998), por uma reorientação da forma de produção no campo onde a natureza é vista como algo purificador por aqueles que vêm das cidades, um local que pode produzir alimentos saudáveis, proporcionar entretenimento e novas formas de relações sociais. (AUN; NORDER; FAGUNDES, 2020, p.6).
- A inserção dos neorrurais “oxigena” o campo e desenvolve a comunidade local, ampliando as possibilidades para que a tecnologia seja implementada na ruralidade, aplicadas no desenvolvimento rural integrado sustentável, com a ampliação de oportunidades produtivas, através do empreendedorismo ecologicamente correto (SALACHE et al., 2021, p.10).
- As populações neorrurais, e especificamente os novos camponeses, são atores-chave na consolidação de teoria agroecológica e conceito de soberania alimentar em territórios rurais (VIZUETE, OTEROS-ROZAS, GARCÍA-LLORENTE, 2024, p 21).
- O neorrural nos apresenta uma visão dda possibilidade de levar o desenvolvimento e o progresso ao campo, especificamente, impulsionando a emancipação socioeconômica do pequeno produtor, visto que, o neorrural deve se adaptar ao território rural, com suas características territoriais, provenientes da lógica da vida no campo (SALACHE et al., 2021, p.12).
- Essa população, e em particular os novos camponeses, emprega uma ampla variedade de práticas e estratégias agroecológicas em todo o sistema agroalimentar (VIZUETE, OTEROS-ROZAS, GARCÍA-LLORENTE, 2024, p 01).
- Muitas vezes têm a sua vinculação com a Agroecologia, com agriculturas de base ecológicas, numa concepção de desenvolvimento mais sustentável, “repreendendo” os agrotóxicos e as produções voltadas, excessivamente, a gerar apenas o lucro (SALACHE et al., 2021, p.16).

No contexto brasileiro, um estudo realizado no estado de São Paulo, com três sujeitos importantes na temática -núcleo de neorrurais de agricultura biodinâmica, cooperativa agrícola, e um assentamento de reforma agrária- demonstra diferentes modelos rurais possíveis no contexto das novas ruralidades.

É visto que:

> “Os modelos alternativos ecológicos tendem a gerar mais postos de trabalho, a aumentar o valor obtido por unidade de área (em relação à agricultura convencional) e a suscitar mais interesse dos consumidores-cidadãos pelo seu desenvolvimento” (RETIÈRE, MORUZZI MARQUES, 2019, p.03).

Existe um novo “rural ecologizado” (RETIÈRE, MORUZZI MARQUES, 2019 apud BRANDERBURG, 2010) e os protagonistas deste novo rural são agricultores familiares e, em particular, neorrurais e famílias em migração de retorno à terra, após um período da vida morando em cidades. Nesse contexto, destacam-se também formas alternativas de comercialização, como circuitos curtos, feiras locais, CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura) e vendas diretas, frequentemente associadas ao locavorismo (movimento de valorização da produção e do consumo de alimentos locais). Essas iniciativas aproximam produtores e consumidores, fortalecem vínculos territoriais e expressam novas dinâmicas de mercado no meio rural, vinculadas às novas ruralidades e à atuação de neorrurais.

Entre as diferentes contribuições atribuídas aos neorrurais, algumas assumem especial relevância no território da APA Sistema Cantareira, especialmente aquelas relacionadas à conservação ambiental, à prevenção de incêndios e à regeneração de paisagens. Um estudo da Espanha, pesquisou uma iniciativa comunitária para mitigar incêndios florestais por meio de sistemas agroflorestais silvipastoris, usando uma abordagem integrada de gestão da paisagem. O projeto busca reduzir colaborativamente o risco de incêndios florestais revitalizando a gestão de terras abandonadas. A proximidade com a realidade investigada nesta pesquisa refere-se à semelhança dos riscos que vivemos pela mudança no uso da terra, desafiando a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos sustentados pelos sistemas agro-silvo-pastoris tradicionais. Na região desta pesquisa, o município de Piracaia está cumprindo seu primeiro ano, como o primeiro município do Brasil com seu Plano de Manejo Integrado do Fogo, implementando a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, e ainda integrando ações dos departamentos de Meio Ambiente e de Agricultura do município. O estudo de Wolpert et al., 2022, destaca e descreve o papel dos neorrurais que, tanto na Espanha como em toda Europa, lideram a gestão de iniciativas colaborativas e frequentemente buscam novos modelos de gestão sustentável da terra, a

experiência de viver perto da natureza e o envolvimento na produção local e saudável de alimentos.

> Os esforços locais e regionais em ações colaborativas para resolver problemas ambientais estão em um nível que empodera as pessoas locais a se engajarem ativamente e lhes proporciona um sentimento de autoeficácia (WOLPERT et al., 2022 apud GÓRRIZ-MIFSUD et al. 2019).

Nas conclusões do trabalho, os autores declaram que os resultados indicam que os neorrurais podem apresentar motivações mais fortes ligadas ao comportamento pró-ambiental, podem trazer práticas inovadoras e pensar de forma mais global, e sugerem fomentar a integração deles com o conhecimento e a experiência tradicionais das populações rurais locais (WOLPERT el al., 2022).

Nas temáticas dos desafios da agricultura em tempos de crise ambiental, e as soluções ancestrais que hoje fazem parte do arcabouço regenerativo, não podemos deixar de citar os sistemas agroflorestais ou SAFs. Eles estão presentes desde as policulturas pré-colombianas de 4.500 anos atrás, até os modelos regenerativos atuais. O resultado é um sistema agrícola baseado mais em processos do que em insumos, onde a intervenção humana acelera a regeneração da biodiversidade, o acúmulo de energia e de fertilidade do solo, com mínima (ou, eventualmente, nenhuma) necessidade de insumos externos (PROENÇA; PROENÇA, 2023).

Nas últimas décadas, a restauração ecológica de florestas e paisagens passou a ocupar posição central nas agendas internacionais de conservação e desenvolvimento sustentável. A restauração de paisagens bem-sucedida é compreendida como capaz de reverter processos de degradação ambiental, fortalecer a resiliência, assegurar meios de vida e ampliar a oferta de bens e serviços ecossistêmicos (IUCN; WRI, 2014 apud CHAZDON et al., 2017). Nessa perspectiva, Chazdon et al. (2017) destacam a restauração como um marco integrador entre políticas agrícolas e ambientais, superando a tradicional dicotomia entre conservação e produção. Considerando as características biofísicas, ambientais, fundiárias e institucionais da APA Sistema Cantareira, esse referencial reforça o potencial da região para estratégias territoriais baseadas na agricultura familiar sustentável, na restauração ecológica, na produção de água, na conservação da biodiversidade e na geração de serviços ecossistêmicos. Os autores ressaltam ainda que a efetividade dessas iniciativas depende da atuação articulada

de múltiplos atores — proprietários rurais, gestores públicos, pesquisadores, empresas, organizações da sociedade civil, agentes de extensão e técnicos — e de sua capacidade de coordenação e governança territorial.

Quando se fala em práticas regenerativas na produção, surgem as conexões com a crise socioecológica que vivemos, e a presença de forças de resistência com a finalidade de transformar os sistemas agroalimentares por meio de práticas sociais e ambientalmente sustentáveis e justas. Nesse contexto, os neorrurais, como neocamponeses, representantes do movimento de retorno à terra, ocupam um lugar de destaque como uma das alternativas na mitigação da crise atual (VIZUETE et al., 2024) que nos pede uma reconfiguração das relações sociedade-natureza.

Apesar das contribuições identificadas pela literatura, a produção científica também chama atenção para a reduzida visibilidade institucional dos neorrurais nas estatísticas oficiais brasileiras. Os estudos de Salache et al. (2021.p 14) concluem que:

> "O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na vigência abrangente dos anos de 2000 a 2010, não contempla a figura do neorruralista na sua composição, demonstrando assim, uma flagrante ausência de dados inerentes aos migrantes neorrurais, que impactam direta ou indiretamente no agronegócio, na economia rural e em sistemas produtivos mais sustentáveis, empreendendo na agricultura, em produtos hortifrutigranjeiros, na pecuária, na plantação de flores, em plantas medicinais e negócios na área do lazer ou turismo rural".

Assim também:

> "O Atlas do Espaço Rural (IBGE-Brasil, 2017) ..., em suas quase 250 páginas de mapas, gráficos, tabelas e textos, não apresenta informações precisas sobre os neorrurais e sua importância na contemporaneidade, ou seja, no século XXI e principalmente, nesta última década de desenvolvimento das áreas rurais" (SALACHE et al., 2021, p. 14).

No mesmo sentido, o Censo Demográfico de 2022 do IBGE mantém a classificação da população rural baseada em critérios territoriais e administrativos, derivados da chamada "situação de domicílio", sem incorporar dimensões sociais, econômicas ou funcionais que permitam diferenciar perfis de inserção no meio rural. Como apontam estudos críticos sobre a classificação do rural no Brasil, trata-se de uma definição construída a partir de critérios jurídico-administrativos, sem base em parâmetros analíticos capazes de apreender a complexidade das dinâmicas territoriais contemporâneas (RODRIGUES, 2014). Dessa forma, permanece a

limitação das estatísticas oficiais em captar a heterogeneidade do rural, incluindo a distinção entre populações tradicionais e novos sujeitos sociais, como os neorrurais.

Em conjunto, a literatura analisada indica que os neorrurais podem contribuir para a reconfiguração das relações sociedade-natureza por diferentes caminhos. Entre as principais contribuições identificadas destacam-se: (I) a revalorização da natureza como eixo estruturante da vida social; (II) a adoção, a vivência e a difusão de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, como agroecologia, permacultura, produção orgânica e biodinâmica, sistemas agroflorestais, manejo ecológico dos solos e das águas e uso de energias renováveis; (III) o fortalecimento da multifuncionalidade do espaço rural, por meio do turismo rural sustentável e de novos modelos de ocupação do território, como comunidades intencionais, vilas agroecológicas e ecovilas; (IV) a prática e a difusão da pluriatividade como estratégia de permanência e sustentabilidade econômica no campo; e (V) a recuperação e regeneração de áreas degradadas, incluindo ações de restauração ecológica, reflorestamento, conservação ambiental e bioarquitetura. Apesar desse potencial, a limitada visibilidade dos neorrurais nas estatísticas oficiais e nas políticas públicas evidencia a necessidade de maior reconhecimento institucional dessa população.

3.5.d. Neorrural como produtor rural, e produtor rural no contexto econômico

Além das contribuições sociais, ambientais e territoriais discutidas até aqui, torna-se necessário compreender como os neorrurais se inserem na estrutura econômica do meio rural e de que forma essa inserção dialoga com as categorias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas.

Quando se aborda a figura do pequeno produtor rural, emergem dilemas e atravessamentos que dificultam tanto seu enquadramento quanto a formulação de definições públicas mais claras. No Brasil, não há uma normativa específica que trate de forma abrangente os pequenos produtores rurais, mas sim dispositivos legais voltados à categoria da agricultura familiar (Lei nº 11.326/2006-Lei da Agricultura Familiar). Assim, pode-se dizer que todo produtor familiar é um pequeno produtor, mas nem todo pequeno produtor é necessariamente enquadrado como agricultor familiar. Este estudo não tem como objetivo aprofundar o enquadramento do produtor rural no campo da economia, mas considera relevante registrar aspectos que evidenciam os desafios, conflitos e complexidades que permeiam esse espaço.

Um dos principais dilemas refere-se ao fato de que o produtor rural, ao se considerar a organização da sociedade em primeiro (Estado), segundo (empresas) e terceiro setor (organizações da sociedade civil), seria, em princípio, alocado no segundo setor. No entanto, conforme indicado por Alexander Chayanov (apud ABRAMOVAY, 1998), o produtor rural configura-se como um agente econômico não clássico, uma vez que não segue integralmente a lógica da empresa capitalista padrão, baseada na maximização do lucro e na separação entre capital, trabalho e consumo.

O conceito de pluriatividade, desenvolvido por Sérgio Schneider, reforça essa condição ao evidenciar que o produtor rural frequentemente combina diferentes fontes de renda e formas de inserção econômica, ultrapassando os limites de um único setor. Além disso, sua dinâmica econômica incorpora elementos que escapam ao modelo empresarial clássico, como a presença de trocas não mercantis, relações de solidariedade e cooperação (SABOURIN, 2009); a centralidade das relações sociais, culturais e comunitárias (POLANYI, 2000); a busca por segurança, reprodução social e estabilidade, para além da maximização do lucro (SCHNEIDER, 2003); e a construção de estratégias econômicas próprias, marcadas por relativa autonomia, canais alternativos de comercialização e resistência a uma lógica de mercado que, muitas vezes, não contempla características estruturais como sazonalidade, pequena escala produtiva, dependência climática e inserção em arranjos comunitários (PLOEG, 2008).

Nesse contexto, também emergem divergências em torno do enquadramento do pequeno produtor rural como empreendedor. Parte da literatura sobre desenvolvimento rural e empreendedorismo destaca sua capacidade de diversificação produtiva, inovação e inserção em mercados (ELLIS, 2000; BRYANT, 1999; GRAZIANO DA SILVA, 1999). Em contraposição, autores como Chayanov, Jan Douwe van der Ploeg, Eric Sabourin e Maria José Carneiro argumentam que a unidade produtiva familiar opera segundo uma lógica distinta da empresa capitalista, orientada pela reprodução social e pelo equilíbrio entre trabalho e consumo. Perspectivas mais recentes, como as de Schneider e Polanyi, indicam que o produtor rural ocupa uma posição intermediária, combinando práticas de mercado com formas de organização social, territorial e comunitária, caracterizando-se como um agente econômico híbrido, não plenamente enquadrável na categoria de empreendedor clássico (SCHNEIDER, 2005; POLANYI, 2000).

Essa tensão se manifesta no cotidiano dos pequenos produtores, que enfrentam limitações relacionadas aos tipos de cultivo, à oferta de serviços, ao processamento, ao acesso a mercados, aos retornos econômicos e ao financiamento. Ao mesmo tempo, amplia-se o reconhecimento do papel estratégico dessas populações na segurança alimentar, na conservação dos serviços ecossistêmicos, na regeneração florestal, na produção de natureza e na mitigação das mudanças climáticas; embora suas atividades também sejam diretamente impactadas por essas transformações. Nesse cenário, com tantas evidências, torna-se contraditório que as demandas por tratamentos diferenciados às dinâmicas das populações rurais ainda encontrem resistências, limitações de reconhecimento e incorporação nas agendas públicas e privadas.

A partir do percurso teórico construído nesta pesquisa, do debate sobre o rural às discussões sobre neorruralidades, emerge a questão do papel estratégico desses sujeitos para o futuro do país. A literatura analisada converge ao evidenciar que o meio rural permanece como dimensão central para o desenvolvimento brasileiro, especialmente diante dos desafios contemporâneos relacionados às mudanças climáticas, à pressão sobre os recursos naturais, na provisão de serviços ecossistêmicos, conservação ambiental e regulação de sistemas hídricos e climáticos (NAVARRO, 2001; VEIGA, 2010; UEZU et al., 2017; CEPAL, 2022; IPCC, 2023).

Ao mesmo tempo, abordagens recentes sobre novas ruralidades e reestruturação do espaço rural apontam para a ampliação de suas funções e para a emergência de novas formas de inserção social e econômica no território, reforçando sua complexidade e potencial estratégico (WOODS, 2011; SCHNEIDER, 2003; THIES; CONTERATO, 2023). Nesse sentido, mais do que um espaço em declínio, o rural configura-se como elemento central para respostas integradas aos desafios contemporâneos, indicando que sua desvalorização ou abandono, especialmente no âmbito das políticas públicas, representa não apenas uma perda territorial, mas também um desalinhamento em relação às atuais demandas por desenvolvimento sustentável.

3.6 - Território – APA Sistema Cantareira - Legislação - Características

Para o desenvolvimento deste subcapítulo sobre a APA Sistema Cantareira, considera-se relevante incorporar alguns dados do relatório[22] mais recente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), com a finalidade de contextualizar a análise no momento atual.

3.6.a. O contexto das mudanças climáticas segundo o IPCC

Segundo o IPCC (2023), as mudanças climáticas representam uma ameaça inequívoca ao bem-estar humano e à saúde do planeta. As atividades humanas, especialmente relacionadas às emissões de gases de efeito estufa e às mudanças no uso da terra, são apontadas como a principal causa do aquecimento global, cujos efeitos já se manifestam por meio da intensificação de eventos climáticos extremos em todas as regiões do mundo.

O relatório destaca que as escolhas realizadas nesta década serão determinantes para limitar o aquecimento global e reduzir seus impactos futuros. Embora parte das mudanças em curso seja inevitável, ações rápidas, profundas e sustentadas de mitigação e adaptação podem reduzir significativamente seus efeitos.

O IPCC enfatiza, ainda, que a construção de sociedades resilientes ao clima depende de governança multinível, instituições fortalecidas, políticas públicas consistentes, acesso a financiamento e processos participativos capazes de integrar diferentes atores sociais na implementação das transformações necessárias.

As evidências científicas sintetizadas pelo IPCC demonstram a gravidade da situação ambiental contemporânea, ao mesmo tempo em que reforçam a importância de territórios capazes de integrar conservação ambiental e desenvolvimento humano de forma sustentável para o enfrentamento desses desafios. Nesse contexto, a APA Sistema Cantareira representa um território particularmente relevante para compreender como diferentes atores sociais podem contribuir para a conservação ambiental, a segurança hídrica e o desenvolvimento rural sustentável. É nessa perspectiva que se insere a presente pesquisa.

---

[22] Relatório de Síntese AR6. Mudanças Climáticas 2023. https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/ Acessado em 14/01/2026

3.6.b. A APA Sistema Cantareira

A região formada pelos municípios de Piracaia, Nazaré Paulista e Joanópolis, no interior do estado de São Paulo, configura um território de elevada relevância ambiental e estratégica para o abastecimento hídrico da Região Metropolitana de São Paulo. Esses municípios estão inseridos na área de influência do Sistema Cantareira, um dos maiores sistemas produtores de água para abastecimento público do mundo, responsável por abastecer milhões de habitantes da metrópole paulista. Parte significativa desse território encontra-se dentro da Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira, unidade de conservação estadual criada para proteger os mananciais responsáveis pelo abastecimento público e conservar remanescentes de Mata Atlântica presentes na transição entre a Serra da Cantareira e a Serra da Mantiqueira. Com aproximadamente 254 mil hectares, a APA abrange sete municípios e tem como objetivo compatibilizar a conservação ambiental com o uso sustentável do território e de seus recursos naturais (SÃO PAULO, 2020) (Quadro 8).

Cabe destacar que a Mata Atlântica é um dos mais importantes hotspots mundiais de biodiversidade, prioritários para conservação, por possuir altíssimo endemismo, abrigar milhares de espécies exclusivas, ser um dos biomas mais ameaçados do planeta, crucial para o fornecimento de serviços ecossistêmicos às pessoas, já perdeu mais de 85–90% de sua cobertura original e permanece essencial para a segurança hídrica, climática e para a conservação da biodiversidade (DE LIMA et al., 2024) (Quadro 7).

A Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira foi instituída pela Lei nº 10.111, de 04 de dezembro de 1998[23], não sem antes ter passado por questionamentos a respeito da sua constitucionalidade e do território de abrangência [24].

---

[23] SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.111, de 4 de dezembro de 1998. Declara "Área de Proteção Ambiental – APA" o Sistema Cantareira. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: (ALESP – repositório de legislação). https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10111-04.12.1998.html Acessado em 14/01/2026

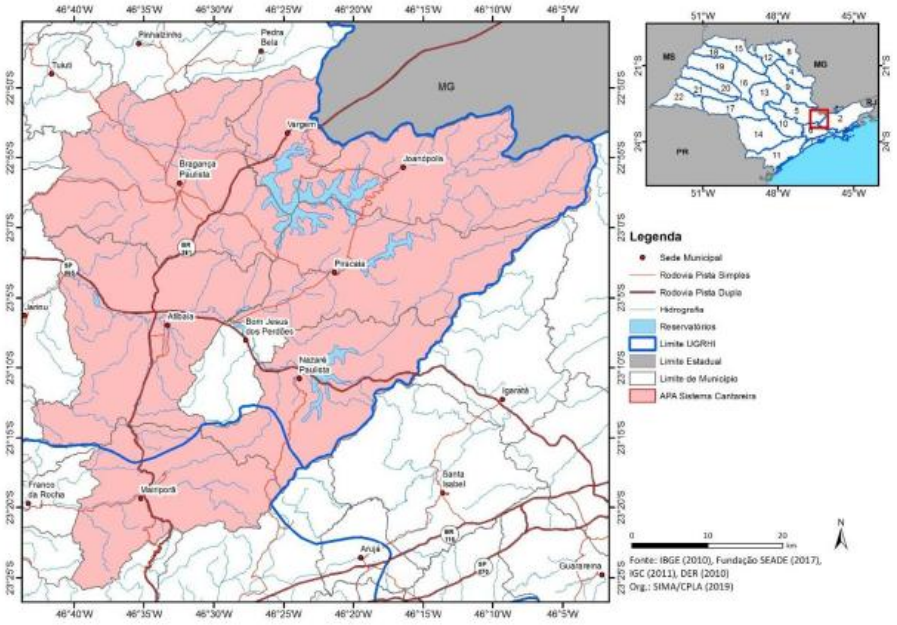
[24] SÃO PAULO (Estado). Governo do Estado. Mensagem de veto total ao Projeto de Lei nº 558/1997 (Sistema Cantareira / APA). Diário Oficial do Estado de São Paulo, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 3 jul. 1998. Disponível em: (Imprensa Oficial do Estado de SP) https://www.imprensaoficial.com.br/DO/GatewayPDF.aspx?link=%2F1998%2Fexecutivo+secao+i%2Fjulho%2F03%2Fpag_0002_E9BVNV5AS2KE8e658KLS859R0F4.pdf

O Relatório Final do CTBio/CONSEMA[25] (Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas, do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo) referente ao Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Sistema Cantareira descreve:

> Com 254.027,50 ha, a APA Sistema Cantareira compreende os municípios de Atibaia, Bragança Paulista, Joanópolis, Mairiporã, Nazaré Paulista, Piracaia e Vargem Paulista. Inserida nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI 5 (Piracicaba, Capivari e Jundiaí) e UGRHI 6 (Alto Tietê), a APA inclui os cinco reservatórios de água (Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro) que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo e parte da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, compondo o Sistema Cantareira de abastecimento de água.

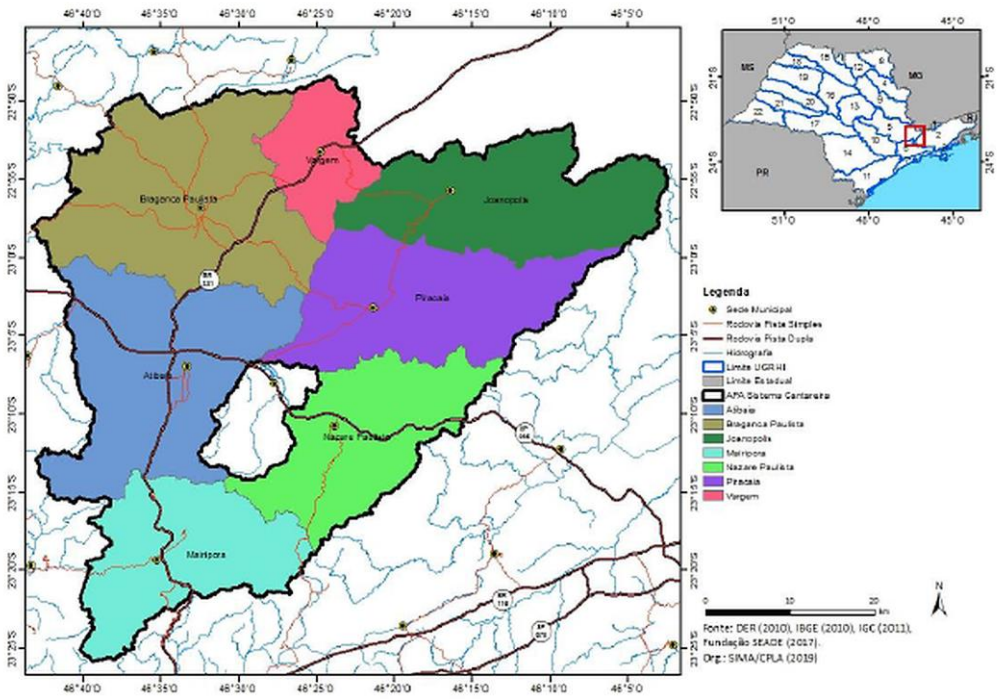
[25] SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). Relatório final da CTBio: Plano de Manejo da APA Sistema Cantareira e da APA Represa do Bairro da Usina. São Paulo, 11 set. 2020. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/2001/2020/09/d-relatorio-final-ctbio-apa-siscantareira-e-apa-bausina.pdf. Acessado em 14/01/2026.

Figura 7 - Hidrografia, represas e rodovias da APA Sistema Cantareira



Fonte: Adaptado do Plano de Manejo da APA Sistema Cantareira (SÃO PAULO, 2020)

Figura 8 - Municípios que compõem a APA Sistema Cantareira



Fonte: Adaptado de Plano de Manejo da APA Sistema Cantareira (SÃO PAULO, 2020)

A Área de Proteção Ambiental (APA) é uma categoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, regulada pela Lei Federal que instituiu o Sistema

Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, Lei Federal nº 9.985/2000), tendo como principal objetivo “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (SNUC, Art. 7º). Nos termos do SNUC, as Áreas de Proteção Ambiental (APAs) não dispõem de Zonas de Amortecimento, devendo circunscrever seus estudos e propostas de zoneamento e ações ao território interno ao seu perímetro.

A APA Sistema Cantareira tem como seu órgão gestor a Fundação Florestal, e como principais objetivos:

a) assegurar a sustentabilidade dos recursos hídricos, representados pelas sub-bacias do Juqueri, Jaguari e Atibaia, com especial foco no abastecimento público de água fornecido pelos reservatórios da Unidade;

b) colaborar com diretrizes e incentivo a boas práticas, nos planos de desenvolvimento e crescimento de suas cidades e,

c) conservar a diversidade biológica entre a Serra da Cantareira e a Serra da Mantiqueira. O relatório ressalta que a delimitação da APA se sobrepõe às outras Unidades de Conservação: Área de Proteção Ambiental Piracicaba Juqueri Mirim – Área II, Área de Proteção Ambiental Represa Bairro da Usina, Parque Estadual Itapetinga (municípios de Atibaia, com partes de Bom Jesus dos Perdões, Nazaré Paulista e Mairiporã) , Parque Estadual Itaberaba (Guarulhos, Aruja, Santa Isabel, Nazaré Paulista e Mairiporã), Parque Estadual Cantareira (São Paulo, Guarulhos, Mairiporã e Caieiras), Monumento Natural Estadual Pedra Grande (Atibaia, Nazaré Paulista, Bom Jesus dos Perdões e Mairiporã) e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). As RPPN eram sete no momento da aprovação do Plano de Manejo da APA, e conforme pesquisa atualizada no site do ICMBio foi verificado que, na data desta pesquisa, são oito RPPN na APA, estando três delas registradas nos municípios da nossa pesquisa[26].

Além das instituições públicas envolvidas, os debates e a construção do Plano de Manejo contaram com a participação dos municípios por meio de oficinas, tanto em reunião com o Conselho Gestor ampliado, como também em quatro

[26] https://simrppn.sisicmbio.icmbio.gov.br/Lista-rppn?uf=SP

reuniões setoriais com COMDEMAs (municípios de Bragança Paulista, Joanópolis e Piracaia, além de técnicos da Prefeitura Municipal de Atibaia) e via portal eletrônico, instituído pela Fundação Florestal.

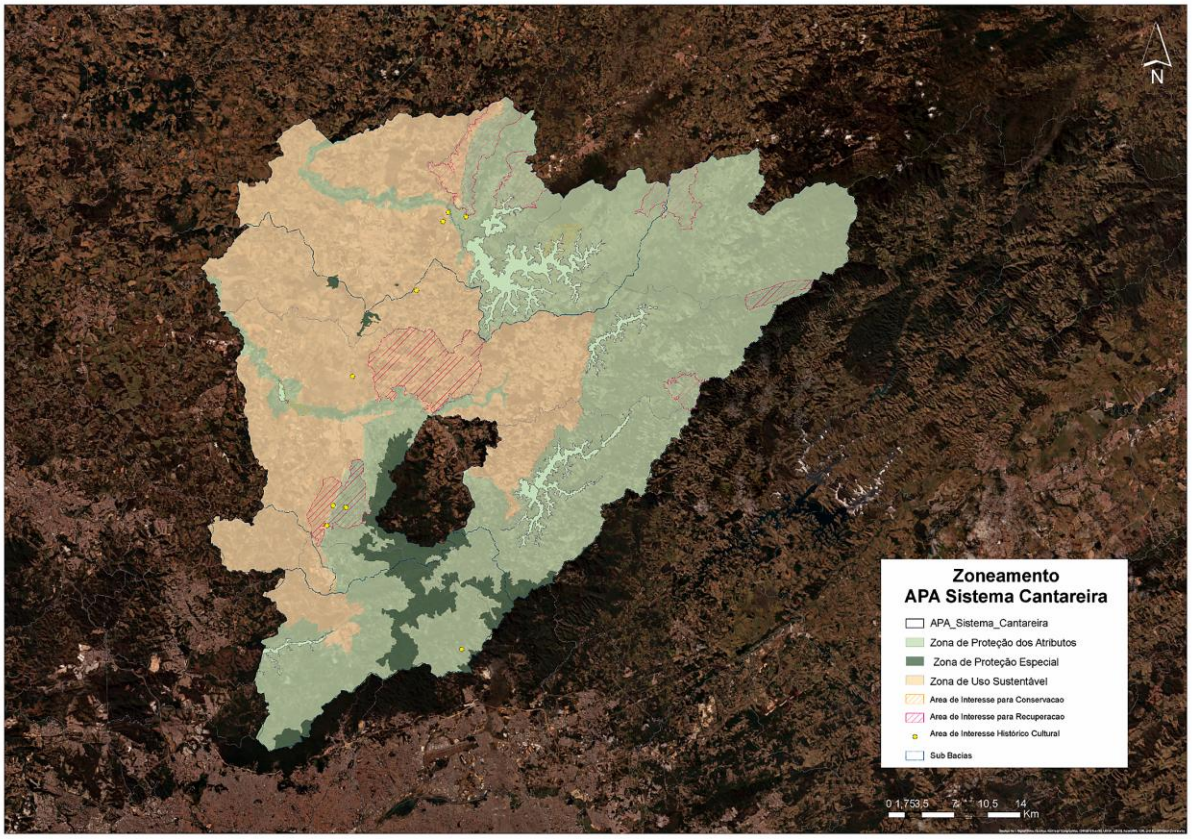
Para o zoneamento preliminar da APA Sistema Cantareira foram considerados principalmente dados dos reservatórios de abastecimento de água do Sistema Cantareira, assim como suas áreas de entorno; a avaliação da proximidade entre fragmentos de cobertura vegetal nativa; uso e ocupação do solo; perigo de escorregamento; vulnerabilidade; patrimônio histórico-cultural (aqueles de maior destaque regional) e a presença de territórios com regramentos de usos e proteção já garantidos em outras legislações como planos diretores e a lei de mananciais.

O Zoneamento da APA Sistema Cantareira está dividido em 03 (três) zonas: Zona de Uso Sustentável (ZUS); Zona de Proteção dos Atributos (ZPA) e a Zona sob Proteção Especial (ZPE) (Quadro 9). A Zona de Uso Sustentável – ZUS apresenta relevo com predominante perigo a escorregamento (moderado) e perigo de inundação (moderado a alto), concentrada nas planícies fluviais do Rio Atibaia e Rio Jaguari. A ocupação e usos do solo são diversificados, com áreas construídas, pastagens e culturas diversas, além de incluir em seu território parte dos núcleos urbanos dos municípios de Bragança Paulista, Atibaia, Mairiporã e Piracaia. A Zona de Proteção dos Atributos – ZPA reúne os atributos mais relevantes para a conservação, incluindo os cinco reservatórios de água (Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro) que abastecem a Região Metropolitana de São Paulo; parte da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí; e os maiores fragmentos de vegetação nativa, com grande concentração de nascentes, que além de estarem na APA, também se sobrepõem em parte com as zonas de amortecimento do PE (Parque Estadual) Itapetinga, MoNa (Monumento Natural) Pedra Grande e PE Cantareira, incluindo o território protegido pela APA Represa Bairro da Usina. Seu relevo possui inclinações altas a muito altas e consequentemente possui perigo de escorregamento muito alto, concentrado na região serrana que conecta a Serra da Cantareira com a Serra da Mantiqueira.

A Zona sob Proteção Especial – ZPE corresponde às Unidades de Conservação de Proteção Integral existentes: ao Parque Estadual de Itapetinga, Parque Estadual de Itaberaba e Monumento Natural Estadual da Pedra Grande, além das Unidades de Conservação municipais de Bragança Paulista, a saber:

Parque Natural Municipal Lago dos Padres, Parque Natural Municipal do Jardim América, e Monumento Natural Pedra do Leite.

Figura 9 - Zoneamento da APA Sistema Cantareira



Fonte: Adaptado do Plano de Manejo da APA Sistema Cantareira (SÃO PAULO, 2020)

A análise do zoneamento evidencia que, em relação aos municípios do nosso estudo, Joanópolis está integralmente na Zona de Proteção dos Atributos (ZPA); Piracaia, metade direita (L) está na Zona de Proteção de Atributos e a margem esquerda (O) faz parte da Zona de Uso Sustentável (ZUS); e Nazaré Paulista tem a Zona de Uso Sustentável na parte superior esquerda (NO) e parte E é Zona de Proteção de Atributos (ZPA), sendo o único dos três municípios que conta no Sul e Leste com Zonas de Proteção Especial (ZPE) no Parque Estadual de Itaberaba.

Esse zoneamento evidencia que os três municípios analisados encontram-se predominantemente inseridos nas áreas de maior relevância para a conservação dos recursos hídricos e dos remanescentes florestais da APA.

Embora o Plano de Manejo constitua o principal instrumento de ordenamento territorial da APA Sistema Cantareira, sua gestão está inserida em um conjunto mais

amplo de normas que atuam de forma complementar nas esferas federal, estadual e municipal. Esse arcabouço jurídico estabelece diretrizes para a proteção ambiental, o planejamento territorial, o uso e ocupação do solo, a gestão dos recursos hídricos e as competências dos diferentes entes públicos, influenciando diretamente a dinâmica de ocupação e desenvolvimento do território. O Quadro 23 apresenta uma síntese dos principais instrumentos normativos que incidem sobre a área de estudo.

Quadro 23 - Marco normativo incidente sobre a APA Sistema Cantareira

LEGISLAÇÃO Federal	ANO	NOME	DESCRIÇÃO e CONEXÃO COM APA
Lei nº 9.985	2000	Lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação	base federal que define categorias de UCs (inclui **APA** como UC de uso sustentável) e diretrizes de gestão/planos de manejo.
Lei nº 12.651	2012	Código Florestal	Rege APP, Reserva Legal, recomposição de vegetação, cadastro ambiental rural (CAR), Programa de Regularização Ambiental (PRA). É central para propriedades rurais na APA (especialmente margens de rios, nascentes, encostas).
Lei nº 11.428	2006	Lei da Mata Atlântica	regula uso, supressão e estágios de regeneração — muito relevante para Cantareira (conservação/restauração)
Resolução CONAMA nº 428	2010	Licenciamento Ambiental	trata da necessidade de anuência/manifestação do órgão gestor quando empreendimento pode afetar UC/zona de amortecimento (na prática, costuma aparecer em processos que envolvem APA e UCs sobrepostas)
Lei nº 9.433	1997	Política Nacional de Recursos Hídricos	Qualquer captação, barramento, irrigação ou uso produtivo relevante dentro da APA depende de outorga. Projetos rurais precisam ser compatíveis com os planos de bacia
Lei nº 9.605	1998	Lei dos Crimes Ambientais	Em particular em relação a: desmatamento ilegal, queimada irregular, poluição de cursos d'água, intervenção em APP, supressão de Mata Atlântica.
Lei nº 6.766	1979	Lei de Parcelamento do Solo Urbano	Por conta dos condomínios rurais, chácaras de lazer, loteamentos irregulares, expansão urbana disfarçada de "rural". Centro da APA entro da APA: parcelamentos só podem ocorrer se forem compatíveis com o Plano de Manejo e loteamentos irregulares são passíveis de embargo.

Lei nº 10.257	2001	Estatuto da Cidade	Na APA, Planos Diretores municipais devem respeitar: Plano de Manejo da APA, Lei da Mata Atlântica, Código Florestal. Expansões urbanas precisam ser compatibilizadas com a proteção dos mananciais.
Lei nº 14.119	2021	Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)	Permite a remuneração de produtores rurais, contratos de conservação, incentivos à restauração florestal. Muito usada em programas como Produtor de Água, Conservador das Águas e PSA Hídrico.
LEGISLAÇÃO Estadual	**ANO**	**NOME**	**DESCRIÇÃO e CONEXÃO COM APA**
Lei Estadual nº 10.111	1998	Criação da APA Sistema Cantareira	declara a APA e define os municípios abrangidos
Decreto Estadual nº 65.244	2020	Aprovação do Plano de Manejo	aprova o plano e consolida zoneamento e normas, também as direrizes para licenciamentos e gestão.
Lei Estadual nº 7.663	1991	Política Estadual de Recursos Hídricos	estrutura o Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH/SP). Atua por meio de comitês de bacias, cria instrumentos e planos.
Resolução SMA nº 85	2012		estabelece as regras no âmbito do licenciamento envolvendo UCs/anuências
Resolução Conjunta SMA/SAA/SJDC nº 01	2011		regras para licenciamento ambiental de atividades agropecuárias no SP; referência para atividades agrossilvipastoris.
LEGISLAÇÃO Municipal	**ANO**	**NOME**	**DESCRIÇÃO e CONEXÃO COM APA**
Plano Diretor do Município			Todos os municípios da APA são obrigados a ter Plano Diretor e precisa estar compatível com o Plano de Manejo da APA.
Lei de Uso e Ocupação do Solo			É obrigatória para qualquer município que regula parcelamento urbano (edifícios, condomínios, etc)
Lei do Perímetro Urbano			É obrigatória para qualquer município que tenha área urbana
Código Ambiental Municipal			Não é obrigatório pelas Leis Federais, mas devem cumprir os regulamentos federais e estaduais ambientais.
Plano Municipal de Saneamento Básico			É obrigatória para qualquer município
Todos os instrumentos municipais devem respeitar o Plano de Manejo da APA, o Zoneamento ambiental e as Diretrizes de Conservação.			

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir da legislação e da bibliografia consultadas.

A configuração territorial atual da região foi profundamente transformada a partir da implantação do Sistema Cantareira, concebido pelo governo do estado de

São Paulo na década de 1970 para responder à crescente demanda hídrica da metrópole paulista. O sistema integra cinco grandes reservatórios — Jaguari, Jacareí, Cachoeira, Atibainha e Paiva Castro — conectados por túneis e canais que permitem a transposição de água entre bacias hidrográficas. Esses reservatórios formam um complexo sistema de abastecimento que capta água nas bacias dos rios Jaguari, Atibaia e Juqueri e a conduz para o sistema de distribuição da Região Metropolitana de São Paulo. Assim, o território rural desses municípios passou a desempenhar papel central na segurança hídrica regional, assumindo uma função ambiental estratégica que extrapola as dinâmicas econômicas e sociais locais (SÃO PAULO, 2020; MORAIS, 2010) .

A implantação das represas associadas ao Sistema Cantareira provocou transformações significativas na paisagem e na organização social da região. A formação dos reservatórios implicou a inundação de extensas áreas rurais e a desapropriação de propriedades agrícolas, deslocando comunidades que historicamente ocupavam os vales férteis e margens dos rios posteriormente represados. Estudos sobre o processo de implantação das barragens indicam que diversas famílias foram obrigadas a abandonar suas terras e reorganizar suas estratégias de subsistência em novos territórios, produzindo impactos sociais, econômicos e culturais que marcaram profundamente a memória coletiva das populações locais (RODRIGUES, 1997; MORAIS, 2010) .

A literatura que analisa os efeitos sociais de grandes obras de infraestrutura hídrica destaca que processos de deslocamento compulsório e desapropriação frequentemente produzem mudanças duradouras nas relações entre comunidades locais e instituições públicas ou agentes externos. No caso da região do Sistema Cantareira, relatos de moradores indicam que a experiência de perda territorial associada à construção das represas contribuiu para a formação de uma memória social marcada por desconfiança em relação a projetos conduzidos por agentes externos, especialmente aqueles vinculados às cidades ou ao poder público. Essa percepção se associa à ideia de que o território rural local foi mobilizado prioritariamente para atender demandas metropolitanas, enquanto os custos sociais e territoriais foram suportados pelas comunidades locais (RODRIGUES, 1997).

Nas décadas posteriores à implantação do sistema, o território passou a assumir uma dupla função. Por um lado, mantém atividades rurais tradicionais associadas à agricultura e ao uso produtivo da terra. Por outro, tornou-se espaço

estratégico para a conservação ambiental e proteção de mananciais, exigindo políticas públicas e instrumentos de gestão territorial voltados à proteção da qualidade da água e dos ecossistemas associados. Nesse contexto, a APA Sistema Cantareira constitui um importante instrumento institucional para orientar o ordenamento territorial, estabelecendo diretrizes de uso do solo, conservação ambiental e gestão participativa do território (SÃO PAULO, 2020).

Assim, a região estudada apresenta uma trajetória marcada pela intersecção entre ruralidade, infraestrutura hídrica e políticas ambientais. A construção do Sistema Cantareira redefiniu profundamente as relações entre sociedade e território, ao mesmo tempo em que atribuiu aos municípios do entorno uma responsabilidade ambiental de escala regional. Esse processo histórico contribui para compreender as dinâmicas sociais contemporâneas observadas na região, incluindo as formas de relação entre moradores locais, novos habitantes do campo e agentes institucionais envolvidos em iniciativas de gestão territorial e ambiental.

No contexto das funções ambientais desempenhadas pelos municípios da APA Sistema Cantareira, destaca-se o mecanismo de repartição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) com base em critérios ambientais, conhecido como ICMS Ecológico ou ICMS ecológico[27].

No estado de São Paulo, esse instrumento incorpora variáveis como a presença de unidades de conservação e áreas de proteção de mananciais no cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM)[28], utilizado para definir a parcela do ICMS estadual destinada a cada município. Dessa forma, municípios que abrigam áreas ambientalmente estratégicas, como Piracaia, Nazaré Paulista e Joanópolis, também são reconhecidos por meio desse mecanismo de compensação fiscal.

Embora o critério de distribuição considere atributos ambientais do território, os recursos recebidos não possuem vinculação legal obrigatória à implementação de ações ambientais, ingressando no orçamento geral das prefeituras. Cabe ao poder público municipal, por meio do Poder Executivo e da Câmara Municipal, definir sua alocação orçamentária, podendo direcioná-los, ou não, para ações de conservação

[27] https://semil.sp.gov.br/icms-ambiental

[28] https://www.agenciasp.sp.gov.br/indices-de-participacao-dos-municipios/

ambiental, desenvolvimento rural sustentável e proteção de mananciais. Assim, mais do que discutir a suficiência desses recursos, interessa evidenciar que a relevância ambiental do território também produz reflexos financeiros para os municípios por meio de mecanismos institucionais de compensação, cuja conversão em benefícios ao território depende das decisões da gestão pública municipal.

Os valores de repasse do ICMS referentes aos cinco anos anteriores à pesquisa foram obtidos junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo[29] e são apresentados no Quadro 24. Os dados correspondem ao montante total das transferências constitucionais realizadas aos municípios, não sendo possível identificar a parcela especificamente decorrente dos critérios ambientais utilizados no cálculo do Índice de Participação dos Municípios. O objetivo do quadro, portanto, não é avaliar a suficiência desses recursos, mas evidenciar que parte das receitas municipais depende das prioridades definidas pelo poder público municipal, reforçando o papel estratégico da gestão local na promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Além dos mecanismos de compensação fiscal, como o ICMS Ambiental, os municípios também podem acessar diferentes fontes de financiamento voltadas à conservação ambiental, restauração ecológica e desenvolvimento territorial sustentável, por meio de fundos, programas e editais públicos. A diversidade dessas oportunidades é evidenciada por publicações específicas destinadas aos gestores municipais, voltadas à orientação para captação de recursos ambientais (CNM, 2017; MMA, 2022), indicando que a capacidade institucional para identificar oportunidades, estruturar projetos e captar recursos constitui um elemento estratégico para a gestão ambiental municipal.

[29] https://www.fazenda.sp.gov.br/RepasseConsulta/Consulta/repasse.aspx Acessado em abril 2026.

Quadro 24 - Histórico dos repasses de ICMS recebidos pelos municípios da pesquisa

	JOANÓPOLIS	NAZARÉ PAULISTA	PIRACAIA
2021	R$ 9.114.313,40	R$ 12.332.094,39	R$ 17.267.549,63
2022	R$ 10.477.350,38	R$ 14.056.958,35	R$ 20.071.214,77
2023	R$ 10.960.742,29	R$ 15.141.718,08	R$ 21.362.982,93
2024	R$ 13.415.976,96	R$ 19.040.023,83	R$ 25.198.303,63
2025	R$ 17.103.296,91	R$ 23.638.111,25	R$ 31.793.929,57
2026 (jan,fev, mar,abr)	R$ 6.419.676,51	R$ 8.480.951,52	R$ 11.986.599,03

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir de informações no site da Secretaria da Fazenda do estado de São Paulo.

3.6.c. Caracterização territorial, socioeconômica e ambiental dos municípios estudados

Nazaré Paulista/ SP

O município de Nazaré Paulista está inserido na Região Geográfica Imediata de Bragança Paulista e integra a sub-bacia do rio Atibaia, no contexto das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) (COMITÊS PCJ, 2021). O município possui área territorial de 326,392 km² (IBGE, 2024) e população de 18.217 habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2022), apresentando densidade demográfica aproximada de 55,84 hab./km². O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,678 (IBGE, 2010), situando o município em faixa de desenvolvimento humano médio.

A contextualização histórica considera ainda o processo de formação do município, cuja origem remonta a 1676, com a construção de uma capela em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré. O território consolidou-se posteriormente como área de passagem de bandeirantes em direção às Minas Gerais, estruturando-se a partir de uma economia rural tradicional.

Segundo a classificação territorial do IBGE, Nazaré Paulista é caracterizado como “município rural adjacente”[30], categoria atribuída a municípios com predominância de características rurais ou pequenas aglomerações urbanas, mas localizados próximos a centros urbanos mais desenvolvidos. Essa condição

[30]http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/documentos/esus/classificacao_municipios_tipologia_rural.pdf

evidencia a permanência de fortes características rurais associadas, simultaneamente, às dinâmicas metropolitanas e às transformações contemporâneas do território. O município apresenta área urbanizada de 5,64 km², reforçando a predominância de áreas rurais e ambientais em sua configuração territorial.

A caracterização socioeconômica foi realizada a partir de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010; 2022; 2024) e de relatórios dos Comitês PCJ (2020; 2021). A mortalidade infantil registrada é de 19,32 óbitos por mil nascidos vivos, enquanto o município dispõe de quatro estabelecimentos públicos de atendimento em saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos é de 99,64%, com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 6,6 nos anos iniciais e 5,1 nos anos finais do ensino fundamental. O salário médio mensal da população ocupada corresponde a aproximadamente 2,3 salários mínimos.

O percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até meio salário mínimo foi utilizado como indicador de vulnerabilidade econômica, conforme metodologia censitária do IBGE. Em 2010, Nazaré Paulista registrou 35,7% da população nessa condição, um dos maiores percentuais da Região Geográfica Imediata de Bragança Paulista, indicando presença significativa de população em situação de baixa renda (IBGE, 2010). O índice geral de vulnerabilidade[31] é de 0,307, indicando média vulneabilidade e reforça a persistência de desigualdades socioeconômicas no território.

Os indicadores de saneamento básico foram analisados considerando cobertura de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, perdas na distribuição e destinação de resíduos sólidos. Dados dos Comitês PCJ (2020) indicam que aproximadamente 14% da população possui atendimento por coleta de esgoto, sendo integralmente tratado o volume coletado, embora esse percentual represente parcela reduzida do total gerado no município. O atendimento urbano com abastecimento de água situa-se em torno de 45%, com perdas estimadas de

[31] https://ivs.ipea.gov.br/#/

aproximadamente 28% na distribuição. Segundo a ABES (2026)[32], Nazaré Paulista na categoria de “empenho para universalização” no Ranking da Universalização do Saneamento para municípios de pequeno e médio porte.

A caracterização ambiental baseou-se no Inventário Florestal do Estado de São Paulo (INSTITUTO FLORESTAL, 2020) e no Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental do Sistema Cantareira. O município apresenta cerca de 14.466 hectares de remanescentes de Floresta Ombrófila Densa, correspondendo a aproximadamente 44,3% do território municipal, em estágios médio e avançado de regeneração.

Segundo o Plano de Manejo da APA Sistema Cantareira, o território abriga elevada diversidade biológica, com registro de aproximadamente 680 espécies de vertebrados, incluindo 107 mamíferos, 443 aves, 61 répteis, 41 anfíbios e 28 peixes de água doce. Destacam-se espécies ameaçadas de extinção, como o sagui-da-serra-escuro (*Callithrix aurita*) e a onça-parda (*Puma concolor*), reforçando a relevância ecológica regional do município.

Além de sua importância ambiental, Nazaré Paulista ocupa posição estratégica no contexto da segurança hídrica regional, integrando áreas diretamente associadas ao Sistema Cantareira e à provisão de água para a Região Metropolitana de São Paulo. Essa condição amplia a relevância territorial do município diante das discussões sobre conservação ambiental, ordenamento territorial e desenvolvimento rural sustentável.

Segundo o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA 2016/2017)[33], Nazaré Paulista contava com 698 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), com área média de 21,86 hectares, predominando estabelecimentos entre 5 e 50 hectares, caracterizando uma estrutura fundiária baseada principalmente em pequenas e médias propriedades. A produção agropecuária apresenta destaque para a bovinocultura mista (285 UPAs), além da presença de pastagens, reflorestamento e vegetação natural, evidenciando a forte relação entre produção rural e conservação ambiental.

[32] https://rankingabes.abes-dn.org.br/relatorio.php

[33] https://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/

O levantamento registra 330 proprietários residentes na própria unidade produtiva, indicando significativa permanência dos produtores no meio rural. Quanto à escolaridade, observa-se predominância de proprietários com antigo ensino primário completo, coexistindo com produtores de maior escolaridade, incluindo 85 proprietários com curso superior, revelando a heterogeneidade do perfil dos responsáveis pelas UPAs.

Joanópolis SP

Outra das áreas de estudo desta pesquisa compreende o município de Joanópolis, localizado no estado de São Paulo, Brasil, nas coordenadas geográficas aproximadas de 22°56’ S e 46°16’ W. O município possui área territorial de 374,346 km² (IBGE, 2024) e integra a Região Geográfica Imediata de Bragança Paulista. Inserido nos contrafortes da Serra da Mantiqueira, apresenta relevo predominantemente montanhoso, com altitude média urbana em torno de 900 metros e variações associadas às áreas serranas do território municipal, incluindo formações elevadas vinculadas ao Pico do Selado e demais áreas da Mantiqueira (IBGE, 2015).

O clima regional é classificado como Cwa, segundo Köppen, caracterizado por verão quente e chuvoso e inverno seco, com precipitação média anual em torno de 1.500 mm e temperatura média próxima de 19 °C (OLIVEIRA JÚNIOR et al., 2018). As regiões de cabeceira, especialmente quando associadas à conservação da cobertura vegetal, das florestas ripárias e das áreas úmidas, desempenham papel estratégico na regulação hidrológica, contribuindo para a manutenção da qualidade da água e para o equilíbrio dos fluxos hídricos (TUNDISI; TUNDISI, 2010). Geomorfologicamente, o município integra o Planalto Atlântico, apresentando relevo predominantemente serrano, sustentado por rochas cristalinas antigas, com elevada densidade de drenagem e numerosas áreas de cabeceira, características que reforçam sua relevância para a conservação dos recursos hídricos regionais (SÃO PAULO, 2020).

Segundo a classificação territorial do IBGE, Joanópolis é caracterizado como “município rural adjacente”, categoria atribuída a municípios predominantemente rurais, mas situados próximos a centros urbanos mais desenvolvidos. Essa condição evidencia a permanência de fortes características rurais associadas, simultaneamente, à influência das dinâmicas metropolitanas e regionais

contemporâneas. Segundo o Censo Demográfico de 2022, o município registrou população de 12.815 habitantes e densidade demográfica aproximada de 34,24 hab/km² (IBGE, 2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,699 (IBGE, 2010), situando o município em faixa de desenvolvimento humano médio.

O município apresenta área urbanizada de 3,57 km² e cobertura de esgotamento sanitário em aproximadamente 72,47% das residências. A mortalidade infantil registrada em 2023 foi de 21,43 óbitos por mil nascidos vivos, enquanto o município dispõe de três estabelecimentos públicos de atendimento em saúde vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS). A taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos é de 99,1%, com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 6,2 nos anos iniciais e 5,5 nos anos finais do ensino fundamental. O salário médio mensal da população ocupada corresponde a aproximadamente 1,8 salário mínimo. Em conjunto, os indicadores revelam município marcado por baixa urbanização, forte presença rural e relevância ambiental, coexistindo com limitações socioeconômicas e estruturais típicas de pequenos municípios inseridos em regiões estratégicas de conservação ambiental e provisão hídrica.

No âmbito econômico, o PIB per capita do município foi de R$ 26.198,73 em 2023 (IBGE, 2024). No exercício fiscal de 2024, Joanópolis registrou receitas brutas realizadas de R$ 96.268.427,17 e despesas empenhadas de R$ 87.454.054,18 (IBGE, 2024). A base econômica local está associada à pecuária, agricultura, comércio, serviços e turismo, configurando uma paisagem rural multifuncional fortemente relacionada às características ambientais e cênicas do território.

No contexto hidrográfico, Joanópolis integra a Bacia Hidrográfica dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ), contribuindo diretamente para o Sistema Cantareira por meio de áreas de drenagem associadas a reservatórios e cursos d’água estratégicos para o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo. Essa inserção reforça a relevância ambiental e territorial do município no contexto da segurança hídrica regional.

Historicamente, a ocupação territorial remonta ao século XVIII, associada às rotas bandeirantes em direção a Minas Gerais. O núcleo urbano consolidou-se em 1878 com a fundação do bairro São João do Curralinho, então pertencente a Santo Antônio da Cachoeira, atual Piracaia, sendo elevado à categoria de município em

1917 (GONÇALVES; PIMENTEL; VIOLIN, 2018). Em 2001, Joanópolis foi reconhecido oficialmente como Estância Turística pelo governo do estado de São Paulo, e consolidado em 2021[34], reforçando a importância da paisagem natural, das áreas rurais e do patrimônio ambiental para a economia e a identidade local. Ecologicamente, o município insere-se no domínio da Mata Atlântica, um dos hotspots mundiais de biodiversidade, caracterizado por elevada riqueza de espécies, mas também por intensa perda e fragmentação da cobertura florestal. Estima-se que restem apenas cerca de 11,7% da vegetação original do bioma, distribuída predominantemente em pequenos fragmentos isolados, cenário que evidencia a relevância da conservação dos remanescentes florestais e da conectividade da paisagem (RIBEIRO et al., 2009).

Segundo o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA 2016/2017), Joanópolis possuía 990 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), com área média de 33,36 hectares e predominância de propriedades entre 10 e 50 hectares, evidenciando uma estrutura fundiária composta majoritariamente por estabelecimentos de pequeno e médio porte. Entre as atividades agropecuárias destacam-se a bovinocultura mista (372 UPAs) e a equinocultura (468 UPAs), além da expressiva presença de áreas com pastagens, reflorestamento e vegetação natural, refletindo a diversidade de usos do solo no município. O levantamento também indica que 304 proprietários residem na própria unidade produtiva, enquanto os demais residem fora dela, revelando a coexistência de diferentes formas de vínculo com o território rural. Em relação à escolaridade, observa-se predominância de produtores com ensino fundamental completo, acompanhada de um contingente expressivo de proprietários com ensino superior (209 produtores), indicando um perfil relativamente diversificado dos responsáveis pelas propriedades rurais.

Piracaia/SP

O município de Piracaia, localizado no interior do estado de São Paulo, a aproximadamente 80 km da capital paulista, situa-se nas coordenadas 23º03'14" S e 46º21'29" O, com altitude média de 792 metros (IBGE, 2022). O município integra a

[34] https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2021/original-lei-17469-13.12.2021.html

Região Bragantina do estado de São Paulo e está inserido em área estratégica de mananciais associada ao Sistema Cantareira.

Segundo a classificação territorial do IBGE, Piracaia é caracterizada como “município intermediário adjacente”, condição atribuída a municípios de porte médio ou menor que mantêm forte dependência funcional, econômica e de serviços em relação a polos regionais próximos. Essa característica evidencia a inserção do município em dinâmicas territoriais marcadas pela proximidade com centros urbanos mais desenvolvidos, pelos deslocamentos cotidianos da população e pelas pressões associadas aos processos de expansão urbana e transformação do espaço rural.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), a população estimada do município é de aproximadamente 26.029 habitantes, mantendo características territoriais marcadas pela presença significativa de áreas rurais. O município apresenta área urbanizada de 10,21 km² e cobertura de esgotamento sanitário em aproximadamente 69,69% das residências. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é de 0,739, situando o município em faixa de desenvolvimento humano médio. A mortalidade infantil registrada é de 9,58 óbitos por mil nascidos vivos. A taxa de escolarização da população entre 6 e 14 anos é de 98,03%, com Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 6,6 nos anos iniciais e 5,5 nos anos finais do ensino fundamental. O salário médio mensal da população ocupada corresponde a aproximadamente 2,1 salários mínimos, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) per capita foi de R$ 30.713,77 em 2023.

Do ponto de vista hidrográfico, o município é banhado pelos rios Cachoeira e Atibainha (IBGE, 2010) e abriga reservatórios integrantes do Sistema Cantareira, incluindo as barragens Jaguari-Jacareí, Cachoeira e Atibainha (IBGE, 2010). Essa configuração territorial confere relevância estratégica à provisão hídrica regional, especialmente no contexto do abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo.

As origens de Piracaia remontam ao antigo bairro Cachoeira, pertencente ao município de Atibaia. Em 1817, a partir da iniciativa de D. Leonor de Oliveira Franco, foi construída uma capela dedicada a Santo Antônio às margens do rio Cachoeira, marco que deu origem ao povoado denominado Santo Antônio da Cachoeira. A partir desse núcleo inicial consolidaram-se as primeiras moradias, atividades comerciais e o desenvolvimento urbano da localidade. Posteriormente, o município

passou a denominar-se Piracaia, nome de origem tupi que significa "peixe queimado", preservando em sua trajetória histórica a forte relação com o meio rural e os recursos hídricos. O município foi criado oficialmente em 1859, mantendo essa denominação até 1906, quando a Lei Estadual nº 997 alterou o nome para Piracaia[35].

O desenvolvimento econômico no século XIX esteve associado à expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba, que impulsionou a formação de grandes propriedades rurais na região (IBGE, 2010). Assim, o município apresenta trajetória histórica marcada por transformações no uso e ocupação do solo associadas a ciclos econômicos agrícolas, à expansão urbana e à relevância ambiental do território.

Segundo o Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA 2016/2017), o município de Piracaia possuía 899 Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), caracterizando uma estrutura fundiária composta predominantemente por pequenas e médias propriedades, com maior concentração de estabelecimentos entre 5 e 50 hectares. A atividade agropecuária apresenta forte presença da bovinocultura mista (516 UPAs) e da equinocultura (378 UPAs), acompanhadas por outras criações animais, evidenciando a diversidade produtiva do município. O levantamento também indica um equilíbrio entre proprietários residentes na própria unidade produtiva (439) e aqueles que residem fora dela (460), revelando diferentes formas de vínculo com o território rural. Quanto ao perfil dos produtores, observa-se predominância de proprietários com ensino fundamental ou antigo ensino primário completos, coexistindo com um contingente expressivo de produtores com ensino superior (138), o que demonstra a diversidade de perfis dos responsáveis pelas atividades agropecuárias locais.

[35] https://www.piracaia.sp.gov.br/cidade/historia

3.6.d. Transformações territoriais decorrentes da implantação do Sistema Cantareira

A configuração territorial atual dos municípios inseridos na Área de Proteção Ambiental (APA) Sistema Cantareira está diretamente associada ao processo histórico de implantação dos reservatórios que compõem o sistema de abastecimento hídrico da Região Metropolitana de São Paulo. A construção das barragens, intensificada a partir das décadas de 1960 e 1970, constituiu uma intervenção de grande escala sobre o território, implicando profundas transformações ambientais, produtivas e sociais, cujos efeitos se prolongam até o presente (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2020).

Do ponto de vista institucional, o Sistema Cantareira foi concebido como uma infraestrutura estratégica para garantir o abastecimento hídrico de uma metrópole em rápida expansão, passando a responder por uma parcela significativa do fornecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo, estimada em cerca de 47% (DIB et al., 2020). Essa centralidade na política hídrica estadual orientou a ocupação e reorganização do território, priorizando a formação dos reservatórios em áreas consideradas adequadas do ponto de vista técnico — notadamente fundos de vale e áreas de várzea.

Entretanto, tais áreas correspondiam, historicamente, às terras de maior fertilidade agrícola, utilizadas intensivamente pelas populações rurais locais. As áreas de várzea e fundos de vale, em função do acúmulo de sedimentos e da maior disponibilidade hídrica, apresentam, em geral, melhores condições para a produção agrícola, sendo tradicionalmente ocupadas por sistemas produtivos mais intensivos e diversificados. Conforme destacado por autores que analisam os impactos de grandes obras hídricas, a formação de reservatórios tende a incidir justamente sobre essas áreas, consideradas simultaneamente estratégicas para a engenharia hidráulica e para a produção agrícola (WCD, 2000; SCUDDER, 2005).

No contexto brasileiro, estudos sobre implantação de barragens indicam que a inundação dessas áreas implica a perda direta das terras mais produtivas das propriedades rurais, resultando na transferência das atividades agrícolas para áreas de menor fertilidade e maior declividade, com impactos sobre a produtividade e a viabilidade econômica das unidades produtivas (CERNEA, 1997; MORAN, 1974). No caso do Sistema Cantareira, essa dinâmica é corroborada por relatos locais e por estudos regionais, que indicam que “as baixadas, áreas tradicionalmente mais

férteis, foram as primeiras a serem inundadas", implicando uma reconfiguração significativa das bases produtivas do território (MORAIS, 2010).

No caso específico da região, a dissertação de Morais evidencia que a construção dos reservatórios implicou não apenas a inundação de extensas áreas produtivas, mas também a reconfiguração das condições de circulação e organização do território, incluindo a perda de estradas, a redefinição de acessos e a reorganização espacial das propriedades rurais (MORAIS, 2010).

Para além das transformações antropológicas e produtivas, a institucionalização da APA Sistema Cantareira introduziu um conjunto de normativas ambientais voltadas à proteção dos recursos hídricos e da biodiversidade, reforçando restrições sobre determinados usos do solo. Ainda que tais medidas sejam fundamentais do ponto de vista da conservação ambiental, elas também passam a compor o conjunto de fatores que condicionam a atividade produtiva no território, especialmente em contextos já fragilizados por processos históricos anteriores.

As consequências desses processos também se manifestam no plano das relações sociais e das percepções territoriais. A literatura e os relatos empíricos apresentados nesta pesquisa indicam que a experiência de desapropriação e deslocamento contribuiu para a formação de uma memória social marcada por sentimentos de perda, injustiça e desconfiança.

Cabe destacar que, embora existam estudos relevantes sobre os impactos da implantação do Sistema Cantareira, especialmente com foco em municípios como Nazaré Paulista, observa-se uma lacuna na literatura quanto a análises aprofundadas sobre Piracaia e Joanópolis. Trabalhos como os de Morais contribuem para a compreensão das transformações territoriais e infraestruturais associadas à construção das represas, incluindo esses municípios no recorte regional, mas ainda são escassas as investigações que explorem, de forma sistemática, seus impactos sociais, produtivos e simbólicos.

Essa lacuna torna-se particularmente relevante diante dos efeitos de longa duração desses processos, que influenciam a dinâmica rural contemporânea. A análise das transformações atuais do território — como a chegada de novos moradores, as mudanças no uso do solo e as tensões entre diferentes formas de ocupação — deve, portanto, ser compreendida à luz desses processos históricos. A implantação do Sistema Cantareira não apenas redefiniu materialmente o território,

mas também estruturou relações sociais e simbólicas que permanecem ativas, influenciando percepções, decisões e conflitos no presente (RODRIGUES, 1997; MORAIS, 2010).

Assim, a incorporação dessa dimensão histórica permite compreender o território como resultado de processos acumulados, nos quais a expropriação, a reconfiguração produtiva e a construção de uma memória social marcada por perdas constituem elementos centrais para a interpretação das transformações contemporâneas do rural na região.

3.6.e. Relevância estratégica, institucional e ambiental do território

A região da APA Sistema Cantareira reúne um conjunto diferenciado de atributos ambientais, institucionais, científicos e estratégicos, contando com a presença de programas públicos, instrumentos de governança territorial e ambiental, possibilidades de financiamento e organizações de relevância estadual, nacional e internacional. Essa configuração reforça a centralidade da região nas discussões relacionadas à conservação ambiental, à segurança hídrica, ao desenvolvimento rural sustentável e à gestão territorial no estado de São Paulo (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2020).

O Quadro 26 sistematiza os principais elementos que conferem essa relevância ao território. Para facilitar sua compreensão, eles foram organizados segundo a escala de abrangência, a área de atuação e uma breve descrição de cada característica. Entre os aspectos apresentados destacam-se a importância do Sistema Cantareira para a segurança hídrica nacional, a inserção da região no bioma Mata Atlântica, a atuação dos Comitês PCJ, os programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), os programas de apoio à agricultura sustentável, a estrutura de governança ambiental da APA, a presença de organizações da sociedade civil e de instituições de pesquisa, além dos mecanismos de compensação ambiental, como o ICMS Ecológico.

Em conjunto, esses elementos contextualizam o território estudado e evidenciam a amplitude dos recursos institucionais, ambientais e financeiros potencialmente disponíveis, constituindo um importante referencial para compreender a complexidade e a relevância estratégica da APA Sistema Cantareira.

Quadro 25 - Elementos que conferem relevância estratégica à APA Sistema Cantareira

Característica	Escala	Área de atuação	Descrição
Condição estratégica do Sistema Cantareira	Nacional / Internacional	Governança hídrica	Essa condição gera: prioridade política; prioridade técnica; atenção de OSCs; presença de instituições científicas; possibilidade de captação de recursos ambientais.
Inserção na Mata Atlântica	Nacional / Internacional	Serviços ambientais	A Mata Atlântica é reconhecida nacional e internacionalmente como bioma prioritário para conservação. Por estar dentro do domínio da Mata Atlântica, a região pode acessar: Fundo da Mata Atlântica; programas de restauração; editais de biodiversidade; financiamentos climáticos; compensações ambientais; projetos de corredores ecológicos.
Comitês PCJ	Regional	Governança hídrica	Os Comitês PCJ (Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí) operam linhas de financiamento para: saneamento; recuperação de nascentes; educação ambiental; drenagem; combate à erosão; proteção de mananciais; monitoramento ambiental; planejamento hídrico. Os municípios inseridos nas bacias PCJ possuem possibilidade de: submeter projetos; captar recursos; participar de editais; integrar programas regionais.
PSA	Estadual / Regional	Serviços ambientais	PSA Nascentes; PSA Mata Atlântica; PSA Água; programas vinculados aos Comitês PCJ; programas estaduais de restauração; projetos financiados por compensação ambiental. Remunerando: conservação florestal; restauração; proteção de nascentes; manutenção de mata ciliar; práticas conservacionistas.
Programas ligados à agricultura sustentável	Estadual / Regional	Apoio produção agrícola	A região pode acessar: Protocolo de Transição Agroecológica (PTA); FEAP (Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista); linhas agroecológicas; agricultura familiar; PSA produtivo; restauração produtiva; agroflorestas.
Governança ambiental diferenciada	Estadual	Apoio institucional	Existe uma arquitetura institucional que muitos municípios brasileiros não possuem. A APA cria: Conselho Gestor; Plano de Manejo; zoneamentos; instrumentos de gestão territorial; participação social formalizada.

Presença privilegiada de OSCs e instituições	Regional / Nacional / Internacional	Apoio institucional	Instituto IPÊ; ESCAS (Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade); TNC (The Nature Conservancy); Fundação Florestal (responsável e administradora da APA); CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo); Comitês PCJ PCJ (Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí); Consórcio PCJ (Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí é uma associação sem fins lucrativos que une municípios e empresas para proteger e gerenciar os recursos hídricos); SOS Mata Atlântica; Simbiose; e coletivos ambientais não formalizados juridicamente, mas atuantes na regão.
ICMS ecológico	Estadual	Compensação ambiental	Municípios com: unidades de conservação; mananciais; áreas protegidas; recebem repasses diferenciados do ICMS ambiental.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir da bibliografia consultada.

Ainda é fundamental destacar que as características biofísicas, fundiárias, ambientais e institucionais da APA Sistema Cantareira configuram um território particularmente favorável à consolidação de estratégias de desenvolvimento rural baseadas na agricultura familiar, na agroecologia, na restauração ecológica e na produção de serviços ecossistêmicos. O relevo acidentado, a predominância de pequenas propriedades, a elevada relevância hídrica, a inserção na Mata Atlântica e a presença de ampla rede institucional voltada à conservação ambiental conformam um contexto territorial que favorece modelos multifuncionais de uso do solo, capazes de integrar produção, conservação e desenvolvimento territorial sustentável. Essa condição reforça a responsabilidade regional diante da conservação da Mata Atlântica, bioma altamente fragmentado e reconhecido pelos elevados riscos de perda de biodiversidade (RODRIGUES et al., 2009; DE LIMA et al., 2024).

Em conjunto, esses elementos evidenciam a elevada complexidade institucional, ambiental e territorial da APA Sistema Cantareira, constituindo o contexto no qual se desenvolvem as dinâmicas analisadas nesta pesquisa.

3.6.f. Evidências recentes das transformações territoriais nos municípios estudados

Os elementos apresentados até este ponto evidenciam que a APA Sistema Cantareira constitui um território de elevada relevância estratégica. Ao mesmo

tempo, trata-se de um espaço submetido a intensas pressões decorrentes da expansão urbana, da valorização imobiliária e das transformações nas dinâmicas de ocupação do solo, fenômenos amplamente discutidos pela literatura e presentes na realidade dos municípios estudados. Nesse contexto, compreender a forma como essas transformações vêm se materializando torna-se fundamental para caracterizar o território pesquisado e contextualizar os resultados desta investigação.

Com essa finalidade, foram encaminhadas, em 5 de maio de 2026, solicitações oficiais às prefeituras dos três municípios estudados, requerendo informações sobre protocolos relacionados a loteamentos, empreendimentos imobiliários, processos de desmembramento, parcelamento do solo e pedidos de alteração de uso do solo, especialmente em áreas rurais. O objetivo foi identificar evidências recentes das transformações territoriais e complementar a caracterização do território pesquisado, em diálogo com a bibliografia e com as entrevistas realizadas.

Embora tenha sido encaminhado um mesmo conjunto de solicitações aos três municípios, as respostas apresentaram diferentes níveis de detalhamento e sistematização das informações. Em alguns casos, foram necessárias complementações e esclarecimentos para o atendimento do pedido, e os dados foram disponibilizados em formatos distintos. Em razão dessas diferenças, as informações apresentadas a seguir não têm finalidade comparativa, sendo analisadas individualmente como evidências complementares das dinâmicas territoriais observadas em cada município.

Na interpretação das informações apresentadas a seguir, deve-se considerar uma característica importante do território estudado. Nos municípios de Joanópolis e Piracaia, os Planos Diretores passaram a classificar praticamente todo o território municipal como área urbana ou de expansão urbana, reduzindo significativamente ou eliminando, em termos administrativos, a categoria de área rural. Essa definição, contudo, não altera a configuração territorial efetivamente existente, caracterizada por extensas áreas com uso, paisagem, atividades econômicas e dinâmica tipicamente rurais, conforme evidenciado pelos dados do LUPA, pelas classificações do IBGE e pela caracterização territorial apresentada anteriormente. Dessa forma, os processos de parcelamento e expansão urbana registrados nesses municípios incidem, na prática, sobre áreas que mantêm características rurais, aspecto essencial para a compreensão das transformações analisadas neste estudo.

No caso de Joanópolis, as informações encaminhadas pela prefeitura evidenciam a intensificação dos processos de transformação territorial associados ao parcelamento do solo. Enquanto apenas um loteamento aprovado é anterior aos anos 2000 e outro foi aprovado em 2000, registram-se nove loteamentos aprovados entre 2008 e 2023, além de sete empreendimentos em diferentes fases de aprovação entre 2023 e 2026. O levantamento também identifica dois parcelamentos classificados como irregulares, indicando que as transformações territoriais não se restringem aos processos formalmente licenciados. Esses dados reforçam as evidências discutidas ao longo deste estudo acerca da crescente pressão sobre o espaço rural e da necessidade de fortalecimento do ordenamento territorial nos municípios inseridos na APA Sistema Cantareira.

Em Piracaia, a resposta encaminhada pela prefeitura apresentou um conjunto mais amplo de informações, permitindo uma leitura mais detalhada da dinâmica recente de ocupação e gestão do território. No campo dos novos empreendimentos, registra-se a aprovação de três loteamentos em 2024 e outros três em 2025, além de um condomínio aprovado em 2024 e de um novo loteamento aprovado em 2026, localizado em área de expansão urbana. Em 2025 também foram aprovados cinco desmembramentos, aproximadamente 307 novos lotes e emitido alvará para construção de cinquenta unidades habitacionais vinculadas ao Programa Minha Casa, Minha Vida, evidenciando a continuidade dos processos de parcelamento do solo e expansão da ocupação no município.

Os dados administrativos também revelam intensa movimentação relacionada à gestão territorial. Somente em 2025 foram registrados 1.335 protocolos no Departamento de Obras, incluindo 256 aprovações de projetos, 145 processos de usucapião, além de certidões, termos de numeração e outros serviços técnicos e administrativos. Destaca-se ainda a aprovação de cinco desmembramentos e dez desdobros no mesmo período, indicando significativa atividade relacionada à reorganização fundiária e ao parcelamento do solo.

As informações fornecidas pelo município também evidenciam um conjunto de ações voltadas à regularização fundiária e ao ordenamento territorial. Foram retomados processos de regularização em diferentes núcleos urbanos, concluída a regularização de um deles com a entrega de cinquenta e cinco matrículas individualizadas, além da reestruturação da Comissão de Regularização Fundiária e da retomada das reuniões técnicas. O município informa ainda a articulação com a

Secretaria Estadual de Habitação, com o Cartório de Registro de Imóveis, com a SABESP para expansão da rede de abastecimento de água e com a Fundação Florestal para obtenção das anuências necessárias, demonstrando a complexidade institucional envolvida na gestão do território inserido na APA Sistema Cantareira.

No caso de Nazaré Paulista, diferentemente dos demais municípios, foi possível acessar, no site da Prefeitura, uma planilha pública contendo informações sobre processos relacionados à transformação e ao parcelamento do solo, incluindo sua situação, localização, modalidade e coordenadas geográficas. A partir dessa base documental, foi realizada uma análise complementar com o objetivo de compreender como esses processos se distribuem no território municipal. Para isso, as coordenadas foram utilizadas para classificar os registros em área urbana, área de expansão urbana e área rural, conforme o critério de distância em relação à Praça Matriz informado pelo município.

Foram identificados 99 registros, dos quais 48,5% localizam-se fora da faixa urbana de até cinco quilômetros da sede municipal, sendo 41,4% na área de expansão urbana e 7,1% em área rural. Esses resultados mostram que os processos de ocupação, parcelamento e regularização da terra não permanecem restritos ao núcleo urbano, alcançando também áreas de transição e espaços que ainda mantêm características rurais. A análise revela, entretanto, diferenças importantes entre essas porções do território. Na área de expansão urbana, mais da metade dos registros apresenta alguma situação de embargo, irregularidade, clandestinidade ou regularização em andamento, indicando que essa faixa concentra grande parte dos processos que demandam atuação do poder público, bem como dos conflitos relacionados ao uso e à ocupação da terra. Observa-se, nessa faixa territorial, a coexistência de novos empreendimentos, ações de fiscalização e iniciativas voltadas à regularização. Já entre os registros localizados na área rural, todos se encontram em situação de embargo ou regularização, não havendo, na base analisada, empreendimentos aprovados. Esse resultado não significa que não existam empreendimentos regularmente aprovados em áreas rurais do município, mas indica que, entre os processos registrados pela Prefeitura, as transformações mais afastadas da sede estão associadas principalmente à necessidade de regularizar ocupações existentes ou enfrentar situações que demandaram atuação do poder público. Esse resultado reforça que as transformações territoriais observadas no

município também alcançam o espaço rural, evidenciando a necessidade de atenção do poder público para além do núcleo urbano.

Outro dado que chama atenção é a presença de 37 processos de regularização fundiária entre os 99 registros identificados. Esse número evidencia que uma parcela importante das mudanças observadas no território não está relacionada apenas à implantação de novos empreendimentos, mas também à necessidade de regularizar situações construídas ao longo do tempo. Embora a planilha não permita identificar as razões específicas de cada caso, o conjunto dos dados é compatível com características frequentemente observadas em municípios de ocupação antiga, embora a base analisada não permita identificar as causas específicas de cada processo.

A variedade de registros encontrados demonstra que as transformações territoriais em Nazaré Paulista ocorrem por diferentes formas de transformação territorial. Além dos processos de regularização fundiária, foram identificados loteamentos, parcelamentos, condomínios, condomínios de lotes e desmembramentos, indicando que as mudanças observadas não se restringem à implantação de novos empreendimentos, mas também envolvem a regularização de ocupações e parcelamentos consolidados ao longo do tempo. Em conjunto, esses resultados caracterizam um território marcado pela coexistência entre novas formas de ocupação e a regularização de processos anteriormente constituídos, evidenciando que as transformações extrapolam o crescimento urbano e alcançam também áreas rurais e de transição, ampliando os desafios para o planejamento e a gestão territorial do município.

Embora apresentem características e níveis distintos de detalhamento das informações disponibilizadas, produzidas em formatos e para finalidades administrativas diferentes, os três municípios revelam evidências convergentes quanto à intensificação das transformações territoriais na APA Sistema Cantareira. Em Joanópolis, os dados evidenciam o crescimento recente dos loteamentos e dos processos em tramitação; em Piracaia, destacam a elevada movimentação administrativa relacionada ao parcelamento do solo, à regularização fundiária e à articulação institucional; e, em Nazaré Paulista, permitem observar a distribuição espacial dessas transformações, alcançando áreas urbanas, de expansão urbana e rurais. Ainda que resultem de conjuntos documentais distintos e não comparáveis entre si, essas evidências corroboram a literatura apresentada anteriormente e

indicam que o território estudado vem passando por um processo contínuo de reorganização do uso e da ocupação do solo, compatível com as dinâmicas de expansão urbana e valorização imobiliária discutidas para a região, constituindo o contexto no qual se inserem os resultados empíricos desta pesquisa.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS - Do que encontramos em nossa pesquisa

Este capítulo apresenta os resultados obtidos a partir da análise das entrevistas realizadas com os diferentes grupos participantes da pesquisa. Em consonância com a estratégia metodológica apresentada anteriormente, os achados foram organizados em categorias analíticas de integração, construídas para possibilitar uma leitura comparativa do fenômeno investigado. Essa opção metodológica privilegia a identificação de **convergências, divergências, complementaridades e temas emergentes** entre os diferentes atores, preservando como eixo central da análise a compreensão da inserção e da atuação dos neorrurais no território. Essa abordagem permitiu evidenciar não apenas padrões compartilhados, mas também tensões, lacunas e especificidades que contribuem para a compreensão das dinâmicas territoriais investigadas, favorecendo uma leitura integrada das relações estabelecidas entre os diferentes atores e ampliando a compreensão do papel desempenhado pelos neorrurais no território.

Ao longo do processo de análise e sistematização dos dados, foram elaboradas diferentes possibilidades de organização dos resultados. Entre elas, foi construída uma versão mais descritiva, estruturada por categorias temáticas, com maior detalhamento das entrevistas e ampla utilização de excertos das falas dos participantes. Embora essa versão tenha contribuído para o aprofundamento analítico, optou-se, no corpo principal da dissertação, por uma apresentação mais sintética e integrada, considerada mais adequada aos objetivos da pesquisa e à comparação entre os diferentes grupos de entrevistados. A versão descritiva foi preservada no Anexo D, permitindo ao leitor acompanhar o percurso analítico realizado.

As cinco categorias analíticas de integração, apresentadas anteriormente no subcapítulo 2.6, nas quais os resultados foram organizados, são:

- Reconhecimento social e institucional dos neorrurais;
- Caracterização dos neorrurais no território;
- Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural no território;

- Relação dos neorrurais com políticas públicas, programas e projetos;
- Desafios, barreiras, oportunidades e projetos de futuro dos neorrurais.

Os valores apresentados entre parênteses (ex.: 21/39) indicam o número de entrevistas em que determinado tema esteve presente em relação ao total de entrevistas consideradas em cada categoria analítica de integração, não correspondendo a frequências estatísticas, mas à recorrência identificada na análise de conteúdo.

A seguir, apresentam-se os resultados organizados segundo essas cinco categorias analíticas de integração, evidenciando os principais padrões identificados nas entrevistas e as diferentes formas como os neorrurais são reconhecidos, caracterizados e percebidos pelos diversos atores do território.

4.1 - Reconhecimento social e institucional dos neorrurais

4.1.a. Convergências entre entrevistados

• O reconhecimento da presença de novos moradores oriundos do urbano apareceu entre todos os rurais tradicionais entrevistados (7/7), embora com diferentes leituras sobre suas motivações e grau de inserção nas dinâmicas rurais.

• Entre os gestores públicos (5/6) predominou o reconhecimento da existência dessa população, ainda que de modo sobretudo informal, vinculado à procura por assistência técnica, agroecologia ou questões ambientais.

• Entre as organizações da sociedade civil (4/4) houve reconhecimento da existência e relevância desse grupo no território, especialmente em agendas de conservação, restauração e participação socioterritorial.

• Entre os 22 neorrurais entrevistados, predominou o relato de algum grau de reconhecimento social ou institucional, ainda que frequentemente associado mais a práticas ambientais, agroecológicas ou comunitárias do que ao reconhecimento formal como produtores rurais.

• Houve convergência entre os quatro grupos quanto à ausência de reconhecimento institucional formal dos neorrurais:

- não aparecem como categoria específica em cadastros e políticas;
- não figuram em diagnósticos territoriais;
- seu reconhecimento é mais empírico do que institucionalizado.

• Também apareceu de forma convergente a percepção de que muitos neorrurais acessam políticas e espaços públicos mais por iniciativa própria, do que por estratégias específicas de aproximação e atenção da gestão pública.

4.1.b. Divergências e tensões identificadas

• Surgiram divergências quanto ao grau de inserção produtiva e pertencimento rural desses sujeitos:

- parte dos gestores e dos rurais tradicionais relativiza seu papel produtivo;

-OSC e neorrurais enfatizam contribuições mais amplas, inclusive ambientais, comunitárias e regenerativas. São os nerrurais que assumem liderança, e geram diálogos institucionais.

• Entre os rurais tradicionais, embora o reconhecimento da presença desse grupo tenha sido consensual (7/7), houve percepções divergentes quanto ao perfil desses novos moradores:

- alguns os associam à revitalização rural;

- outros distinguem grupos mais vinculados ao consumo do espaço rural.

• Entre os neorrurais, as respostas sobre reconhecimento por gestores e comunidade mostraram-se heterogêneas, variando entre acolhimento, reconhecimento parcial e percepções de invisibilidade.

• Houve também divergências quanto à relevância econômica desses sujeitos:

- alguns gestores a relativizam em termos produtivos;

-outros entrevistados ressaltam impactos indiretos sobre economia local, conservação e organização territorial.

4.1.c. Dados complementares para compreensão da categoria

• As entrevistas com OSC complementam a percepção dos gestores ao sugerirem que os neorrurais tendem a apresentar maior engajamento em iniciativas de restauração e conservação do que parte dos produtores tradicionais.

• Os relatos dos rurais tradicionais acrescentam uma distinção importante entre novos moradores integrados às dinâmicas rurais, e outros vinculados mais ao uso residencial ou recreativo do campo.

• As entrevistas com neorrurais ampliam o entendimento do reconhecimento para além da identidade de “produtor”, incluindo autoidentificações como guardiões ambientais, articuladores comunitários e sujeitos em transição rural.

• Em três dos quatro grupos entrevistados apareceu a percepção de que os neorrurais têm participação relevante em conselhos, coletivos e agendas ambientais locais.

4.1.d. Temas emergentes e relevantes

• Emergiu transversalmente a distinção entre dois perfis de novos ocupantes do espaço rural, tema recorrente que ultrapassa esta categoria e aparece como questão analítica relevante para o estudo.

• A invisibilidade institucional dos neorrurais apareceu como possível motivo da lacuna na formulação e operacionalização de políticas públicas.

• Surgiu, ainda nesta categoria, a tensão entre ruralidade efetiva e definições político-administrativas do rural, inclusive em contextos onde formalmente a área rural aparece fragilizada ou ausente. Aqui surge o tema da ampliação das áreas urbanas no zoneamento dos municípios.

• Apareceu como tema emergente a relação entre reconhecimento dos neorrurais e sua atuação em disputas territoriais, especialmente em pautas ambientais e de ordenamento do solo.

• Também emergiu, ainda que de forma indireta, a pressão imobiliária e os processos de parcelamento do solo como pano de fundo para compreender o reconhecimento e as tensões em torno desses sujeitos.

4.2 - Caracterização dos neorrurais no território

Esta categoria apresenta uma coleta de dados ampliada, em razão da extensão das informações obtidas e da relevância, no contexto da pesquisa, da caracterização dos neorrurais. Considerando a importância de compreender de forma mais aprofundada o perfil desses sujeitos, suas atividades produtivas e suas motivações de inserção no meio rural, optou-se por um tratamento mais detalhado dos dados. Dessa forma, para além da organização nos quatro blocos analíticos - convergências, divergências, complementaridades e temas emergentes-, esta categoria incorpora uma descrição mais abrangente dos elementos que compõem a caracterização dos neorrurais no território.

4.2.1. Caracterização geral dos neorrurais

A **caracterização dos neorrurais**, a partir das diferentes entrevistas, revela um conjunto de atributos recorrentes que delineiam um perfil relativamente consistente, ainda que heterogêneo. Destaca-se, com maior frequência, a origem urbana e trajetória de migração recente (25/39), associada à busca por qualidade de vida e mudança de estilo de vida (21/39). Também aparecem de forma expressiva referências a maior nível de escolaridade e repertório técnico ou informacional (18/39), bem como à presença de renda externa ou não dependência exclusiva da produção rural (20/39). Soma-se a isso a recorrência de qualificações associadas a visões mais progressistas, abertura a novas ideias, postura crítica e busca por formas alternativas de viver e produzir (16/39). No campo das práticas e valores, observa-se forte associação com preocupações ambientais e conservação da natureza (22/39), incluindo interesse por agroecologia e manejo sustentável. Por outro lado, surgem também menções à falta de experiência com o trabalho rural tradicional (15/39) e à necessidade e vontade de aprendizagem junto aos moradores locais. Em menor medida, aparecem referências ao maior poder aquisitivo (12/39) e à participação em redes, coletivos ou iniciativas associativas (10/39). Esse conjunto de qualificações evidencia um grupo marcado por trajetórias urbanas, valores ambientais e orientação a novas perspectivas de vida, com inserção econômica híbrida e práticas ainda em consolidação no meio rural.

A análise das trajetórias dos neorrurais entrevistados (n=22) evidencia a predominância de **motivações** associadas à identidade e biografia (11/22), indicando forte vínculo com experiências anteriores no meio rural ou construções simbólicas relacionadas à vida no campo. Em seguida, destacam-se as motivações por atração ao rural (6/22) e aquelas de caráter ético-político (6/22), frequentemente associadas a valores ambientais, busca por modos de vida alternativos e posicionamentos críticos em relação ao urbano. Em menor frequencia, aparecem motivações econômico-produtivas (1/22) e por expulsão (1/22), indicando menor relevância desses vetores no conjunto analisado. Observa-se ainda a presença de trajetórias híbridas, que combinam diferentes motivações, reforçando a complexidade do fenômeno neorrural.

A partir das entrevistas com os diferentes grupos de atores, observa-se que os neorrurais desenvolvem um **conjunto diversificado de atividades**, evidenciando forte inserção na lógica da pluriatividade. Entre as atividades produtivas e de

geração de renda, destacam-se o cultivo de hortas, pomares e produção agroecológica de alimentos (18/39), incluindo verduras, legumes, milho, frutas (banana, caqui, amoras, morangos, outras), frutas nativas, sementes e mudas, cogumelos, palmeira jussara, PANCs (plantas alimentícias não convencionais), em sistemas orgânicos e agroflorestais, bem como o cultivo de café em mais de uma propriedade (9/39). Também aparecem atividades de transformação de alimentos, como produção de pães, geleias, vinhos de frutas, hidromel e outros produtos artesanais (6/39), e práticas voltadas à conservação e produção ambiental, como reflorestamento, bioconstrução, permacultura, criação de RPPNs e manejo sustentável (12/39). No campo da produção animal, ainda que em menor escala, destacam-se a apicultura e a meliponicultura, além da criação de pequenos animais e empreendimentos com granjas e produção de ovos, incluindo casos de produção orgânica certificada (9/39).

No âmbito dos serviços e da chamada “agricultura de serviços”, são recorrentes iniciativas de turismo rural, sustentável e ecológico, com trilhas, passeios, recepção de visitantes e, de forma bastante expressiva, locação de curta duração (Airbnb e aluguel temporário) (22/39), além de atividades educacionais, turismo pedagógico, cursos, vivências e educação ambiental (9/39). Soma-se a isso a presença de atividades voltadas ao cuidado e à saúde, como terapias diversas, incluindo equoterapia e serviços de atendimento, como uma clínica de recuperação de dependência química (6/39). Paralelamente, observa-se a presença significativa de atividades não rurais associadas ao território, como trabalho remoto, home office, atuação profissional anterior mantida à distância e pequenos negócios urbanos adaptados ao contexto rural (20/39). Em menor medida, aparecem ainda iniciativas voltadas à gastronomia, mercados rurais, implantação de restaurantes e pontos de apoio a visitantes (5/39), bem como participação em projetos ambientais e programas de políticas públicas (8/39). Esse conjunto evidencia que os neorrurais articulam múltiplas fontes de renda e atuação, combinando produção, serviços, conservação ambiental e atividades externas, configurando uma inserção econômica híbrida no território.

A **organização do trabalho** nas propriedades neorrurais evidencia a predominância de arranjos familiares, presentes em 72,7% dos casos (16/22), nos quais as atividades são desenvolvidas por casais ou núcleos familiares, com participação variável de filhos e outros membros. Por outro lado, 27,3% dos

entrevistados (6/22) relataram conduzir as atividades de forma predominantemente individual, ainda que, em alguns casos, com apoio pontual de familiares. Esses dados reforçam a centralidade da unidade familiar na estrutura produtiva dos neorrurais, aproximando-se, nesse aspecto, das características da agricultura familiar, ainda que inseridos em contextos produtivos e econômicos distintos.

A análise das **fontes de renda** dos neorrurais entrevistados (n=22) evidencia a predominância de rendas externas ao sítio, presentes em 59,1% dos casos, indicando forte dependência de atividades não diretamente vinculadas à produção rural. Por outro lado, 27,3% dos entrevistados declaram viver predominantemente das atividades desenvolvidas na propriedade, enquanto 13,6% apresentam uma composição híbrida de renda, combinando produção no sítio com fontes externas. Esses dados reforçam a presença de arranjos econômicos diversificados e a centralidade da pluriatividade na permanência desses sujeitos no meio rural.

O cruzamento entre as tipologias de neorrurais e suas fontes de renda evidencia diferenças significativas nas formas de inserção econômica no território. Os neorrurais associados à tipologia identidade/biografia apresentam maior equilíbrio entre rendas externas e aquelas oriundas do sítio, sendo também o grupo com maior incidência de casos que vivem predominantemente da propriedade, destacando que receberam a propriedade como herança. Em contraste, os neorrurais classificados por atração, que na sua maioria compraram a propriedade rural, demonstram forte dependência de rendas externas, indicando uma inserção mais residencial ou em fase de transição produtiva. Já os perfis ético-políticos, embora fortemente orientados por valores ambientais e de mudança de estilo de vida, também apresentam dependência significativa de fontes externas de renda, evidenciando que suas práticas no território nem sempre estão estruturadas como atividade econômica principal. Esse conjunto de evidências reforça a heterogeneidade do fenômeno neorrural e a centralidade da pluriatividade como estratégia de permanência no meio rural.

4.2.a. Convergências entre entrevistados

- Houve ampla convergência (32/39) de que os neorrurais são caracterizados por trajetórias associadas à busca de mudança de vida, aproximação com a natureza e crítica ao cotidiano urbano. Entre os próprios neorrurais, esse aspecto apareceu em praticamente todas as entrevistas (20/22), ainda que com motivações diversas —

qualidade de vida, saúde, projetos familiares, espiritualidade, vínculos biográficos com o campo ou propósitos ambientais.

- Também houve forte convergência (29/39) de que esses sujeitos apresentam perfil socioprodutivo marcado por pluriatividade, combinando produção rural com outras atividades econômicas, rendas externas ou prestação de serviços. Entre gestores públicos e OSC essa leitura apareceu em quase unanimidade (7/8), enquanto entre rurais tradicionais apareceu em menor intensidade, mas ainda majoritária (5/7), sobretudo associada à ideia de que “não vivem só da terra”.
- A presença de multifuncionalidade nas propriedades -articulando produção, conservação, turismo, educação, vivências ou serviços- apareceu como convergência em 26 entrevistas (26/39), especialmente forte entre neorrurais (18/22) e OSC (4/4).
- Outro ponto recorrente foi a associação dos neorrurais com preocupações ambientais ou conservacionistas, identificada em 28 entrevistas (28/39), incluindo quase todos os gestores públicos (4/4), OSC (4/4), parte expressiva dos neorrurais (15/22) e maioria dos rurais tradicionais (5/7).

4.2.b. Divergências e tensões identificadas

- Houve divergência relevante (11/39) quanto ao grau de preparo dos neorrurais para a vida rural. Parte dos rurais tradicionais (4/7) e alguns gestores (2/4) enfatizaram idealização do campo, pouca experiência prática e dificuldades de adaptação; enquanto outros entrevistados destacaram disposição para aprender, estudos antes da mudança, muita busca de informação com os nativos e integração progressiva.
- As entrevistas revelam percepções divergentes sobre a relação entre neorrurais e moradores nativos. Em 9 das 39 entrevistas (9/39), os neorrurais são percebidos como um grupo distinto, com diferenças em suas práticas, conhecimentos e modos de vida. Em contrapartida, em 7 entrevistas (7/39), são descritos como plenamente integrados ao cotidiano local, sem diferenças consideradas relevantes em relação aos moradores nativos.
- Também apareceu divergência (9/39) sobre o grau de inserção produtiva efetiva desses sujeitos. Alguns entrevistados, sobretudo OSC e rurais tradicionais, distinguiram entre neorrurais engajados em práticas produtivas e outros cuja presença estaria mais associada a amenidades rurais, lazer ou ocupação residencial.

- Uma tensão adicional emergiu em 8 entrevistas (8/39) sobre o papel da renda externa: para alguns, ela aparece como viabilizadora de experimentações e conservação; para outros, como fator que diferencia esses sujeitos dos agricultores, cuja sobrevivência depende diretamente da terra.

4.2.c. Dados complementares para compreensão da categoria

- Quanto à origem territorial dos neorrurais entrevistados, predominam trajetórias oriundas de centros urbanos paulistas, sobretudo Região Metropolitana de São Paulo (14/22), seguidas por trajetórias híbridas ou de retorno vinculadas a raízes familiares rurais (6/22), havendo ainda casos com origem predominantemente rural anterior (2/22).
- Quanto ao tempo de permanência no meio rural, observou-se presença consolidada do grupo: 14 dos 22 entrevistados (14/22) possuem mais de dez anos de vínculo com a vida rural, dos quais parte significativa ultrapassa duas décadas, indicando que o fenômeno observado não se restringe a ocupações recentes, ou só após a pandemia.
- Entre os motivos declarados para a mudança, qualidade de vida apareceu em 17 entrevistas (17/22); motivações identitárias ou biográficas em 9 (9/22); propósitos ecológicos ou produtivos em 10 (10/22); e fatores associados à pandemia em 5 (5/22), frequentemente sobrepostos.
- Observa-se, em parte significativa das entrevistas, a geração de trabalho local associada à presença dos neorrurais (17/39), por meio da contratação de caseiros, prestadores de serviços e mão de obra da própria comunidade, indicando inserção econômica no território para além das atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades.

4.2.d. Temas emergentes e relevantes

- Como tema emergente, aparece com força a heterogeneidade interna do grupo neorrural (12/39), incluindo perfis mais próximos do agricultor pluriativo, perfis fortemente conservacionistas e perfis orientados por amenidades rurais.
- Também emergiu, em 10 entrevistas (10/39), distinção implícita entre sujeitos mais alinhados à noção de neorrural e outros associados a ocupações mais rurbanas (associadas à reprodução de padrões urbanos no território rural) ou residencializadas, aspecto que dialoga com outros modelos discutidos no estudo.

- Outro tema emergente refere-se à dependência de renda externa à propriedade (14/39), indicando que parte significativa dos neorrurais precisam manter vínculos com atividades não rurais, seja por meio de trabalho fora ou remoto, evidenciando a não condição exclusiva da produção no sítio.

4.3 - Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural no território

4.3.a. Convergências entre entrevistados

- Houve forte convergência (31/39) de que os neorrurais trazem contribuições para práticas ambientais e conservacionistas no território, especialmente pela valorização da agroecologia, proteção de nascentes, restauração e regeneração ambiental. Essa convergência apareceu em 5/6 dos gestores, 4/4 das OSC, 5/7 dos rurais tradicionais e 17/22 dos neorrurais.
- Também houve convergência expressiva (27/39) de que os neorrurais contribuem para diversificar dinâmicas produtivas e funções do rural, com introdução de experiências ligadas a agroflorestas, turismo rural, produção orgânica, educação ambiental e novos arranjos multifuncionais.
- Em 24/39 das entrevistas aparecem convergências de que os neorrurais contribuem como vetores de demonstração ou indução de novas práticas, seja pela influência sobre agricultores tradicionais, seja pela capacidade de mobilização em conselhos, programas e iniciativas coletivas. Essa percepção aparece fortemente nas OSC (4/4) e em gestores (4/6).
- Houve ainda convergência (22/39) quanto à percepção de que parte dos neorrurais fortalece participação comunitária e incidência territorial, aparecendo como atores ativos em associações, conselhos, mutirões e agendas socioambientais.
- Entre os neorrurais, 19/22 relataram práticas explícitas de conservação ou regeneração e 14/22 relataram algum tipo de participação territorial ou comunitária, reforçando empiricamente esse eixo de contribuição.
- Aparece convergência específica (6/32), especialmente nas falas de gestores e neorrurais de Nazaré Paulista, sobre a presença de política pública de transição agroecológica (de âmbito estadual), com participação significativa de neorrurais e percepção de que essa política produz diferenciação positiva no território, tanto em termos produtivos quanto de engajamento ambiental.
- Aparece convergência relevante (19/32) nas falas de gestores públicos, organizações do terceiro setor e parte dos próprios neorrurais de que muitos

neorrurais chegam ao território sem experiência prévia com o trabalho da terra e com a produção de alimentos, enfrentando dificuldades relacionadas ao manejo, planejamento produtivo e adaptação às condições rurais. Essa condição é associada a desafios mais amplos, como a continuidade da produção de alimentos no território e a baixa participação em programas como o PNAE, evidenciando a necessidade de maior suporte técnico e produtivo para aqueles com vocação agrícola.

4.3.b. Divergências e tensões identificadas

- Surgiu divergência importante (15/39) quanto à extensão e profundidade dessas contribuições. Enquanto parte dos entrevistados as considera significativas, outros relativizam seus efeitos, sobretudo em termos produtivos e de abastecimento. Essa divergência aparece sobretudo entre gestores (2/6) e rurais tradicionais (4/7).
- Aparece tensão recorrente (16/39) quanto aos efeitos associados a parcelamentos, loteamentos e adensamento rural. Parte dos entrevistados distingue claramente neorrurais vinculados ao território, de novos ocupantes associados a dinâmicas de urbanização dispersa, vistas como problemáticas.
- Em 11/39 das entrevistas emergem tensões ligadas a impactos sobre infraestrutura rural — lixo, trânsito, pressão sobre estradas, saneamento e ocupações em áreas sensíveis. Todos os casos estão vinculados a regiões com adensamento por ocupações com características de urbanização.
- Também houve divergência (10/39) quanto à relação entre presença neorrural e conflitos culturais. Alguns entrevistados apontam cooperação e trocas positivas; outros relatam desconfortos, visões idealizadas do campo ou incompreensões mútuas.
- Surge ainda tensão específica (8/39) sobre casos em que iniciativas com discurso conservacionista podem reproduzir dinâmicas contraditórias, inclusive com menções a loteamentos “verdes” ou práticas percebidas como greenwashing (propriedades com numerosos donos e fragmentação interna).
- Embora apareçam diferenças de visões e práticas (10/32), especialmente relacionadas a formas de produção, uso do solo e concepções sobre o rural, gestores públicos destacam não haver conflitos diretos entre neorrurais e produtores tradicionais, mas sim distinções de posturas, conhecimentos e expectativas em relação às funções do rural.

4.3.c. Dados complementares para compreensão da categoria

- As entrevistas dos rurais tradicionais acrescentam um dado complementar relevante: em 5/7 respostas aparece distinção explícita entre dois perfis de novos moradores: aqueles percebidos como contribuindo para conservação e integração local, e aqueles associados à fragmentação fundiária, loteamentos ou pressões urbanizadoras.
- Os dados das OSC acrescentam, em 3/4 entrevistas, a percepção de que neorrurais podem atuar como amortecimento ou alternativa frente a pressões imobiliárias mais predatórias, sobretudo quando vinculados a modelos como ecovilas, RPPNs ou ocupações com maior proteção vegetal.
- Entre os neorrurais, 13/22 relataram desenvolver atividades combinando produção e serviços (turismo, educação, hospedagem, vivências), ampliando a leitura de impacto para além da produção agrícola.
- Também se destaca que 14/22 neorrurais relataram vínculos ou relações positivas com vizinhos e comunidades, ainda que em intensidades variadas, reforçando inserção territorial mais ampla do que apenas a escala da propriedade.

4.3.d. Temas emergentes e relevantes

- Emerge com força (17/39) a tensão entre contribuições neorrurais e processos de pressão imobiliária, especialmente loteamentos e urbanização difusa em áreas rurais.
- Surge como tema emergente relevante (13/39) a associação entre neorrurais e atualização multifuncional do rural, articulando produção, conservação, serviços e ação sociocultural.
- Também emerge em 12/39 entrevistas a preocupação com ausência de planejamento territorial para lidar com novas formas de ocupação do rural, especialmente em áreas sensíveis da APA.
- Um tema transversal particularmente recorrente (11/39) é a necessidade implícita de diferenciar sujeitos neorrurais de outros novos ocupantes do campo, questão que reaparece em vários grupos entrevistados.
- Emergiu ainda, em 9/39 entrevistas com especial incidência entre gestores públicos e rurais tradicionais, a memória das perdas produtivas e territoriais associadas à formação do Sistema Cantareira, especialmente em Nazaré Paulista e Piracaia, incluindo referências a desapropriações de áreas férteis (“baixadas”),

desestruturação de unidades produtivas e efeitos duradouros sobre dinâmicas econômicas e percepções locais sobre o território. Os relatos indicam que esse processo histórico permanece como referência explicativa para desafios contemporâneos do rural e para certas desconfianças frente a novas transformações territoriais.

- Também emerge como tema relevante (9/32) a percepção de que a oposição entre neorrurais e produtores tradicionais não contribui para o desenvolvimento rural, sendo apontada a necessidade de integração entre perfis como estratégia para fortalecimento territorial.

4.4 - Relação dos neorrurais com políticas públicas, programas e projetos

4.4.a. Convergências entre entrevistados

- Houve convergência expressiva (24/32) de que os neorrurais participam ou buscam participar de políticas, programas ou projetos, sobretudo ligados a restauração, PSA, agroecologia, assistência técnica, projetos de conservação e programas do terceiro setor.
- Em 20/32 entrevistas aparecem convergências de que projetos do terceiro setor - especialmente ligados à restauração, agroflorestas, RPPNs, PSA e capacitações- têm sido, para muitos neorrurais, porta de entrada mais acessível que políticas públicas agrícolas convencionais.
- Também houve convergência (18/32) de que neorrurais tendem a apresentar maior facilidade relativa para acessar editais, cursos e processos burocráticos, especialmente segundo OSC e parte dos gestores, em função de escolaridade, redes e familiaridade documental.
- Surge convergência importante (17/32) sobre a existência de barreiras de enquadramento para acesso a políticas públicas agrícolas, particularmente CAF/PRONAF, associadas sobretudo à composição de renda e não necessariamente à ausência de prática agrícola ou participação do núcleo familiar.
- Em 11/22 entrevistas com neorrurais aparece menção espontânea a cursos e apoios do SENAR, SEBRAE ou serviços correlatos como referência de “apoio público”, revelando recorrente confusão entre políticas públicas e serviços de formação ou apoio do Sistema S. Essa recorrência aparece como dado do campo.
- Aparece convergência (11/32), especialmente nas falas de gestores públicos e organizações do terceiro setor, sobre a importância da organização dos neorrurais

em formas coletivas, como associações e cooperativas, como condição para ampliação de seu acesso, reconhecimento e apoio institucional, sendo apontado que a ausência dessa organização limita sua força política e capacidade de incidência nas políticas públicas.

4.4.b. Divergências e tensões identificadas

- Houve divergência relevante (14/32) sobre o grau de acesso real dos neorrurais às políticas públicas. Parte dos entrevistados relata participação ativa; outra parte descreve acesso muito baixo ou inexistente.
- Aparece divergência importante (12/32) sobre se os critérios de agricultura familiar incluem ou excluem neorrurais. Enquanto alguns gestores percebem possibilidade de enquadramento, outros enfatizam que composição de renda, exigências documentais e desenho das políticas acabam excluindo muitos perfis.
- Surge tensão recorrente (10/32) sobre inadequação de políticas desenhadas para modelos produtivos convencionais frente a iniciativas pluriativas, multifuncionais e agroecológicas de pequena escala.
- Também emerge divergência (8/32) quanto à percepção do apoio institucional: alguns relatam boa abertura e assessoramento; outros relatam frustração, ausência de respostas ou descrença.

4.4.c. Dados complementares para compreensão da categoria

- Um dado complementar muito relevante aparece em pelo menos 5/22 entrevistas com neorrurais que mencionam, espontaneamente, não acessar PRONAF ou CAF, mas dois casos recorreram explicitamente ao PRONAMPE -linha voltada a pequenas e médias empresas, com juros mais altos- por não conseguirem enquadramento como agricultura familiar, ainda operando em atividades rurais. Esse dado aparece também corroborado em entrevistas com gestores.
- Outro dado complementar importante é que, embora o acesso a políticas agrícolas clássicas apareça limitado, 16/22 neorrurais relataram algum vínculo com projetos territoriais, programas ambientais ou ações de apoio não creditício.
- Também aparece complementarmente que, para parte dos entrevistados, conselhos municipais e instâncias de governança funcionam como espaço de relação com políticas, mesmo quando o acesso a programas formais é baixo (8/32).

- Um dado complementar relevante evidencia que, embora haja participação expressiva dos neorrurais em cursos, projetos e iniciativas territoriais (16/22), bem como em instâncias locais como conselhos (8/32), essa participação ocorre predominantemente em ações formativas, ambientais ou de apoio não creditício, mantendo-se limitado o acesso a políticas públicas estruturantes.
- Ainda nesse sentido, observa-se que parcela significativa dos neorrurais opta por não acessar políticas públicas de financiamento ou programas estruturantes, seja por dificuldades de enquadramento, seja por opção deliberada, preferindo investir recursos próprios ou manter atividades externas como forma de sustentação econômica do sítio (13/22).

4.4.d. Temas emergentes e relevantes

- Emerge com força (15/32) a existência de um “vácuo” institucional envolvendo neorrurais em transição, que frequentemente não conseguem acessar políticas públicas rurais por não se enquadrarem plenamente nos critérios clássicos da agricultura familiar, especialmente em função da manutenção parcial de rendas e vínculos urbanos.
- Surge como tema emergente (13/32) a centralidade do problema renda-enquadramento: a renda extra-rural aparece simultaneamente como condição de permanência desses produtores na terra e fator que os exclui de políticas.
- Aparece como tema emergente importante (11/32) o papel do terceiro setor como mediador ou substituto parcial de lacunas das políticas públicas.
- Surge como tema emergente (12/32), nas falas de gestores públicos e organizações do terceiro setor, a percepção de maior facilidade de trabalho com neorrurais, associada ao seu compromisso com agendas ambientais, maior abertura a novas ideias, e maior adesão a programas relacionados à conservação, produção de água, restauração e manejo integrado do fogo.
- Também emerge (9/32) uma questão conceitual relevante do campo: parte dos entrevistados nomeia cursos, assistência do SENAR, ações do SEBRAE e outras ofertas do Sistema S como “políticas públicas”, revelando sobreposição prática entre políticas, serviços de apoio e programas paraestatais na percepção dos atores.
- Emerge como tema relevante (14/32) a existência de uma dissociação entre participação e incidência, na qual os neorrurais participam ativamente de iniciativas territoriais, mas com baixa inserção em espaços de formulação e decisão de

políticas públicas, configurando um padrão de engajamento periférico no campo institucional.

- Também emerge (13/22) a valorização da autonomia como elemento estruturante das estratégias dos neorrurais, expressa na preferência por investimento com recursos próprios e na manutenção de fontes externas de renda, o que contribui para sua menor adesão a políticas públicas tradicionais.

4.5 - Desafios, barreiras, oportunidades e projetos de futuro dos neorrurais

4.5.a. Convergências entre entrevistados

- Houve forte convergência (25/32) de que o principal desafio para consolidação dos neorrurais no campo não é apenas fundiário, mas sobretudo econômico e operacional: geração de renda, mão de obra, comercialização, infraestrutura, tempo de dedicação e capacidade produtiva.
- Em 19/32 entrevistas aparece convergência sobre fragilidade institucional e estrutural dos municípios: baixa capacidade operacional, pouca estrutura das secretarias rurais, deficiência de ATER e limitações para apoiar processos mais complexos.
- Surge convergência relevante (18/32) de que a burocracia e os critérios institucionais não aparecem apenas como entrave documental, mas como barreiras de adequação entre instrumentos existentes e realidades produtivas dos entrevistados.
- Em 16/32 entrevistas houve convergência sobre dificuldades ligadas à ausência ou precariedade de infraestrutura rural: estradas, logística, maquinário adaptado, assistência técnica, acesso à água e energia elétrica, serviços públicos e conectividade.
- Aparece também convergência importante (20/22 neorrurais) de que seus projetos de futuro não se orientam predominantemente por expansão patrimonial, mas por aprofundamento qualitativo dos projetos rurais existentes: diversificação, permanência, conservação, autonomia e fortalecimento comunitário.
- Aparece convergência expressiva (21/32) sobre a limitada atenção das prefeituras às áreas rurais, evidenciada pela precariedade de serviços, fragilidade na segurança e insuficiência de fiscalização, associadas à expansão urbana desordenada e à crescente vulnerabilidade do território
- Aparece convergência consistente (22/32) quanto ao cuidado dos neorrurais com a regularização documental de suas propriedades e atividades, incluindo registros

fundiários, CAR e emissão de notas fiscais, ainda que em diferentes estágios de consolidação.

- Ainda nesse sentido, a maioria dos neorrurais (18/22) indica estar com documentos e registros regularizados ou em processo ativo de regularização, evidenciando elevada atenção às exigências legais.
- Aparece convergência relevante (20/32) quanto à existência de um vazio de assistência pública para orientação sobre exigências legais, sendo recorrentes as dificuldades relacionadas à compreensão da legislação e aos processos burocráticos

4.5.b. Divergências e tensões identificadas

- Houve divergência (11/32) quanto ao peso das barreiras institucionais: parte dos entrevistados as percebe como centrais; outros entendem que o maior desafio está menos no Estado e mais em mercado, organização produtiva ou limites internos dos próprios projetos.
- Aparece divergência (9/32) quanto ao papel da escala. Para alguns, fortalecimento passa por cooperativismo e ampliação coletiva; para outros, a sustentabilidade desejada está justamente em manter pequena escala e baixa expansão.
- Surge tensão importante (8/32) sobre modernização e tecnificação: enquanto alguns enfatizam maquinário, tecnologia e eficiência, outros projetam o futuro mais associado à educação ambiental, turismo pedagógico, redes comunitárias e multifuncionalidade.
- Há também divergência (7/32) sobre o papel do poder público: alguns demandam mais presença estatal; outros apostam mais em auto-organização, redes locais e iniciativas comunitárias.

4.5.c. Dados complementares para compreensão da categoria

- Um dado complementar forte é que, embora “barreiras” apareçam de forma recorrente, 17/22 neorrurais formularam projetos concretos de futuro, muitos já em curso, indicando que dificuldades não se traduzem em projetos de abandono do campo.
- Em pelo menos 9/22 entrevistas surgem projetos explicitamente multifuncionais: produção articulada a turismo, educação, conservação, pesquisa, processamento artesanal ou serviços; reforçando empiricamente a pluriatividade discutida no referencial.

- Outro dado complementar é que 8/22 entrevistas conectam desafios individuais a problemas territoriais mais amplos: parcelamento irregular, pressão imobiliária, fragilidade de proteção do rural, estradas e ausência de ordenamento territorial.
- Também aparece complementarmente (6/22) a preocupação com sucessão, continuidade e legado -seja familiar, comunitário ou ecológico- dimensão pouco tratada como “projeto de futuro” em abordagens mais convencionais.
- Um dado complementar relevante (14/22, entre neorrurais) refere-se à necessidade de construção de moradia e infraestruturas básicas nos sítios, como casas e pequenas estruturas produtivas, apontada como demanda recorrente não atendida pelas políticas públicas. Diferentemente de perfis produtivos tradicionais, observa-se menor demanda por mecanização e maior necessidade de condições básicas de permanência no território, sendo frequente a comparação com o meio urbano, onde existe oferta de financiamento habitacional.

4.5.d. Temas emergentes e relevantes

- Emerge fortemente (14/32) a questão da mão de obra como gargalo recorrente; não apenas custo do trabalho, mas escassez de pessoas dispostas ao trabalho rural.
- Surge como tema emergente (13/32) a necessidade de arranjos coletivos (associações, cooperativas, redes, espaços comunitários) como condição para viabilizar mercados, políticas e permanência.
- Aparece com força (12/32) a demanda por políticas orientadas não apenas ao crédito, mas a permanência e viabilização da vida rural: ATER, infraestrutura, apoio à comercialização, mecanização apropriada e apoio institucional.
- Emerge também (11/32) a associação entre futuro no campo e conservação ambiental, em que produzir, restaurar e permanecer aparecem como dimensões integradas e não separadas.
- Por fim, surge como tema emergente particularmente relevante (10/32) a visão do rural como espaço de experimentação socioterritorial: educação livre, ecovilas, turismo pedagógico, escolas comunitárias, agroecologia e formas cooperadas de vida, apontando horizontes que extrapolam uma leitura estritamente produtivista do campo.
- Emerge como tema relevante (13/32), especialmente nas falas de gestores públicos e organizações da sociedade civil, a necessidade de maior atuação dos neorrurais na esfera política e institucional, sendo apontado que, apesar de sua presença

crescente no território, esse grupo ainda apresenta baixa incidência nos espaços de decisão e formulação de políticas públicas. Por sua vez, os próprios neorrurais atribuem essa limitada participação à necessidade de conciliar as atividades rurais com trabalhos externos para complementar a renda familiar, reduzindo o tempo disponível para o envolvimento em instâncias de representação e participação social.

- Também aparece como tema relevante (10/32) a dificuldade, por parte de gestores e organizações, de identificar, acessar e mobilizar os neorrurais de forma estruturada, sendo frequente a percepção de que “não se sabe onde encontrá-los”, o que limita a construção de ações coordenadas e políticas direcionadas a esse grupo.
- Emerge como tema relevante (16/32) a inadequação da legislação sanitária e produtiva às realidades dos pequenos produtores neorrurais, especialmente para alimentos minimamente processados e artesanais. As exigências tendem a equiparar pequena e grande escala, desconsiderando limitações de produção, mão de obra e pluriatividade, o que dificulta a formalização e o acesso a mercados.

4.5.1. Respostas dos neorrurais a respeito dos seus sonhos para o futuro

As respostas relacionadas aos projetos de futuro dos neorrurais revelam um conjunto de aspirações que, embora diversas, apresentam pontos de convergência importantes. De forma recorrente, aparece o desejo de consolidar a permanência no campo com maior autonomia econômica, reduzindo a dependência de rendas externas e ampliando a viabilidade produtiva das propriedades. Nesse sentido, destacam-se também menções explícitas à ampliação da produção de alimentos para comercialização, evidenciando que, para parte dos entrevistados, a produção agrícola constitui elemento central de seus projetos de futuro. Também são frequentes os projetos voltados à melhoria das condições de vida no sítio, incluindo a construção ou ampliação de moradias e infraestruturas, bem como o fortalecimento de atividades produtivas alinhadas a princípios agroecológicos e de conservação ambiental. Outro aspecto relevante é o interesse em ampliar a integração com o território, seja por meio da comercialização local, da participação comunitária ou do desenvolvimento de iniciativas que articulem produção, educação e serviços. Destaca-se ainda que parte dos entrevistados (7/22) apresenta projetos de futuro que ultrapassam a dimensão individual da propriedade, envolvendo propostas de caráter coletivo, como iniciativas educacionais, espaços de formação e

ações voltadas ao território. De modo geral, os sonhos expressos apontam para a busca de um modo de vida que combine sustentabilidade econômica, compromisso ambiental e qualidade de vida, evidenciando que, embora ainda em processo de consolidação, há um projeto consistente de futuro no campo, ancorado em valores e práticas que dialogam com as novas ruralidades.

4.6 - O território a partir da palavra dos Gestores Públicos

4.6.a. O que se conhece e se realiza no território

A análise das entrevistas com gestores públicos evidencia que o conhecimento institucional sobre o meio rural é fragmentado e, em diversos aspectos, dependente de fontes externas de informação. De forma recorrente (5/6), os gestores indicam a necessidade de consulta a bases como o LUPA/CATI para responder a dados básicos sobre área rural, número de propriedades e estrutura fundiária, demonstrando ausência de domínio direto dessas informações no cotidiano da gestão.

Em alguns casos (2/6), observam-se contradições na definição institucional do rural, com municípios que não reconhecem formalmente a existência de área rural em seus instrumentos urbanísticos, ainda que mantenham atividades agropecuárias e registros produtivos em bases estaduais.

No que se refere à estrutura fundiária, há indicação de predominância de pequenas propriedades (4/6), geralmente entre 2 e 10 hectares, associada a um processo contínuo de fragmentação (4/6), decorrente de herança, venda e parcelamento do solo.

A dinâmica recente de uso do solo é descrita (4/6) como marcada pela transição de áreas produtivas para usos residenciais e de lazer, com expansão de condomínios e loteamentos, sem correspondente ampliação da infraestrutura pública.

No campo produtivo, observa-se um cenário diversificado (4/6), com presença de pecuária, eucalipto e hortifruticultura, além de práticas agroecológicas ainda incipientes (3/6). Também é mencionada a perda de relevância econômica da produção rural (3/6), frente ao predomínio de comércio e serviços.

As iniciativas públicas concentram-se na assistência técnica via Casas da Agricultura (3/6) e em programas específicos, como a transição agroecológica (2/6),

além de ações pontuais relacionadas ao PNAE e ao PRONAF, ainda com baixa adesão (3/6).

No campo ambiental, há presença de programas como PSA e iniciativas de restauração e manejo (3/6), além de articulações com comitês de bacia e órgãos estaduais. Um dos municípios conta com o Programa de Transição Agroecológica em atividade (Nazaré Paulista).

De forma geral, a atuação pública apresenta caráter pontual (4/6), sem evidência de política estruturada e contínua voltada ao desenvolvimento rural.

4.6.b. Desafios e limitações da gestão pública

Os gestores apontam limitações institucionais significativas (4/6), especialmente relacionadas à infraestrutura para ação rural, incluindo precariedade de estradas, dificuldades de escoamento da produção e acesso limitado a serviços básicos.

Também se destaca a fragilidade estrutural dos próprios departamentos públicos (4/6), com relatos de equipes reduzidas, equipamentos obsoletos e ausência ou insuficiência de orçamento específico para a área rural, em alguns casos restrito à manutenção básica das atividades, o que limita a capacidade de atendimento às demandas do território.

A fragilidade das políticas públicas voltadas ao rural (4/6) é descrita como decorrente desse contexto, sendo frequentemente dependente de iniciativas isoladas e sem consolidação institucional.

A dificuldade de acesso às políticas públicas (4/6) também é amplamente mencionada, associada a entraves como ausência de documentação regularizada, envelhecimento da população rural e baixa adesão a programas como PRONAF e PNAE.

No campo produtivo, sobressai o desafio da sucessão rural (4/6), relacionado à saída de jovens e à escassez de mão de obra.

A pressão imobiliária e a expansão desordenada (5/6) são apontadas como principais vetores de transformação territorial, associadas à fragmentação e redução das áreas produtivas.

Também é mencionada a baixa priorização política do rural (3/6), com predominância de agendas urbanas na gestão municipal.

4.6.c. Potencialidades e oportunidades não aproveitadas

Os gestores reconhecem forte potencial ambiental do território (5/6), especialmente na produção de água e inserção em políticas de conservação e PSA.

Destaca-se, de forma pontual mas estratégica (1/6), a caracterização da região como território de grande escala e relevância comparável a experiências internacionais de gestão de mananciais, indicando potencial para políticas estruturantes e captação de recursos.

Também é apontada (2/6) a existência de múltiplas fontes de financiamento e instrumentos disponíveis, especialmente ligados à gestão hídrica, que não são plenamente mobilizados no âmbito municipal. Vale destacar que os gestores aqui envolvidos são estaduais, já que os gestores municipais parecem desconhecer a existência de fontes de financiamento para suas necessidades e desafios.

No campo produtivo, há reconhecimento de potencial agrícola (4/6), ainda subutilizado devido às limitações estruturais e institucionais.

Também aparece o potencial de turismo rural, religioso e de natureza (3/6), ainda pouco estruturado.

Experiências positivas (3/6), como PSA e transição agroecológica (ativo em um dos municípios da pesquisa), indicam viabilidade de modelos mais estruturados.

4.6.d. Perspectivas, propostas e caminhos em construção

As falas dos gestores públicos apontam a necessidade de maior articulação institucional (4/6) entre municípios, Estado e sociedade civil, especialmente na gestão ambiental e hídrica.

Também é indicada a necessidade de fortalecimento das estruturas locais (3/6), como conselhos, fundos e equipes técnicas, para viabilizar o acesso, gestão e aplicação de recursos disponíveis para o território.

Em especial, gestores estaduais (2/6) destacam propostas em discussão para ampliação de recursos, incluindo mecanismos vinculados ao sistema de abastecimento e experiências inspiradas em modelos internacionais de gestão integrada.

Também são mencionadas (2/6) iniciativas voltadas à criação de instrumentos de valorização territorial, como certificação de origem de produtos vinculados à APA, bem como a estruturação do turismo regional.

Adicionalmente, emerge (3/6) a indicação da importância da organização dos produtores -incluindo neorrurais- em formas coletivas, como associações, cooperativas ou movimentos sociais, como condição para ampliar a visibilidade de suas demandas, qualificar a interlocução com o poder público e viabilizar o acesso a políticas e recursos.

De forma geral, os gestores indicam que os instrumentos legais, institucionais e financeiros já existem (4/6), mas sua efetivação depende de maior capacidade de mobilização, organização e articulação entre os diferentes atores. Em suas percepções, uma limitação relevante está na insuficiente atuação do poder público municipal como articulador das iniciativas e das instituições presentes no território.

4.6.e. Percepção dos gestores públicos sobre os neorrurais

Os gestores públicos reconhecem a presença de novos moradores no campo (4/6), especialmente a partir do período pós-pandemia, mas sem diferenciação institucional formal (5/6). Essa percepção contrasta com os relatos dos próprios neorrurais, que indicam uma presença no território anterior à pandemia, sugerindo que seu reconhecimento institucional ocorreu de forma mais tardia do que sua efetiva inserção na região.

Para além das características já descritas por outros grupos, os neorrurais são percebidos (3/6) como vetores de introdução de novas práticas e agendas, especialmente ambientais e produtivas.

Também aparecem associados (2/6) a processos de diversificação econômica e transição produtiva, ainda que em escala limitada.

Por outro lado, é mencionada (3/6) a heterogeneidade de inserção, incluindo casos com baixa integração produtiva.

4.6.f. Visão dos gestores públicos sobre o futuro do campo

Predomina uma visão cautelosa ou pessimista (3/6), associada à continuidade da expansão imobiliária, fragmentação e redução da produção.

Também é apontada (3/6) a preocupação com sucessão rural e continuidade produtiva.

Por outro lado, alguns gestores indicam possibilidades de reorganização (3/6), associadas à valorização ambiental, políticas públicas e novos usos do território.

4.6.g. Síntese dos gestores públicos

De forma integrada, as entrevistas com gestores públicos revelam um território reconhecido como amplamente rural e estratégico, especialmente do ponto de vista ambiental e da produção de água, com presença de instrumentos, programas e possibilidades concretas de financiamento já disponíveis. No entanto, esse potencial coexiste com fragilidades institucionais expressivas, marcadas por limitações de estrutura, desarticulação entre níveis de gestão, baixa priorização política do meio rural e dificuldades na operacionalização de políticas públicas. Observa-se que, embora existam diretrizes, recursos e experiências relevantes, inclusive com referências externas e possibilidades de ampliação significativa de investimentos, sua efetivação no território permanece limitada, evidenciando um descompasso entre capacidade potencial e ação institucional. Nesse contexto, intensificam-se processos de transformação do uso do solo, com avanço da lógica residencial e de lazer sobre áreas produtivas, ao mesmo tempo em que se reconhece a emergência de novos atores, como os neorrurais, que introduzem dinâmicas e perspectivas distintas, ainda não incorporadas de forma estruturada pelas políticas públicas. As visões sobre o futuro do campo oscilam entre tendências de enfraquecimento do rural produtivo e possibilidades de reorganização a partir da articulação entre produção, conservação e novos usos do território; indicando que os rumos do meio rural na região dependem, em grande medida, da capacidade de mobilização, coordenação e decisão dos próprios entes públicos.

CAPÍTULO 5 - DISCUSSÃO

Conectando nossos estudos com o que encontramos

A partir dos resultados apresentados, este capítulo busca avançar na interpretação das dinâmicas observadas, articulando as evidências da pesquisa com o referencial teórico, que funcionou como uma rede de conexão e sustentação ao longo do estudo. Mais do que sistematizar resultados, trata-se de problematizar as formas pelas quais o rural vem sendo compreendido e conduzido, à luz das transformações contemporâneas que desafiam categorias analíticas e institucionais ainda marcadas por leituras simplificadas, dispersas entre outras temáticas e, por vezes, desatualizadas.

Um ponto relevante nesta discussão pode ser compreendido como uma lacuna analítica ou dispersão conceitual em torno do tema das novas ruralidades, em especial dos neorrurais. Na revisão bibliográfica realizada para esta pesquisa, observou-se que, após a década de 2010, os estudos que tratam diretamente dos neorrurais e das novas ruralidades deixam de ocupar posição central na produção acadêmica, passando a aparecer de forma dispersa ou tangencial em pesquisas sobre territorialidade, desafios ambientais e climáticos, segurança alimentar, agroecologia, turismo rural, populações periurbanas, entre outros temas. Também se verificou a dificuldade de identificar pesquisadores que, na produção recente, mantenham os neorrurais como eixo principal de investigação. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para recolocar os neorrurais como objeto de análise das transformações contemporâneas do rural, articulando evidências empíricas, território, políticas públicas e dinâmicas institucionais. Com isso, procura ampliar a compreensão dessa população para além de sua caracterização sociológica, discutindo também suas implicações para o desenvolvimento rural sustentável.

A forma como este estudo trabalhou a centralidade da população neorrural e sua conexão direta com temas relevantes e atuais para a região e para o país busca inspirar e oferecer subsídios a diferentes atores ligados à temática rural, especialmente àqueles com capacidade de articulação e potencial de transformação social. Nesse sentido, destaca-se o Resumo para Política Pública (*policy brief*)

elaborado a partir desta pesquisa, que sintetiza seus principais resultados e recomendações, buscando contribuir para a continuidade das discussões e das ações voltadas ao desenvolvimento rural no território.

As recomendações propostas têm como ponto de partida a caracterização da população neorrural e dialogam diretamente com os referenciais teóricos discutidos ao longo deste trabalho. Buscam reforçar dois aspectos considerados centrais: o reconhecimento do rural como elemento estratégico para o desenvolvimento sustentável dos municípios, e a necessidade de que os governos municipais assumam seu papel de articuladores e mobilizadores dos instrumentos, políticas públicas, instituições e recursos já existentes no território, favorecendo sua integração em benefício do desenvolvimento rural.

O contraste entre a robustez do arcabouço teórico sobre o tema, os relatos obtidos nas entrevistas e o potencial da região, por um lado; e as ações ainda limitadas e pouco articuladas no território, por outro, revela-se questionador e desconfortável. Essa discrepância evidencia uma distância significativa entre o que se conhece, o que se observa, e o que efetivamente se realiza. Tal constatação torna-se ainda mais expressiva quando confrontada com a literatura, que apresenta experiências, estratégias e caminhos, reforçando que muitas das possibilidades não pertencem ao campo das intenções, mas ao das oportunidades ainda pouco apropriadas.

Os resultados apontam para a existência de tensões entre a complexidade das novas ruralidades -expressa na diversidade de sujeitos, práticas e formas de inserção territorial- e a persistência de estruturas normativas e interpretativas que não conseguem abarcar essa heterogeneidade. Nesse sentido, a discussão orienta-se pela identificação de convergências, divergências e lacunas, buscando contribuir para uma leitura mais crítica das dinâmicas em curso e para o aprofundamento do debate sobre o rural contemporâneo na região da APA Sistema Cantareira.

Reposicionando o rural como dimensão estratégica

Um primeiro ponto que se impõe a partir desta pesquisa é a necessidade de reposicionar o rural no pensamento e na cultura regional. A reflexão proposta por José Eli da Veiga (2005), ao destacar a relevância dos municípios rurais e o papel das economias rurais no século XXI, coloca uma questão central: ainda associamos o rural ao atraso ou a representações caricatas que obscurecem sua realidade

contemporânea, ou somos capazes de reconhecê-lo como parte estratégica do desenvolvimento?

O fortalecimento do rural não se opõe ao avanço de setores industriais, tecnológicos ou urbanos. Ao contrário, essas dimensões se sustentam mutuamente, pois compartilham bases comuns, muitas delas ancoradas no próprio território rural. Nesse sentido, invisibilizar ou abandonar o rural compromete condições essenciais ao desenvolvimento, como o equilíbrio ambiental, a segurança alimentar, a mitigação das mudanças climáticas e o ordenamento territorial. A compreensão desse processo de abandono fundamenta-se na integração das entrevistas realizadas, onde fica evidente a incapacidade de resposta às demandas do campo, e essa incapacidade reflete decisões políticas de priorização ou não-priorização.

Essa mudança de olhar exige também rever como o rural é compreendido. Reduzi-lo à dimensão agrícola limita a compreensão de seus desafios. Como discutido no referencial teórico, a questão central não é apenas agrícola, mas agrária, envolvendo disputas relacionadas ao uso, à ocupação e à função do território, além da inserção de novos atores e das pressões urbanas e ambientais. Essa problemática assume caráter territorial, institucional e socioambiental, especialmente em regiões como a APA Sistema Cantareira, onde se sobrepõem interesses de conservação, produção, habitação e valorização imobiliária. Os resultados indicam que essas tensões são estruturais e não pontuais.

Nesse contexto, os neorrurais emergem como expressão dessas transformações, evidenciando a necessidade de reconhecimento institucional e de atualização dos instrumentos de planejamento.

O rural, portanto, não deve ser compreendido como um espaço residual, mas como um eixo estratégico de transformação territorial. A partir dele, tornam-se visíveis questões centrais como segurança hídrica, conservação ambiental, produção de alimentos e ordenamento do uso do solo, cujas soluções impactam diretamente também os espaços urbanos.

Diante disso, o desafio não se restringe só a ajustes normativos, mas envolve o fortalecimento das capacidades institucionais locais. Isso inclui a estruturação dos departamentos municipais vinculados ao rural, a qualificação técnica das equipes e o desenvolvimento de instrumentos de planejamento mais aderentes à realidade territorial, como planos diretores rurais construídos de forma participativa.

Reposicionar o rural como dimensão estratégica -e não periférica- permite avançar na construção de agendas públicas mais integradas, nas quais conhecimento, planejamento e capacidade de ação se articulem de forma consistente.

Capacidade institucional e governança territorial

Ao mesmo tempo, os resultados indicam que, tanto no âmbito da gestão pública quanto das organizações da sociedade civil, há iniciativas, esforços e reconhecimento dos desafios do território. No entanto, esses movimentos ainda têm baixa repercussão no cotidiano rural, onde os problemas seguem se intensificando. Nas áreas rurais, acumulam-se situações como parcelamentos irregulares do solo, perda de identidade rural, avanço de loteamentos com características urbanas, degradação ambiental associada a processos como assoreamento e ocupação inadequada, além de insegurança patrimonial e hídrica. Soma-se a isso a precariedade da infraestrutura, especialmente das estradas rurais, que dificulta o escoamento da produção e o acesso às propriedades (situação crítica para atividades como hospedagem rural, turismo rural, atividades educacionais), bem como a percepção recorrente de ausência ou insuficiência de fiscalização.

Esse quadro não decorre da ausência total de conhecimento técnico ou de experiências acumuladas, mas de um descompasso entre a capacidade de resposta institucional e a velocidade com que essas transformações ocorrem.

No entanto, essa função não vem sendo plenamente exercida, seja por limitações operacionais, seja pela ausência de instrumentos e informações adequadas. Como consequência, configura-se um cenário de baixa coordenação, no qual atores com potencial de ação -como organizações da sociedade civil e neorrurais- permanecem pouco mobilizados, e iniciativas existentes não se consolidam em estratégias estruturantes de desenvolvimento territorial.

Esse cenário se aproxima de uma condição de inércia institucional, na qual problemas são amplamente reconhecidos e soluções são conhecidas, mas não se traduzem em transformações efetivas no território. Como aponta o entrevistado OSC03, “A gente precisa pensar caminhos, metodologias, tecnologias, estruturas e ferramentas que aumentem e deixem mais eficiente a capacidade operacional”.

Mesmo diante de propostas citadas como arranjos de governança compartilhada, criação de fundos ambientais e referências a modelos externos, os

dados indicam que essas iniciativas ainda permanecem no campo das ideias e não produzem mudanças concretas no cotidiano rural. Nesse contexto, reforça-se o papel central dos municípios, especialmente da atuação de prefeitos e vereadores, como destacado pelo entrevistado GP06: “Hoje, o ponto de referência são os municípios”.

Entretanto, a continuidade desse descompasso tende a agravar os problemas existentes. À medida que as respostas institucionais avançam em ritmo inferior ao das transformações territoriais, aumenta o risco de consolidação de processos de difícil reversão ou de alto custo de mitigação.

Diante disso, o desafio que se coloca não é apenas ampliar o volume de iniciativas, mas acelerar e articular as respostas existentes. Isso implica fortalecer a capacidade de ação dos municípios, mobilizar atores locais e criar condições para que conhecimento, planejamento e operação avancem de forma integrada. As recomendações apresentadas neste estudo dialogam com essa necessidade, buscando contribuir para a superação desse quadro e para a construção de respostas mais efetivas no território.

Outro ponto de destaque, diretamente conectado aos resultados da pesquisa, refere-se à capacidade de compreender estrategicamente a nova ruralidade, e convertê-la em vetor de desenvolvimento**.** A seguir, retomam-se alguns elementos centrais do referencial teórico que se mostram particularmente relevantes à luz dos resultados apresentados. Os resultados também permitem retomar alguns elementos centrais do referencial teórico que ajudam a compreender o potencial de desenvolvimento evidenciado no território estudado:

- A multifuncionalidade, característica nativa do rural, e a pluriatividade como sua efetiva concretização, nos mostram o atual caminho do rural (SCHNEIDER, 2005);
- A contribuição do rural no sentido de que concentra funções ecológicas vitais, como a conservação da biodiversidade, a manutenção da fertilidade dos solos, a regulação hídrica e a oferta de serviços ecossistêmicos, sendo, portanto, indispensável para a estabilidade ambiental e para a segurança alimentar de longo prazo (SACHS, 2004;2007);
- A abordagem da “produção de natureza” permite compreender o espaço rural não apenas como área de uso produtivo tradicional, mas como território ativo de geração de ecossistemas conservados e restaurados. Nessa perspectiva,

a conservação deixa de ser entendida como restrição ao uso da terra e passa a constituir uma forma de produção, capaz de gerar benefícios ecológicos, sociais e econômicos de maneira integrada (JIMÉNEZ PÉREZ, 2019).

- A sustentabilidade territorial constitui um dos pilares mais básicos e decisivos na proposta de desenvolvimento sustentável, pois reconhece que o território - e, em especial, o espaço rural- não é apenas suporte físico das atividades humanas, mas um ativo estratégico para a construção de sociedades sustentáveis, com políticas que fortaleçam cadeias produtivas locais, diversificação econômica, uso sustentável dos recursos naturais e harmonização das relações urbano–rurais (SACHS, 2004;2007).

Contribuições conceituais da pesquisa

A partir dos resultados obtidos e das análises desenvolvidas ao longo desta pesquisa, emergem contribuições de caráter analítico e conceitual para a compreensão das novas ruralidades contemporâneas. Nesse sentido, os dados permitiram avançar para além da caracterização do território e dos sujeitos pesquisados, possibilitando reflexões voltadas à construção de categorias interpretativas e à ampliação das leituras sobre as dinâmicas observadas no contexto estudado.

As contribuições desta pesquisa não se restringem às categorias analíticas propostas. Ao articular diferentes tradições teóricas sobre as novas ruralidades — especialmente as produções francesa, latino-americana e brasileira — com as evidências empíricas da APA Sistema Cantareira, o estudo demonstra a complementaridade desses referenciais na interpretação de um território concreto e propõe refinamentos conceituais derivados da realidade observada. Dessa forma, contribui para ampliar a compreensão das novas ruralidades no contexto brasileiro, evidenciando que o fenômeno neorrural, como uma de suas expressões, demanda uma abordagem integrada, que articule dimensões territorial, institucional, social, produtiva, ambiental e cultural.

Propõe-se uma conceituação da população neorrural que ultrapassa sua identificação como novo morador do campo oriundo do meio urbano. Trata-se de compreendê-la como uma categoria qualitativa. O neorrural é aqui entendido como *a pessoa que, a partir de uma trajetória de deslocamento ou reorientação urbano-rural, estabelece vínculo ativo, contínuo e intencional com o território rural*, *participando de*

suas dinâmicas sociais, culturais, produtivas, institucionais e ambientais. Destacam-se, nesse sentido, o engajamento comunitário, a identificação simbólica com o modo de vida rural, a atuação nas dinâmicas territoriais, a adoção de estratégias pluriativas e multifuncionais e o compromisso com práticas de conservação e regeneração ambiental (Quadro 26).

Para explicitar os âmbitos incluídos nesse conceito proposto aqui, retomam-se as abordagens construídas para compreender o rural (seção 2.1), utilizando-as como base para descrever as características mais relevantes dessa população identificada no presente estudo.

Quadro 26 - Caracterização conceitual da população neorrural e sua relação com as abordagens do rural

ABORDAGENS DO RURAL	CARACTERÍSTICAS CONCEITUAIS DA POPULAÇÃO NEORRURAL
Sociológico	Participa e busca se integrar nas relações sociais locais, constrói vínculos comunitários e se insere nas dinâmicas sociais do território rural, superando a condição de “forasteiro”.
Cultural-simbólico	Reconhece e incorpora o rural como modo de vida, atribuindo valor à cultura local, à relação com a natureza e às práticas simbólicas do campo.
Político-administrativo	Interage com estruturas institucionais do rural, acessa ou busca acessar políticas públicas, participa (dentro das suas condições) de programas e projetos, conselhos, associações ou processos de governança territorial.
Geográfico-territorial	Estabelece vínculo efetivo com o território, com permanência, uso e manejo da terra, inserindo-se nas dinâmicas espaciais e nas transformações do espaço rural (embora, durante o processo de transição, nem sempre consiga dedicar-se integralmente à propriedade).
Produtivo-econômico	Desenvolve ou busca desenvolver atividades produtivas no rural, frequentemente articuladas à pluriatividade e à multifuncionalidade, combinando produção, serviços e outras fontes de renda.
Ambiental - sustentável	Atua de forma ativa e comprometida na conservação, manejo ou regeneração ambiental, reconhecendo o rural como espaço estratégico para serviços ecossistêmicos e sustentabilidade.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026)

Outra contribuição conceitual e analítica desta pesquisa emerge a partir da análise dos dados empíricos, identificando a recorrência de um conjunto de motivações que não se enquadram integralmente na tipologia previamente sistematizada por Méndez Sastoque. Ela indica a necessidade de um refinamento analítico, que poderíamos chamar de “tropicalização” da tipologia, adaptando-a às

especificidades territoriais, sociais e institucionais do contexto brasileiro desta dissertação. Nesse sentido, propõe-se a incorporação de uma tipologia complementar, aqui denominada “Identidade e Biografia”, que se refere a neorrurais cuja decisão de migração para o meio rural está fortemente ancorada em trajetórias pessoais, memórias familiares e pertencimentos simbólicos. Trata-se de sujeitos que, em muitos casos, vivenciaram experiências de proximidade com o rural na infância e/ou possuem ascendência familiar vinculada ao campo. Experiências marcadas por diferentes formas de inserção e pertencimento ao meio rural, reconhecendo, na migração atual, uma forma de ressignificação dessas trajetórias. Essa motivação se expressa também no desejo de construir, para si e para seus filhos, um modo de vida associado a valores de simplicidade, convivência comunitária, proximidade com a natureza e autonomia alimentar, incluindo a produção do próprio alimento.

Diferentemente de motivações estritamente econômicas, produtivas ou mesmo ideológicas, essa tipologia evidencia um componente identitário e biográfico que orienta a escolha pelo rural como espaço de vida e projeto de futuro. Tal dimensão sugere que o fenômeno das novas ruralidades não pode ser compreendido apenas a partir de fatores estruturais ou funcionais, mas também deve considerar processos subjetivos e intergeracionais, nos quais memória, pertencimento e projeto de vida se entrelaçam. A inclusão dessa categoria contribui para ampliar a compreensão da diversidade de perfis neorrurais, oferecendo um instrumento analítico mais sensível às múltiplas formas de relação contemporânea com o espaço rural. Os resultados da pesquisa também indicam que os neorrurais vinculados a essa tipologia tendem a apresentar processos de inserção e consolidação mais favoráveis do que aqueles motivados por outras trajetórias. Em muitos casos, essa condição decorre da existência de vínculos familiares e sociais previamente estabelecidos no território, do conhecimento acumulado sobre a vida e o trabalho no meio rural, da disponibilidade ou do acesso prévio à terra e do reconhecimento construído pela trajetória de suas famílias junto à comunidade local. Esses fatores parecem favorecer tanto sua integração às dinâmicas territoriais quanto a consolidação de suas atividades produtivas, refletindo-se em resultados econômicos e sociais mais consistentes.

Nessa linha de reflexão, também fica evidenciado na pesquisa que os neorrurais não constituem um grupo isolado ou periférico no território. Sua

compreensão somente se torna possível quando analisada a partir das relações que estabelece com produtores tradicionais, gestores públicos, organizações da sociedade civil, políticas públicas e demais atores locais. Mais do que um grupo social específico, os neorrurais revelam-se parte de uma rede de relações que influencia e é influenciada pelas dinâmicas territoriais.

Grande parte dos neorrurais identificados nesta pesquisa aproxima-se daquilo que Van der Ploeg (2010) denomina “novos camponeses”, caracterizados pela construção de formas contemporâneas de autonomia produtiva, territorial e social, articuladas à multifuncionalidade, à sustentabilidade e ao enraizamento no território rural. O destaque dado a essa aproximação decorre do fato de Van der Ploeg enfatizar a importância desses sujeitos como parte do futuro da ruralidade e como base do processo denominado recampesinização, diretamente relacionado aos caminhos do desenvolvimento sustentável e à criação, recriação, resistência, conexão, fortalecimento e reconversão contínua dos modos de vida rurais.

Potencial de extrapolação dos resultados

Embora esta pesquisa tenha sido desenvolvida no contexto específico da APA Sistema Cantareira, os resultados e análises aqui apresentados indicam a existência de dinâmicas que extrapolam o recorte territorial estudado, sugerindo que possam ser observadas em outras regiões do país que compartilham características semelhantes. Trata-se, especialmente, de territórios ambientalmente sensíveis e estratégicos, frequentemente localizados no entorno de grandes centros urbanos ou regiões de elevado dinamismo socioeconômico, nos quais coexistem pressões por conservação ambiental, expansão urbana e manutenção de atividades rurais de pequena escala. Nesses contextos, observa-se a presença de áreas de grande valor paisagístico e ecológico que, ao mesmo tempo em que desempenham funções essenciais -como a proteção de recursos hídricos e da biodiversidade-, tornam-se objeto de crescente interesse imobiliário. Esse processo tende a gerar tensões fundiárias e disputas pelo uso do solo, frequentemente associadas à ampliação de perímetros urbanos, à fragmentação das propriedades e à conversão de áreas rurais em usos predominantemente residenciais. Tais dinâmicas não são exclusivas da região estudada, podendo ser identificadas em diferentes partes do país, especialmente em zonas de interface urbano-rural. Ao mesmo tempo, por serem municípios com população claramente menor que os grandes centros urbanos

próximos, em geral com estruturas políticas locais tradicionais, costumam ter suas secretarias e departamentos das áreas de agricultura e meio ambiente muito pouco estruturadas e sem condições técnicas e profissionais para responder aos desafios e demandas de uma realidade tão complexa quanto a revelada neste estudo.

Paralelamente, os achados desta pesquisa apontam para a emergência deste movimento, ainda pouco dimensionado por estatísticas oficiais, de migração de populações urbanas para o meio rural -os chamados aqui neorrurais-, cuja presença vem contribuindo para a reconfiguração das dinâmicas sociais, produtivas e ambientais desses territórios. Ainda que suas motivações, formas de inserção e impactos variem conforme o contexto local, observa-se que esse grupo tende a desempenhar papel relevante na diversificação das atividades rurais, na introdução de práticas produtivas diferenciadas e na valorização de estratégias associadas à sustentabilidade, à regeneração ambiental e à mitigação das mudanças climáticas.

Diante disso, considera-se que os referenciais analíticos, as categorias construídas e as recomendações propostas nesta dissertação apresentam potencial de aplicação em outras regiões com características análogas, desde que respeitadas as especificidades territoriais, institucionais e socioculturais de cada contexto. Em particular, a identificação e o reconhecimento dos neorrurais como grupo social relevante, a necessidade de adequação dos instrumentos de política pública às dinâmicas contemporâneas do rural, e a importância do fortalecimento das capacidades institucionais locais configuram-se como eixos que podem orientar análises e intervenções em diferentes territórios.

Por fim, destaca-se que a ampliação de estudos comparativos entre regiões com essas características pode contribuir para o avanço do campo de conhecimento sobre novas ruralidades no Brasil, permitindo não apenas a consolidação de evidências empíricas mais robustas, mas também o aprimoramento de políticas públicas mais sensíveis à diversidade de trajetórias e formas de ocupação do espaço rural contemporâneo.

Outro aspecto central para a discussão deste estudo refere-se à necessidade de diferenciar as populações que se inserem no território rural. O esforço de conceituação do neorrural, desenvolvido nesta pesquisa, está diretamente associado à identificação de outros grupos de origem urbana cuja presença expressa lógicas distintas de relação com o rural. As entrevistas indicam que, embora frequentemente confundidos com os neorrurais, esses grupos apresentam formas de inserção

predominantemente desvinculadas das dinâmicas locais. Em diversos relatos, são caracterizados pelo baixo envolvimento com a vida comunitária e produtiva, pela reprodução de padrões urbanos no campo, pelo distanciamento dos processos administrativos e políticos rurais e por vínculos territoriais frágeis, sem compromisso evidente com atividades produtivas ou com o território. Também são associados a práticas que tensionam o ordenamento rural e os princípios de conservação ambiental e sustentabilidade. Diante disso, evidencia-se a importância de que a gestão pública reconheça e incorpore essa diferenciação, especialmente nos processos de zoneamento, ordenamento territorial e formulação de políticas públicas, de modo a evitar a sobreposição de dinâmicas que possam comprometer o equilíbrio territorial. Com base nos estudos teóricos e nos dados coletados na pesquisa, foi construído um quadro (Quadro 27) para favorecer a compreensão das duas populações identificadas. Nesse quadro, utiliza-se o termo “rurbano”, em sentido analítico, para designar uma população de origem urbana que passa a ocupar o espaço rural, mas mantém formas de vida, práticas, expectativas e relações com o território orientadas predominantemente por referências urbanas, sem demonstrar inserção efetiva nas dinâmicas sociais, produtivas, institucionais e ambientais do rural. A escolha do termo dialoga com a literatura sobre as relações, continuidades e hibridizações entre o rural e o urbano, mas sua utilização como categoria interpretativa de uma população específica constitui uma elaboração preliminar desta pesquisa (PEREHOUSKEI; JACINTO; MENDES, 2012).

Quadro 27 - Diferenciação entre população neorrural e rurbana

Dimensão	Neorrurais	Rurbanos (categoria analítica preliminar)
Base conceitual	Novas ruralidades; pluriatividade; tipologias de Méndez Satoque (identidade, trajetória, inserção)	Hibridização urbano–rural; consumo do rural; aproximação com *amenity migration*
Motivação predominante	Projeto de vida no rural	Busca por amenidades (paisagem, tranquilidade, qualidade de vida)
Forma de inserção	Inserção progressiva e territorializada	Inserção predominantemente residencial
Relação com produção	Presença de atividades produtivas ou de serviços vinculados ao rural	Baixa ou inexistente inserção produtiva

Relação com o território	Construção de vínculos e participação local	Relação mais individualizada e menos integrada
Práticas predominantes	Pluriatividade, diversificação, engajamento local	Uso do espaço como moradia e fruição pontual (finais de semana, férias, ou moradias temporárias)
Relação com dinâmicas locais	Tendência à integração	Integração limitada ou seletiva
Base empírica na pesquisa	Análise direta dos sujeitos entrevistados	Caracterização indireta a partir dos discursos dos entrevistados
Status analítico	Categoria consolidada no estudo	Categoria interpretativa preliminar

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026)

Neorrurais como atores estratégicos para o desenvolvimento territorial

As transformações recentes do meio rural não se limitam a processos de pressão e conflito como citados até aqui, pois também mostram avanços significativos nas dimensões ambiental, econômica, social e cultural. No campo ambiental, observa-se a consolidação de instrumentos de conservação e o reconhecimento do papel estratégico do rural na provisão de serviços ecossistêmicos, e na atuação comprometida de organizações da sociedade civil ativas no território. Do ponto de vista econômico, destaca-se a diversificação das atividades produtivas, com a ampliação da pluriatividade e a inserção em mercados diferenciados. No âmbito social, houve o fortalecimento da agricultura familiar como categoria política e a ampliação de políticas públicas federais voltadas ao setor. Já na dimensão cultural, verifica-se uma revalorização do modo de vida rural, associada à construção de identidades territoriais e à crescente aproximação entre urbano e rural. Tais avanços gerais, contudo, não se dão de forma homogênea, coexistindo com processos de desigualdade, pressão territorial e fragilidades institucionais, o que reforça o caráter dinâmico das novas ruralidades (SCHNEIDER, 2005; WANDERLEY, 2009; SACHS, 2004).

Nesse cenário, evidencia-se que as características dos neorrurais dialogam diretamente com os desafios e proposições identificados por gestores públicos e organizações da sociedade civil. No entanto, a limitada estrutura institucional dos municípios, a baixa capilaridade das OSCs e o não reconhecimento formal dessa população resultam na perda de oportunidades para o desenvolvimento territorial.

Os resultados desta pesquisa indicam que a condição neorrural deve ser compreendida menos como um estado consolidado e mais como um processo de transição, no qual diferentes dimensões (identitária, territorial, produtiva, econômica, institucional e comunitária) evoluem de forma simultânea, embora nem sempre no mesmo ritmo. Essa compreensão ajuda a explicar por que muitos desses sujeitos permanecem parcialmente vinculados ao urbano ao mesmo tempo em que constroem, progressivamente, novas formas de pertencimento e atuação no meio rural. Essa leitura contribui para compreender que a inserção neorrural não ocorre de forma instantânea, mas por meio de processos graduais de construção de vínculos, capacidades e reconhecimento junto à comunidade local.

Após a caracterização dos neorrurais e a análise do contexto, evidencia-se um ponto central deste trabalho. As características desse grupo dialogam diretamente com as necessidades e desafios identificados no território. Essa relação pode ser compreendida como um raciocínio lógico: se o enfrentamento dos desafios territoriais demanda determinadas capacidades -como iniciativa, conhecimento e engajamento-, e se essas características estão presentes no perfil dos neorrurais, então estes se configuram como atores potenciais na construção de soluções para a realidade regional e seu desenvolvimento sustentável.

A partir das entrevistas e da caracterização construída nesta pesquisa, observou-se forte convergência entre as características identificadas nos neorrurais e os desafios territoriais apontados pelos diferentes grupos entrevistados, registrados no Quadro 28 a seguir:

Quadro 28 - Convergências entre as características da população neorrural e os desafios e necessidades do território estudado

Características dos neorrurais	Desafios e necessidades do território
Valorização da conservação ambiental e da água	Segurança hídrica e conservação de mananciais
Interesse por agroecologia, SAFs e regeneração ambiental	Degradação ambiental, assoreamento e recuperação de áreas
Identificação simbólica e afetiva com o rural	Perda de identidade rural e descaracterização do território
Busca por modos de vida sustentáveis	Expansão de padrões urbanos e pressão imobiliária

Capacidade de articulação entre produção, conservação e serviços	Necessidade de diversificação econômica no meio rural
Atuação em atividades multifuncionais (turismo, educação, vivências, consultorias)	Fragilidade econômica das pequenas propriedades rurais
Formação técnica e profissional diversificada	Baixa capacidade técnica e operacional dos municípios
Facilidade de acesso à informação e redes externas	Dificuldade local de acesso a conhecimento técnico e inovação
Interesse em participação comunitária e construção coletiva	Fragilidade da governança territorial e baixa articulação entre atores
Capacidade de mobilização de projetos e iniciativas	Ausência de estratégias estruturantes de desenvolvimento territorial
Sensibilidade para temas contemporâneos (clima, alimentação, sustentabilidade)	Necessidade de adaptação às mudanças climáticas
Valorização de cadeias curtas e circuitos locais	Fragilidade dos mercados locais e dependência econômica
Interesse em produção de alimentos diferenciados e saudáveis	Segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar
Busca por permanência e construção de vínculo territorial	Rotatividade populacional e vínculos frágeis com o território
Disposição para experimentar novos modelos produtivos	Dependência de práticas tradicionais pouco sustentáveis
Capacidade de integração entre saberes urbanos e rurais	Dificuldade de diálogo entre ruralidade contemporânea e gestão pública
Valorização da paisagem e do patrimônio natural	Avanço de loteamentos e fragmentação da paisagem rural
Presença em áreas ambientalmente estratégicas	Necessidade de ordenamento territorial e planejamento rural
Interesse em permanência produtiva no campo	Desativação produtiva e abandono de propriedades rurais
Potencial de atuação como ponte entre rural e urbano	Distanciamento entre políticas urbanas e realidade rural
Capacidade de leitura crítica do território	Ausência de planejamento territorial integrado
Inserção em redes sociais, culturais e profissionais diversas	Baixa capilaridade institucional e dificuldade de mobilização local

Potencial de atração de novas economias rurais	Dependência de modelos econômicos tradicionais
Valorização do bem-viver e da qualidade ambiental	Crescente pressão sobre infraestrutura e qualidade territorial

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), a partir da articulação entre o referencial teórico e os resultados empíricos da pesquisa.

Outro ponto a destacar refere-se às discussões apresentadas por Calheiros e Duque, nas quais é reforçada a importância de compreender a contraurbanização não apenas como um fenômeno migratório espontâneo, mas como um processo territorial que necessita de planejamento, coordenação e direcionamento público. Ao destacarem que a contraurbanização pode contribuir para o descongestionamento das cidades e para a revitalização dos espaços rurais, os autores chamam atenção para a responsabilidade da gestão pública em reconhecer essas transformações e incorporá-las às estratégias de desenvolvimento territorial. Essa reflexão dialoga diretamente com a realidade observada na APA Sistema Cantareira, onde os resultados evidenciam a presença crescente de novos moradores rurais, novas atividades econômicas e novas demandas territoriais, sem que existam, na mesma velocidade, instrumentos municipais capazes de organizar, orientar e acompanhar essas mudanças. Nesse contexto, os municípios deixam de ocupar papel secundário e passam a assumir posição determinante, seja pela ação, seja pela omissão diante das transformações em curso.

As experiências analisadas por Ríos-Llamas e Hernández-Vásquez na região de Guadalajara, no México, também oferecem elementos importantes para reflexão sobre o território estudado. Os autores destacam a importância da coordenação entre municípios, da presença ativa das universidades e instituições de pesquisa, da participação da sociedade civil e da construção de políticas integradas capazes de articular conservação ambiental, planejamento urbano e desenvolvimento rural. Também alertam para a necessidade de clareza das responsabilidades institucionais e para o risco de que questões ecológicas sejam tratadas apenas de forma superficial, reduzidas a ações pontuais e desconectadas de estratégias estruturantes de desenvolvimento. Tais apontamentos tornam-se especialmente relevantes para a APA Sistema Cantareira, onde os resultados da pesquisa indicam um descompasso entre a velocidade das transformações territoriais e a capacidade institucional dos municípios em produzir respostas proporcionais aos desafios observados.

Os autores ressaltam que processos de contraurbanização, quando não acompanhados por planejamento público, coordenação institucional e instrumentos adequados de governança territorial, tendem a intensificar pressões sobre o uso do solo, ampliar conflitos entre conservação e expansão urbana e fragilizar a sustentabilidade dos territórios. Essa leitura aproxima-se diretamente da realidade identificada nas entrevistas, nas quais esses processos se expressam por meio de relatos sobre perda de identidade rural, expansão desordenada de loteamentos, precariedade da fiscalização, insegurança patrimonial, assoreamento, dificuldades de infraestrutura e fragilidade dos mecanismos de ordenamento territorial.

Ao mesmo tempo, as transformações contemporâneas do rural também revelam novas possibilidades econômicas associadas ao turismo, à prestação de serviços, às economias ambientais e às novas ruralidades. Os dados da pesquisa indicam, portanto, que o desafio não está na ausência de potencial do território, mas na dificuldade de transformar esse potencial em estratégias coordenadas de desenvolvimento. Nesse cenário, evidencia-se que a atuação municipal possui papel central e inadiável, uma vez que a ausência de planejamento tende não apenas a aprofundar conflitos já existentes, mas também a tornar futuras soluções mais complexas, mais custosas e, em determinados casos, irreversíveis.

Outro aspecto relevante evidenciado pela pesquisa refere-se ao baixo reconhecimento e circulação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar no território estudado. Embora o referencial teórico tenha identificado um conjunto amplo de programas, instrumentos e políticas federais e estaduais direcionados ao desenvolvimento rural e à agricultura familiar, as entrevistas demonstraram que apenas algumas iniciativas mais conhecidas apareceram de forma recorrente nas falas dos entrevistados, como o PRONAF, o PNAE, os Programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e, especialmente em Nazaré Paulista, as ações relacionadas ao Protocolo de Transição Agroecológica (PTA). Mesmo entre gestores públicos e agricultores, observou-se conhecimento limitado sobre outras políticas existentes, suas possibilidades de acesso ou formas de operacionalização. Esse cenário reforça não apenas a fragilidade da difusão institucional dessas políticas, mas também um possível distanciamento entre a formulação das estratégias públicas em escalas federal e estadual e sua efetiva implementação e incorporação no cotidiano rural dos municípios pesquisados.

Os resultados da pesquisa indicam, com clareza, que processos associados à nova ruralidade estão presentes no território, manifestando-se, entre outros aspectos, pela presença da população neorrural, porém tensionados por desafios estruturais. Nesse contexto, evidencia-se um paradoxo: trata-se de um território com elevado potencial e acesso a conhecimento técnico, mas com limitações institucionais que dificultam a leitura, a análise e a atuação na escala e complexidade exigidas. O território reúne condições favoráveis para a construção e implementação de soluções inovadoras. A proximidade com centros urbanos, universidades, organizações da sociedade civil e órgãos públicos estratégicos configura um ambiente propício à construção de novos arranjos de governança.

A presença dos neorrurais insere-se como elemento estratégico nesse contexto. No entanto, para que esse potencial se realize, torna-se fundamental fortalecer as capacidades institucionais locais e promover a articulação entre conhecimento, atores e instrumentos de ação; além do reconhecimento institucional dessa população, já discutido anteriormente.

Nesse sentido, evidencia-se que o desafio central parece residir menos na escassez de soluções do que na dificuldade de reconhecê-las, articulá-las e mobilizá-las no tempo e na escala exigidos pela realidade territorial. As condições, os atores e o conhecimento já estão presentes; o que falta é sua mobilização efetiva. Ao reconhecer o rural como eixo estratégico, e não periférico, abre-se a possibilidade de transformar um território tensionado em espaço de inovação e referência para o desenvolvimento sustentável.

Em síntese, os resultados discutidos indicam que as transformações observadas na APA Sistema Cantareira não decorrem apenas da emergência de novos sujeitos rurais, mas da reconfiguração das relações entre território, instituições, políticas públicas e sociedade. Nesse contexto, os neorrurais constituem uma expressão dessas transformações e revelam potencial para contribuir com o desenvolvimento territorial sustentável, desde que reconhecidos como parte integrante das dinâmicas locais e incorporados às estratégias de planejamento, governança e fortalecimento do rural contemporâneo.

CAPÍTULO 6 - RECOMENDAÇÕES

Proposições derivadas da pesquisa

As recomendações apresentadas neste capítulo derivam diretamente dos resultados empíricos obtidos na pesquisa e das análises realizadas à luz do referencial teórico adotado. Longe de constituírem proposições isoladas, tais recomendações foram organizadas em blocos estratégicos inter-relacionados, alinhados às categorias analíticas de integração construídas a partir das entrevistas, de modo a garantir coerência entre os achados empíricos e as proposições apresentadas (Quadro 29). Essa organização busca refletir os principais desafios identificados no território estudado e apontar caminhos para o aprimoramento da ação pública, da atuação dos diferentes atores e da gestão territorial no contexto contemporâneo das ruralidades.

De modo geral, os achados evidenciam um desalinhamento entre as dinâmicas concretas do meio rural e os instrumentos institucionais voltados à sua gestão. Esse desalinhamento manifesta-se na dificuldade de reconhecimento de novos sujeitos sociais, como os neorrurais, na limitada capacidade local de operacionalização das políticas públicas e nas fragilidades dos processos de planejamento e ordenamento territorial. Em conjunto, esses fatores contribuem para a configuração de territórios marcados por tensões, perda de ativos estratégicos e ampliação das vulnerabilidades socioambientais.

Nesse contexto, as recomendações foram estruturadas em cinco blocos principais:

1. **Reconhecimento e visibilidade institucional dos neorrurais**, em resposta à sua ainda limitada incorporação nos instrumentos públicos, correspondente à categoria analítica de integração: *Reconhecimento social e institucional dos neorrurais*;
2. **Compreensão do perfil e qualificação das dinâmicas neorrurais**, contribuindo para a construção de diagnósticos mais aderentes à realidade, correspondente à categoria analítica de integração: *Caracterização dos neorrurais no território*;
3. **Valorização das contribuições e gestão dos impactos territoriais**, especialmente no que se refere ao uso do solo e às dinâmicas territoriais,

correspondente à categoria analítica de integração: *Contribuições, impactos e desafios*;

4. **Acesso, adequação e efetividade das políticas públicas**, buscando a conexão e resposta do Estado à nova realidade rural no território, correspondente à categoria analítica de integração: *Relação com políticas públicas*;

5. **Fortalecimento institucional e construção de futuro do rural**, alinhada à necessária preparação do território para o futuro, correspondente à categoria analítica de integração: *Desafios, barreiras, oportunidades e projetos de futuro.*

Quadro 29 - Correlação entre as categorias analíticas de integração dos resultados e os blocos de recomendações

Categorias de integração	Blocos de recomendações
Reconhecimento social e institucional dos neorrurais	Reconhecimento e visibilidade institucional dos neorrurais
Caracterização dos neorrurais no território	Compreensão do perfil e qualificação das dinâmicas neorrurais
Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural no território	Valorização das contribuições e gestão dos impactos territoriais
Relação dos neorrurais com políticas públicas, programas e projetos	Acesso, adequação e efetividade das políticas públicas
Desafios, barreiras, oportunidades e projetos de futuro dos neorrurais	Fortalecimento institucional e construção de futuro do rural

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026), com base na estrutura metodológica e analítica da pesquisa.

Cada recomendação é apresentada, de forma sintética, em quatro tópicos: o **desafio** ao qual responde, a **recomendação** propriamente dita, os **benefícios** esperados e **os riscos e desafios** associados à sua implementação. Por fim, ressalta-se que tais proposições devem ser compreendidas como propostas orientadoras para processos contínuos de reflexão, adaptação e construção coletiva, envolvendo diferentes atores (poder público, sociedade civil e sujeitos do campo), sendo sua efetividade diretamente dependente da capacidade de articulação institucional e do reconhecimento da diversidade que caracteriza o rural contemporâneo.

Em conjunto, as recomendações não pretendem criar novas estruturas paralelas, mas fortalecer a capacidade do território de reconhecer, compreender, articular, mobilizar e potencializar os ativos, instituições e instrumentos já existentes, ampliando sua contribuição para o desenvolvimento rural sustentável.

1. Reconhecimento e visibilidade institucional dos neorrurais

Este bloco tem como objetivo enfrentar a invisibilidade desse grupo, promovendo seu reconhecimento nos instrumentos institucionais e fortalecendo sua presença como sujeito legítimo nas políticas públicas e nos processos de gestão do território.

Quadro 30 – Recomendações do Bloco 1

BLOCO	RECOMENDAÇÕES
1. Reconhecimento e visibilidade institucional dos neorrurais	Reconhecimento dos neorrurais nas estatísticas oficiais
	Reconhecimento institucional da população neorrural
	Incorporação de variáveis sobre neorrurais no LUPA/CATI
	Articulação e organização dos neorrurais

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026)

1.1 - Reconhecimento dos neorrurais nas estatísticas oficiais

Desafio: Os levantamentos oficiais do IBGE e demais bases públicas não contemplam categorias capazes de identificar os neorrurais, dificultando a compreensão da dimensão dessa população e de seus impactos territoriais, econômicos, sociais e ambientais.

Recomendação: Promover a articulação entre instituições de pesquisa, organizações representativas, órgãos de desenvolvimento rural e instâncias governamentais, visando à inclusão, nos levantamentos oficiais, de variáveis que permitam identificar e caracterizar trajetórias neorrurais. Entre os aspectos a serem considerados estão a origem territorial, o tempo de estabelecimento no meio rural, a composição da renda e as formas de inserção produtiva, social e territorial.

Benefícios: Melhor dimensionamento das novas ruralidades, fortalecimento do planejamento territorial e formulação de políticas públicas mais aderentes às transformações contemporâneas do rural.

Riscos e desafios de implementação: Complexidade conceitual para definição da categoria neorrural e risco de simplificação da diversidade existente entre os diferentes sujeitos rurais contemporâneos.

1.2 - Reconhecimento institucional da população neorrural

Desafio: Invisibilidade institucional da população neorrural devido à ausência de categorias e nomenclaturas específicas nos instrumentos de gestão pública.

Recomendação: Promover, entre os órgãos públicos vinculados ao desenvolvimento rural, as secretarias estaduais e municipais de agricultura e meio ambiente e as organizações da sociedade civil atuantes no território, a construção de uma terminologia comum para o reconhecimento dessa população. A partir dessa definição, incorporar formalmente os neorrurais aos registros administrativos, documentos institucionais, diagnósticos territoriais, sistemas de informação, estratégias e planos de atuação.

Benefícios: Maior visibilidade e reconhecimento institucional; melhoria dos diagnósticos territoriais; ampliação do acesso a políticas públicas; fortalecimento de contribuições como pluriatividade, dinamização econômica e práticas de conservação ambiental.

Riscos e desafios de implementação: Manutenção da invisibilidade; exclusão de políticas públicas; decisões desalinhadas com a realidade territorial; perda de potencial socioeconômico e ambiental do grupo.

1.3 - Incorporação de variáveis sobre neorrurais no LUPA/CATI

Desafio: Ausência de dados que identifiquem e caracterizem neorrurais, limitando a compreensão das dinâmicas rurais e a formulação de políticas públicas.

Recomendação: Recomenda-se que a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral considere a inclusão, no LUPA (principal instrumento estadual de caracterização das propriedades rurais), de variáveis como origem territorial, tempo no campo, composição da renda e inserção produtiva, permitindo identificar perfis neorrurais.

Benefícios: Produção de diagnósticos mais precisos sobre as transformações do rural paulista; identificação de diferentes perfis de produtores e moradores rurais; fortalecimento do planejamento público; maior capacidade de direcionamento de

programas, serviços de extensão rural e políticas de desenvolvimento territorial.

Riscos e desafios de implementação: Subaproveitamento de recursos; fragilidade institucional; dificuldades logísticas; isolamento rural; perda de oportunidades.

1.4 - Articulação e organização dos neorrurais

Desafio: Baixa organização coletiva dos neorrurais, com pouca representatividade e incidência nas políticas públicas.

Recomendação: Fomentar a organização dos neorrurais em associações, redes ou OSCs, fortalecendo sua atuação coletiva e capacidade de diálogo com o poder público.

Benefícios: Maior visibilidade e reconhecimento; fortalecimento de redes; melhor acesso a políticas, programas e apoio técnico; maior incidência nas decisões públicas.

Riscos e desafios de implementação: Baixa adesão inicial; conflitos internos; dificuldade de sustentação; possível distanciamento de produtores tradicionais.

Em conjunto, essas recomendações buscam criar as condições institucionais mínimas para que os neorrurais deixem de constituir uma população invisível e passem a ser reconhecidos e incorporados, como sujeitos legítimos, aos diagnósticos, aos instrumentos de gestão e aos processos de formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural.

2. Compreensão do perfil e qualificação das dinâmicas neorrurais

Este bloco busca qualificar a compreensão sobre quem são esses sujeitos, suas trajetórias e formas de atuação, contribuindo para a produção de dados, conhecimento e interpretações mais aderentes às transformações contemporâneas do rural.

Quadro 31 - Recomendações do Bloco 2

BLOCO	RECOMENDAÇÕES
2. Compreensão do perfil e qualificação das dinâmicas neorrurais	Criação de Observatório das Dinâmicas Rurais e Neorrurais
	Articulação entre Pesquisa e Território

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026)

2.1 - Criação de Observatório das Dinâmicas Rurais e Neorrurais

Desafio: Ausência de dados sistematizados e atualizados sobre as dinâmicas rurais e neorrurais, dificultando a compreensão do território e a formulação de políticas públicas aderentes.

Recomendação: Fomentar a criação de um Observatório das Dinâmicas Rurais, estruturado por meio de governança compartilhada entre poder público, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e representantes do território, com a função de coletar, sistematizar e analisar dados oficiais e locais para apoiar a gestão territorial e a atuação dos departamentos municipais de agricultura e das organizações da sociedade civil.

Benefícios: Melhoria da qualidade dos diagnósticos territoriais; maior aderência das políticas públicas à realidade local; fortalecimento da capacidade de planejamento; apoio à tomada de decisão; maior integração entre atores públicos e sociais.

Riscos e desafios de implementação: Dificuldade de sustentação institucional; dependência de engajamento voluntário; limitação de recursos técnicos; risco de descontinuidade ao longo do tempo; necessidade de busca de financiamento externo.

2.2 - Articulação entre Pesquisa e Território

Desafio: Conhecimento ainda incipiente sobre as novas dinâmicas rurais do território, associado à ausência de articulação permanente entre instituições de pesquisa, universidades, pesquisadores e atores locais, limitando a produção de conhecimento aplicado às necessidades do território.

Recomendação: Estimular a articulação entre universidades, instituições de ensino e pesquisa, institutos de pesquisa, pesquisadores e organizações atuantes no território, visando à continuidade e ao aprofundamento dos estudos sobre as novas dinâmicas rurais. Essa articulação poderá fortalecer a produção de conhecimento aplicado, subsidiando a gestão pública, apoiando a atuação das organizações da

sociedade civil, ampliando a compreensão das transformações em curso no território e favorecendo processos contínuos de aprendizagem institucional e aperfeiçoamento das políticas públicas.

Benefícios: Produção contínua de conhecimento aplicado sobre o território; fortalecimento da base científica para políticas públicas; aproximação entre pesquisa e prática; ampliação da cooperação entre instituições; apoio à inovação social e ao desenvolvimento territorial.

Riscos e desafios de implementação: Baixa articulação entre instituições; descontinuidade das iniciativas de pesquisa; dependência de recursos financeiros e editais; formulação e implementação de políticas públicas e ações territoriais pouco aderentes às dinâmicas, potencialidades e necessidades locais.

Em conjunto, essas recomendações buscam consolidar uma base permanente de produção e circulação de conhecimento sobre as dinâmicas rurais e neorrurais, aproximando pesquisa, gestão pública, sociedade civil e território. Ao fortalecer essa articulação, ampliam-se as condições para o planejamento, a formulação de políticas públicas e a construção de estratégias de desenvolvimento rural mais aderentes à realidade local.

3. Valorização das contribuições e gestão dos impactos territoriais

Este bloco tem como objetivo potencializar as contribuições associadas às novas dinâmicas rurais e mitigar riscos decorrentes de processos de uso e ocupação do solo incompatíveis com as características e funções do território.

Quadro 32 - Recomendações do Bloco 3

BLOCO	RECOMENDAÇÕES
3. Valorização das contribuições e gestão dos impactos territoriais	Revisão estratégica dos perímetros urbanos e do uso do solo
	Planejamento de zonas de transição urbano–rural e cinturões verdes
	Aprimoramento dos critérios de avaliação e fiscalização de empreendimentos imobiliários em áreas rurais

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026)

3.1 - Revisão estratégica dos perímetros urbanos e do uso do solo

Desafio: Reclassificação do solo rural para urbano associada, em parte, à ampliação da arrecadação municipal, gerando descompasso com a realidade territorial e comprometendo produção, serviços ecossistêmicos e potencial turístico.

Recomendação: Revisar as diretrizes de uso do solo com base em informações técnicas produzidas por órgãos como a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI); alinhar o planejamento à realidade territorial; valorizar as múltiplas funções do rural, incluindo a agricultura familiar, o turismo, a conservação ambiental e instrumentos de incentivo, como o ICMS Ecológico e o Programa Município VerdeAzul; e incorporar experiências exitosas e o papel dos neorrurais.

Benefícios: Maior coerência territorial; preservação produtiva e ambiental; fortalecimento econômico; acesso a instrumentos ambientais; desenvolvimento equilibrado; preparação para crises climáticas; redução da desativação produtiva; fortalecimento da segurança alimentar.

Riscos e desafios de implementação: Expansão urbana desordenada; perda de áreas produtivas e serviços ecossistêmicos; enfraquecimento econômico; decisões desalinhadas; menor resiliência climática; aumento da insegurança alimentar e degradação ambiental.

3.2 - Planejamento de zonas de transição urbano–rural e cinturões verdes

Desafio: Expansão urbana desordenada gera áreas periurbanas desestruturadas, com perda produtiva, degradação ambiental, baixa infraestrutura e riscos de exclusão social.

Recomendação: Planejar zonas de transição urbano–rural e cinturões verdes, orientando usos e formas de ocupação compatíveis com a capacidade de suporte, o zoneamento ambiental e as funções do território rural, contemplando atividades produtivas sustentáveis, agroecologia, turismo rural e modalidades habitacionais de baixa densidade, com infraestrutura, saneamento e conservação Ambiental compatíveis.

Benefícios: Preservação produtiva e ambiental; regulação climática; organização territorial; redução da expansão desordenada; criação de áreas de regeneração; prevenção de vulnerabilidade social; resiliência climática e segurança alimentar.

Riscos e desafios de implementação: Expansão descontrolada; perda de áreas agrícolas; desequilíbrio climático; precarização periurbana; aumento de

desigualdades; sobrecarga de infraestrutura; vulnerabilidade ambiental e alimentar.

3.3 - Aprimoramento dos critérios de avaliação e fiscalização de empreendimentos imobiliários em áreas rurais

Desafio: Aprovação de empreendimentos imobiliários dissociada das dinâmicas rurais e ambientais, com baixa consideração das características produtivas, culturais e ecológicas do território, gerando conflitos, fragmentação fundiária e perda de ativos estratégicos.

Recomendação: Fortalecer, no âmbito municipal, os processos de avaliação e fiscalização de novos empreendimentos imobiliários em áreas rurais, incorporando critérios técnicos que considerem: as zonas do Plano de Manejo da APA, o mapeamento das Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), os processos sociais e produtivos existentes e as características culturais e ambientais do entorno, de modo a alinhar as decisões ao funcionamento real do território.

Benefícios: Maior coerência territorial; proteção de áreas produtivas e ambientais; redução de conflitos de uso do solo; fortalecimento da economia rural; preservação de serviços ecossistêmicos; melhoria da qualidade do planejamento municipal.

Riscos e desafios de implementação: Resistência de interesses imobiliários; aumento da complexidade e do tempo de aprovação; necessidade de capacitação técnica nas prefeituras; risco de aplicação desigual dos critérios.

Em conjunto, essas recomendações buscam orientar processos de planejamento territorial mais aderentes às características, potencialidades e funções do espaço rural, reconhecendo que a valorização das novas dinâmicas rurais depende da articulação entre conservação ambiental, produção, habitação, turismo e demais formas de uso do território.

4. Acesso, adequação e efetividade das políticas públicas

Este bloco busca ampliar o acesso às políticas públicas e fortalecer sua efetividade no território, por meio da adequação dos instrumentos existentes às especificidades dos neorrurais e do fortalecimento da capacidade institucional para sua implementação.

Quadro 33 - Recomendações do Bloco 4

BLOCO	RECOMENDAÇÕES
4. Acesso, adequação e efetividade das políticas públicas	Adequação dos critérios do CAF à condição de transição dos neorrurais
	Programa municipal de orientação, informação e extensão rural
	Fortalecimento da capacidade municipal para captação de recursos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026)

4.1 - Adequação dos critérios do CAF à condição de transição dos neorrurais

Desafio: Critérios do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar exigem predominância de renda agrícola, excluindo neorrurais que ainda dependem de renda urbana durante a transição.

Recomendação: Promover, junto aos órgãos responsáveis, a revisão dos critérios do CAF para reconhecer trajetórias de transição e situações de pluriatividade, por meio de regras graduais de elegibilidade ou categorias específicas de enquadramento.

Benefícios: Ampliação do acesso a políticas públicas; maior aderência às novas dinâmicas rurais; estímulo à consolidação produtiva; fortalecimento de impactos econômicos, sociais e ambientais positivos.

Riscos e desafios de implementação: Exclusão persistente; migração para programas inadequados como PRONAMPE; desestímulo à permanência no campo; perda de potencial de inovação e dinamização territorial.

4.2 - Programa municipal de orientação, informação e extensão rural

Desafio: Falta de informação e orientação à população rural, baixa presença institucional e dificuldade de acesso a políticas públicas, tecnologias e oportunidades, além do distanciamento da gestão pública da realidade do campo.

Recomendação: Criar programa municipal de informação e extensão com atuação ativa no território: orientação sobre políticas públicas, apoio técnico (incluindo mecanização), presença no campo, canais de diálogo e ações voltadas à permanência de jovens e diversificação de mercados.

Benefícios: Maior acesso a políticas; fortalecimento produtivo; retenção de jovens; maior aderência das políticas ao território; diversificação econômica; redução do

isolamento; resiliência climática; redução da desativação produtiva; segurança alimentar.

Riscos e desafios de implementação: Baixo acesso a políticas; êxodo rural; fragilidade produtiva; distanciamento institucional; perda econômica; maior vulnerabilidade climática e alimentar.

4.3 - Fortalecimento da capacidade municipal para captação de recursos

Desafio: Os resultados indicam limitações da capacidade técnica dos municípios para acessar editais e linhas de financiamento estaduais, federais e privados, restringindo a captação de recursos para ações voltadas ao desenvolvimento rural.

Recomendação: Instituir processos contínuos de capacitação e apoio técnico para gestores municipais em prospecção de oportunidades, elaboração de projetos, resposta a editais, gestão de convênios e prestação de contas, em parceria com órgãos públicos, universidades e instituições de apoio.

Benefícios: Ampliação da captação de recursos externos; fortalecimento da capacidade institucional municipal; viabilização de novos projetos e redução da dependência dos recursos próprios.

Riscos e desafios de implementação: Rotatividade de servidores; limitação das equipes técnicas; necessidade de atualização contínua diante das mudanças nos programas e editais.

Em conjunto, essas recomendações buscam fortalecer a capacidade do poder público de transformar políticas e programas existentes em oportunidades efetivamente acessíveis à população rural. Ao aproximar instrumentos, instituições e território, contribuem para ampliar a efetividade das políticas públicas e sua capacidade de responder às transformações contemporâneas do rural.

5. Fortalecimento institucional e construção de futuro do rural

Este bloco tem como objetivo fortalecer a capacidade institucional e promover uma visão integrada do rural, alinhada às transformações contemporâneas do rural e ao desenvolvimento rural sustentável.

Quadro 34 - Recomendações do Bloco 5

BLOCO	RECOMENDAÇÕES
5. Fortalecimento institucional e construção de futuro do rural	Fortalecimento da capacidade técnica e operacional das estruturas municipais voltadas ao meio rural
	Atualização da visão do rural para integração rural–ambiental e desenvolvimento territorial
	Fortalecimento das Escolas Família Agrícola (EFAs) e da educação rural
	Ampliação do escopo dos Departamentos Municipais de Agricultura para o Desenvolvimento Rural
	Formação de jovens para as novas ruralidades e profissões do campo
	Governança Intermunicipal para o Desenvolvimento Rural

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2026)

5.1 - Fortalecimento da capacidade técnica e operacional das estruturas municipais voltadas ao meio rural

Desafio: Baixa capacidade técnica e institucional dos municípios para acessar e operacionalizar políticas e recursos voltados ao meio rural, associada à fragilidade das estruturas locais e limitações de infraestrutura.

Recomendação: Fortalecer as estruturas municipais relacionadas ao meio rural, por meio da ampliação de equipes técnicas, qualificação profissional, melhoria da infraestrutura operacional e apoio à construção de capacidades institucionais para acessar, integrar e operacionalizar políticas públicas, programas e recursos estaduais e federais voltados ao desenvolvimento rural sustentável.

Benefícios: Ampliação da capacidade municipal de resposta às demandas rurais, maior acesso a políticas públicas e fortalecimento da gestão territorial e ambiental.

Riscos e desafios de implementação: Dependência de recursos públicos, limitações orçamentárias e descontinuidade administrativa entre gestões municipais.

5.2 - Atualização da visão do rural para integração rural–ambiental e desenvolvimento territorial

Desafio: Visão do rural restrita à agropecuária, desconsiderando pluriatividade e multifuncionalidade, gerando fragmentação institucional e baixa integração territorial.

Recomendação: Atualizar a concepção do rural como território multifuncional e promover a integração entre políticas econômicas, ambientais, sociais e territoriais, por meio de instâncias intersetoriais municipais ou de outros mecanismos permanentes de coordenação.

Benefícios: Maior coerência entre políticas e território; integração institucional; melhor aproveitamento do potencial rural; fortalecimento econômico e ambiental; desenvolvimento territorial mais integrado.
Riscos e desafios de implementação: Visão desatualizada; políticas fragmentadas; perda de potencial territorial; dificuldade de integração; enfraquecimento da gestão territorial.

5.3 - Fortalecimento das Escolas Família Agrícola (EFAs) e da educação rural

Desafio: Fragilidade ou ausência de estruturas educacionais voltadas às realidades rurais, enfraquecimento dos vínculos das juventudes com o campo e redução da permanência das famílias rurais no território.
Recomendação: Fortalecer, por meio das Secretarias Municipais de Educação e Agricultura, iniciativas de educação rural baseadas na Pedagogia da Alternância, incluindo as Escolas Família Agrícola (EFAs), parcerias institucionais e integração de temas ligados à agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento territorial.
Benefícios: Fortalecimento das juventudes rurais, valorização dos saberes do campo, redução da evasão escolar e estímulo à permanência de famílias e iniciativas produtivas sustentáveis no território.
Riscos e desafios de implementação: Limitações orçamentárias, baixa articulação institucional e dificuldades de implantação de modelos educacionais adaptados às realidades rurais locais.

5.4 - Ampliação do escopo dos Departamentos Municipais de Agricultura para o Desenvolvimento Rural

Desafio: Os departamentos municipais vinculados ao rural permanecem majoritariamente estruturados a partir de uma visão centrada apenas na produção agrícola, com limitações para responder às dinâmicas contemporâneas da pluriatividade e das novas ruralidades.
Recomendação: Promover a ampliação institucional dos atuais Departamentos de Agricultura para estruturas de Desenvolvimento Rural, fortalecendo equipes, capacidades técnicas e instrumentos de atuação voltados não apenas à produção agrícola, mas também às atividades de turismo rural, serviços, agroecologia, educação ambiental, comercialização, conservação e outras formas de inserção econômica e territorial do rural contemporâneo.

Benefícios: Maior aderência das políticas públicas à realidade territorial, fortalecimento das economias rurais multifuncionais e ampliação da capacidade municipal de apoio às populações rurais.

Riscos e desafios de implementação: Limitações orçamentárias, resistência institucional às mudanças administrativas e dificuldade de estruturação técnica dos municípios.

5.5 - Formação de jovens para as novas ruralidades e profissões do campo

Desafio: A pesquisa evidencia o distanciamento das juventudes em relação ao território rural, associado à baixa oferta de formação voltada às novas possibilidades profissionais, culturais e econômicas do rural contemporâneo.

Recomendação: Incentivar e estruturar, por meio de instituições públicas, privadas e organizações da sociedade civil, programas formativos voltados a jovens e adolescentes sobre cultura do campo, profissões rurais e oportunidades associadas às novas ruralidades, incluindo temas como agroecologia, turismo rural, tecnologia aplicada ao rural, conservação ambiental, regeneração ecológica e atividades produtivas da região.

Benefícios: Fortalecimento dos vínculos das juventudes com o território, ampliação das perspectivas profissionais ligadas ao rural e estímulo à permanência e renovação geracional no campo.

Riscos e desafios de implementação: Baixa continuidade institucional dos programas, limitações de recursos e dificuldade de engajamento das juventudes diante da histórica desvalorização social do rural.

5.6 - Governança intermunicipal para o desenvolvimento rural

Desafio: Fragmentação das ações voltadas ao desenvolvimento rural entre municípios que compartilham desafios e potencialidades comuns, com baixa articulação entre políticas públicas, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e demais atores territoriais.

Recomendação: Fomentar a constituição de uma instância permanente de governança intermunicipal voltada ao desenvolvimento rural, reunindo representantes dos municípios da APA Sistema Cantareira, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa, órgãos estaduais e demais atores estratégicos. Essa instância deverá atuar na construção de uma agenda territorial

compartilhada, promovendo o alinhamento de políticas, programas e projetos, a definição de prioridades comuns, a articulação de ações integradas, o acompanhamento de resultados e o fortalecimento da cooperação entre os diferentes municípios e instituições.

Benefícios: Construção de uma visão territorial compartilhada; maior integração entre políticas, programas e iniciativas locais; otimização de recursos e esforços; ampliação da capacidade de interlocução com os governos estadual e federal; fortalecimento da identidade territorial; e maior capacidade de planejamento e enfrentamento de desafios comuns em longo prazo.

Riscos e desafios de implementação: Baixa adesão ou continuidade dos municípios; mudanças político-administrativas; dificuldades de coordenação entre diferentes interesses institucionais; limitação de recursos para manutenção da instância; baixa institucionalização das decisões; risco de manutenção de um espaço predominantemente consultivo, sem capacidade de coordenação e implementação de ações concretas.

Em conjunto, essas recomendações buscam fortalecer as capacidades institucionais necessárias para que os municípios possam responder às transformações contemporâneas do rural de forma integrada, articulando pessoas, instituições, políticas públicas e diferentes escalas de atuação. Ao investir na formação, na cooperação e na construção de uma visão compartilhada de futuro, ampliam-se as condições para um desenvolvimento rural sustentável mais resiliente, inclusivo e territorialmente articulado.

As recomendações apresentadas neste capítulo não pretendem constituir um modelo acabado ou um conjunto exaustivo de soluções, mas oferecer subsídios para a construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentadas pelas evidências produzidas nesta pesquisa. Seu caráter integrado reflete a compreensão de que os desafios contemporâneos do rural não podem ser enfrentados por ações isoladas, exigindo articulação entre diferentes atores, instituições, políticas públicas e escalas de atuação. Nesse sentido, reconhecer os neorrurais como parte legítima dessas dinâmicas amplia as possibilidades de construção de territórios mais resilientes, inclusivos e capazes de conciliar conservação ambiental, produção, qualidade de vida e desenvolvimento rural sustentável.

CAPÍTULO 7

CONCLUSÕES - Os aprendizados e as respostas a nossos objetivos

Os resultados desta pesquisa permitiram responder à questão que orientou este estudo, evidenciando que **a população neorrural constitui uma das expressões das novas ruralidades contemporâneas e desempenha papel relevante nas transformações em curso no território da APA Sistema Cantareira.** A caracterização realizada demonstra que se trata de um grupo heterogêneo em suas trajetórias, motivações e formas de atuação, mas convergente em relação aos valores, às práticas e aos compromissos que orientam sua relação com o território. Ao mesmo tempo, evidenciou-se que essa população permanece pouco reconhecida pelas instituições públicas, embora apresente significativa capacidade de contribuir para a conservação ambiental, a diversificação econômica, o fortalecimento das comunidades locais, a inovação nas formas de pluriatividade, a educação ambiental e o desenvolvimento territorial.

Entre as contribuições desta pesquisa destacam-se o conceito proposto de população neorrural para o contexto brasileiro, a adaptação da tipologia de Méndez Sastoque à realidade estudada, incorporando nova categoria analítica, e a construção de uma caracterização empírica dessa população em diálogo com gestores públicos, organizações da sociedade civil, rurais tradicionais e neorrurais. A pesquisa também evidencia a necessidade de distinguir os neorrurais de outros grupos urbanos presentes no espaço rural, contribuindo para maior precisão conceitual e para o aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas às transformações contemporâneas do campo.

Os resultados indicam ainda que muitos dos desafios identificados na região não decorrem da ausência de instrumentos, políticas públicas ou instituições, mas da limitada articulação entre eles. A APA Sistema Cantareira reúne um conjunto expressivo de ativos territoriais, ambientais, institucionais, científicos e financeiros. Entretanto, nos municípios estudados, foi possível identificar a ausência de integração entre esses recursos, o que reduz seu potencial de produzir respostas efetivas aos desafios contemporâneos. Cabe destacar que a APA Sistema Cantareira está inserida em um dos mais importantes hotspots globais de biodiversidade e, simultaneamente, em uma das principais regiões produtoras de

água do país. Essa dupla condição confere ao território relevância estratégica para o desenvolvimento de paisagens multifuncionais capazes de integrar conservação da biodiversidade, segurança hídrica, agricultura familiar sustentável, restauração ecológica e produção de serviços ecossistêmicos.

Nesse contexto, os resultados reforçam que **o papel estratégico dos municípios ultrapassa a implementação isolada de políticas públicas, exigindo capacidade de coordenação, mobilização e articulação entre os diferentes atores presentes no território.**

As limitações desta pesquisa decorrem principalmente de seu caráter qualitativo e exploratório e da inexistência de bases oficiais capazes de identificar a população neorrural em sistemas como o IBGE, a LUPA ou o CAR. Também permanecem abertas oportunidades para aprofundar estudos sobre ecovilas, comunidades intencionais, perdas produtivas associadas à implantação do Sistema Cantareira e outras formas emergentes de ocupação do espaço rural. Longe de reduzir a importância dos resultados, essas limitações reforçam a necessidade de continuidade das investigações sobre as transformações contemporâneas do rural brasileiro.

Esta pesquisa teve como objeto a população neorrural. Entretanto, no final de sua construção, tornou-se evidente que compreender os neorrurais significava compreender algo ainda maior: as transformações contemporâneas do próprio rural na região. O percurso desta pesquisa começou pelo rural e é ao rural que ela retorna. **Os neorrurais** revelaram-se não só como uma categoria sociológica, mas também **como a expressão de uma nova forma de relação com o território, construída a partir de valores, práticas e compromissos que dialogam diretamente com alguns dos maiores desafios do século XXI.**

Ao reconhecer essa população e caracterizar sua inserção no território, esta pesquisa propõe também uma mudança de perspectiva. Mais do que reconhecer um novo ator social -o que já se mostra urgente-, **convida a reposicionar o próprio rural como elemento estratégico para o desenvolvimento sustentável dos municípios.** Reconhecer os neorrurais representa apenas o primeiro passo, sendo urgente criar condições para que seu potencial possa se desenvolver plenamente**. O desafio maior consiste em reconhecer o potencial estratégico do rural e construir formas de governança capazes de integrar pessoas, instituições, políticas públicas e iniciativas já existentes.** Os resultados desta pesquisa

indicam que o desenvolvimento sustentável dos municípios estudados encontra-se diretamente ancorado no desenvolvimento rural e dependerá menos da criação de novos instrumentos do que da capacidade de reconhecer, articular e mobilizar aqueles que já estão presentes no território.

Ao longo da história brasileira, o rural ocupou diferentes posições nas concepções de desenvolvimento. Foi o espaço de origem da ocupação do território e da formação econômica do país; posteriormente, passou a ser interpretado predominantemente pela ótica das carências, da necessidade de modernização e da superação do atraso. Mais recentemente, ganhou reconhecimento por sua capacidade produtiva e, nas últimas décadas, por sua contribuição para a conservação ambiental. **Esta pesquisa sugere um novo deslocamento dessa compreensão: o rural passa a ser reconhecido também por sua capacidade de produzir futuro. Água, biodiversidade, alimentos, paisagens, vínculos comunitários, conhecimento ecológico e qualidade de vida deixam de ser compreendidos como benefícios secundários para se afirmarem como elementos centrais da sustentabilidade e da permanência da vida.**

Talvez esta seja a principal contribuição deste trabalho. **Ao buscar compreender os neorrurais, esta pesquisa reencontrou o rural.** E, ao reencontrá-lo, reafirma a necessidade de recolocar o rural no centro das estratégias de desenvolvimento sustentável, não como um espaço periférico, residual ou apenas produtivo, mas como território estratégico, capaz de sustentar a vida, articular pessoas, instituições e iniciativas, conservar a natureza, e construir respostas aos desafios do presente e do futuro.

CAPÍTULO 8

APROFUNDAMENTOS PÓS-DEFESA

8.1 - Origem e propósito do aprofundamento

A dissertação foi aprovada pela banca examinadora em agosto de 2026, sem indicação de alterações em seu conteúdo. Durante a defesa, entretanto, foram levantadas duas questões que a pesquisadora considerou relevantes para um aprofundamento posterior. A primeira esteve relacionada à definição de neorrural utilizada na pesquisa, especialmente quanto aos elementos que efetivamente constituem essa condição. A segunda apontou a possibilidade de avançar, a partir dessa definição, na construção de uma proposta que contribuísse para a identificação dos neorrurais nos instrumentos de levantamento de dados sobre a população rural.

Embora essas questões não tenham sido apresentadas como exigências de revisão, a pesquisadora considerou que ambas mereciam ser aprofundadas e incorporadas à dissertação, pelo valor que poderiam acrescentar ao trabalho. A primeira, ao permitir maior precisão conceitual na definição de neorrural; a segunda, ao ampliar as possibilidades de contribuição prática da pesquisa, aproximando essa definição dos instrumentos de coleta de dados rurais. A partir dessa avaliação, decidiu-se desenvolver o presente capítulo antes da entrega da versão final, retomando os dados e referenciais teóricos da pesquisa e preservando a análise e as conclusões originalmente apresentadas e aprovadas pela banca.

O aprofundamento conceitual buscou responder, especialmente, o que define e diferencia um neorrural; quais elementos precisam fazer parte da definição e quais pertencem à caracterização dessa população; como compreender a ideia de transição anteriormente associada à condição neorrural; e de que forma essa categoria se relaciona com a população rural e com outras expressões das novas ruralidades.

A partir da definição refinada, buscou-se também explorar sua possibilidade de identificação empírica, aproximando os elementos constitutivos de categorias, indicadores e possíveis perguntas que pudessem ser incorporados a instrumentos de coleta de dados rurais. Para isso, foi construída uma proposta preliminar,

tomando como referência o questionário do LUPA 2016/17, que busca contribuir para futuros estudos e para o aprimoramento de levantamentos como o LUPA e aqueles realizados pelo IBGE, mediante posterior teste e validação.

8.2 - Percurso analítico para o refinamento da definição

O percurso teve como ponto de partida a definição formulada na dissertação: *Neorrural: pessoa que, a partir de uma trajetória urbano-rural, estabelece vínculo ativo, contínuo e intencional com o território, participando de suas dinâmicas sociais, culturais, produtivas, institucionais e ambientais.*

A definição foi inicialmente decomposta em seus componentes:

- trajetória urbano-rural;
- vínculo ativo, contínuo e intencional com o território; e
- participação nas diferentes dimensões do rural.

A partir dessa decomposição, foram construídas, com apoio de ferramenta de inteligência artificial generativa, situações-limite reais e contrastantes destinadas a testar o alcance e as fronteiras da definição. Foram analisadas, entre outras, trajetórias de retorno ao rural, vínculos anteriores com o campo, renda predominantemente externa à propriedade, atividades no rural sem residência permanente e relações principalmente patrimoniais ou de lazer. As respostas da pesquisadora a essas situações foram posteriormente confrontadas com os dados empíricos da pesquisa, especialmente aqueles sistematizados no Anexo D.

Esse confronto permitiu distinguir elementos que se mostraram estruturantes de outros que, embora recorrentes entre os entrevistados, não poderiam ser transformados em requisitos da definição. Foram então identificados cinco elementos centrais:

- trajetória de vida construída no urbano;
- escolha voluntária pelo rural;
- incorporação do rural ao projeto de vida;
- concretização dessa escolha por meio de vínculos territoriais; e
- expressão desses vínculos em uma ou mais dimensões da ruralidade.

A perspectiva de continuidade, inicialmente considerada de forma separada, passou a ser compreendida como parte da própria incorporação do rural ao projeto de vida.

Em seguida, os cinco elementos foram colocados em diálogo com o referencial teórico sobre novas ruralidades e neorrurais já utilizado na dissertação. Para isso, foi realizada uma nova leitura dos subcapítulos correspondentes, buscando identificar, entre os autores estudados, conceitos, abordagens e interpretações relacionados a cada um desses elementos. As passagens encontradas foram organizadas em uma tabela de registro, reunindo o autor, o conteúdo identificado e sua relação com o elemento analisado.

Essa relação foi examinada considerando três possibilidades: convergência, quando a abordagem encontrada reforçava o elemento; ampliação ou qualificação, quando acrescentava aspectos importantes para sua compreensão; e tensão ou restrição, quando apresentava interpretações ou situações que colocavam em questão seus limites. Esse exercício permitiu reconhecer aproximações com a literatura, mas também diferenças entre as formas como os autores compreendem e delimitam a condição neorrural, especialmente em relação à inserção e à construção de vínculos territoriais.

O objetivo não foi buscar na literatura uma confirmação ou invalidação dos dados empíricos, mas aprofundar a compreensão dos elementos identificados, reconhecer seus limites e verificar como se relacionam com os conceitos e interpretações já estudados. A partir desse percurso, que reuniu a definição inicial, a análise das situações-limite, o confronto com os dados da pesquisa e o diálogo com a literatura, chegou-se à definição refinada apresentada a seguir.

8.3 - Definição refinada de neorrural

A partir do percurso realizado, propõe-se compreender o neorrural como:

Neorrural é uma pessoa que tem sua trajetória de vida construída em um ambiente urbano e escolhe voluntariamente incorporar o rural ao seu projeto de vida, estabelecendo uma relação ativa e intencional com o ambiente rural, expressa na construção de vínculos territoriais com uma ou mais dimensões da ruralidade (sociais, culturais, produtivas, institucionais e ambientais).

A definição reúne os cinco elementos considerados essenciais a partir do percurso analítico realizado. Outras características, embora frequentes entre os entrevistados e relevantes para compreender quem são e como atuam os neorrurais,

não se mostraram necessárias para reconhecer essa trajetória e, por isso, permanecem no campo da caracterização e da tipologia.

8.3.a. Trajetória de vida construída no urbano

O primeiro elemento busca reconhecer a presença do urbano na construção da trajetória de vida do sujeito. Interessa reconstruir esse percurso considerando local de nascimento, espaços onde viveu e tempo de permanência nesses diferentes contextos. Os dados da pesquisa mostraram trajetórias diversas, incluindo pessoas nascidas no urbano, vínculos rurais na infância, períodos de alternância entre rural e urbano e retornos ao campo depois de uma etapa importante de vida urbana.

Assim, mais do que uma informação isolada, busca-se reconhecer a importância da experiência urbana na trajetória que antecede ou acompanha a posterior escolha pelo rural.

8.3.b. Escolha voluntária pelo rural

O segundo elemento refere-se à escolha voluntária pelo rural. Busca-se reconhecer se, em sua trajetória de vida, a pessoa tomou a decisão de incorporar o rural como espaço de vida. A voluntariedade não significa ausência de dificuldades ou condicionantes anteriores: insegurança, custo de vida, desemprego ou outros fatores podem influenciar a saída da cidade, sem necessariamente eliminar a possibilidade de uma escolha voluntária pelo rural.

As motivações que levaram a essa escolha são relevantes para compreender as diferenças entre os neorrurais, mas pertencem ao campo da tipologia e não aos requisitos da definição.

8.3.c. Incorporação do rural ao projeto de vida

O terceiro elemento busca compreender se o rural ocupa um lugar efetivo no projeto de vida da pessoa, diferenciando uma escolha que envolve construção e perspectiva de continuidade de experiências ocasionais que não chegam a integrar esse projeto de vida.

Nesse sentido, a perspectiva de continuidade passa a estar contida nesse elemento. Incorporar o rural ao projeto de vida pressupõe alguma projeção de futuro, ainda que os projetos possam se modificar ao longo do tempo.

8.3.d. Inserção e construção de vínculos territoriais

A escolha pelo rural e sua incorporação ao projeto de vida precisam encontrar alguma forma de concretização no território. Por isso, este elemento busca reconhecer uma inserção territorial efetiva, que ultrapasse uma relação exclusivamente patrimonial ou ocasional com o espaço rural.

A residência constitui uma forma importante de vínculo, mas não a única. A inserção pode ser construída por diferentes formas de presença e atuação no território, envolvendo atividades produtivas, ambientais, sociais, culturais ou institucionais. Essas relações podem apresentar diferentes intensidades e formas de participação, sem que seja necessário estabelecer um único padrão de inserção territorial.

8.3.e. Relação com uma ou mais dimensões da ruralidade

Uma vez reconhecida a inserção territorial, o último elemento busca compreender em quais dimensões da ruralidade essa relação se expressa. A compreensão multidimensional trabalhada nesta dissertação não restringe o rural à produção agropecuária, incorporando dimensões sociais, culturais, produtivas, institucionais e ambientais.

Os dados mostraram diferentes combinações dessas dimensões entre os entrevistados. Assim, não se estabelece uma atividade específica, nem a participação simultânea em todas elas, como requisito. O que se busca reconhecer é alguma forma concreta de atuação em uma ou mais dimensões da ruralidade.

8.4 - Definição, caracterização, tipologia e contribuições

O percurso de refinamento permitiu distinguir quatro níveis de análise que, embora relacionados, cumprem funções diferentes na compreensão dos neorrurais. A **definição** responde à pergunta de quem é o neorrural e deve reunir somente seus elementos constitutivos. A **caracterização** permite compreender como esses sujeitos são, atuam e se relacionam no território. A **tipologia** busca explicar as diferentes trajetórias e motivações de aproximação ao rural, como aquelas propostas por Méndez Sastoque (2013) e a categoria complementar Identidade e Biografia encontrada nesta pesquisa. Por fim, as **contribuições, impactos e desafios** dizem respeito aos efeitos de sua presença e atuação no território.

Essa separação evita transformar características recorrentes em requisitos da definição. Propriedade da terra, residência permanente, atividade agropecuária,

predominância de renda rural, práticas agroecológicas ou ambientais e participação formal em organizações podem caracterizar parte importante dos entrevistados, mas não se mostraram condições necessárias para reconhecer uma trajetória neorrural.

8.5 - Categoria analítica, inserção territorial e dimensão identitária: reflexões pós-defesa

O aprofundamento pós-defesa permitiu também rever a forma como a dissertação havia associado a condição neorrural à ideia de transição. Na discussão dos resultados, essa transição foi relacionada a diferentes dimensões, entre elas a identitária, territorial, produtiva, econômica, institucional e comunitária. O refinamento realizado permite agora distinguir processos que não precisam ser compreendidos como equivalentes.

A inserção territorial pode, de fato, ser progressiva. A construção de relações com pessoas, organizações, atividades e diferentes dimensões do rural ocorre ao longo do tempo e pode apresentar ritmos distintos. Da mesma forma, a trajetória pode envolver mudanças nas formas de pertencimento, identificação e relação do sujeito com o rural. Essas transformações, entretanto, não significam que a categoria neorrural corresponda, necessariamente, a uma identidade em transição.

Nesta pesquisa**, neorrural** é utilizado principalmente **como uma categoria analítica de trajetória**: permite reconhecer sujeitos cuja experiência de vida foi construída no urbano e que escolheram incorporar o rural ao projeto de vida, construindo nele relações e vínculos territoriais. A definição refinada busca, portanto, facilitar o reconhecimento dessa trajetória e não estabelecer a existência de uma identidade neorrural como condição para pertencer à categoria.

Essa distinção também ajuda a compreender a categoria Identidade e Biografia encontrada na tipologia. Nesse caso, identidade refere-se às motivações e experiências biográficas que aproximaram determinados entrevistados do rural (memórias familiares, vínculos anteriores, valores e pertencimentos), e não à necessidade de que o sujeito se identifique com a denominação neorrural.

A distinção permite também precisar a compreensão da transição associada à trajetória neorrural. A condição neorrural não representa uma etapa incompleta, que se encerra quando o sujeito passa a integrar a população rural. O neorrural já integra essa população, a partir de uma trajetória específica de construção de sua

ruralidade. O que pode permanecer em processo são suas formas de inserção, atuação e pertencimento no território, como ocorre, em diferentes graus, nas próprias trajetórias humanas.

8.6 - Fronteiras da definição e coexistência entre categorias

Ao buscar somente os elementos essenciais, o exercício de situações-limite permitiu delimitar também aquilo que não integra a definição. Não são requisitos necessários: propriedade da terra; residência permanente; atividade agrícola ou agropecuária; predominância de renda rural; orientação agroecológica ou ambiental; participação formal em associações, conselhos ou outras instituições; participação simultânea em todas as dimensões da ruralidade; ou uma motivação específica para a escolha pelo rural.

A exclusão desses elementos da definição não reduz sua importância para a caracterização, a tipologia ou a análise das contribuições dos neorrurais. Também permite compreender que diferentes categorias podem coexistir. Um neorrural pode ser, ao mesmo tempo, produtor rural, agricultor familiar, prestador de serviços, proprietário, empreendedor rural ou participante de organizações locais. Da mesma forma, um rural tradicional pode apresentar práticas e formas de atuação semelhantes às encontradas entre neorrurais sem que isso altere sua trajetória.

A definição ajuda ainda a diferenciar os neorrurais da população denominada nesta dissertação como rurbana. A trajetória urbana anterior e a presença física no campo, isoladamente, não são suficientes para reconhecer uma trajetória neorrural. Quando a relação com o rural permanece limitada à residência, à propriedade ou ao consumo de amenidades, sem sua incorporação ao projeto de vida e sem a construção de vínculos territoriais efetivos, não estão presentes os elementos reunidos na definição proposta.

8.7 - Da definição à possibilidade de identificação empírica

A partir da definição refinada, buscou-se explorar a possibilidade de identificação empírica dos neorrurais por meio de perguntas objetivas que pudessem ser utilizadas em levantamentos de dados rurais. Para isso, os cinco elementos constitutivos da definição foram organizados em categorias de identificação e relacionados a possíveis perguntas, tomando como referência o questionário do

Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (LUPA 2016/17). Buscou-se seguir sua lógica de perguntas curtas e respostas passíveis de codificação, observando quais informações já eram contempladas e quais poderiam representar ampliações do instrumento.

Foram organizadas cinco categorias: trajetória urbano-rural; escolha pelo rural; projeto de vida; inserção e vínculos territoriais; e dimensões da inserção rural. A seguir, apresentam-se seus objetivos, as perguntas propostas e a situação de cada uma em relação ao questionário consultado:

Categoria 1. Trajetória urbano-rural

A primeira categoria busca identificar a existência e a importância de uma trajetória urbana anterior ou presente no percurso de inserção rural. Para isso, foram propostas três perguntas:

- Pergunta 1. Onde nasceu? Município/UF: _____
- Pergunta 2. Já morou em área urbana?

A – Sim

B – Não

- Pergunta 3. Por quanto tempo morou em área urbana? _____ anos.

Essas informações permitiriam reconhecer a experiência urbana na trajetória de vida do entrevistado. No questionário do LUPA 2016/17 consultado, não foram identificadas perguntas correspondentes, de modo que sua inclusão representaria a incorporação de novas variáveis.

Categoria 2. Escolha pelo rural

A segunda categoria busca reconhecer se a incorporação do rural à trajetória de vida decorreu de uma escolha voluntária da pessoa. Para isso, propõe-se:

- Pergunta 4. A decisão de viver no meio rural foi voluntária, por decisão própria?

A – Sim

B – Não

Essa informação não foi identificada no questionário do LUPA 2016/17 consultado e representaria uma nova variável. Sua finalidade seria reconhecer a voluntariedade da escolha, sem confundi-la com as motivações ou circunstâncias que levaram à aproximação com o rural.

Categoria 3. Projeto de vida

A terceira categoria busca identificar a perspectiva de continuidade do vínculo com o rural e a existência de projetos futuros relacionados à vida rural. Foram propostas duas perguntas:

- Pergunta 5. Pretende permanecer vinculado ao meio rural nos próximos anos?

A – Sim

B – Não

C – Não sabe / Depende das circunstâncias de vida

- Pergunta 6. Tem projetos futuros relacionados à vida no meio rural?

A – Sim

B – Não

C – Não sabe

As perguntas procuram reconhecer se o rural integra o projeto de vida da pessoa e se existe alguma perspectiva de continuidade dessa relação. Não foram identificadas perguntas correspondentes no questionário do LUPA 2016/17 consultado, de modo que representariam novas variáveis.

Categoria 4. Inserção e vínculos territoriais

A quarta categoria busca identificar a concretização da relação com o rural por meio da residência e/ou da construção de relações regulares no território. Foram propostas as seguintes perguntas:

- Pergunta 7. Reside na propriedade/UPA?

A – Sim

B – Não

- Pergunta 8. Mantém relações regulares com outras pessoas, produtores, organizações ou instituições do território?

A – Sim

B – Não

Em relação ao LUPA 2016/17, a informação sobre residência na UPA já é contemplada. O levantamento também registra informações relacionadas ao cooperativismo, associativismo, sindicalização e assistência técnica, abrangendo parcialmente as relações territoriais. Entretanto, a identificação de outras formas de

inserção e construção de vínculos no território exigiria a ampliação das informações coletadas.

Categoria 5. Dimensões da inserção rural

A quinta categoria busca reconhecer as diferentes formas pelas quais os vínculos territoriais se expressam nas dimensões da ruralidade. Considerando que a atuação de uma mesma pessoa pode envolver diferentes atividades e relações com o rural, foi proposta uma pergunta mais ampla, que admite múltiplas respostas:

- Pergunta 9. Quais atividades ou formas de atuação mantém atualmente no meio rural? Assinale todas as alternativas aplicáveis.

a. Produção agrícola, pecuária ou florestal.
b. Processamento ou comercialização de produtos rurais.
c. Turismo, hospedagem ou lazer rural.
d. Prestação de serviços.
e. Conservação ou recuperação ambiental.
f. Manejo de água, solo, florestas ou biodiversidade.
g. Atividades educacionais, de educação ambiental ou outras formações.
h. Atividades culturais e artísticas.
i. Prestação de serviços na área da saúde.
j. Participação comunitária ou trabalho coletivo.
k. Participação em associação, cooperativa ou organização.
l. Participação em conselho, grupo de trabalho ou espaço de governança.
m. Outras: _____
n. Nenhuma das anteriores.

No questionário do LUPA 2016/17, essa dimensão encontra cobertura parcial, especialmente nas informações sobre produção agropecuária e atividades econômicas rurais não agropecuárias. Sua ampliação permitiria reconhecer outras formas de atuação no território, incluindo funções ambientais, sociais, culturais, educativas e institucionais, em consonância com a compreensão multidimensional do rural adotada nesta dissertação.

Alcances e limites da proposta

A aproximação dos elementos da definição com perguntas de identificação permitiu reconhecer que parte das informações necessárias já é contemplada pelo LUPA, enquanto outras exigiriam a incorporação de novas variáveis ou a ampliação das existentes. As principais possibilidades de aprimoramento estão relacionadas à trajetória urbana, à escolha voluntária pelo rural, à perspectiva de continuidade e a uma compreensão mais ampla das formas de inserção territorial e das diferentes dimensões da ruralidade.

A proposta apresentada constitui uma proposta preliminar de operacionalização da definição, e não um questionário validado ou uma regra automática de classificação. Sua aplicação exigiria etapas posteriores de teste, validação e diálogo com as instituições responsáveis pelos levantamentos.

8.8 - O neorrural como integrante da população rural

O aprofundamento realizado permite responder a uma das questões levantadas durante a defesa: o neorrural não precisa deixar de ser neorrural para se tornar rural. Ele é parte da população rural. O que o diferencia é uma trajetória específica de construção de sua ruralidade, marcada pela experiência urbana e pela escolha posterior de incorporar o rural ao projeto de vida.

Essa compreensão evita estabelecer uma oposição entre neorrurais e rurais tradicionais. A população rural é heterogênea, tanto entre aqueles que nasceram e construíram sua vida no campo quanto entre os sujeitos associados às novas ruralidades. A categoria neorrural torna visível uma dessas trajetórias, sem substituir ou hierarquizar as demais.

Da mesma forma, o tempo de permanência no campo não elimina, por si só, essa trajetória. Uma pessoa que vive há muitos anos no rural pode continuar sendo reconhecida como neorrural e, ao mesmo tempo, integrar plenamente a população rural. A categoria não representa, portanto, uma etapa anterior ao rural, mas uma das trajetórias possíveis dentro da população rural contemporânea.

8.9 - Considerações finais e desdobramentos

O aprofundamento realizado permitiu delimitar com maior precisão os elementos constitutivos da definição de neorrural, distinguindo-os das características, motivações e formas de atuação encontradas entre os entrevistados. O diálogo com os dados da pesquisa e com a literatura contribuiu para compreender melhor os limites dessa categoria, especialmente quanto à trajetória urbana, à

escolha pelo rural, à construção de vínculos territoriais e à sua relação com a população rural.

A aproximação desses elementos com perguntas de identificação amplia também a contribuição aplicada da dissertação. O exercício oferece uma primeira indicação de como trajetórias neorrurais poderiam começar a ser reconhecidas em levantamentos, respondendo à recomendação já apresentada de ampliar sua visibilidade nas estatísticas e diagnósticos rurais.

Ao mesmo tempo, a comparação com o LUPA reforça uma reflexão que ultrapassa os neorrurais: a necessidade de instrumentos capazes de reconhecer a multifuncionalidade do rural e suas dimensões produtivas, ambientais, sociais, culturais, educativas e institucionais.

Como proposta derivada de uma pesquisa qualitativa e exploratória, a definição e a matriz permanecem abertas a testes e aprofundamentos. Sua contribuição está em oferecer uma base construída a partir dos dados da APA Sistema Cantareira, colocada em diálogo com a literatura e organizada de forma a permitir novos estudos e futuras aplicações.

CAPÍTULO 9

EPÍLOGO

Fechamento de uma jornada em primeira pessoa

As conclusões desta pesquisa encerram sua contribuição científica. O epílogo a seguir não acrescenta novos resultados ou interpretações, mas apresenta uma breve reflexão da pesquisadora sobre o percurso de construção do conhecimento desenvolvido ao longo desta investigação.

Esta pesquisa inicia com uma abertura em primeira pessoa e, por coerência com o caminho percorrido, escolho também encerrá-la da mesma forma.

Ao iniciar esta investigação, meu propósito era compreender quem eram os neorrurais da APA Sistema Cantareira. Imaginava que, ao caracterizar suas trajetórias, motivações, desafios e contribuições, seria possível ampliar sua compreensão e fortalecer seu reconhecimento institucional. No entanto, à medida que a pesquisa avançava, compreendi que entender essa população exigia, antes, aprender uma nova forma de olhar o território. Os neorrurais revelaram-se uma importante expressão das transformações contemporâneas do espaço rural, mas sua presença só passou a fazer sentido quando observada nas relações que estabelecem com os demais atores, com as instituições e com as dinâmicas que estruturam esse território.

Também reconheço que este trabalho só foi possível graças ao apoio do comitê de orientação, que acompanhou este percurso com generosidade, escuta atenta e questionamentos que ampliaram meu olhar sobre a pesquisa. Da mesma forma, sou profundamente grata às pessoas que aceitaram participar desta investigação. Gestores públicos, representantes das organizações da sociedade civil, rurais tradicionais e neorrurais compartilharam experiências, inquietações e aprendizados que nenhuma outra fonte seria capaz de revelar. A cada entrevista, compreendi que o conhecimento produzido por esta pesquisa é, antes de tudo, uma construção compartilhada.

Talvez meu maior aprendizado desta jornada tenha sido perceber que os territórios, muitas vezes, já possuem pessoas, conhecimentos, iniciativas, recursos e

instituições capazes de impulsionar seu próprio desenvolvimento. O desafio nem sempre está na ausência desses ativos, mas na capacidade de reconhecê-los, conectá-los e colocá-los em movimento. Essa compreensão ultrapassou os objetivos que inicialmente tracei para esta pesquisa e transformou também minha própria forma de compreender o desenvolvimento rural.

Reconheço que esse é um dos maiores valores do Mestrado Profissional: produzir conhecimento científico rigoroso que dialogue com a realidade e possa retornar ao território como instrumento de reflexão e transformação. Se esta pesquisa contribuir para ampliar o olhar de pesquisadores, gestores públicos, organizações e comunidades sobre seus próprios territórios, estimulando formas mais integradas de reconhecer e mobilizar os ativos já existentes, ela terá cumprido um propósito que ultrapassa esta dissertação.

À pesquisa, deixo minha profunda gratidão. Ela me ensinou que o conhecimento científico não se encerra nas respostas que produz, mas na capacidade de transformar a forma como passamos a enxergar a realidade. Mais do que compreender os neorrurais, aprendi a reconhecer a potência dos territórios e das pessoas que os constroem cotidianamente. É essa esperança que levo comigo ao encerrar esta jornada.

CAPÍTULO 10

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALMEIDA, António; FARIA, Joana; VASCONCELOS, Clara. Revisitando Man and Nature de George Perkins Marsh, o pioneiro do ambientalismo. In: *Atas do II Colóquio História das Ciências para o Ensino*. Coimbra: Universidade de Coimbra – FCTUC, 2014. p. 86–104. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Antonio_Almeida16/publication/277657626_Revisitando_Man_and_Nature_de_George_Perkins_Marsh_o_pioneiro_do_ambientalismo/links/556f21a108aeccd777410b28. Acesso em: mar. 2026.

ALVES, Flamarion Dutra. Apontamentos teórico-metodológicos sobre a ruralidade. *Revista Rural & Urbano*, Recife, v. 6, n. 1, p. 27–46, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/ruralurbano/article/view/249027. Acesso em: fev. 2026.

AUN, Nádia Jarouche; NORDER, Luis Antônio Cabello; FAGUNDES, Giovanna Garcia. A atuação de populações neorurais em atividades sustentáveis: um estudo de caso do grupo "Orgânicos da Mantiqueira". *RURIS (Campinas, Online)*, Campinas, v. 12, n. 1, p. 37–62, 2020. DOI: 10.53000/rr.v12i1.2918. Disponível em: https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/17003. Acesso em: fev. 2026.

BARROS, Manoel Souza. *Aspectos sociológicos da vida rural brasileira*. Brasília: Ministério da Agricultura, Serviço de Informação Agrícola, 1967. Disponível em: https://repositorio-dspace.agricultura.gov.br/bitstream/1/2332/1/BR6006822.pdf Acesso em: jan. 2026.

BOMBARDELLI, Cibele Lúcia; DEGGERONE, Zenicléia Angelita; ZONIN, Valdecir José. Origem e trajetória dos neorrurais: uma revisão bibliométrica. In: *61º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)*, Piracicaba, 2023. DOI: 10.29327/sober2023.611780. Disponível em: https://sober.org.br/anais/origem-e-trajetoria-dos-neorrurais-uma-revisao-bibliometrica/ Acesso em: fev. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Áreas Protegidas. Departamento de Áreas Protegidas. *Guia prático de captação de recursos para áreas protegidas e outras medidas de conservação no nível local*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2022. 149 p. ISBN 978-65-88265-23-9.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). *Conheça as políticas e programas do MDA*. Brasília, DF, 18 jul. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/noticias/2024/07/conheca-as-politicas-e-programas-do-mda. Acesso em: dez. 2025.

BRYCESON, Deborah Fahy. Deagrarianization and rural employment in sub-Saharan Africa: a sectoral perspective. *World Development*, Oxford, v. 24, n. 1, p. 97–111, 1996. DOI: 10.1016/0305-750X(95)00119-W. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/0305750X9500119W. Acesso em: jan. 2026.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
Disponível em: https://tecnologia.ufpr.br/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2017/09/HOLANDA-S%C3%A9rgio-Buarque-Ra%C3%ADzes-do-Brasil.pdf. Acesso em: jan. 2026.

CALHEIROS, António; DUQUE, Eduardo Jorge. A contraurbanização: paisagem e humanidade. In: *Congresso Português de Sociologia*, 7., 2012, Porto. *Sociedade, crise e reconfigurações*. Porto: Associação Portuguesa de Sociologia, 2012. p. 1–13. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/entities/publication/464e6fd0-7c97-4c93-8370-371152884ca2. Acesso em: jan. 2026.

CABRERA, Lilian Cervo; CALDARELLI, Carlos Eduardo. O que conhecemos sobre a pobreza rural? Um panorama bibliométrico sobre a literatura. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Salvador, v. 24, n. 52, p. 274–296, maio/ago. 2022. DOI: https://doi.org/10.36810/rde.v2i52.7394. Disponível em: https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/7394. Acesso em: dez. 2025.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, Rio de Janeiro, p. 53–75, out. 1998. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/135. Acesso em: dez. 2025

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio. Multifuncionalidade da agricultura familiar. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários (Cadernos do CEAM, n. 17), 2005. p. 43–58.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 53–66. Disponível em: https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-outras-publicacoes-1/juventude-rural-em-perspectiva.pdf/view. Acesso em: fev.2026.

CARVALHO, Lívia Hernandes. A concentração fundiária e as políticas agrárias governamentais recentes. *Revista IDeAS: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, v. 4, n. 2, p. 395–428, 2010. Disponível em: https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/pt_BR/article/view/50. Acesso em: dez.2025.

CASTRO, Nicole Rennó; GARCIA, Junior Ruiz; NAVARRO, Zander Soares de. Abertura: Introdução ao Brasil Rural In: CASTRO, Nicole Rennó; GARCIA, Junior Ruiz; NAVARRO, Zander Soares de (orgs.). *Dinâmica econômica e o mundo do trabalho no Brasil rural*. São Paulo: Editora Baraúna, 2025. p. 30–48. Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/handle/doc/1178070. Acesso em: dez.2025.

CERNEA, Michael M. The risks and reconstruction model for resettling displaced populations. *World Development*, v. 25, n. 10, p. 1569–1587, 1997. DOI: https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)00054-5. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X97000545. Acesso em: mar.2026.

CHANG-SHENG, Shu. Do Grande Salto para Frente à Grande Fome: China de 1958–1962. *Diálogos* (Maringá), Maringá, v. 8, n. 1, p. 107–129, 2004. DOI: https://doi.org/10.4025/dialogos.v8i1.199. Disponível em: https://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/38027. Acesso em: abr.2026.

CHAZDON, Robin L.; BRANCALION, Pedro H. S.; LAMB, David; LAESTADIUS, Lars; CALMON, Miguel; KUMAR, Chetan. A policy-driven knowledge agenda for global forest and landscape restoration. *Conservation Letters*, Hoboken, v. 10, n. 1, p. 125–132, 2017. DOI: https://doi.org/10.1111/conl.12220. Disponível em: https://conbio.onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/conl.12220. Acesso em: fev.2026.

CHEVALIER, Michel. Neo-rural phenomena. *L'Espace géographique*, Paris, número especial em inglês: Espaces, modes d'emploi. Two decades of L'Espace géographique, an anthology, p. 175–191, 1993. https://doi.org/10.3406/spgeo.1993.3201. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1993_hos_1_1_3201. Acesso em: nov.2025.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Nuevas narrativas para una transformación rural en América Latina y el Caribe*. Santiago: CEPAL, 2022. 311 p. Disponível em: https://www.cepal.org/es/publicaciones/67977-nuevas-narrativas-transformacion-rural-america-latina-caribe-medicion. Acesso em: jan.2026.

COMITÊS PCJ. *Relatório de Situação dos Recursos Hídricos 2021 (Ano Base 2020): UGRHI 05 – Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – versão simplificada*. Piracicaba: Comitês PCJ, 2021. 135 p. Disponível em: https://agencia.baciaspcj.org.br/wp-content/uploads/Relatorio-de-Situacao-dos-Recursos-Hidricos-nas-Bacias-PCJ-2021-Ano-Base-2020.pdf. Acesso em: abr. 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). *Financiamento da gestão ambiental municipal*. Brasília: CNM, 2017. 76 p. ISBN 978-85-8418-078-3. Disponível em: https://cnm.org.br/storage/biblioteca/Financiamento_da_Gestao_Ambiental-2017.pdf. Acesso em: maio 2026.

COORDENAÇÃO DE ÓRGÃOS COLEGIADOS E PLANEJAMENTO DA SDT/MDA. Desenvolvimento sustentável de territórios rurais. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários (Cadernos do CEAM, n. 17), 2005. p. 141–166.

CRESWELL, John W. *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. ISBN 978-85-363-0892-0.

DE LIMA, Renato A. F.; DAUBY, Gilles; DE GASPER, André L.; FERNANDEZ, Eduardo P.; VIBRANS, Alexander C.; DE OLIVEIRA, Alexandre A.; PRADO, Paulo I.; SOUZA, Vinícius C.; DE SIQUEIRA, Marinez F.; TER STEEGE, Hans. Comprehensive conservation assessments reveal high extinction risks across Atlantic Forest trees. *Science*, Washington, v. 383, n. 6679, p. 219-225, 12 jan. 2024. Disponível em: https://www.science.org/doi/10.1126/science.abq5099. Acesso em: fev.2026.

DIB, Viviane; NALON, Marco Aurélio; AMAZONAS, Nino Tavares; VIDAL, Cristina Yuri; ORTIZ-RODRÍGUEZ, Iván A.; DANĚK, Jan; OLIVEIRA, Maíra Formis de; ALBERTI, Paola; SILVA, Rafaela Aparecida da; PRECINOTO, Raíza Salomão; GOMES, Taciana Figueiredo. Drivers of change in biodiversity and ecosystem services in the Cantareira System Protected Area: a prospective analysis of the implementation of public policies. *Biota Neotropica*, Campinas, v. 20, supl. 1, e20190915, 2020. DOI: https://doi.org/10.1590/1676-0611-BN-2019-091. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bn/a/zrZFcfQzwjmLTXY5pxKPgGR/?lang=en. Acesso em: fev.2026.

DRUMMOND, José Augusto. Desenvolvimento sustentável: debates em torno de um conceito problemático. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 755–761, fev. 1999. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-59701999000100012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hcsm/a/GGHLFRVB7gBR7tZsH7SbtWm/?lang=pt. Acesso em: dez.2025.

DU PISANI, Jacobus A. Sustainable development – historical roots of the concept. *Environmental Sciences*, v. 3, n. 2, p. 83–96, 2006. DOI: https://doi.org/10.1080/15693430600688831. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/15693430600688831. Acesso em: jan.2026.

FAO; IFAD; OPAS; UNICEF; PMA. *América Latina e Caribe – Panorama Regional da Segurança Alimentar e Nutricional 2024: estatísticas e tendências*. Santiago: FAO, 2025. DOI: https://doi.org/10.4060/cd3877en. Disponível em: https://openknowledge.fao.org/items/c500cc9c-d1ab-4498-8c45-ca484fc12da3. Acesso em: dez.2025.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FAXINA, Fabiana; TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. Conservação ambiental no campo ou estratégia de transferência de recursos do rural ao urbano. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 237–247, maio/ago. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S1982-45132011000200007. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/sociedadenatureza/article/view/10034. Acesso em: fev.2026.

FREIRE, Hendrix Barros Manzano Vidotto; MELLO, Leonardo Freire de; FRIGO, Michelle Sato. Populações neorrurais: uma revisão teórica acerca dos conceitos do urbano e do rural no Brasil. In: III *Congresso Internacional Gestão Territorial para o Desenvolvimento Rural*, 3., 2016, Brasília, DF. *Anais* [...]. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2016.

GARAVITO, Cecilia. Sen, Amartya, *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981. *Economía*, Lima, v. 11, n. 21, p. 147–150, 1988. DOI: https://doi.org/10.18800/economia.198801.0005. Disponível em: https://revistas.pucp.edu.pe/index.php/economia/article/view/1030. Acesso em: dez. 2025.

GAVARD, François M. P. Do impasse ao consenso: um breve histórico do conceito de desenvolvimento sustentável. *Revista Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 22, n. 2, p. 9–18, 2009. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1175. Acesso em: dez.2025.

GEVEHR, Daniel Luciano; BERTI, Franciele. Gentrificação: uma discussão conceitual. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 5, n. 1, p. 85-107, jan./jul. 2017. DOI: https://doi.org/10.23900/2359-1552v5n1. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/182. Acesso em: dez.2025.

GIULIANI, Gian Mario. Neo-ruralismo: um novo estilo dos velhos modelos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 59-67, 1990. Disponível em: https://anpocs.org.br/1990/01/27/vol-5-no-14-rio-de-janeiro-1990/ Acesso em: dez.2025.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: procesos ecológicos en agricultura sostenible*. Turrialba, Costa Rica: CATIE, 2002. ISBN 978-9977-57-385-4. Disponível em: https://repositorio.catie.ac.cr/handle/11554/9149. Acesso em: mar.2026.

GÓMEZ PELLÓN, Eloy. Aspectos teóricos de las nuevas ruralidades latinoamericanas. *Gazeta de Antropología*, Granada, v. 31, n. 1, art. 11, 2015. DOI: https://doi.org/10.30827/Digibug.36669. Disponível em: https://digibug.ugr.es/handle/10481/36669. Acesso em: fev.2026.

GONÇALVES, Leonardo Giovane Moreira; PIMENTEL, Juliana Maria Vaz; VIOLIN, Fábio Luciano. O mítico como produto turístico: o caso do lobisomem da Estância Turística de Joanópolis/SP. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, 2018. DOI: https://doi.org/10.18472/cvt.18n1.2018.1230. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115454562005. Acesso em: abr.2026.

GRISA, Catia; SCHMITT, Claudia Job; SILVA, Marcos Alexandre Pimentel da; LEITE, Sergio Pereira; ZIMMERMANN, Silvia; BARBOSA, Yamira Rodrigues de Souza. *A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2022. E-book. ISBN 978-65-87665-10-8. Disponível em: https://br.boell.org/pt-br/2022/10/14/desestruturacao-das-politicas-publicas-de-fortalecimento-da-agricultura-familiar. Acesso em: dez.2025.

HALFACREE, Keith. Rural space: constructing a three-fold architecture. In: CLOKE, Paul; MARSDEN, Terry; MOONEY, Patrick (org.). *Handbook of rural studies*. London: Sage, 2006. p. 44–62.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. *Mercator – Revista de Geografia da UFC*, Fortaleza, v. 12, n. especial (2), p. 103–112, set. 2013. DOI: https://doi.org/10.4215/RM2013.1202.00. Disponível em: https://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/1177. Acesso em: dez.2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades e Estados*. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br. Acesso em: abr. 2026.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Summary for policymakers. In: INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate change 2023: synthesis report: contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Geneva: IPCC, 2023. p. 1–34. DOI: https://doi.org/10.59327/IPCC/AR6-9789291691647.001. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/summary-for-policymakers/. Acesso em: fev.2026.

JACOB, Jeffrey C. The North American back-to-the-land movement. *Community Development Journal*, v. 31, n. 3, p. 241–249, July 1996. DOI: https://doi.org/10.1093/cdj/31.3.241. Disponível em: https://academic.oup.com/cdj/article-abstract/31/3/241/343331. Acesso em: mar.2026.

JACOB, Jeffrey C.; BRINKERHOFF, Merlin B. Alternative technology and part-time, semi-subsistence agriculture: a survey from the back-to-the-land movement. *Rural Sociology*, v Columbia, MO, v. 51, n. 1, p. 43–59, 1986. Disponível em: https://digital.library.cornell.edu/catalog/chla5075626_4336_001. Acesso em: mar.2026.

JIMÉNEZ PÉREZ, Ignacio. *Produção de natureza: parques, rewilding e desenvolvimento local*. Curitiba: SPVS, 2019. 584 p. ISBN 978-85-63293-12-1. Disponível em: https://spvs.org.br/materiais-institucionais/. Acesso em: abr.2026.

JOLLIVET, Marcel. A “vocação atual” da sociologia rural. *Estudos – Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 5–25, nov. 1998. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/133. Acesso em: dez.2025.

KING, Joe J. Back-to-the-land movements. *Rural Sociology*, Columbia, MO, v. 10, n. 1, p. 71–84, 1945. Disponível em: https://digital.library.cornell.edu/catalog/chla5075626_4336_001. Acesso em: dez.2025.

LEES, Loretta; SLATER, Tom; WYLY, Elvin. *The gentrification reader*. London: Routledge, 2010.

LIMA, Thales Augusto Zamberlan Pereira de; WAISBICH, Laura Trajber; SERAFIM, Lizandra. *"One Single Agriculture": dismantling policies and silencing peasant family farmers in Brazilian foreign policy (2016–2022).* Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 65, n. 2, e018, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7329202200218. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/hRRwXrPKVWXsydnKrr9hWfn/?format=html&lang=en. Acesso em: mar.2026.

LITTLE, J. Otherness, representation and the cultural construction of rurality. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 3, p. 437–442, 1999. DOI: https://doi.org/10.1177/030913259902300307. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/030913259902300307. Acesso em: nov.2025.

MATTEI, Lauro. Considerações acerca de teses recentes sobre o mundo rural brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, supl. 1, p. S105–S124, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600006. Disponível em: https://revistasober.org/article/doi/10.1590/S0103-20032014000600006. Acesso em: nov.2025.

MATTOS, Rafael Arosa de. População neo-rural e agricultura orgânica: mudanças no meio rural da Região Peri-metropolitana do Rio de Janeiro. In: RANDOLPH, Rainer; SOUTHERN, Barbra Candice (org.). *Expansão metropolitana e transformação das interfaces entre cidade, campo e região na América Latina*. São Paulo: Max Limonad, 2011. p. 322–337.

MÉNDEZ SASTOQUE, Marlon Javier. El neorruralismo como práctica configurante de dinámicas sociales alternativas. *Revista Luna Azul*, Manizales, n. 34, p. 113–130, 2012. DOI: https://doi.org/10.17151/luaz.2012.34.8. Disponível em: https://revistasojs.ucaldas.edu.co/index.php/lunazul/article/view/1138. Acesso em: fev.2026.

MÉNDEZ SASTOQUE, Marlon Javier. Una tipología de los nuevos habitantes del campo: aportes para el estudio del fenómeno neorrural a partir del caso de Manizales, Colombia. *Revista de Economia e Sociologia Rural,* Piracicaba, v. 51, supl. 1, p. S031–S048, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/. Acesso em: janeiro 2026. Disponível em: https://revistasober.org/article/doi/10.1590/S0103-20032013000600002. Acesso em: fev.2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 34. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. 108 p. (Coleção Temas Sociais).

MORAES, Maurecir Guimarães de. O pensamento ambiental em José Bonifácio de Andrada e Silva. *Vértices*, Campos dos Goytacazes, v. 16, n. 2, p. 129–142, maio/ago. 2014.
DOI: https://doi.org/10.5935/1809-2667.2014002. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20140022. Acesso em: mar.2026.

MORAN, Emilio F. The adaptive system of Amazonian caboclo. In: WAGLEY, Charles (org.). *Man in the Amazon*. Gainesville: University Press of Florida, 1974. p. 136–159.

MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. Pertinência da categoria rural para análise do social. *Ciência e Agrotecnologia*, Lavras, v. 26, n. 2, p. 392–399, mar./abr. 2002. Disponível em: https://cienciaeagrotecnologia.ufla.br/images/artigos-publicados/N.1/2002_n3/VOL.26_N.2/Pertin%C3%AAncia_da_categoria.pdf. Acesso em: dez.2025.

MORAIS, Marta Aparecida de Oliveira. *O Sistema Cantareira e a análise de impactos socioambientais da construção da represa do Jaguari-Jacareí*. 2010.115f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/12291. Acesso em: mar.2026.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural brasileiro: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83–100, dez. 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300009. Disponível em: https://revistas.usp.br/eav/pt_BR/article/view/9825. Acesso em: jan.2026.

NOGUÉ, Joan. El reencuentro con el lugar: nuevas ruralidades, nuevos paisajes y cambio de paradigma. *Documents d'Anàlisi Geogràfica*, Bellaterra, v. 62, n. 3, p. 489–502, 2016. DOI: 10.5565/rev/dag.373. Disponível em: https://dag.revista.uab.cat/article/view/v62-n3-nogue. Acesso em: dez.2025.

OLIVEIRA, Jaqueline Rodrigues de; OLIVEIRA, Romualdo Rocha de. A valoração dos serviços ecossistêmicos como ferramenta de proteção ambiental. *Revista Foco*, [s. l.], v. 17, n. 6, e5146, 2024. DOI: https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n6-0701. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/5146. Acesso em: abr.2026

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Os “Limites do Crescimento” 40 anos depois: das “profecias do apocalipse ambiental” ao “futuro comum ecologicamente sustentável”. Revista Continentes (UFRRJ), [S. l.], ano 1, n. 1, p. 72–96, jul./dez. 2012. DOI: https://doi.org/10.51308/continentes.v1i1.8. Disponível em: https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/8. Acesso em: fev.2026.

OLIVEIRA JÚNIOR, Clovis José Fernandes et al. *Sociobiodiversidade e agricultura familiar em Joanópolis, SP, Brasil: potencial econômico da flora local*. Hoehnea, v. 45, n. 1, p. 40–54, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/hoehnea/a/mjGb8bmcR5p5Jw4B3HQ7wyC/?format=html&lang=pt. Acesso em abr.2026.

OSTROM, Elinor. Polycentric systems for coping with collective action and global environmental change. *Global Environmental Change*, v. 20, n. 4, p. 550-557, 2010. DOI: https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.07.004. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378010000634. Acesso em: abr.2026.

OXFAM INTERNATIONAL. *Unearthed: land, power and inequality in Latin America*. Oxford: Oxfam GB for Oxfam International, 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org/en/research/unearthed-land-power-and-inequality-latin-america. Acesso em: dez.2025.

PÁDUA, José Augusto. A ocupação do território brasileiro e a conservação dos recursos naturais. In: MILANO, Miguel Serediuk; TAKAHASHI, Leide Yassuco; NUNES, Maria de Lourdes (org.). *Unidades de conservação: atualidades e tendências*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2004. p. 12–19. ISBN 85-88912-04-X

PEREHOUSKEI, Nestor Alexandre; JACINTO, Janério Manoel; MENDES, Cesar Miranda. O rural e o urbano: contribuições para a compreensão da relação do espaço rural e do espaço urbano. *Revista Percurso*, Maringá, v. 4, n. 2, p. 173–191, 2012. DOI: https://doi.org/10.4025/revpercurso.v4i2.18767. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49549. Acesso em: dez.2025.

PETERS, B. Guy. Os dois futuros do ato de governar: processos de descentralização e recentralização no ato de governar. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 59, n. 3, p. 289-307, jul./set. 2008. DOI: https://doi.org/10.21874/rsp.v59i3.151. Disponível em: https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/151. Acesso em: abr.2026.

PHILLIPS, Martin. Rural gentrification and the processes of class colonisation. *Journal of Rural Studies*, v. 9, n. 2, p. 123–140, 1993. DOI: https://doi.org/10.1016/0743-0167(93)90023-G. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/074301679390026G. Acesso em: jan.2026.

PHILLIPS, Martin. Other geographies of gentrification. *Progress in Human Geography*, Londres, v. 28, n. 1, p. 5–30, 2004. DOI: 10.1191/0309132504ph458oa. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1191/0309132504ph458oa. Acesso em: fev. 2026.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000. ISBN 85-352-0079-5.

PRADO, Rachel Bardy. Serviços ecossistêmicos e ambientais na agricultura. In: PALHARES, Julio Cesar Pascale; GEBLER, Luciano (ed.). *Gestão ambiental na agricultura*. Brasília, DF: Embrapa, 2014. v. 2, cap. 11, p. 413–456. Disponível em: https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/987238. Acesso em: mar.2026.

PROENÇA, Lúcio Costa; PROENÇA, Rossana Pacheco da Costa. Cultivando regeneração: a lógica econômica em agroflorestas sucessionais. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica, v. 36, n. 1, p. 21–42, 2023. ISSN 2385-4650. Disponível em: https://redibec.org/ojs/index.php/revibec/issue/view/vol36_1. Acesso em: mar.2026.

QUIRÓS, Julieta. Nacidos, criados, llegados: relaciones de clase y geometrías socioespaciales en la migración neorrural de la Argentina contemporánea**.** *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, Bogotá, v. 28, n. 2, p. 271–287, jul./dic. 2019. DOI: 10.15446/rcdg.v28n2.73512. Disponível em: https://revistas.unal.edu.co/index.php/rcg/article/view/73512. Acesso em: dez.2025.

RAMOS, Flavia Soares. *Um estudo relacional sobre as/os novas/os agricultoras/es de origem urbana e sua participação no setor agroalimentar da região da Grande Florianópolis (SC)*. 2022. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/234835.Acesso em: abr.2026.

RANGEL, Ingrid Ribeiro da Gama. Jeca Tatu: retrato de um país desigual. *Revista Vértices*, Campos dos Goytacazes, v. 13, n. 1, p. 61–72, jan./abr. 2011. DOI: https://doi.org/10.5935/1809-2667.20110004. Disponível em: https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20110004. Acesso em: mar.2026.

RETIÈRE, Morgane; MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. A justiça ecológica em processos de reconfiguração do rural: estudo de casos de neorrurais no estado de São Paulo. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 57, n. 3, p. 490–503, 2019. DOI: 10.1590/1806-9479.2019.184109. Disponível em: https://revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2019.184109. Acesso em: jan.2026.

RIBEIRO, Ione Cristina Dantas; SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. Neorrurais: uma identidade em construção na era da globalização. In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA; REUNIÃO DE ANTROPÓLOGOS DO NORTE E NORDESTE, 14., 2015, Maceió. Anais da Reunião Equatorial de Antropologia e da XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2015. Disponível em: https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/gts_download/Ione%20Cristina%20Dantas%20Ribeiro%20-%201020307%20-%204029%20-%20corrigido.pdf. Acesso em: dez.2025.

RIBEIRO, Milton Cezar; METZGER, Jean Paul; MARTENSEN, Alexandre Camargo; PONZONI, Flávio Jorge; HIROTA, Márcia Makiko. The Brazilian Atlantic Forest: how much is left, and how is the remaining forest distributed? Implications for conservation. *Biological Conservation*, Amsterdam, v. 142, n. 6, p. 1141–1153, 2009. DOI: https://doi.org/10.1016/j.biocon.2009.02.021. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0006320709000974. Acesso em: mai.2026.

RÍOS-LLAMAS, Carlos; HERNÁNDEZ-VÁZQUEZ, Samuel. Counterurbanization in the peri-urban forest of Guadalajara, México. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, DF, v. 62, n. 3, e275967, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.275967. Disponível em: https://revistasober.org/article/doi/10.1590/1806-9479.2023.275967. Acesso em: jan.2026.

RODRIGUES, Cintya Maria Costa. *Águas aos olhos de Santa Luzia: um estudo de memória sobre o deslocamento compulsório de sitiantes em Nazaré Paulista-SP*. 1997. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1997. DOI: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.1997.116181. Disponível em: https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/116181. Acesso em: abr.2026.

RODRIGUES, João Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. Análise Social, Lisboa, v. 49, n. 211, p. 430–456, 2014. DOI: https://doi.org/10.31447/AS00032573.2014211.08. Disponível em: https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/23278. Acesso em: dez. 2025.

RODRIGUES, Ricardo R.; LIMA, Renato A. F.; GANDOLFI, Sérgius; NAVE, André G**.** On the restoration of high diversity forests: 30 years of experience in the Brazilian Atlantic Forest. *Biological Conservation*, Amsterdam, v. 142, n. 6, p. 1242-1251, 2009. DOI: https://doi.org/10.1016/j.biocon.2008.12.008. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0006320708004771. Acesso em: mar.2026.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. ISBN 85-86435-35-X.

SACHS, Ignacy. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento.* São Paulo: Cortez, 2007. ISBN 978-85-249-1153-8.

SALACHE, Loide Andréa; KLANOVICZ, Jó; KLANOVICZ, Luciana Rosar Fornazari; LOZECKYI, Jeferson; SALACHE, Cleverson Fernando. Um debate teórico sobre a atuação dos neorrurais em atividades sustentáveis: o caminho inverso dos movimentos migratórios. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (EIGEDIN), 5., 2021. *Anais do V Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)*. Naviraí: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, v. 5, n. 1, 2021. Disponível em: https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/13862. Acesso em: dez.2025.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; SABBATINI, Marcelo; LIMONGI, Ricardo. *Diretrizes para o uso ético e responsável da inteligência artificial generativa: um guia prático para pesquisadores*. São Paulo, SP: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom, 2024. ISBN 978-85-8208-142-6. Disponível em: https://www.portcom.intercom.org.br/ebooks/arquivos/livro-diretrizes-ia.pdf. Acesso: mai.2026.

SANTORO, Antonio. *Why traditional rural landscapes are still important to our future*. Landscape Ecology, [s. l.], v. 39, art. 135, 2024. DOI: 10.1007/s10980-024-01940-x. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10980-024-01940-x. Acesso em: fev.2026.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.111, de 4 de dezembro de 1998. Declara “Área de Proteção Ambiental – APA” o Sistema Cantareira. *Diário Oficial do Estado de São Paulo,* São Paulo, 1998. Disponível em: https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1998/lei-10111-04.12.1998.html. Acesso em: jan. 2026

SÃO PAULO (Estado). Mensagem nº 72, de 2 de julho de 1998. Encaminha veto total ao Projeto de Lei nº 558/1997, que declara o Sistema Cantareira como Área de Proteção Ambiental (APA). *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, Seção I, São Paulo, 3 jul. 1998. Disponível em: https://www.imprensaoficial.com.br/DO/GatewayPDF.aspx?link=%2F1998%2Fexecutivo+secao+i%2Fjulho%2F03%2Fpag_0002_E9BVNV5AS2KE8e658KLS859R0F4.pdf. Acesso em: jan.2026

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente; Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA). *Relatório final da Comissão Temática de Biodiversidade e Áreas Protegidas (CTBio): Plano de Manejo da APA Sistema Cantareira e da APA Represa do Bairro da Usina*. São Paulo, 11 set. 2020. Disponível em: https://smastr16.blob.core.windows.net/2001/2020/09/d-relatorio-final-ctbio-apa-siscantareira-e-apa-bausina.pdf. Acessado em: jan.2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Instituto de Pesquisas Ambientais. *Inventário da cobertura vegetal nativa do Estado de São Paulo*. São Paulo: SIMA/IPA, 2022. 238 p. ISBN 978-65-996417-2-5. Disponível em: https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/ipa/2022/06/inventario-da-cobertura-vegetal-nativa-do-estado-de-sao-paulo/. Acesso em: abr.2026.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo. *Plano de manejo: Área de Proteção Ambiental Sistema Cantareira.* São Paulo: Fundação Florestal, jan. 2020. Disponível em: https://sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/repositorio/511/documentos/apa_siscant-baiusina/plano_manejo_apa%20sistema%20cantareira_final.pdf. Acesso em: dez. 2025.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99–121, 2003. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/rztr5GB6thSx7TVPkw4wf7z/?format=html&lang=pt. Acesso em: jan.2026

SCHNEIDER, Sergio. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Agrários, 2005. (Cadernos do CEAM, ano V, n. 17). p. 23–42. Disponível em: https://neagri.unb.br/index.php?Itemid=376&catid=2&id=13&option=com_content&view=article. Acesso: jan.2026.

SCHNEIDER, Sergio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 511–531, 2010. DOI: https://doi.org/10.1590/S0101-31572010000300009. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rep/a/MWKqhnDFRzCwv9DKsFWZZhv/?format=html&lang=pt. Acesso em: fev.2026.

SCOTT, Mark; GKARTZIOS, Menelaos; HALFACREE, Keith. Introducing climate-related counterurbanisation: individual adaptation or societal maladaptation? Habitat International, v. 143, p. 102970, 2024. DOI: https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2023.102970. Disponível em: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0197397523002308. Acesso em: jan.2026

SCUDDER, Thayer.*The future of large dams: dealing with social, environmental, institutional and political costs.* London: Earthscan, 2005. ISBN 978-1-84407-183-6.

SERAFINI, Paula Gonçalves; MOURA, Jéssica Morais; ALMEIDA, Mariana Rodrigues; REZENDE, Júlio Dantas. Do desenvolvimento sustentável à Agenda 2030: principais marcos históricos. In: FILHO, Walter Leal; FRIZZO, Kamila; SERAFINI, Paula; FRANKENBERGER, Fernanda; GUERRA, José Baltazar Salgueirinho O. A. (orgs.). A teoria e a prática do desenvolvimento sustentável. São Carlos: Editora RIMA, 2024. p. 9–27. DOI: https://doi.org/10.55333/rima-978-65-84811-42-3_001. Disponível em: https://editorarima.com.br/wp-content/uploads/2024/04/A-Teoria-e-a-Pratica-do-Desenvolvimetno-Sustentavel-%E2%80%93-Capitulo-1-.pdf. Acesso em: fev.2026.

SILVA, Jonas de Carvalho; SOUZA, Reginaldo de Almeida. *A construção sociológica do espaço rural: problematizando dicotomias e (pré)conceitos*. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 21, n. 42, p. 164-181, jan./abr. 2018. DOI: https://doi.org/10.47946/rnera.v0i42.496. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera. Acesso: nov.2025.

SILVA, Rhafic Concolato da. O “novo rural”: uma ruptura paradigmática. *Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades*, Curitiba, v. 13, n. 2, p. 1–21, 2024. DOI: https://doi.org/10.23900/2359-1552v13n2-45-2024. Disponível em: https://journalppc.com/RPPC/article/view/871. Acesso em: jan.2026.

SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. London: Routledge, 1996. ISBN 978-0-415-13694-0.

SOARES, Tânia Ribeiro. Planejar a terra para preservar a água: a legislação e o planejamento do uso e ocupação do solo na sub-bacia Juqueri-Cantareira e as interfaces entre as políticas urbana, regional e de recursos hídricos. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, Tecnologia e Cidade) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Orientador: Sidney Piochi Bernardini. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_74d9a47d7222853720b7f151cab7acd3/Details. Acesso em: mar.2026.

SOUZA, André Lopes de; DAMASCO, Fernando Souza; MEDEIROS, Gabriel Bias Fortes Pereira da Silva; GARCIA, Romay Conde**.** Revisão metodológica da tipologia urbano-rural no Censo Demográfico 2022. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 11, e03062024, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320242911.03062024. Diponível em: https://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/revisao-metodologica-da-tipologia-urbanorural-no-censo-demografico-2022/19184. Acesso em: mar.2026.

STÉDILE, Miguel Enrique. *Brasil: reforma agrária como solução*. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2025. ISBN 978-85-326-7124-0.

THIES, Vanderlei Franck; CONTERATO, Marcelo Antonio. Desagrarização e agrarização da agricultura familiar em Salvador das Missões – Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, v. 61, n. 1, e245689, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.245689. Disponível em: https://revistasober.org/journal/resr/article/doi/10.1590/1806-9479.2021.245689. Acesso em: abr. 2026.

THOREAU, Henry David. *Walden ou a vida nos bosques*. Tradução de Astrid Cabral. Lisboa: Antígona, 2017. ISBN 978-972-608-106-7.

TUNDISI, José Galizia; TUNDISI, Takako Matsumura. Impactos potenciais das alterações do Código Florestal nos recursos hídricos. *Biota Neotropica*, Campinas, v. 10, n. 4, p. 67-75, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bn/a/9NFHqXk7LTh7gjJVGcPF34r/?format=html&lang=pt. Acesso em: mai.2026.

UEZU, Alexandre; SARCINELLI, Oscar; CHIODI, Rafael; JENKINS, Clinton Neil; MARTINS, Cristiana Saddy (org.). *Atlas dos serviços ambientais do Sistema Cantareira*. 1. ed. São Paulo: Memnon Edições Científicas; IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas, 2017. ISBN 978-85-7954-113-1.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization*. London: Earthscan, 2008. ISBN 978-1-84407-558-4.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Nuevos campesinos: campesinos e imperios alimentarios*. Tradução de Irene Bloemen e Víctor Claudín. 1. ed. Barcelona: Icaria Editorial, 2010. 432 p. (Perspectivas Agroecológicas, 5). ISBN 978-84-9888-206-3.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. ISBN 978-85-7617-051-8.

VEIGA, José Eli da. A relação rural/urbana no desenvolvimento regional. In: BOTELHO FILHO, Flávio Borges (org.). *Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), Núcleo de Estudos Agrários (NEAGRI), 2005. (Cadernos do CEAM, n. 17). p. 9-22.

VIZUETE, Beatriz; OTEROS-ROZAS, Elisa; GARCÍA-LLORENTE, Marina. Role of the neo-rural phenomenon and the new peasantry in agroecological transitions: a literature review. *Agriculture and Human Values*, Dordrecht, v. 41, p. 1277-1297, 2024. DOI: https://doi.org/10.1007/s10460-023-10537-0. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-023-10537-0. Acesso em: nov. 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000. Disponível em: https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178. Acesso em: nov.2025.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). *¿Una nueva ruralidad en América Latina?* Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 31-44. Disponível em: https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quinze/nazare15.htm. Acesso em: nov.2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.* Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 336 p. (Série Estudos Rurais). ISBN 978-85-386-0078-7.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil.* Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011. 152 p. ISBN 978-85-268-0957-4.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural,* v. 52, Supl. 1, p. 25-44, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/resr/a/4Hn3FCvFdb9VBYwSwJfKSGJ/abstract/?lang=pt. Acesso em: nov.2025.

WORLD COMMISSION ON DAMS (WCD). *Dams and development: a new framework for decision-making*. London: Earthscan Publications, 2000. xxxvii, 404 p. ISBN 1-85383-798-9.

WOLPERT, Franziska; QUINTAS-SORIANO, Cristina; PULIDO, Fernando; HUNTSINGER, Lynn; PLIENINGER, Tobias. Collaborative agroforestry to mitigate wildfires in Extremadura, Spain: land manager motivations and perceptions of outcomes, benefits, and policy needs. *Agroforestry Systems*, v. 96, n. 8, p. 1135–1149, 2022. DOI: 10.1007/s10457-022-00771-6. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10457-022-00771-6. Acesso em: mar.2026.

WOODS, Michael. *Rural*. London: Routledge, 2011. xi, 336 p. (Key Ideas in Geography). ISBN 978-0-415-44240-4.

WORSTER, Donald. *La Historia como Historia Natural.* Tradução e editoração de Sandro Dutra e Silva; Guillermo Castro Herrera. Anápolis: Editora UniEVANGÉLICA, 2024. 271 p. ISBN 978-65-994561-8-3

WUBAYEHU, Tadele Zemede. Conceptualizing Rural Development in the Twenty-First Century. *International Journal of Agricultural Extension and Rural Development Studies*, v. 7, n. 4, p. 18–26, 2020. Disponível em: https://eajournals.org/ijaerds/vol-7-issue-4-december-2020/conceptualizing-rural-development-in-the-twenty-first-century/. Acesso em: jan.2026.

WULF, Andrea. A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Planeta, 2016. 560 p. ISBN 978-85-422-0900-6.

ANEXO A – Matriz de referência (Matriz de amarração)

Pergunta da pesquisa:	Como a nova ruralidade, representada pelos neorrurais, se manifesta na APA Sistema Cantareira e de que forma suas características, contribuições e desafios se relacionam com o reconhecimento dos neorrurais como grupo social específico, bem como com sua participação em políticas públicas rurais e projetos do terceiro setor voltados ao desenvolvimento sustentável da região?

Objetivos da pesquisa		**Atividades**	**Pontos de investigação** (Questões da Pesquisa) Informações necessárias	**Fundamentação teórica**	**Técnicas de coleta dos dados**	**Técnicas de análise dos dados**
geral	**específicos**					
Levantar e analisar as caraterísticas e a atuação dos neorrurais na APA Sistema Cantareira, investigando como o seu reconhecimento e integração podem contribuir para o desenvolvimento sustentável da região.	1. Analisar como a nova ruralidade, representada pelos neorrurais, se manifesta na APA Sistema Cantareira, identificando suas características, contribuições e desafios para o desenvolvimento sustentável da região.	1. Pesquisar o contexto teórico das novas ruralidades, abordando os conceitos de rural, território rural, novas ruralidades e neorrurais.	Conceitos de rural, território rural, novas ruralidades e neorrurais. Características específicas da APA Cantareira.	Ruralidades / Territórios Rurais / Novas Ruralidades / Neorrurais / Contraurbanização / Desenvolvimento Sustentável / Gestão Pública e Organizações no Desenvolvimento Sustentável regional.	Pesquisa Bibliográfica	
		2. Definir e discutir o conceito de Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Rural Sustentável no escopo desta pesquisa.	Desenvolvimento Sustentável e Desenvolvimento Rural Sustentável		Pesquisa Bibliográfica e Documental	
		3. Levantar o histórico e as características dos novos rurais da APA Cantareira.	Novas ruralidades no Brasil / Neorrurais no mundo e no Brasil / Status na sociologia rura/		Pesquisa Bibliográfica, Documental e de Campo.	
		4. Identificar atividades e iniciativas dos novos rurais, bem como suas contribuições e desafios para o desenvolvimento sustentável na APA Cantareira.			Pesquisa de Campo – entrevistas sem-estruturadas (neorrurais, rurais tradicionais e integrantes de órgãos públicos e organizações do terceiro setor) / Grupo focal.	

	2. Entender se este grupo é reconhecido como um grupo social por diferentes agentes locais.	7. Entender como os agentes rurais tradicionais reconhecem os novos rurais, assim como as organizações locais, gestores públicos e atores do terceiro setor.			Pesquisa de Campo – entrevistas semiestruturadas (rurais tradicionais e integrantes de órgãos públicos e organizações do terceiro setor)	
	3. Compreender se existem oportunidades para que eles participem ativamente de políticas públicas, projetos e programas de desenvolvimento sustentável da região.	5. Identificar legislações, projetos, programas e políticas publicas orientadas para as populações rurais, destacando suas especificidades no contexto da APA Cantareira.	Legislação, projetos, programas e políticas públicas orientadas para as populações rurais		Pesquisa Bibliográfica e Documental / Pesquisa de Campo-entrevistas com gestores públicos (áreas agricultura e meio ambiente)	
		6. Investigar as políticas públicas e os projetos do terceiro setor em atividade na região, e identificar as barreiras que dificultam a participação/inclusão dos novos rurais.			Pesquisa Documental / Pesquisa de Campo – entrevistas semi-estruturadas (integrantes de órgãos públicos e organizações do terceiro setor)	
	4. Sistematizar informações sobre a realidade rural da região estudada, com ênfase nos novos rurais, e propor estratégias que subsidiem a gestão e as políticas do primeiro setor, bem como as ações do terceiro setor, de modo a favorecer a inclusão dos neorurais nas intervenções desenvolvidas por esses atores na localidade.	8. Sugerir estratégias que promovam o reconhecimento e a inclusão dos novos rurais no planejamento, nas ações de desenvolvimento rural e na gestão territorial da APA Cantareira.			Análises e discussões. Estratégias sugeridas.	Análise de conteúdo de Bardin.

ANEXO B – Mapas de pesquisa

MAPA DE PESQUISA			GESTORES PÚBLICOS 1
Categoria	Descrição	Indicadores	Perguntas
Reconhecimento institucional dos neorrurais	Como a gestão pública reconhece (ou não) os neorrurais como categoria social e produtiva no meio rural.	Existência de políticas, registros, cadastros. Menção em planos, programas, relatórios.	O município reconhece a existência de uma população neorrural em seu território? Essa população aparece em algum cadastro, programa, plano ou política municipal? Na sua percepção, os neorrurais já constituem um grupo relevante no meio rural local?
Caracterização dos neorrurais no território	Como os gestores percebem quem são os neorrurais, de onde vêm, como se inserem e como atuam	Perfil, atividades, motivações..Tipo de produção, origem urbana	Como o(a) senhor(a) caracterizaria os neorrurais do município? Quais tipos de atividades produtivas ou projetos eles desenvolvem? Na sua avaliação, quais são as principais motivações que levam essas pessoas a se estabelecerem no meio rural?
Impactos territoriais dos neorrurais	Como os neorrurais estão transformando o território rural.	Contribuições e conflitos inovação, conflitos	Na sua percepção, quais contribuições os neorrurais têm trazido para o meio rural do município? Como eles contribuem para a diversificação econômica ou para práticas sustentáveis? Existem conflitos, tensões ou impactos negativos associados à presença dos neorrurais?
Relação dos neorrurais com as políticas públicas	A inserção dos neorrurais nas políticas públicas rurais.	Programas acessados PRONAF, PSA, assistência técnica	Os neorrurais acessam programas municipais de apoio ao desenvolvimento rural? Se sim, quais programas eles acessam? Eles acessam programas estaduais ou federais (PRONAF, PSA, assistência técnica, crédito rural, etc.)? Eles participam de conselhos municipais ou instâncias de governança?
Condições de acesso às políticas públicas	Capacidade real de os neorrurais acessarem os instrumentos do Estado.	Documentação, enquadramento CAR, DAP, CAF	Considerando o perfil de neorrurais que você mencionou, estas pessoas respondem aos critérios para se enquadrar como agricultores familiares? Porque? Quais são as principais exigências para que eles acessem os programas públicos? Eles enfrentam dificuldades com documentação fundiária ou ambiental?
Barreiras, conflitos e desafios institucionais	Limites estruturais e institucionais à integração dos neorrurais.	Obstáculos estruturais burocracia, regularização	Quais são as principais dificuldades que os neorrurais enfrentam para se inserir nas políticas públicas? Existem barreiras institucionais, burocráticas ou legais que dificultam esse acesso? Na sua avaliação, o que poderia ser feito para melhorar a integração dos neorrurais ao desenvolvimento rural do município?

MAPA DE PESQUISA			GESTORES PÚBLICOS 2
Categoria	Descrição	Indicadores	Perguntas
Uso do solo rural e estrutura fundiária	Caracterizar a base territorial e possíveis processos de pressão/gentrificação	Caraterização do território rural no município	Qual é a área total do município e qual a proporção oficialmente considerada rural? O município possui dados atualizados sobre: número de imóveis rurais? E tamanho médio das propriedades? Predominam pequenas, médias ou grandes propriedades? Há informações sobre mudanças recentes no uso do solo rural (produção → lazer → residencial)? O município observa fragmentação de propriedades ou criação de chácaras/loteamentos no rural? Quais dados tem a respeito ou onde podemos solicitar?
Perfil da população rural	Quem vive no campo hoje	Perfil social do rural	O município possui estimativas ou registros sobre: população rural residente? população rural tradicional? Há percepção ou dados sobre entrada de novos moradores urbanos no campo nos últimos anos? O município diferencia, mesmo que informalmente, rurais tradicionais e neorrurais? Há informações sobre envelhecimento da população rural ou saída de jovens?
Atividades produtivas e economia rural	Conexão com desagrarização, multifuncionalidade e novas ruralidades.	Função econômica do campo	Quais são as principais atividades produtivas rurais do município hoje? A agricultura é majoritariamente: comercial? de subsistência? pluriativa? Há crescimento de atividades como: agroecologia?, produção orgânica?, agroflorestas?, turismo rural? O município tem dados sobre pluriatividade rural? A produção rural ainda tem peso relevante na economia municipal?
Agricultura familiar e políticas rurais	Limites e desigualdades no acesso às políticas	Capacidade institucional do campo	Quantos produtores estão cadastrados como agricultores familiares? O município possui assistência técnica rural? Há acesso a programas como: PRONAF? PAA? PNAE? Os produtores conseguem acessar esses programas com facilidade? Existem grupos que ficam de fora dessas políticas? Quem?
Questões ambientais e APA Sistema Cantareira	Estado da conservação ambiental	Conservação no campo	Como a condição de APA Sistema Cantareira influencia a atividade rural? Existem restrições ambientais que impactam diretamente os produtores? O município possui dados sobre: áreas de preservação em propriedades rurais? recuperação de áreas degradadas? Há programas de PSA, restauração ou manejo ambiental ativos? Os produtores conseguem participar desses programas?
Transformações recentes e pressões sobre o campo	Evidências empíricas de gentrificação rural / reestruturação territorial	Leitura do território	O município percebe: aumento do valor da terra rural? pressão imobiliária no campo? Há expansão de condomínios, chácaras de lazer ou segunda residência? Isso afeta a permanência de agricultores no campo? Existem conflitos entre usos rurais produtivos e usos residenciais?

Visão sobre o futuro do campo	Como os gestores públicos enxergam o futuro	Visão de futuro	Na visão da secretaria, qual é o papel do campo no futuro do município? O município possui diretrizes claras para: desenvolvimento rural? permanência da população rural? Os neorrurais podem contribuir para esse futuro? Como? Quais são os principais desafios hoje para manter o campo ativo e produtivo?

MAPA DE PESQUISA			GESTORES E/OU TÉCNICOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL
Categoria	Descrição	Indicadores	Perguntas
Reconhecimento institucional dos neorrurais	Como as organizações reconhecem (ou não) os neorrurais como um grupo social e produtivo relevante no território.	Inclusão em projetos, diagnósticos Presença em relatórios e ações	A instituição reconhece a existência de uma população neorrural atuante no território? Os neorrurais aparecem nos diagnósticos, relatórios ou planejamentos institucionais? Na sua avaliação, os neorrurais constituem hoje um grupo relevante no meio rural local?
Caracterização dos neorrurais no território	Como os técnicos e gestores caracterizam os neorrurais com quem interagem.	Perfil e atuação Tipos de empreendimentos	Como o(a) senhor(a) caracterizaria os neorrurais com os quais a instituição se relaciona? Que tipos de projetos ou atividades produtivas eles desenvolvem? Na sua percepção, quais são as principais motivações que levam essas pessoas a se estabelecerem no meio rural?
Impactos territoriais dos neorrurais	Como os neorrurais influenciam as dinâmicas produtivas, ambientais e socioterritoriais.	Regeneração, socioprodutividade Projetos ambientais	Na sua avaliação, quais contribuições os neorrurais têm trazido para o território rural? Indutiva - não fazer (Eles contribuem para iniciativas de restauração, regeneração ou conservação ambiental) Existem impactos negativos, conflitos ou tensões associadas à presença dos neorrurais?
Relação dos neorrurais com programas e projetos do terceiro setor	A inserção dos neorrurais nas ações e programas das organizações.	Participação em projetos Contratos, parcerias	Os neorrurais participam dos programas e projetos desenvolvidos pela instituição? Em quais tipos de ações eles costumam estar mais presentes (restauração, agroflorestas, produção sustentável, educação ambiental, etc.)? Eles acessam capacitações, assistência técnica ou apoio produtivo oferecidos pela instituição?
Condições de acesso aos programas e projetos	Capacidade real dos neorrurais acessarem e permanecer em nos projetos.	Requisitos técnicos Regularização, capacitação	Quais são os principais requisitos para que os neorrurais participem dos projetos da instituição? Eles enfrentam dificuldades relacionadas à regularização fundiária ou ambiental? Existem exigências técnicas ou produtivas que dificultam a entrada ou permanência nos projetos?

Barreiras, conflitos e desafios institucionais	Limitações estruturais e operacionais à integração dos neorrurais.	Limites estruturais Burocracia, conflitos	Quais são as principais dificuldades que os neorrurais enfrentam para acessar os programas e projetos da instituição? (ver se necessária-anterior já abordava o tema) Existem barreiras institucionais, burocráticas ou culturais que dificultam esse acesso? Na sua avaliação, o que poderia ser feito para ampliar a participação dos neorrurais nas ações de desenvolvimento rural sustentável?

MAPA DE PESQUISA			**RURAIS TRADICIONAIS**
Categoria	Descrição	Indicadores	Perguntas
Reconhecimento social dos neorrurais	Como os rurais tradicionais reconhecem (ou não) a existência dos neorrurais e como os percebem dentro da ruralidade atual.	Existência e aceitação Presença percebida, convivência	O(a) senhor(a) percebe que, nos últimos anos, chegaram pessoas da cidade para morar e trabalhar no campo? Como o(a) senhor(a) chama essas pessoas? (verificar se já ouviu falar em “neorrurais” ou “novos rurais”) Na sua avaliação, essas pessoas já fazem parte da vida rural da região?
Caracterização dos neorrurais no território	Como os rurais tradicionais descrevem quem são os neorrurais, como vivem e como atuam.	Perfil e modo de vida Origem, atividades, práticas	Como o(a) senhor(a) descreveria essas pessoas que vieram da cidade para o campo? Que tipo de atividades elas costumam desenvolver? Como é a relação delas com a terra, com a produção e com o meio ambiente? O(a) senhor(a) percebe diferenças entre o modo de vida delas e o modo de vida tradicional do campo?
Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural	Como os rurais tradicionais avaliam os efeitos da presença neorrural sobre a vida rural.	Impactos positivos e conflitos Mudanças produtivas e sociais	Elas contribuíram para melhorar a produção, o cuidado com a terra ou o meio ambiente? Quais contribições acredita eles trazem? A presença dessas pessoas da cidade fortalece ou enfraquece o modo rural tradicional de viver? Elas trouxeram mudanças na convivência ou na dinâmica da comunidade? Existem conflitos, dificuldades ou problemas relacionados à presença dessas pessoas? Na sua visão, o que mudou no campo com a chegada desses novos moradores?

MAPA DE PESQUISA			NEORRURAIS
Categoria	Descrição	Indicadores	Perguntas
Trajetória de vida e processo de migração urbano-rural	Compreender o percurso social, profissional e territorial que levou à escolha pelo meio rural.	Origem e motivações Cidade de origem, trajetória	Poderia contar um pouco sobre sua trajetória antes de vir para o campo? De que cidade ou região o(a) senhor(a) veio? Há quanto tempo reside no meio rural? Quais foram os principais motivos que o(a) levaram a escolher viver no campo? Realizar perguntas que permitam indicar em qual das quatro categorias de Méndez Sastoque encaixa (Usufruir/Causa social/Produção/Reconstrução pessoal).
Inserção territorial e condição fundiária	Analisar como os neorrurais se inserem materialmente no território.	Situação fundiária Propriedade, permanência	A propriedade onde reside é própria, alugada, arrendada, cedida ou em outra modalidade? Qual é o tamanho aproximado da área? O(a) senhor(a) pretende permanecer por quanto tempo? Você sabe o que é a APA Cantareira?
Caracterização socioprodutiva dos neorrurais	Identificar o perfil socioeconômico e produtivo dos neorrurais.	Perfil socioprodutivo Atividades, renda	Quais atividades produtivas o(a) senhor(a) desenvolve atualmente? Qual sua principal fonte de renda? O(a) senhor(a) exerce outras atividades além da produção rural? Essas atividades são produzidas em forma individual ou com membros da família?
Iniciativas produtivas, ambientais e socioculturais	Compreender as práticas desenvolvidas nas propriedades.	Sistemas produtivos Agroflorestas, regeneração	Poderia descrever as iniciativas que desenvolve em sua propriedade? O(a) senhor(a) adota práticas de conservação, restauração ou regeneração ambiental? Desenvolve atividades de educação ambiental, turismo rural ou ações comunitárias?
Participação comunitária e territorial	Analisar o nível de integração social no território.	Integração comunitária Redes e associações	Como é sua relação com os vizinhos e com a comunidade rural? Participa de associações, cooperativas ou coletivos locais? Como avalia a convivência com os rurais tradicionais?
Reconhecimento institucional e social	Avaliar se os neorrurais se sentem reconhecidos como sujeitos do mundo rural.	Inserção institucional Relação com gestores	O(a) senhor(a) se sente reconhecido como produtor ou morador rural pelos gestores públicos? Já participou de projetos desenvolvidos por instituições do terceiro setor? Sente que sua atuação é valorizada no território?

Relação com políticas públicas, programas e projetos	Compreender o acesso dos neorrurais às políticas e programas de apoio ao desenvolvimento rural.	Acesso institucional PRONAF, PSA	Já acessou algum programa municipal, estadual ou federal de apoio ao meio rural? Conhece programas como PRONAF, PSA, assistência técnica rural? Já tentou acessar algum desses programas? Com que resultado?
Barreiras, desafios e oportunidades	Identificar limites estruturais e possibilidades de consolidação no campo.	Obstáculos estruturais Fundiárias, ambientais	Quais são as principais dificuldades que enfrenta para se consolidar no campo? Enfrenta dificuldades com documentação da terra ou regularização ambiental? Considera que há barreiras burocráticas ou institucionais?
Projeto de futuro no campo	Compreender as perspectivas de permanência e evolução no meio rural.	Permanência Expectativas e planos	Quais são seus planos para o futuro no campo? O que o(a) senhor(a) considera que seria necessário para fortalecer seu projeto rural? O que poderia facilitar sua permanência e evolução no meio rural?

ANEXO C – Planilha de organização dos resultados (recorte como exemplo)

	CÓDIGO	PERGUNTAS	ELEMENTOS - TEXTO	CLASSIF 1	CLASSIF2
1	NEOJOA01	Poderia contar um pouco sobre sua trajetória antes de vir para o campo?	Já com a intenção, porque na verdade, antes disso, quando eu era criança, minha avó comprou uma fazenda em Itapetininga e eu ia todo fim de semana nessa fazenda.... principalmente o meu foco sempre foi florestas. .... , dez anos depois, mais ou menos, um pouco mais, essa fazenda teve que ser vendida, mas daí nós combinamos que com uma parte desse dinheiro seria comprado um sítio menor	Trajetória de migração	Origem
1	NEOJOA02	Poderia contar um pouco sobre sua trajetória antes de vir para o campo?	Então, não... Eu mudei pra cá em dois mil... Em dois mil sete. Dois mil sete? Não, eu vim, o meu marido já tava aqui. E a minha filha tinha um ano e meio. E aí o movimento foi um pouco uma busca de um lugar mais... Um lugar fora da cidade grande... Eu nasci em Joanópolis. Então, mas eu saí daqui (de Joanópolis) com quatro anos.Então, minha mãe fez o movimento inverso.	Trajetória de migração	Origem
1	NEOJOA03	Poderia contar um pouco sobre sua trajetória antes de vir para o campo?	Essa casa aqui que eu moro é uma casa que já tinha no terreno. Essa casa tem entre 120 150 anos, casa que eu moro. Sim, lá em cima tem uma outra casa que meus avós construíram e eu e meus irmãos fomos criados aqui no sítio. A gente cresceu aqui, mas a gente morava em São Paulo, mas a gente estava sempre aqui. Então, Os meus pais se	Trajetória de migração	Origem

ANEXO D – Detalhamento e aprofundamento dos resultados das entrevistas

Resultados das entrevistas aos quatro públicos entrevistados, apresentados por público e por categoria, dentro de cada um deles.

Este anexo apresenta os resultados da pesquisa empírica, estruturados a partir das entrevistas realizadas com diferentes atores do território. Considerando a diversidade de perspectivas envolvidas, optou-se por organizar a apresentação dos dados em quatro subcapítulos, correspondentes aos grupos de entrevistados: gestores públicos, organizações da sociedade civil, rurais tradicionais e neorrurais.

Em cada subcapítulo, os resultados são apresentados com base nas categorias de análise definidas no percurso metodológico da pesquisa. Para cada categoria, são retomadas as perguntas orientadoras das entrevistas e sistematizadas as respostas obtidas, buscando evidenciar padrões, convergências e divergências entre os entrevistados.

A exposição dos resultados privilegia a fidelidade aos dados empíricos, por meio da inserção de trechos das falas dos participantes, de modo a preservar a voz dos sujeitos e dar sustentação às evidências apresentadas. As interpretações são realizadas de forma descritiva e analítica, ainda centradas no material empírico, sendo aprofundadas no capítulo de discussão, no qual os achados são articulados ao referencial teórico da pesquisa.

4.1 - Gestores Públicos

Este subcapítulo apresenta os resultados das entrevistas realizadas com gestores públicos dos municípios analisados, considerando duas frentes complementares de investigação. A primeira refere-se ao levantamento de informações gerais para a caracterização do meio rural municipal, enquanto a segunda se dedica especificamente à compreensão da presença e das dinâmicas associadas aos neorrurais no território.

A entrevista voltada à caracterização do município foi estruturada a partir das seguintes categorias de análise: uso do solo rural e estrutura fundiária; perfil da população rural; atividades produtivas e economia rural; agricultura familiar e políticas rurais; questões ambientais e a APA Sistema Cantareira; transformações recentes e pressões sobre o campo; e visão sobre o futuro do campo no município. Essas categorias permitiram construir um panorama das dinâmicas rurais locais,

situando o contexto no qual se inserem os diferentes atores e processos analisados na pesquisa.

Já a entrevista direcionada aos neorrurais foi organizada em torno das categorias: reconhecimento institucional dos neorrurais; caracterização dos neorrurais no território; impactos territoriais dos neorrurais; relação dos neorrurais com as políticas públicas; condições de acesso às políticas públicas; e barreiras, conflitos e desafios institucionais. A partir dessas categorias, buscou-se compreender como esse grupo é percebido pela gestão pública, bem como suas formas de inserção, interação e os desafios enfrentados no contexto rural local.

A apresentação dos resultados segue essa organização, articulando as categorias de análise às respostas dos entrevistados, de modo a evidenciar as diferentes percepções e experiências dos gestores públicos em relação às dinâmicas rurais e à presença dos neorrurais no território.

4.1.a. Entrevista de caracterização dos municípios.

4.1.a.1.Categoria: Uso do solo rural e estrutura fundiária

A partir das falas dos gestores públicos, observa-se que as informações relativas ao uso do solo rural e à estrutura fundiária não se encontram amplamente sistematizadas no âmbito da gestão municipal, sendo recorrentemente remetidas a bases externas, como o Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária (LUPA), da CATI, ou a registros das prefeituras. De modo geral, os relatos indicam que esses dados não estão disponíveis de forma imediata durante a atuação cotidiana, sendo necessária a consulta a essas bases para obtenção de informações mais detalhadas.

No que se refere à delimitação entre áreas urbanas e rurais, os conteúdos das entrevistas evidenciam diferentes formas de classificação do território. Em algumas falas, o rural aparece formalmente diluído nas categorias de planejamento urbano. Um dos gestores afirma que, “pelo plano diretor municipal […] nossa área rural é zero […] não temos área rural” (GP01), indicando a classificação integral do território como urbano ou de expansão urbana. De forma semelhante, outro entrevistado aponta que “todo o território é expansão urbana” (GP04). Em contraste, também aparecem relatos que destacam o predomínio do caráter rural em determinadas áreas, especialmente no contexto da APA Sistema Cantareira, considerada “estritamente rural” (GP06). Esses conteúdos evidenciam a coexistência de diferentes formas de classificação do território no âmbito institucional.

Quanto à estrutura fundiária, observa-se, de forma recorrente nas falas, a predominância de pequenas propriedades. Os relatos indicam que a maioria das unidades produtivas concentra-se em faixas reduzidas de área, como propriedades entre 2 e 10 hectares (GP01), ou mesmo inferiores a um alqueire paulista, com predominância de áreas de até 10 ou 12 hectares (GP05). Ainda que os entrevistados não apresentem dados completos durante as entrevistas, há convergência na percepção de predomínio quantitativo de unidades de pequena escala.

No que se refere às mudanças recentes no uso do solo, os relatos apontam a presença de processos associados à expansão de condomínios e à dificuldade de manutenção das atividades produtivas. Observa-se, nas falas, a indicação de implantação de empreendimentos residenciais, sendo mencionado que esse movimento “aumenta a população, mas não aumenta a estrutura para atender essa população” (GP01), o que é associado à sobrecarga de serviços públicos. Paralelamente, aparecem conteúdos relacionados à falta de mão de obra e à baixa rentabilidade de determinadas atividades, indicando dificuldades na continuidade da produção em algumas propriedades.

Nesse contexto, a fragmentação fundiária surge como um elemento recorrente nas entrevistas. Os gestores relatam que esse processo ocorre de forma intensa, associado a fatores como venda, herança e perda de viabilidade econômica. Conforme expresso, há “muita fragmentação […] as propriedades não param de fragmentar” (GP01). Esses relatos também associam a fragmentação à formação de loteamentos e chácaras, em alguns casos em desacordo com normativas existentes, o que é relacionado à dificuldade de provisão de infraestrutura e serviços. Além disso, aparece, nas falas, a associação entre o parcelamento do solo e a atratividade ambiental do território, vinculada à busca por qualidade de vida em áreas com presença de paisagens naturais e recursos hídricos.

De modo geral, os conteúdos analisados evidenciam a presença de pequenas propriedades, processos de fragmentação fundiária e mudanças no uso do solo associadas à expansão residencial. Também se observa, nas falas, a coexistência de diferentes formas de classificação do território, indicando tensões entre a formalização normativa e as dinâmicas observadas no uso e ocupação do solo.

4.1.a.2. Categoria: Perfil da população rural

A partir das falas dos gestores públicos, observa-se que as informações sobre o perfil da população rural apresentam limitações quanto à sua sistematização e ao registro formal no âmbito municipal. Em alguns casos, a própria existência de população rural aparece tensionada pela forma como o território é classificado administrativamente. Conforme relatado, "**vai colocar zero, população rural [...] porque não temos área rural**" (GP01), ainda que se reconheça a existência de outros critérios, como aqueles utilizados por bases externas, a exemplo do LUPA, que adotam definições distintas para o rural.

No que se refere às características dessa população, os relatos apontam de forma recorrente para o envelhecimento dos moradores do campo e pela saída dos jovens. Os conteúdos das entrevistas indicam que "**os jovens não ficam [...] só sobram os pais e avós já envelhecidos**" (GP05), evidenciando uma dinâmica de redução da população ativa no meio rural. Esse processo aparece associado, nas falas, tanto à diminuição da capacidade produtiva quanto às dificuldades de sucessão nas propriedades.

Também se identifica, nas falas, a presença de movimentos recentes de entrada de novos moradores no campo, especialmente a partir do período da pandemia. Conforme mencionado, "**teve um crescimento significativo [...] desse grupo específico**" (GP06), ainda que esse grupo não seja necessariamente reconhecido ou nomeado de forma homogênea pelos gestores.

No entanto, apesar dessa percepção de mudanças na composição da população rural, não foram identificados, nos relatos, mecanismos institucionais de diferenciação entre perfis de moradores. Como destacado, "**o município de nenhum jeito diferencia [...] quem mora no campo, mora no campo**" (GP01), indicando a ausência de distinções formais ou mesmo de registros sistemáticos entre diferentes grupos, como rurais tradicionais e novos moradores.

No que se refere à permanência dos jovens no campo, os conteúdos analisados reforçam a percepção de dificuldades nesse processo. Os relatos associam a saída dos jovens à busca por maior conforto, estabilidade e alternativas de trabalho fora das atividades rurais, sendo mencionado que "**eles querem partir para trabalhar em alguma coisa que seja menos cansativa [...] e fugindo**" (GP04). Mesmo iniciativas voltadas à permanência no campo, como programas de incentivo, aparecem nas falas como tendo baixa adesão e resultados limitados.

De modo geral, os conteúdos evidenciam um perfil marcado pelo envelhecimento da população rural, pela saída dos jovens e pela ausência de instrumentos institucionais de caracterização e diferenciação dos moradores do campo, coexistindo com a percepção de entrada recente de novos residentes em determinadas regiões.

4.1.a.3. Categoria: Atividades produtivas e economia rural

A partir das falas dos gestores públicos, observa-se que as atividades produtivas no meio rural apresentam diversidade, com predomínio de algumas atividades predominantes e indicação de transformações ao longo do tempo. Os relatos apontam, de forma recorrente, a presença de atividades como cultivo de eucalipto e criação de gado, sendo mencionadas como predominantes em determinadas áreas. Conforme destacado, "**a maior parte é gado e eucalipto**" (GP01), ainda que também se observe, nas falas, a indicação de redução da produção ao longo dos anos e a substituição gradual por usos voltados ao lazer e à ocupação residencial.

Ao mesmo tempo, os conteúdos das entrevistas evidenciam a existência de uma produção diversificada, especialmente em pequenas propriedades. São mencionadas atividades como hortaliças, frutas (como goiaba e atemoia), produção em estufas e hortifrutigranjeiros destinados a mercados locais ou regionais. Ainda assim, os relatos indicam que essas produções ocorrem, em geral, em pequena escala, sem grande volume de comercialização. Também aparecem referências a cadeias produtivas associadas ao eucalipto, como serrarias e carvoarias, bem como à presença de criações de subsistência, sobretudo em contextos de menor viabilidade para a pecuária.

No que se refere a mudanças nas formas de produção, os conteúdos analisados apontam a presença, ainda que incipiente, de práticas vinculadas à agroecologia, produção orgânica e sistemas mais integrados. Os relatos indicam que esse movimento "**está crescendo, mas ainda é uma ínfima minoria**" (GP01), sendo caracterizado como um processo gradual. Em outro momento, é descrito como um "**trabalho de formiguinha […] que vai indo devagar**" (GP05), evidenciando o ritmo lento de expansão dessas práticas no território.

A pluriatividade aparece nas falas de forma pontual, associada principalmente a iniciativas conduzidas por novos moradores ou a estratégias individuais de adaptação econômica. Os relatos indicam a presença de atividades como turismo

rural, recepção de visitantes e uso de propriedades para fins educacionais, embora essas experiências não sejam generalizadas. Também se destacam situações em que os produtores combinam atividades rurais com outras fontes de renda, como trabalho externo, evidenciando a necessidade de complementar a renda gerada na propriedade.

No que se refere ao peso da produção rural na economia municipal, os conteúdos das entrevistas convergem para a percepção de baixa relevância econômica do setor. Conforme relatado, "**a produção rural não é [...] relevante para a economia municipal**" (GP05), sendo indicado que as principais atividades econômicas se concentram nos setores de comércio e serviços. Ainda assim, aparecem menções a formas indiretas de contribuição econômica do rural, relacionadas à circulação de pessoas, ao uso de propriedades para lazer e à presença de atividades associadas ao turismo.

De modo geral, os conteúdos evidenciam um cenário caracterizado pela diversidade de atividades produtivas em pequena escala, pela presença de cadeias produtivas específicas, como o eucalipto, e por transformações associadas à redução da produção e à ampliação de usos residenciais e de lazer. Também se observa, nas falas, a presença incipiente de práticas agroecológicas e de estratégias de pluriatividade, bem como a percepção de limitada relevância econômica do setor rural no contexto municipal

4.1.a.4. Categoria: Agricultura familiar e políticas rurais

A partir das falas dos gestores públicos, observa-se que a presença de agricultores familiares formalmente identificados no município é reduzida. Os relatos indicam que o número de produtores cadastrados como agricultores familiares é baixo, sendo mencionado que "**se tiver 20, 30 é muito**" (GP01), em um universo significativamente maior de propriedades. Esse resultado aponta para uma baixa formalização desse segmento no território, ainda que haja predominância de unidades produtivas de pequena escala.

No que se refere à assistência técnica rural, os conteúdos das entrevistas indicam a existência desse serviço no município, sendo ofertado, por exemplo, por meio da Casa da Agricultura e de iniciativas voltadas à transição agroecológica. Conforme relatado, a assistência ocorre "**normalmente [...] na Casa da Agricultura**" (GP01) e também "**dentro do programa de transição agroecológica**"

(GP05), evidenciando a presença institucional desse apoio, ainda que sem detalhamento sobre sua abrangência.

Quanto ao acesso às políticas públicas, os relatos apontam que, embora exista participação de produtores em programas estaduais e federais, essa ocorre de forma limitada. Observa-se a presença de iniciativas pontuais, como o acesso ao PRONAF e a inserção em programas de fornecimento para a alimentação escolar, sendo mencionado que "**conseguimos cadastrar oito produtores do PRONAF […] para entregar para a merenda escolar**" (GP01). Ao mesmo tempo, os conteúdos indicam que esse acesso é restrito, sendo descrito como um movimento existente, porém reduzido.

As falas também evidenciam obstáculos históricos e estruturais ao acesso às políticas públicas. Entre os fatores mencionados, destacam-se dificuldades relacionadas à regularização documental das propriedades, associadas a processos anteriores de reorganização territorial e à fragmentação fundiária. Conforme relatado, muitos produtores "**ficaram sem ter a documentação adequada**" (GP05), o que impacta diretamente a possibilidade de acesso a crédito e programas institucionais. Esse elemento aparece, nas falas, como um fator limitante relevante.

No que se refere à participação efetiva nos programas, os conteúdos reforçam a baixa adesão e o número reduzido de produtores formalmente inseridos. Mesmo em iniciativas recentes de regularização, observa-se que a quantidade de agricultores cadastrados permanece limitada, sendo reiterado que "**dos 899, se tiver 30 […] é muito**" (GP01). Esse dado evidencia um descompasso entre o perfil predominante de pequenas propriedades e sua inserção nos instrumentos formais de políticas públicas.

De modo geral, os conteúdos analisados indicam a existência de estruturas de apoio e de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, porém com alcance ainda restrito no território. Também se evidenciam dificuldades de formalização e barreiras institucionais que limitam o acesso dos produtores, resultando em baixa participação nos programas disponíveis

4.1.a.5. Categoria: Questões ambientais e APA Sistema Cantareira

A partir das falas dos gestores públicos, observa-se que a condição de inserção dos municípios na APA Sistema Cantareira está presente nas percepções sobre o território, sendo associada tanto a processos históricos quanto a regras atuais de uso e manejo do solo. Os relatos indicam que a formação do sistema de

reservatórios teve impactos significativos sobre as áreas produtivas, sendo mencionado que “**as melhores áreas de produção foram inundadas**” (GP01), o que implicou deslocamento de produtores e efeitos que, segundo as falas, seus efeitos permanecem até o presente. Também aparecem referências a restrições associadas à condição de APA, relacionadas ao uso e à movimentação do solo, descritas como fatores que “**dificultam um pouco**” determinadas práticas produtivas (GP01).

Por outro lado, os conteúdos das entrevistas evidenciam diferentes percepções quanto à existência e intensidade dessas restrições. Em algumas falas, afirma-se que “**não tem restrições produtivas dentro da APA**” (GP05), enquanto outros relatos indicam que as limitações estão mais relacionadas a aspectos específicos, como parcelamento do solo e atividades de maior impacto ambiental. Conforme apontado, “**não existe restrição para qualquer tipo de cultura […] existem restrições em relação ao parcelamento do solo […] e a alguns empreendimentos**” (GP06). Esses conteúdos evidenciam a presença de interpretações distintas sobre o alcance das normas ambientais no território.

Também se observa, nas falas, a indicação de práticas de conservação e adequação ambiental por parte dos produtores, associadas à difusão das normas e à presença da APA. Um dos gestores destaca que os produtores “**preservam […] cuidam bastante de APP**” (GP04), sugerindo a adoção de determinadas práticas de proteção ambiental no cotidiano produtivo.

No que se refere à disponibilidade de dados ambientais, os relatos indicam que as informações sobre áreas de preservação e vegetação estão acessíveis em bases como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e levantamentos como o LUPA. São mencionadas áreas de vegetação natural e outras formações associadas, evidenciando a existência de registros, ainda que não detalhados no momento das entrevistas.

Além disso, os conteúdos analisados apontam a presença de programas e iniciativas voltadas à gestão ambiental e à conservação. Destacam-se ações relacionadas ao pagamento por serviços ambientais (PSA), com programas municipais em operação, incluindo produtores cadastrados e financiamento por recursos locais e de comitês de bacia. Também são mencionadas iniciativas de recuperação ambiental, como projetos de manejo de pastagens, adoção de práticas conservacionistas e intervenções em áreas de nascente. Essas ações aparecem,

nas falas, associadas tanto à melhoria das condições produtivas quanto à conservação dos recursos naturais, incluindo aspectos como infiltração da água no solo e recuperação de áreas degradadas.

De modo geral, os conteúdos evidenciam que a condição de APA Sistema Cantareira está associada a um conjunto de regras, práticas e iniciativas que incidem sobre o uso do solo e as atividades rurais, sendo percebida de forma distinta entre os gestores. Também se observa a presença de programas e ações ambientais em andamento, bem como a existência de dados e instrumentos de monitoramento, ainda que acessados de forma indireta ou não sistematizada no cotidiano da gestão

4.1.a.6. Categoria: Transformações recentes e pressões sobre o campo

A partir das falas dos gestores públicos, observa-se que o território rural tem sido marcado por intensificação de processos de transformação associados à pressão imobiliária e à valorização da terra. Os relatos indicam, de forma recorrente, a presença de forte interesse por parcelamento do solo e implantação de empreendimentos residenciais, sendo destacado que "**a pressão imobiliária é enorme**" (GP01) e que há "**bastante loteamento**" em curso (GP04). Esse movimento aparece, nas falas, associado à fragmentação das propriedades, impulsionada por processos de venda, herança e conversão do uso do solo.

Os conteúdos das entrevistas também evidenciam a presença de formas irregulares de parcelamento, caracterizadas pela subdivisão de áreas em lotes de pequena dimensão, sem a devida regularização ou infraestrutura. Conforme relatado, há casos em que áreas são "**picotadas em lotes […] sem licenças ambientais, sem infraestrutura**" (GP06), indicando processos de ocupação desordenada. Esses conteúdos associam tais dinâmicas a problemas estruturais, como ausência de serviços básicos e impactos sobre o ordenamento territorial.

No que se refere à expansão de condomínios e residências de lazer, os relatos indicam a substituição de formas tradicionais de ocupação por novos padrões residenciais. Observa-se, nas falas, a presença de loteamentos voltados à segunda residência, sendo mencionado que "**o sonho […] era comprar uma chácara, hoje […] é comprar um terreno num loteamento**" (GP06). Esses espaços são descritos, em alguns casos, como ocupações não permanentes, utilizadas para lazer e com baixa integração com a dinâmica local.

Além disso, os conteúdos analisados indicam a existência de tensões entre usos produtivos e usos residenciais do território. Os relatos sugerem que a valorização imobiliária tem influenciado a decisão dos proprietários, levando à substituição da produção rural por atividades associadas à venda de terras. Conforme expresso, diante de propostas financeiras, "**o cara abre mão […] e para de produzir**" (GP01), evidenciando a relação entre pressão econômica e transformação do uso do solo.

Também aparece, nas falas, a percepção de que esses processos poderiam ser objeto de atuação por meio de políticas públicas, sendo mencionada a necessidade de maior articulação institucional e de instrumentos de gestão territorial. Ao mesmo tempo, os conteúdos indicam que essas dinâmicas estão em curso de forma significativa, impactando a configuração do meio rural.

De modo geral, os conteúdos evidenciam um cenário de intensificação da pressão imobiliária, expansão de usos residenciais e fragmentação fundiária, associados a transformações nas formas de ocupação do território e à redução relativa das atividades produtivas rurais, bem como à emergência de tensões entre diferentes usos do solo.

4.1.a.7. Categoria: Visão sobre o futuro do campo

A partir das falas dos gestores públicos, observa-se que as perspectivas sobre o futuro do campo no município são marcadas por tensões entre tendências de transformação e possibilidades de fortalecimento do meio rural. Em alguns relatos, predomina uma visão mais pessimista, associada à continuidade da pressão imobiliária e à redução da atividade produtiva. Conforme expresso, projeta-se "**muita área rural loteada […] sítios de veraneio e uma pequena fração […] de produção agropecuária familiar**" (GP01), indicando a expectativa de retração do papel produtivo do campo.

No que se refere às diretrizes institucionais, os conteúdos indicam a existência de instrumentos formais, como planos municipais de desenvolvimento rural, mas também apontam fragilidades na consolidação de políticas públicas estruturadas. Destaca-se que há iniciativas em andamento, porém "**não tem uma política pública […] específica, direcionada**" (GP01). Em outros casos, as ações aparecem vinculadas a iniciativas locais ou setoriais, como a transição agroecológica articulada ao turismo, descrita como "**o melhor achado […] junto com o turismo**"

(GP05), evidenciando iniciativas ainda em construção, porém ainda não generalizados.

As falas também indicam que os neorrurais são percebidos como possíveis agentes de transformação no campo, sobretudo pela introdução de novas práticas e valores. Nesse sentido, destaca-se a contribuição de uma "**visão diferente de produção [...] mais agroecológica [...] com respeito ao meio ambiente**" (GP01), associada a formas alternativas de produzir e de se relacionar com o território.

Por outro lado, os conteúdos evidenciam críticas à atuação do poder público local, especialmente no que se refere à baixa efetividade das ações voltadas ao desenvolvimento rural. Relata-se que há pouca presença institucional junto aos produtores, sendo mencionado que "**eles não levam [...] desenvolvimento para aquela propriedade**" (GP04), o que tende a contribuir para o desânimo dos produtores e, em alguns casos, para o abandono da atividade.

No que se refere aos desafios para a manutenção do campo ativo, os relatos convergem para questões estruturais, como falta de infraestrutura, dificuldades de acesso, escassez de mão de obra e envelhecimento da população rural. Destaca-se que há potencial produtivo, mas limitado por fatores como a ausência de meios adequados de escoamento da produção e pela saída dos jovens, que "**acabam não querendo voltar mais para esse mesmo ramo**" (GP04).

Além disso, as falas dos gestores estaduais reforçam o entendimento de que existem instrumentos e diretrizes já estabelecidos que poderiam ser mobilizados pelos municípios, sendo apontado que "**não precisa reinventar [...] ele encontra nas políticas [...] a base legal pra atuar**" (GP03). Nesse sentido, enfatiza-se o papel do município na ativação dessas ferramentas, bem como a necessidade de organização institucional, incluindo conselhos, fundos e articulação com políticas estaduais e comitês de bacia.

Também se destacam perspectivas associadas ao fortalecimento de políticas ambientais e de produção de água, com menção a programas de pagamento por serviços ambientais, assistência técnica e potencial de captação de recursos. As falas indicam que a organização institucional é condição para viabilizar essas oportunidades, sendo ressaltada a importância de estruturar mecanismos locais de gestão e aplicação de recursos.

De modo geral, os conteúdos evidenciam um cenário em que o futuro do campo é percebido de forma ambígua, combinando tendências de enfraquecimento

da produção rural com possibilidades de reorientação a partir de políticas públicas, iniciativas ambientais, novas práticas produtivas e maior articulação institucional, com destaque para o papel estratégico dos municípios nesse processo.

A partir das falas dos gestores estaduais (GP06 e GP03), observa-se a presença de um conjunto articulado de iniciativas, propostas e diretrizes voltadas ao futuro do território, especialmente no que se refere à gestão ambiental, à produção de água e à organização institucional dos municípios. Entre as iniciativas em curso ou em desenvolvimento, destaca-se a estruturação de **Unidades de Gerenciamento de Projetos (UGPs)**, coordenadas pela Agência dos Comitês PCJ, com o objetivo de integrar prefeituras, organizações da sociedade civil e órgãos estaduais em ações voltadas à conservação ambiental e à produção de água. Essas iniciativas estão associadas à ampliação do aporte de recursos financeiros para a região de mananciais, com apoio dos comitês de bacia.

No campo do financiamento ambiental, os gestores mencionam propostas em discussão para destinação de recursos provenientes do setor de saneamento, especialmente por meio da Agência Reguladora do Estado de São Paulo (ARSESP), com a possibilidade de direcionar parte da arrecadação da Sabesp para ações em áreas de mananciais. Essa proposta se inspira em experiências já existentes, como o modelo da Copasa, em Minas Gerais, bem como em referências internacionais, como o sistema de gestão hídrica da região de Catskill, em Nova York, baseado em programas de pagamento por serviços ambientais associados à assistência técnica aos produtores rurais.

Ainda nesse contexto, são mencionadas experiências recentes, como o projeto Conexão Mata Atlântica, que evidenciou a importância da assistência técnica como elemento central para a transformação das práticas produtivas e organização dos produtores. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de continuidade e ampliação da assistência técnica rural, entendida como um fator estratégico para o desenvolvimento do território.

No plano institucional, as falas convergem ao apontar a existência de instrumentos e diretrizes já estabelecidos nas esferas estadual e nacional, os quais oferecem base legal e orientações para a atuação municipal. Conforme destacado, “**não precisa reinventar [...] ele encontra nas políticas [...] a base legal pra atuar**” (GP03), evidenciando que há um arcabouço normativo disponível para apoiar ações de desenvolvimento rural e ambiental. Nesse sentido, recomenda-se o

fortalecimento da governança municipal, por meio da criação e consolidação de instrumentos como conselhos municipais de meio ambiente (COMDEMA) e fundos municipais ambientais, considerados fundamentais para viabilizar a captação, gestão e aplicação adequada de recursos.

As falas também indicam que os recursos disponíveis não se destinam apenas à execução de projetos, mas podem contemplar a própria estruturação da capacidade institucional dos municípios, incluindo equipes técnicas e suporte à gestão. Ainda assim, observa-se que a limitação na implementação dessas ações é associada, nas falas, menos à indisponibilidade de recursos e mais à priorização política no âmbito local. Como destacado, "**o município precisa querer […] botar as suas instâncias pra funcionar**" (GP03), sendo também mencionado que decisões administrativas frequentemente "**não contemplam essa questão mais ambiental**" (GP06), o que evidencia a centralidade da agenda política municipal na efetivação dessas iniciativas.

Além disso, destacam-se propostas voltadas à valorização econômica do território, como a criação de mecanismos de certificação de origem para produtos e serviços vinculados à APA Sistema Cantareira, bem como o desenvolvimento de atividades turísticas estruturadas, incluindo turismo de base local, de aventura e religioso. Nesse aspecto, os relatos indicam que, embora haja potencial significativo, a região ainda carece de estrutura e organização para consolidar essas atividades.

De forma complementar, os conteúdos analisados apontam para a necessidade de maior articulação entre diferentes atores institucionais — municípios, estado e organizações da sociedade civil — na construção de estratégias territoriais integradas. Ao mesmo tempo, são mencionados desafios associados à gestão pública, especialmente relacionados ao imediatismo e à baixa priorização das agendas ambiental e rural, o que limita o avanço das iniciativas existentes.

De modo geral, os conteúdos evidenciam a existência de um conjunto consistente de instrumentos, experiências e propostas voltadas ao desenvolvimento sustentável do território, cuja implementação está condicionada à organização institucional dos municípios, à estruturação de suas capacidades técnicas e à mobilização efetiva das diretrizes já disponíveis.

4.1.b - Entrevista com foco na população neorrural

4.1.b.1. Categoria: Reconhecimento institucional dos neorrurais

A partir dos conteúdos das entrevistas, observa-se que o reconhecimento institucional dos neorrurais ocorre de forma heterogênea, predominantemente informal e sem sistematização no âmbito da gestão pública.

No que se refere ao reconhecimento da existência desse grupo no território, parte dos gestores indica percebê-lo na prática cotidiana, especialmente a partir da demanda por serviços públicos. Nesse sentido, destaca-se que "**na prática, a gente reconhece a existência, sim**" (GP01), sendo esse reconhecimento associado à procura por assistência técnica, insumos e orientações. Também aparece a associação com movimentos recentes de migração, especialmente no período da pandemia, quando "**teve […] essa migração […] algumas pessoas […] nos procuraram […] para acompanhamento**" (GP02). Esses novos moradores são, em alguns relatos, caracterizados por maior aproximação com práticas sustentáveis, sendo descritos como um grupo que "**se preocupa muito mais com a ecologia**" (GP02).

Por outro lado, os conteúdos também evidenciam a ausência de reconhecimento em alguns contextos, com a indicação de que "**a gente não constata a nova população de produtores rurais**" (GP04), sendo as dinâmicas observadas atribuídas principalmente a transformações entre produtores já estabelecidos.

No que se refere ao reconhecimento institucional desse grupo, observa-se convergência nas falas quanto à inexistência de instrumentos formais de identificação. Os gestores indicam que não há cadastros, registros ou políticas específicas que diferenciem neorrurais de outros produtores, sendo mencionado que "**não existe nenhum […] cadastro […] que diferencie**" (GP01), e que, "**a nível de política pública não existe**" (GP03). Os registros disponíveis referem-se ao conjunto das propriedades rurais, sem distinção de perfis.

Em relação à percepção de relevância desse grupo, os conteúdos indicam avaliações distintas. Há indicações de que os neorrurais possuem alguma importância no contexto local, especialmente no que se refere à circulação econômica, sendo mencionado que "**contratam, empregam, gastam dinheiro no município**" (GP01). No entanto, também se destaca que sua participação na produção agropecuária é considerada limitada, associada a propriedades e produções de pequena escala. Em outros relatos, essa relevância aparece como uma percepção ainda em construção, sendo enfatizada a necessidade de

caracterização mais precisa do grupo, com a indicação de que é necessário "**identificar onde estão, quem são, quantos são**" (GP03).

Além disso, observa-se a percepção de que esses novos atores tendem a se aproximar mais da gestão pública em busca de apoio, sendo apontado que "**são os que mais aparecem perto da gestão pública procurando apoio**" (GP04). Ao mesmo tempo, aparecem descrições que os caracterizam como iniciativas ainda incipientes ou pouco consolidadas, associadas a tentativas produtivas consideradas "**mais amadoras**" ou pouco alinhadas às práticas predominantes no território (GP04).

De modo geral, os conteúdos evidenciam que o reconhecimento institucional dos neorrurais se dá de forma fragmentada, variando entre sua identificação prática no cotidiano da gestão, a ausência de reconhecimento em determinados contextos e a inexistência de instrumentos formais de registro e caracterização, coexistindo com percepções diversas sobre sua presença e relevância no meio rural.

4.1.b.2. Categoria: Caracterização dos neorrurais no território

A partir dos conteúdos das entrevistas, observa-se que a caracterização dos neorrurais no território é construída pelos gestores a partir de múltiplos aspectos, envolvendo perfil socioeconômico, práticas produtivas e motivações de inserção no meio rural.

No que se refere ao perfil desses atores, os conteúdos indicam a presença de famílias oriundas de centros urbanos, frequentemente associadas a níveis mais elevados de escolaridade e renda, e a formas de inserção econômica não exclusivamente rurais. Conforme relatado, trata-se de pessoas que "**vêm em busca de qualidade de vida […] com uma visão mais progressista**" (GP01), mantendo, em muitos casos, fontes de renda externas ao campo. Também se observa a caracterização como um grupo com maior acesso à informação e capacidade de articulação, sendo descritos como "**pessoas que leem muito […] conseguem muita informação**" (GP03).

No plano das práticas e valores, os conteúdos convergem para a associação dos neorrurais a uma maior proximidade com temas ambientais e práticas sustentáveis. Nesse sentido, são descritos como um grupo que "**se preocupa muito mais com a ecologia, com a sustentabilidade**" (GP02), adotando estratégias produtivas voltadas à conservação do solo, das nascentes e da vegetação. Ao mesmo tempo, aparecem distinções em relação aos produtores tradicionais, tanto no

modo de produzir quanto em aspectos culturais, sendo mencionada a introdução de “outra visão” sobre a agricultura e o uso do território (GP02).

Por outro lado, os conteúdos também evidenciam percepções divergentes quanto ao grau de preparo e adequação desses atores ao contexto local. Em alguns relatos, são descritos como pouco qualificados ou em fase inicial de aprendizagem, sendo mencionado que “**não vêm qualificados e vêm só com sonhos**” (GP04), além de desenvolverem iniciativas consideradas “**mais amadoras**” ou pouco ajustadas às condições regionais. Também aparecem referências a dificuldades de adaptação e desconhecimento das especificidades produtivas do território.

No que se refere às atividades desenvolvidas, observa-se a ausência de um padrão produtivo único. Os relatos indicam predominância de sistemas diversificados, com foco em práticas agroecológicas e produções de pequena escala, voltadas à subsistência e à comercialização de excedentes. Destaca-se que “**não é monocultura […] eles têm diversidade dentro da propriedade**” (GP02), com produção de hortaliças, frutas, cogumelos e, em menor escala, atividades com animais, geralmente de pequeno porte. Além disso, aparecem iniciativas complementares, como turismo rural, atividades educacionais e serviços associados ao uso do espaço, evidenciando estratégias de diversificação de renda.

Por fim, no que se refere às motivações para a inserção no meio rural, os conteúdos das entrevistas apresentam convergência em torno da busca por qualidade de vida, contato com a natureza e afastamento do contexto urbano. Destaca-se que os neorrurais “**fogem daquela correria da cidade grande**” (GP01), buscando maior proximidade com a família, com a produção de alimentos e com modos de vida considerados mais tranquilos. Também são mencionadas motivações associadas à saúde, à aposentadoria, à espiritualidade e a projetos de vida vinculados à natureza, sendo descrita a busca por “**uma coisa mais natural, mais próxima da terra**” (GP03). Em alguns casos, essa decisão aparece associada a processos de tentativa e experimentação, sendo caracterizada como uma “aventura” (GP04).

De modo geral, os conteúdos evidenciam que os neorrurais são caracterizados como um grupo heterogêneo, associado a novas formas de relação com o campo, marcado pela diversidade de trajetórias, práticas e motivações, coexistindo com percepções distintas quanto ao seu grau de integração e adequação às dinâmicas rurais locais

4.1.b.3. Categoria: Impactos territoriais dos neorrurais

A partir dos conteúdos das entrevistas, observa-se que os impactos territoriais associados à presença dos neorrurais são percebidos de forma heterogênea pelos gestores, envolvendo contribuições, limitações e tensões no contexto local.

No que se refere às contribuições, parte dos relatos associa os neorrurais à introdução de novas práticas produtivas e ambientais, especialmente vinculadas à agroecologia. Destaca-se a capacidade de demonstração prática dessas experiências, sendo mencionado que eles contribuem ao evidenciar "**que é possível […] produzir nessa nova filosofia**" (GP01), o que pode influenciar produtores tradicionais a partir da observação direta dos resultados. Também aparecem referências à incorporação de práticas sustentáveis, com destaque para a preocupação com conservação do solo, das nascentes e da cobertura vegetal, associadas a uma "nova visão" sobre o uso do território (GP02).

Além disso, os conteúdos indicam contribuições pontuais relacionadas à diversificação de práticas e à difusão de conhecimentos, especialmente por meio de interações locais. Em alguns relatos, observa-se que a presença desses atores contribui para processos de sensibilização ambiental, influenciando produtores tradicionais quanto à importância da conservação, ainda que de forma localizada e não generalizada.

Por outro lado, também são evidenciadas percepções que indicam baixa contribuição no plano produtivo. Em alguns casos, afirma-se que "**não consigo enxergar a contribuição deles**" (GP04), especialmente no que se refere à inserção em cadeias formais, como programas institucionais de abastecimento. Essa percepção está associada à dificuldade de integração desses atores às dinâmicas produtivas locais e à limitada escala de suas produções.

No que se refere às práticas sustentáveis, observa-se que os neorrurais tendem a adotar, em parte dos casos, comportamentos alinhados às normas ambientais, sendo mencionada a adequação às exigências legais e a proteção de áreas sensíveis, como nascentes e vegetação. No entanto, também aparecem relatos de intervenções inadequadas, especialmente em áreas ambientalmente sensíveis, atribuídas ao desconhecimento das especificidades do território, com menção a infrações cometidas "sem maldade, sem entender que não poderia" (GP04).

No que se refere às tensões e conflitos, os conteúdos indicam a predominância de conflitos de baixa intensidade, associados principalmente a diferenças de visão e de práticas entre neorrurais e produtores tradicionais. São mencionados questionamentos e resistências por parte dos produtores mais antigos, que, em alguns casos, desqualificam as práticas adotadas pelos novos moradores. Ainda assim, observa-se que esses conflitos não se configuram como confrontos diretos, sendo caracterizados como debates, desconfortos ou “desdém” (GP01), sem escalada para níveis mais intensos.

Também aparecem tensões relacionadas à relação com o poder público, especialmente no que se refere às expectativas dos neorrurais em relação à atuação da prefeitura. Os relatos indicam que há, em alguns casos, elevado nível de cobrança por infraestrutura e serviços, o que é percebido como descompasso em relação às capacidades institucionais locais, sendo descrito como uma pressão que “acaba sendo um impacto negativo para a administração” (GP04).

De modo geral, os conteúdos evidenciam que os impactos territoriais dos neorrurais se expressam de forma ambígua, combinando contribuições pontuais, especialmente no campo das práticas sustentáveis e da inovação produtiva, com limitações na inserção econômica e a presença de tensões de baixa intensidade, associadas a diferenças culturais, produtivas e institucionais no território

4.1.b.4. Categoria: Relação dos neorrurais com as políticas públicas

A partir dos conteúdos das entrevistas, observa-se que a relação dos neorrurais com as políticas públicas é marcada por baixo acesso, limitações institucionais e dificuldades de adequação entre os instrumentos existentes e os perfis desses produtores.

No que se refere ao acesso a programas públicos, os relatos indicam que a participação dos neorrurais é reduzida e concentrada em ações mais operacionais ou pontuais. Destaca-se o uso de serviços como patrulha agrícola e apoio logístico para insumos, além de participação em programas como o pagamento por serviços ambientais (PSA). No entanto, o acesso a instrumentos de financiamento e políticas estruturantes é descrito como limitado, sendo mencionado que “**eles acessam bem pouco os programas [...] federais**” (GP01). Essa baixa adesão é associada, em parte, à inadequação das políticas às características das atividades desenvolvidas por esse grupo, configurando um “vácuo” entre os instrumentos disponíveis e as práticas agroecológicas adotadas.

Também se observa que, em alguns contextos, há iniciativas locais que buscam integrar esses produtores, como políticas municipais de agroecologia e programas de fornecimento de alimentos para a merenda escolar. Ainda assim, os conteúdos indicam que a inserção nesses programas não é generalizada, e depende de condições específicas, como certificação ou enquadramento em critérios formais.

No que se refere às dificuldades de acesso, os relatos convergem para a centralidade de exigências burocráticas e documentais como fator limitante. São mencionadas barreiras relacionadas à necessidade de documentação da propriedade, comprovação de renda e regularização fiscal, sendo destacado que "**muita propriedade não tem esses documentos oficiais**" (GP01). Além disso, critérios de enquadramento em políticas como o PRONAF tendem a excluir parte dos neorrurais, especialmente aqueles cuja renda principal não provém da atividade rural, sendo indicado que "**os requisitos [...] acabam excluindo esses perfis**" (GP03).

Os conteúdos também evidenciam dificuldades associadas à relação entre produtores e agentes públicos. Em alguns relatos, aponta-se que a atuação dos técnicos, simultaneamente vinculada à assistência e à fiscalização, gera afastamento dos produtores, dificultando o acesso às políticas. Além disso, são mencionados entraves operacionais, como falhas na execução de programas, que contribuem para desestímulo e descontinuidade da participação.

No que se refere à participação em instâncias de governança, os relatos indicam situações distintas. Em alguns casos, os neorrurais são descritos como mais ativos, participando de conselhos e espaços institucionais, sendo mencionados como atores que "**participam mais [...] trazem essa inquietação**" (GP03). Também há exemplos de atuação em conselhos municipais, com participação ativa na definição de pautas. Por outro lado, há relatos que indicam baixa participação geral nesses espaços, tanto por parte dos neorrurais quanto de outros produtores, sendo apontada a limitação desses fóruns em termos de engajamento e efetividade.

Por fim, os conteúdos indicam que, no plano institucional mais amplo, há discussões em andamento voltadas ao fortalecimento da governança e à criação de instrumentos que possam ampliar a capacidade de gestão municipal, como conselhos e fundos ambientais, associados à possibilidade de captação e aplicação de recursos para ações no território.

De modo geral, os conteúdos evidenciam que a relação dos neorrurais com as políticas públicas é caracterizada por baixo acesso, dificuldades de enquadramento nos instrumentos existentes e participação variável em espaços institucionais, coexistindo com iniciativas pontuais de inserção e com limitações estruturais no desenho e na implementação das políticas

4.1.b.5. Categoria: Condições de acesso às políticas públicas

A partir dos conteúdos das entrevistas, observa-se que as condições de acesso dos neorrurais às políticas públicas são influenciadas por fatores relacionados ao enquadramento institucional e às exigências formais, especialmente no que se refere à comprovação de renda e formalização da atividade produtiva.

No que se refere ao enquadramento como agricultores familiares, há indicação de que, em termos gerais, os neorrurais poderiam atender aos critérios estabelecidos. Conforme relatado, "**se enquadrariam, sim**" (GP04), sugerindo que, do ponto de vista conceitual ou estrutural, esse grupo poderia ser incluído nas políticas voltadas à agricultura familiar.

No entanto, quando analisadas as condições práticas de acesso, os conteúdos evidenciam que as principais limitações não estão associadas à situação fundiária ou ambiental. Ao contrário, os neorrurais são descritos como relativamente regularizados nesses aspectos, sendo indicado que "**a parte fundiária e ambiental […] geralmente estão em dia**" (GP01). Essa percepção é reforçada por outros relatos, que apontam que esses produtores possuem cadastros e registros atualizados, como CAR e CAF, em contraste com produtores tradicionais, que ainda enfrentam dificuldades de regularização.

Por outro lado, os conteúdos convergem ao identificar entraves relacionados à formalização econômica da atividade rural. Destaca-se que as principais dificuldades estão associadas à comprovação de renda rural e à emissão de documentos fiscais, sendo mencionado que "**o que falta é a comprovação de renda […] nota fiscal […] declaração de imposto de renda rural**" (GP01). Essa condição está relacionada ao perfil dos neorrurais, que frequentemente mantêm fontes de renda externas ao estabelecimento rural, o que dificulta o enquadramento em critérios que exigem predominância de renda oriunda da atividade agrícola.

Além disso, observa-se que, embora existam iniciativas institucionais voltadas à regularização e apoio aos produtores — como mutirões de cadastro e atendimento técnico para adequação documental —, essas ações não são necessariamente

direcionadas especificamente aos neorrurais, e revelam um esforço mais amplo de organização do setor rural.

De modo geral, os conteúdos indicam que, embora os neorrurais apresentem condições favoráveis em termos de regularização fundiária e ambiental, o acesso às políticas públicas é limitado principalmente por exigências relacionadas à formalização da renda e à estrutura econômica da atividade, configurando um descompasso entre os critérios institucionais e as características desse grupo.

4.1.b.6. Categoria: Barreiras, conflitos e desafios institucionais

A partir dos conteúdos das entrevistas, observa-se que a inserção dos neorrurais nas políticas públicas é atravessada por um conjunto de barreiras institucionais, operacionais e relacionais, que limitam tanto o acesso quanto a integração desses atores ao desenvolvimento rural municipal.

No que se refere às dificuldades de inserção, os conteúdos convergem para a centralidade de fatores relacionados ao enquadramento institucional e ao perfil dos neorrurais. Destaca-se a dificuldade de adequação às exigências das políticas, especialmente no que se refere à comprovação de renda rural, sendo apontado que "**o maior problema dos critérios**" é o enquadramento pela renda (GP01). Também são mencionados aspectos como falta de conhecimento sobre os programas, discordância em relação às regras técnicas e limitações na formalização da atividade produtiva.

Além disso, aparecem dificuldades associadas à capacidade produtiva e técnica, com indicação da necessidade de maior acesso a tecnologias, diversificação e planejamento produtivo, sendo destacado que é preciso "**mais formas de produzir com menos custo**" (GP04). Esses elementos apontam para desafios não apenas institucionais, mas também relacionados à consolidação das atividades desenvolvidas por esse grupo.

No plano institucional, os conteúdos evidenciam limitações estruturais da gestão pública municipal, especialmente no que se refere à disponibilidade de recursos e à capacidade de implementação de políticas. Destaca-se que os orçamentos destinados à agricultura são reduzidos, "**não chega a 1%**" (GP02), o que restringe a criação e continuidade de programas. Também são relatadas dificuldades na manutenção de iniciativas, como feiras de produtores, que não se sustentam ao longo do tempo devido à baixa adesão ou à ausência de público.

Outro núcleo de sentido relevante refere-se à necessidade de organização coletiva e incidência política para acesso e fortalecimento das políticas públicas. Os conteúdos indicam que o avanço dessas agendas depende da capacidade dos produtores de se articularem e demonstrarem demanda institucionalizada, sendo necessário "**demonstrar oficialmente que tem demanda**" (GP03). Nesse sentido, a organização em associações ou cooperativas aparece como estratégia central para ampliar a visibilidade e a capacidade de negociação junto ao poder público.

No que se refere às propostas e caminhos apontados, os conteúdos indicam a necessidade de maior integração entre produtores e poder público, com fortalecimento da atuação das secretarias e ampliação do acompanhamento técnico. Destaca-se a importância de uma atuação mais próxima, com presença no território e compreensão das especificidades locais, sendo indicado que "**falta muito essa interação**" (GP04). Também são sugeridas estratégias de fortalecimento de mercados locais, como feiras agroecológicas, compras institucionais e organização de associações, articuladas a processos de formação e apoio à produção.

Além disso, os conteúdos apontam para a importância do fortalecimento das instâncias de participação social, como conselhos e espaços de governança, como condição para ampliação do acesso e da incidência nas políticas públicas. A participação é vista como elemento fundamental para que os atores compreendam e acionem seus direitos, bem como influenciem a agenda pública.

Por fim, destaca-se que parte das limitações observadas não está necessariamente associada à ausência de políticas ou recursos, mas à baixa priorização das agendas rural e ambiental no âmbito das gestões municipais. Conforme evidenciado nos relatos, há uma tendência de direcionamento de investimentos para áreas como saúde, educação e infraestrutura urbana, enquanto a agricultura e o meio ambiente permanecem em segundo plano, o que contribui para a fragilidade das ações voltadas a esses setores.

De modo geral, os conteúdos evidenciam que as barreiras enfrentadas pelos neorrurais decorrem da combinação entre critérios institucionais restritivos, limitações estruturais da gestão pública, baixa organização coletiva e reduzida priorização política das agendas rurais, configurando um cenário de integração parcial e ainda pouco consolidada desses atores nas políticas públicas

4.1.c. Síntese analítica das entrevistas com gestores públicos

A análise das entrevistas realizadas com gestores públicos evidencia um cenário rural marcado por assimetrias entre a formalização institucional, as dinâmicas territoriais e pela emergência de novos perfis de ocupação do campo. A leitura integrada das categorias permite identificar padrões recorrentes relacionados à estrutura fundiária, à caracterização da população rural e às formas de interação com as políticas públicas.

No que se refere ao uso do solo e à estrutura fundiária, observa-se a predominância de pequenas propriedades, frequentemente associadas a processos contínuos de fragmentação territorial. Esse movimento aparece vinculado tanto a dinâmicas familiares, como heranças, quanto à crescente pressão imobiliária, que impulsiona a conversão de áreas produtivas em loteamentos e empreendimentos residenciais. Paralelamente, evidencia-se um descompasso entre a classificação formal do território e suas práticas efetivas de uso, com situações em que áreas caracterizadas como urbanas ou de expansão urbana mantêm usos tipicamente rurais. Esse desalinhamento institucional contribui para a dificuldade de planejamento e gestão do território, além de impactar diretamente a forma como o rural é reconhecido nas políticas públicas.

No perfil da população rural, os resultados evidenciam um processo de envelhecimento associado à saída de jovens e à baixa sucessão geracional nas atividades agrícolas. Ao mesmo tempo, identifica-se a entrada de novos moradores no campo, especialmente a partir do período da pandemia, ainda que em escala considerada reduzida pelos gestores. Esses movimentos revelam uma dinâmica dual: de um lado, a retração do rural tradicional; de outro, a emergência de novos perfis de ocupação, ainda pouco consolidados e institucionalmente reconhecidos.

Nesse contexto, a caracterização dos neorrurais evidencia um grupo heterogêneo, geralmente oriundo de áreas urbanas, com maior escolaridade e fontes de renda diversificadas. Esses atores são associados à adoção de práticas agroecológicas, à valorização ambiental e à busca por qualidade de vida. No entanto, sua inserção no território é percebida de forma ambígua: ao mesmo tempo em que são reconhecidos como portadores de novas práticas e visões, também são descritos, em alguns casos, como pouco integrados às dinâmicas produtivas locais, com limitações técnicas ou iniciativas ainda incipientes.

Os impactos territoriais atribuídos a esse grupo refletem essa ambivalência. Por um lado, destacam-se contribuições relacionadas à introdução de práticas

sustentáveis, diversificação produtiva e sensibilização ambiental. Por outro, são apontadas limitações na inserção econômica e dificuldades de adaptação, além de tensões de baixa intensidade com produtores tradicionais e com a gestão pública. Essas tensões se expressam mais como diferenças de percepção e expectativa do que como conflitos diretos, revelando um campo em processo de reconfiguração.

No que se refere à relação com as políticas públicas, observa-se que tanto os produtores tradicionais quanto os neorrurais enfrentam dificuldades de acesso, ainda que por razões distintas. No caso dos neorrurais, as barreiras estão associadas principalmente ao descompasso entre os critérios institucionais e suas características socioeconômicas. A exigência de comprovação de renda predominantemente rural, por exemplo, limita o enquadramento desse grupo nas políticas voltadas à agricultura familiar. Além disso, há inadequação entre os instrumentos disponíveis e as práticas agroecológicas, resultando em baixa adesão e participação reduzida em programas estruturantes.

As condições de acesso são ainda influenciadas por fatores institucionais, como a limitação de recursos das secretarias municipais e a baixa capacidade de implementação de políticas. Os relatos indicam que os orçamentos destinados à agricultura são reduzidos e que a atuação pública se concentra, muitas vezes, em demandas pontuais ou no atendimento aos produtores que procuram os serviços. Soma-se a isso a fragilidade de iniciativas coletivas, como associações e cooperativas, que poderiam ampliar o acesso às políticas e fortalecer a organização produtiva.

As questões ambientais, especialmente no contexto da APA Sistema Cantareira, introduzem uma dimensão adicional de complexidade. Observa-se a coexistência de percepções distintas entre os gestores: enquanto alguns destacam restrições ao uso do solo e impactos históricos associados à formação dos reservatórios, outros enfatizam a ausência de limitações diretas à produção agropecuária. Ainda assim, a presença da APA influencia as dinâmicas territoriais, seja pela regulação do uso do solo, seja pela valorização ambiental da região, que contribui para a atração de novos moradores e para a intensificação da pressão imobiliária.

Por fim, as transformações recentes no território rural são fortemente marcadas pela expansão de loteamentos, pela fragmentação fundiária e pela mudança no perfil de uso do solo, com crescente presença de residências de lazer e

segunda moradia. Esse processo contribui para o enfraquecimento das atividades produtivas e para a reconfiguração do rural como espaço multifuncional, onde coexistem produção, moradia e uso recreativo.

De modo geral, a análise integrada dos dados evidencia um rural em transição, caracterizado pela sobreposição de dinâmicas tradicionais e emergentes, pela fragilidade da estrutura institucional e pela dificuldade de adaptação das políticas públicas a novos perfis de atores e formas de uso do território. Esse cenário aponta para a necessidade de maior articulação entre planejamento territorial, políticas públicas e reconhecimento das transformações em curso no meio rural.

4.2 - Organizações da Sociedade Civil

4.2.a. Categoria: Reconhecimento institucional dos neorrurais

A partir das entrevistas realizadas com representantes de organizações da sociedade civil (n = 4), observa-se que o reconhecimento da existência de uma população neorrural no território é relativamente consensual entre os entrevistados, embora ainda pouco sistematizado no âmbito institucional.

De modo geral, os entrevistados indicam perceber esse movimento como uma realidade crescente, frequentemente associada à proximidade com grandes centros urbanos e intensificada em períodos recentes. Conforme relatado, trata-se de um processo “quase inevitável, por causa dos grandes centros” (OSC01), sendo também descrito como parte de um movimento mais amplo de saída das cidades em direção ao campo, entendido como um “êxodo urbano” (OSC02). Esse reconhecimento aparece, portanto, ancorado na observação prática do território e na experiência direta das organizações com os atores locais.

Entretanto, quando se observa o nível institucional, identifica-se que esse reconhecimento não se traduz, na maior parte dos casos, em registros formais ou categorias específicas nos instrumentos de planejamento e diagnóstico. Como apontado, “formalmente, institucionalmente, a gente não tem nada registrado sobre esse movimento” (OSC03), sendo essa identificação frequentemente restrita à percepção dos técnicos ou às experiências de campo. De forma semelhante, destaca-se que, mesmo quando o contato com esse público ocorre, “não vejo nada de citação específica sobre neorrurais” (OSC02), evidenciando a ausência de sistematização conceitual e institucional.

Ainda assim, observa-se que, em alguns casos, começam a emergir tentativas incipientes de diferenciação desses perfis dentro das práticas das

organizações. Um dos entrevistados indica que, embora não haja formalização ampla, já existem critérios internos que passam a distinguir diferentes tipos de público, especialmente no contexto de implementação de projetos: “a gente já está conseguindo separar melhor isso, mas isso é um documento interno nosso” (OSC01). Esse movimento sugere um início de reconhecimento operacional, ainda não consolidado em nível institucional mais amplo.

Outro aspecto relevante refere-se à diversidade de formas de inserção desses neorrurais no território, especialmente em arranjos coletivos, como ecovilas e iniciativas compartilhadas de uso da terra. Tais configurações são mencionadas como parte significativa desse movimento, envolvendo grupos que “compram terra juntos” ou organizam formas coletivas de moradia e atuação (OSC01), o que amplia a complexidade do fenômeno para além das formas tradicionais de ocupação rural.

No que se refere à relevância desse grupo no meio rural local, os relatos indicam percepções convergentes quanto à sua presença significativa, ainda que não quantificada. Em alguns casos, essa relevância é associada ao impacto econômico indireto, decorrente do aumento populacional e da circulação de recursos no território. Em outros, destaca-se sua atuação em agendas ambientais e de participação social, com presença em conselhos e espaços de governança local: “têm muita importância no sentido de movimentos ambientais, de discussões políticas” (OSC01).

Adicionalmente, observa-se que os neorrurais tendem a apresentar maior engajamento em iniciativas de conservação e restauração ambiental, sendo descritos como um grupo que “puxa” essas ações (OSC02) e que demonstra maior facilidade de adesão a políticas e projetos voltados à conservação. Conforme indicado, “me parece que é um perfil até mais fácil de engajar do que produtores ditos tradicionais” (OSC03), evidenciando diferenças nas formas de relação com as políticas públicas e com o território.

Por outro lado, também emergem elementos que indicam tensões e desafios na convivência entre diferentes perfis no meio rural, especialmente no que se refere à comunicação, às práticas produtivas e às visões sobre o desenvolvimento local. Ainda que não sejam apresentados como conflitos estruturados, esses aspectos apontam para a existência de distinções entre neorrurais e populações tradicionais, que demandam mediação e maior articulação no território.

De modo geral, os dados evidenciam que o reconhecimento institucional dos neorrurais, no âmbito das organizações da sociedade civil, ocorre de forma predominantemente empírica e operacional, com avanços pontuais na diferenciação de perfis, mas ainda sem consolidação em instrumentos formais, diagnósticos sistematizados ou estratégias específicas de atuação.

4.2.b. Categoria: Caracterização dos neorrurais no território

A partir das entrevistas realizadas com representantes de organizações da sociedade civil (n = 4), observa-se que a caracterização dos neorrurais no território apresenta relativa convergência em torno de alguns atributos centrais, ao mesmo tempo em que evidencia diversidade de perfis associados às formas de inserção e atuação desses sujeitos.

De modo geral, os neorrurais são descritos como indivíduos com maior nível de escolaridade e poder aquisitivo, frequentemente oriundos de contextos urbanos e com menor experiência prévia no manejo da terra. Conforme destacado, trata-se de um público “com um certo poder aquisitivo maior, e sem contato quase que nenhum em termos de manejar a terra” (OSC01), sendo também caracterizado como composto por pessoas “superescolarizadas […] com alto nível de formação formal” (OSC04). Esse perfil é associado, em muitos casos, à possibilidade de aquisição de propriedades e à permanência no meio rural sem dependência direta da produção agrícola para subsistência.

Outro núcleo de sentido relevante refere-se à relação desses neorrurais com a terra, frequentemente marcada por menor dependência da renda obtida diretamente da atividade rural, e maior flexibilidade nas decisões de uso e ocupação. Como apontado, tratam-se de “pessoas que vieram para a terra, mas que não necessariamente têm uma relação financeira de sustento com a terra” (OSC03), o que possibilita maior abertura para práticas ambientais, como restauração e conservação. Nesse contexto, observa-se que a adoção de práticas como sistemas orgânicos e agroflorestais aparece como característica recorrente, ainda que frequentemente em pequena escala, voltada ao autoconsumo ou a iniciativas experimentais.

Também se destaca a presença de diferentes formas de organização territorial, especialmente por meio de arranjos coletivos, como ecovilas, condomínios rurais e agrupamentos de aquisição conjunta de terras. Esses formatos são descritos como estratégias que viabilizam o acesso à terra e a permanência no meio rural, por

meio da divisão de custos e da formação de coletivos: “comprar um hectare e dividir em 10 […] ainda assim é muito mais terra do que um apartamento” (OSC01). Tais configurações indicam uma forma distinta de ocupação do espaço rural, nem sempre associada à produção agrícola convencional.

No que se refere às atividades desenvolvidas, observa-se que os neorrurais se distribuem em diferentes perfis. Parte deles mantém vínculos com atividades urbanas, exercendo profissões como professores ou empresários, enquanto desenvolvem iniciativas complementares no meio rural, como turismo pedagógico, educação ambiental e vivências. Outros estão mais diretamente envolvidos em projetos de conservação ambiental, especialmente em programas de pagamento por serviços ambientais, sendo apontados como maioria em determinadas iniciativas: “a maioria das pessoas que fazem parte desses projetos são neorrurais” (OSC02). Há ainda aqueles que se dedicam a formas de produção de pequena escala, voltadas ao autoconsumo, bem como perfis que utilizam a propriedade predominantemente para lazer e bem-estar, sem desenvolvimento de atividades produtivas.

As motivações atribuídas a esse grupo também apresentam convergência entre os entrevistados, sendo frequentemente associadas à busca por qualidade de vida, afastamento do ambiente urbano e maior contato com a natureza. Os neorrurais são descritos como pessoas que buscam “fugir um pouco da cidade, do barulho” (OSC01), procurando estilos de vida considerados mais simples e próximos de valores naturais e humanos. A proximidade geográfica com grandes centros urbanos aparece como fator facilitador desse movimento, permitindo a manutenção de vínculos profissionais urbanos ao mesmo tempo em que se estabelece residência no meio rural.

Por outro lado, os relatos também evidenciam limitações e desafios associados a esse perfil, especialmente no que se refere à escala produtiva, à dependência de mão de obra e à relação com as dinâmicas locais. Destaca-se que, em muitos casos, a adoção de práticas sustentáveis está associada à pequena escala e à menor dependência econômica da terra, o que pode diferenciar esse grupo dos produtores tradicionais. Além disso, são mencionadas tensões relacionadas à valorização do trabalho rural e à contratação de serviços, indicando aspectos socioeconômicos que atravessam essa relação.

De modo geral, os dados evidenciam que os neorrurais constituem um grupo heterogêneo, caracterizado por diferentes formas de inserção no meio rural — que

incluem desde usos voltados ao lazer até iniciativas produtivas e ambientais —, sendo possível identificar perfis distintos associados a condomínios rurais, arranjos coletivos e pequenos produtores de base mais profissional. Essa diversidade aponta para a coexistência de diferentes perfis de neorrurais no território, cuja diferenciação se expressa nas motivações, nas formas de uso da terra e nas atividades desenvolvidas.

4.2.c Categoria: Impactos territoriais dos neorrurais

A partir das entrevistas realizadas com representantes de organizações da sociedade civil (n = 4), observa-se que os impactos territoriais associados à presença de neorrurais são percebidos de forma ambivalente, reunindo contribuições relevantes, ao mesmo tempo em que emergem tensões e desafios associados às suas formas de inserção no território.

No que se refere aos impactos positivos, um primeiro núcleo de sentido identificado diz respeito à dinamização econômica local, especialmente por meio da geração de demanda por serviços e mão de obra. Conforme relatado, a presença de neorrurais contribui para a "geração de uma renda ali de mão de obra para pessoas" (OSC01), associada à manutenção das propriedades e à realização de atividades diversas no meio rural. Esse movimento também se articula à ampliação da circulação econômica local, decorrente da presença permanente ou temporária desses novos moradores.

Outro aspecto recorrente refere-se ao fortalecimento da participação social e política no território. Os neorrurais são descritos como atores mais presentes em espaços institucionais e de governança, contribuindo para o fortalecimento de pautas relacionadas ao meio rural. Destaca-se que "têm muita importância no sentido de movimentos ambientais, de discussões políticas" (OSC01), participando de conselhos e instâncias locais, o que contribui para ampliar a visibilidade das questões rurais e ambientais no âmbito municipal.

Associado a isso, identifica-se um núcleo de sentido relacionado à atuação desses atores como mediadores entre o rural e o urbano. Segundo os relatos, os neorrurais contribuem para "trazer a área rural mais próxima para a cidade" (OSC02), favorecendo processos de integração e articulação entre diferentes contextos sociais e institucionais. Essa capacidade de articulação também se expressa na maior facilidade de engajamento em políticas públicas e projetos, especialmente aqueles voltados à conservação ambiental.

Nesse sentido, destaca-se de forma convergente o papel dos neorrurais como indutores de adesão a iniciativas ambientais. Os entrevistados indicam que esse grupo tende a apresentar maior disposição para participar de programas de restauração e conservação, funcionando como referência para outros atores locais. Como apontado, sua participação contribui para gerar confiança e estimular a adesão de produtores tradicionais: “se meu vizinho aderiu […] eu vou dar um voto de confiança” (OSC03). Dessa forma, os neorrurais aparecem como agentes que contribuem para a difusão de novas práticas e para a construção de novas perspectivas no território.

Outro aspecto apontado refere-se ao potencial desses grupos em contribuir para a mitigação de dinâmicas mais intensas de transformação territorial, especialmente relacionadas à expansão imobiliária. Em alguns casos, sugere-se que determinadas formas de ocupação associadas aos neorrurais, como condomínios rurais e ecovilas, podem representar alternativas de ocupação frente a processos mais degradantes, contribuindo para a manutenção de cobertura vegetal e de condições ambientais: “ao invés […] uma ocupação loteada, só que de maneira organizada” (OSC03). Ainda que essa contribuição seja apresentada como potencial e não necessariamente consolidada, ela indica possibilidades de atuação diferenciada no território.

Por outro lado, os relatos também evidenciam impactos negativos e tensões associadas à presença desses atores. Um primeiro núcleo de sentido refere-se ao adensamento do espaço rural, decorrente da intensificação da ocupação em áreas originalmente pouco povoadas. Como destacado, esse processo pode gerar pressões sobre infraestrutura e recursos locais, incluindo questões relacionadas a “lixo, esgoto, acesso na estrada” (OSC01), especialmente quando não acompanhado de planejamento adequado.

Outro aspecto relevante diz respeito à reprodução de padrões urbanos no meio rural, em alguns casos associados a iniciativas que, embora apresentadas como ambientais, podem incorporar lógicas de mercado e fragmentação do território. São mencionadas situações em que projetos vinculados à conservação resultam em processos de parcelamento e comercialização de áreas, sendo percebidos como “um empreendimento com greenwashing de projeto de conservação” (OSC02), evidenciando tensões entre discurso ambiental e práticas territoriais.

Adicionalmente, emergem conflitos de ordem sociocultural, especialmente relacionados às relações entre neorrurais e produtores tradicionais. Um dos entrevistados aponta o risco de construção de visões polarizadas, marcadas por uma lógica de oposição entre grupos, em que o agricultor tradicional pode ser percebido de forma estigmatizada: “transformar um agricultor tradicional num vilão” (OSC03). Esse aspecto evidencia a necessidade de mediação e de construção de diálogos mais integradores no território.

Por fim, ainda que alguns entrevistados não identifiquem impactos negativos significativos, destacando predominantemente contribuições positivas, reconhece-se que a presença dos neorrurais pode gerar incômodos pontuais, especialmente quando suas práticas e visões entram em desacordo com dinâmicas locais já estabelecidas.

De modo geral, os dados evidenciam que os impactos territoriais dos neorrurais se expressam de forma complexa e multifacetada, combinando efeitos positivos relacionados à dinamização econômica, ao fortalecimento de agendas ambientais e à ampliação da participação social, com desafios associados ao adensamento do território, à reprodução de lógicas urbanas e às tensões nas relações com populações tradicionais.

4.2.d. Categoria: Relação dos neorrurais com programas e projetos do terceiro setor

A partir das entrevistas realizadas com representantes de organizações da sociedade civil (n = 4), observa-se que a participação dos neorrurais em programas e projetos desenvolvidos no território é recorrente e, em muitos casos, destacada como significativa, especialmente em iniciativas relacionadas à conservação ambiental, capacitação e práticas produtivas alternativas.

De modo geral, os relatos indicam que os neorrurais participam ativamente das ações promovidas pelas instituições, ainda que essa participação assuma diferentes formas, variando conforme o tipo de projeto e o perfil dos envolvidos. Um primeiro núcleo de sentido refere-se à forte presença desses atores em atividades formativas e de capacitação. Conforme apontado, trata-se de um público que “participa bastante pra aprender” (OSC01), frequentando cursos relacionados a temas como agrofloresta, meliponicultura e manejo da terra, muitas vezes com foco em aplicações em pequena escala ou voltadas ao autoconsumo.

Outro aspecto recorrente diz respeito à centralidade dos neorrurais em projetos de conservação ambiental. Os entrevistados indicam que esse grupo aparece de forma majoritária em determinadas iniciativas, sendo descrito como aquele que “mais aparece e puxa esse tipo de programas de conservação, de reflorestamento” (OSC02). Essa participação se dá tanto em projetos de restauração quanto em programas de pagamento por serviços ambientais, nos quais a formalização ocorre, em geral, por meio de contratos estabelecidos entre proprietários e o poder público, com apoio de múltiplos atores institucionais (OSC03).

Nesse contexto, observa-se também que os neorrurais estão frequentemente envolvidos em práticas associadas a modelos produtivos considerados mais sustentáveis, como sistemas agroflorestais, pastejo ecológico e iniciativas de restauração com enfoque multifuncional. Essas práticas aparecem como recorrentes nas propriedades desse grupo, ainda que nem sempre com finalidade produtiva em escala, mas como parte de um projeto mais amplo de uso do território.

Um terceiro núcleo de sentido refere-se à forma como esses atores acessam as instituições e seus programas. Os relatos indicam que os neorrurais apresentam maior facilidade de aproximação e engajamento, muitas vezes acessando as organizações de maneira espontânea, por meio de redes sociais e canais digitais. Como destacado, “eles chegam até a gente muito mais fácil por causa das redes sociais” (OSC01), em contraste com produtores tradicionais, cuja mobilização frequentemente exige estratégias mais ativas de busca e contato.

Além disso, observa-se que a inserção dos neorrurais nos projetos também pode ocorrer a partir de iniciativas próprias ou por meio de redes de articulação no território. Em alguns casos, os próprios interessados buscam as organizações com o objetivo de integrar projetos de restauração ou conservação, apresentando demandas alinhadas às propostas institucionais (OSC04). Esse movimento reforça a ideia de um perfil mais proativo e articulado na busca por participação.

Por outro lado, os relatos também indicam que essa participação nem sempre está associada a atividades produtivas estruturadas, sendo, em muitos casos, vinculada a interesses de aprendizado, lazer ou experimentação. Ainda assim, evidencia-se que os neorrurais ocupam papel relevante na implementação e difusão de iniciativas do terceiro setor no território, especialmente aquelas voltadas à agenda ambiental.

De modo geral, os dados indicam que os neorrurais constituem um público expressivo e engajado nos programas e projetos das organizações da sociedade civil, destacando-se por sua participação em ações de capacitação, conservação ambiental e práticas sustentáveis, bem como por sua maior facilidade de acesso e interação com as instituições.

4.2.e. Categoria: Condições de acesso aos programas e projetos

A partir das entrevistas realizadas com representantes de organizações da sociedade civil (n = 4), observa-se que as condições de acesso dos neorrurais aos programas e projetos institucionais são percebidas como favoráveis, de modo geral, com baixa incidência de barreiras estruturais, especialmente quando comparadas a outros perfis do meio rural.

Um primeiro núcleo de sentido refere-se à reduzida exigência de critérios formais restritivos para participação, sendo destacado que, em muitos casos, os requisitos estão mais relacionados a aspectos operacionais e de viabilidade das ações do que a barreiras institucionais rígidas. Conforme indicado, critérios como a existência de documentação básica — como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) — são considerados, mas não se configuram como impeditivos centrais. Em contrapartida, observa-se maior atenção das instituições a fatores como a aptidão da propriedade, a disponibilidade de mão de obra e o alinhamento entre expectativas dos participantes e as propostas dos projetos, buscando evitar frustrações e garantir maior efetividade das ações (OSC01).

Outro aspecto identificado diz respeito à maior facilidade dos neorrurais em lidar com exigências burocráticas e administrativas. Os relatos indicam que esse grupo apresenta maior domínio de processos formais, com propriedades frequentemente regularizadas e documentação organizada. Como destacado, “eles têm mais facilidade […] a parte burocrática, eles dominam” (OSC02), sendo também apontado que possuem “documentos […] todos atualizados” e capacidade de mobilizar redes de apoio para obtenção de informações e registros necessários (OSC04).

No que se refere à regularização fundiária e ambiental, os entrevistados indicam que, no contexto dos projetos analisados, essas questões não constituem barreiras relevantes para a participação dos neorrurais. Em parte, isso se deve à própria adaptação das políticas e programas, que buscam flexibilizar exigências documentais para ampliar a adesão. Conforme relatado, “a gente já tenta criar uma

política […] que facilite a adesão" (OSC03), incluindo a aceitação de formas simplificadas de comprovação, como declarações de posse, em substituição a documentos mais complexos.

Adicionalmente, observa-se que os neorrurais tendem a apresentar maior abertura e predisposição para participação, o que contribui para reduzir obstáculos de engajamento. Os entrevistados destacam que se trata de um grupo com maior facilidade de adesão às propostas institucionais, o que dificulta, inclusive, a identificação de barreiras específicas: "fica mais difícil da gente achar as barreiras" (OSC03).

Por outro lado, os relatos indicam que eventuais limitações estão menos associadas ao perfil dos participantes e mais às características dos próprios projetos, especialmente no que se refere a prazos e exigências operacionais. Em alguns casos, editais com prazos curtos podem restringir a participação de propriedades que ainda não estejam regularizadas ou previamente mapeadas, o que tende a favorecer aqueles que já possuem algum nível de organização e articulação prévia (OSC02).

De modo geral, os dados evidenciam que os neorrurais encontram condições relativamente facilitadas de acesso aos programas e projetos das organizações da sociedade civil, destacando-se pela maior capacidade de atender exigências burocráticas, pela organização documental e pela predisposição ao engajamento. As barreiras identificadas mostram-se pontuais e mais relacionadas às dinâmicas dos próprios programas do que a limitações estruturais desse grupo.

4.2.f. Categoria: Barreiras, conflitos e desafios institucionais

A partir das entrevistas realizadas com representantes de organizações da sociedade civil (n = 4), observa-se que as barreiras e desafios relacionados à participação dos neorrurais em programas e projetos manifestam-se de forma heterogênea, sendo, em grande parte, atribuídos a fatores estruturais e institucionais mais amplos, e não exclusivamente às características desse grupo.

De modo geral, os relatos indicam que as dificuldades enfrentadas pelos neorrurais não estão centradas em limitações individuais ou documentais, mas sim em aspectos territoriais e institucionais. Um primeiro núcleo de sentido refere-se à desigualdade espacial no acesso às ações, uma vez que a atuação dos programas pode priorizar determinadas áreas em detrimento de outras. Conforme apontado, "o município é grande e às vezes […] prioriza algumas áreas e outras ele praticamente

não olha” (OSC02), o que pode limitar o alcance das iniciativas e o acesso de diferentes públicos.

Outro aspecto relevante diz respeito às limitações do poder público na implementação e capilarização das políticas e projetos. Os entrevistados destacam que há uma “deficiência do poder público em chegar nos lugares” (OSC02), o que reforça o papel das organizações da sociedade civil como agentes que atuam tanto na mobilização quanto na oferta de iniciativas no território. Nesse contexto, a construção das ações ocorre, em grande medida, a partir de espaços institucionais como conselhos municipais e comitês de bacia, evidenciando a importância desses fóruns na mediação entre diferentes atores.

Adicionalmente, emerge como núcleo de sentido a questão da comunicação e da divulgação das oportunidades. Os relatos indicam que o acesso aos projetos pode ser limitado pela falta de informação ou pela insuficiente disseminação dos editais e iniciativas disponíveis. Como destacado, “talvez essa informação chegando até eles […] eu não sei o quanto é frequente” (OSC04), sugerindo que a visibilidade das ações ainda constitui um desafio relevante.

Outro elemento recorrente refere-se à necessidade de maior organização coletiva por parte dos atores locais. Os entrevistados indicam que a participação em políticas públicas e programas estruturados exige níveis de formalização que nem sempre estão presentes, como a constituição de associações ou cooperativas. Nesse sentido, destaca-se que “um CPF não tem tanta força quanto um CNPJ” (OSC02), evidenciando que a ausência de organização institucional pode limitar o acesso a determinadas oportunidades, especialmente aquelas que envolvem parcerias com o poder público.

Também se destacam desafios relacionados à capacidade operacional das instituições envolvidas na implementação das políticas. Os relatos apontam que, mesmo quando há disponibilidade de recursos, a execução das ações pode ser limitada pela falta de estrutura administrativa e técnica, especialmente no âmbito municipal. Conforme indicado, “não adianta […] despejar [recursos] na prefeitura, porque ela não vai ter capacidade operacional de executar aquilo” (OSC03), evidenciando entraves associados a processos burocráticos, como licitações e contratação de serviços.

Por fim, os entrevistados apontam como caminho para o enfrentamento desses desafios o fortalecimento de arranjos institucionais e organizativos no

território. Destacam-se propostas como a criação de consórcios especializados, o fortalecimento de organizações locais e o incentivo à formação de cooperativas, de modo a ampliar a capacidade de articulação, execução e alcance das ações. Nesse sentido, enfatiza-se a importância de apoiar instituições com maior capilaridade territorial, que possuem “um reconhecimento local que é ímpar” (OSC04), ainda que enfrentem limitações estruturais e financeiras.

De modo geral, os dados evidenciam que as barreiras e desafios institucionais relacionados à participação dos neorrurais estão menos associados a impedimentos diretos a esse grupo e mais vinculados a limitações estruturais do território, à capacidade operacional das instituições e à necessidade de maior articulação e organização coletiva entre os atores envolvidos.

4.2.g. Síntese analítica das entrevistas com organizações da sociedade civil

A análise integrada das entrevistas com representantes de organizações da sociedade civil revela que a presença dos neorrurais no território é amplamente reconhecida no plano empírico, ainda que permaneça pouco sistematizada em termos institucionais. De modo geral, os dados indicam que esse grupo é identificado a partir da experiência prática das organizações, sem que haja, contudo, sua formalização em diagnósticos, registros ou estratégias estruturadas de atuação, evidenciando um descompasso entre a realidade observada no território e sua incorporação nos instrumentos institucionais.

No que se refere à caracterização, os neorrurais são predominantemente descritos como sujeitos com maior escolaridade e maior disponibilidade de recursos econômicos, oriundos de contextos urbanos e com menor dependência direta da produção rural para subsistência. Essa condição influencia tanto suas formas de inserção no território quanto sua relação com a terra, frequentemente marcada por usos voltados ao lazer, à experimentação produtiva em pequena escala e à adoção de práticas ambientais, como sistemas agroflorestais e restauração ecológica. Ao mesmo tempo, evidencia-se a existência de diferentes perfis, que variam desde agrupamentos coletivos, como ecovilas, até proprietários individuais e pequenos produtores com atuação mais estruturada, indicando a heterogeneidade interna desse grupo.

No campo dos impactos territoriais, os neorrurais são percebidos como agentes relevantes na dinamização econômica local, na ampliação da participação social e na difusão de agendas ambientais. Destaca-se sua atuação em espaços de

governança, bem como sua capacidade de mobilização em torno de pautas relacionadas à conservação e à qualidade ambiental. Além disso, observa-se seu papel como facilitadores do engajamento de outros atores, especialmente produtores tradicionais, em iniciativas de políticas públicas e projetos de conservação. Por outro lado, também são identificadas tensões associadas ao adensamento do espaço rural, à reprodução de padrões urbanos e a possíveis conflitos socioculturais com populações locais, evidenciando a complexidade de sua inserção no território.

A relação dos neorrurais com programas e projetos do terceiro setor se destaca como um dos aspectos mais consolidados nas entrevistas. Os dados indicam que esse grupo apresenta alta participação e, em muitos casos, protagonismo em iniciativas desenvolvidas pelas organizações, especialmente aquelas voltadas à conservação ambiental, restauração e capacitação. Sua maior facilidade de acesso às instituições — frequentemente mediada por redes sociais, articulação prévia e busca ativa por conhecimento — diferencia esse grupo de outros segmentos rurais, reforçando seu papel como público estratégico para a implementação de projetos.

Essa facilidade de inserção se reflete também nas condições de acesso aos programas, sendo os neorrurais percebidos como menos sujeitos a barreiras burocráticas e institucionais. Os relatos indicam que esse grupo possui maior domínio de processos administrativos, melhor organização documental e maior predisposição ao engajamento, o que contribui para sua inserção mais ágil nas iniciativas disponíveis. Ao mesmo tempo, observa-se que as próprias instituições têm buscado adaptar seus instrumentos e critérios de seleção, tornando-os mais acessíveis e flexíveis, o que reduz ainda mais os obstáculos à participação.

Por fim, no que se refere às barreiras e desafios institucionais, evidencia-se que as limitações não estão centradas especificamente nos neorrurais, mas em aspectos estruturais mais amplos, como a capacidade operacional do poder público, a desigualdade territorial na oferta de ações, a limitação na divulgação de oportunidades e a baixa organização coletiva dos atores locais. Nesse contexto, destaca-se a importância das organizações da sociedade civil como mediadoras e articuladoras no território, bem como a necessidade de fortalecimento de arranjos institucionais, cooperativos e de governança que ampliem a escala e o alcance das iniciativas.

De modo geral, a análise evidencia que os neorrurais ocupam uma posição estratégica no território, combinando elevada capacidade de engajamento, proximidade com agendas ambientais e facilidade de inserção em programas e projetos, ao mesmo tempo em que sua presença revela e tensiona limites estruturais das políticas públicas e das formas tradicionais de organização do meio rural.

4.3 - Rurais Tradicionais

4.3.a. Categoria: Reconhecimento social dos neorrurais

Entre os rurais tradicionais entrevistados, observou-se amplo reconhecimento da chegada, nos últimos anos, de pessoas oriundas dos centros urbanos para morar no campo, embora com percepções distintas quanto à intensidade, ao perfil e ao significado desse movimento. Alguns associaram esse processo mais fortemente ao período da pandemia, identificado como momento de maior intensificação dessas chegadas. Um entrevistado afirmou que “2020 foi o maior grupo que eu conheci”, observando que muitos vinham “com característica de querer produzir, não só de veraneio” (TRADNA01). Outros destacaram a presença concreta desses novos moradores em seus bairros e comunidades, mencionando inclusive estrangeiros e migrantes de outras regiões do país: “tem um pessoal da Bélgica... uns chineses morando aqui” (TRADPI01); “tem pessoas que vêm até da Suíça, dos Estados Unidos” (TRADPI02).

Ao mesmo tempo, emergem percepções divergentes quanto à inserção desses novos moradores nas dinâmicas rurais. Parte dos entrevistados reconhece entre eles pessoas com interesse em produção, práticas orgânicas e preservação ambiental. Um produtor relatou que esses novos moradores “perguntam a época de plantação, como plantar”, estabelecendo trocas com produtores locais (TRADPI02). Outro destacou que alguns chegam “para morar e preservar” (TRADJA02). Essas percepções aproximam-se da identificação de um perfil mais aderente ao que o estudo vem tratando como neorrural.

Por outro lado, diversos entrevistados também diferenciaram outro perfil de novos moradores, mais associado ao uso residencial ou recreativo do espaço rural. Surgem expressões como “chacareiros”, “turma de fora”, “pessoal da cidade”, revelando ausência de nomenclatura específica para esse grupo, mas também uma classificação social nativa. Em alguns relatos, esses novos moradores são percebidos como pouco inseridos na lógica do trabalho rural. Um entrevistado afirmou: “eles vêm fazer aventura” (TRADJOA01); outro observou que muitos “só

acham lindo morar no sítio", mas não compreendem que "a propriedade tem que produzir" (TRADNA03). Também surgem críticas aos efeitos indiretos desse movimento, como pressão sobre a mão de obra local, quando "pegam caseiros... e não tem mão de obra na roça" (TRADNA02).

Esses relatos revelam, ainda, uma distinção recorrente — nem sempre explicitada conceitualmente, mas presente nas narrativas — entre novos moradores integrados a práticas produtivas e conservacionistas e outros associados mais ao consumo do espaço rural. Essa diferenciação aparece como tema emergente relevante nos resultados.

Quanto ao reconhecimento desses sujeitos como parte da vida rural da região, as respostas também foram heterogêneas. Alguns entrevistados relativizaram essa integração, destacando as dificuldades concretas da vida no campo, descrita como trabalho contínuo, exigente e economicamente arriscado. "No sítio não tem férias, não tem feriado", afirmou um produtor (TRADNA02). Outros reconheceram formas de inserção parcial no meio rural ou de inserção híbrida, mencionando casos em que esses novos moradores mantêm outras atividades econômicas -editais, artes, hospedagem, aluguel de chácaras- sem necessariamente se dedicar à agricultura, mas permanecendo vinculados ao território (TRADNA01; TRADPI01).

Em síntese, os resultados indicam que os rurais tradicionais reconhecem a presença de novos moradores no campo, mas esse reconhecimento não é homogêneo e tende a vir acompanhado de diferenciações internas quanto às motivações, formas de inserção e contribuições desses sujeitos para a vida rural. Essa distinção, recorrente nos discursos, constitui um dos elementos mais significativos desta categoria.

4.3.b. Categoria: Caracterização dos neorrurais no território

Na caracterização dos neorrurais, os rurais tradicionais entrevistados descreveram, em grande medida, sujeitos associados à curiosidade, interesse pelo aprendizado, sensibilidade ambiental e busca de formas alternativas de viver no campo, embora também apareçam percepções sobre limites, idealizações e diferenças em relação ao modo tradicional de vida rural.

Uma característica recorrente nos relatos foi a percepção de que muitos desses novos moradores chegam com interesse em aprender sobre o campo e valorizam conhecimentos tradicionais. Um entrevistado afirmou que são pessoas

que “respeitam muito a cultura caipira”, estudam o local antes de chegar e demonstram curiosidade sobre saberes do campo, como sinais climáticos e práticas tradicionais (TRADNA01). Em outro relato, destacou-se que “querem aprender coisa do sítio do rural”, acompanhando o trabalho cotidiano e observando práticas produtivas (TRADPI01). Também aparece a percepção de que muitos possuem forte inclinação para preservação: “a intenção é manter o que tem e plantar mais” (TRADJOA02); “eles gostam mais da preservação do meio ambiente” (TRADPI02). Ao mesmo tempo, alguns associam a ida ao campo como alternativa para problemas na cidade: “O povo que está vindo da cidade não vai mais para a roça, vai para livrar do aluguel, para livrar da água e a luz” (TRADJOA01).

Ao descrever as atividades desenvolvidas por esses sujeitos, surgem perfis variados. Alguns entrevistados mencionaram iniciativas produtivas ou para-produtivas ligadas a hortas, cestas agroecológicas, cogumelos, geleias, pães artesanais e pequenas experiências com criação. Outros destacaram atividades híbridas, combinando trabalho remoto, rendas externas e práticas produtivas em pequena escala. Um entrevistado observou que muitos “não dependem da agricultura e só da roça”, mantendo segunda renda ou trabalho em home office (TRADNA02). Ao mesmo tempo, aparecem relatos de trocas concretas em torno de práticas orgânicas e manejo da terra, como o uso de esterco, plantios e técnicas de cultivo (TRADPI01; TRADPI02).

Também emergiu com força a percepção de contribuição ambiental desses novos moradores. Vários entrevistados associaram os neorrurais ao cuidado com águas, matas e práticas conservacionistas. Um produtor afirmou que alguns vêm “preservando as minas, fazendo reflorestamento” (TRADJOA01). Outro destacou que muitos têm “uma inteligência ambiental muito forte”, inclusive em iniciativas como RPPNs e empreendimentos com orientação ambiental (TRADNA01). Em um relato significativo, um entrevistado chegou a inverter uma expectativa recorrente, afirmando que “os antigos que é relaxado com a natureza” (TRADNA03), sugerindo que, em alguns casos, os novos moradores são percebidos como mais atentos à conservação do que parte dos próprios moradores tradicionais.

Ao mesmo tempo, aparecem distinções importantes quanto à relação desses sujeitos com a produção rural. Alguns entrevistados relativizam sua inserção produtiva mais profunda, indicando que muitos mantêm o rural como espaço de vida e experimentação, mas não necessariamente como base principal de reprodução

econômica. “Não depende disso aí”, afirmou um entrevistado sobre muitos desses casos (TRADNA02). Outros observam que alguns chegam com idealizações sobre o campo e enfrentam dificuldades diante da dureza do trabalho rural. Um produtor resumiu essa percepção dizendo que é preciso chegar “ciente do que está entrando”, pois “o sol é ardido no lombo” (TRADJOA01).

Quando questionados sobre diferenças entre o modo de vida desses novos moradores e o modo de vida tradicional do campo, os relatos revelaram tanto contrastes quanto aproximações. Aparecem diferenças de hábitos alimentares, costumes cotidianos, relação com o trabalho e dependência econômica da produção. Um entrevistado destacou de forma bem-humorada contrastes nos hábitos alimentares e modos de fazer, observando que “Eu fui esses dias visitar, um me deu um chá de hibisco, quase que eu me engasguei, assim, sabe?” (TRADNA01). Outros ressaltaram diferenças ligadas ao fato de muitos desses novos moradores não dependerem economicamente do sítio como os produtores tradicionais. Mas também surgem relatos enfatizando respeito mútuo, convivência e aprendizagem recíproca. “Eles gostam de aprender coisas com a gente”, afirmou um entrevistado (TRADPI02), enquanto outro sintetizou: “são respeitadores do modo de vida da roça” (TRADNA03).

Em síntese, os resultados mostram que os rurais tradicionais caracterizam os neorrurais predominantemente como sujeitos associados à curiosidade, aprendizado, práticas ambientais e, em alguns casos, diversificação produtiva, embora reconheçam limites quanto à inserção plena no trabalho rural tradicional. Ao mesmo tempo, as falas sugerem novamente a presença de perfis distintos entre os novos moradores do campo, tema que aparece recorrente ao longo das entrevistas.

4.3.c. Categoria: Contribuições, impactos e desafios da presença neorrural

Quanto às contribuições atribuídas à presença dos neorrurais, os rurais tradicionais apresentaram percepções heterogêneas, mas com recorrência de elementos positivos associados, sobretudo, ao cuidado ambiental, à circulação de conhecimentos e, em alguns casos, ao fortalecimento de iniciativas locais. Diversos entrevistados relacionaram esses sujeitos a práticas de preservação, produção orgânica e sensibilização ambiental. Um entrevistado afirmou que eles chegam “carregados de boa vontade de preservar, de plantar nativas”, gerando “uma rede positiva de ações” (TRADNA01). Outros destacaram que “não usam veneno”, preservam águas e matas e valorizam práticas orgânicas (TRADJOA02; TRADPI02).

Também aparece a percepção de que esse grupo traz conhecimentos e atitudes que influenciam vizinhos e comunidades.

Ao mesmo tempo, nem todos perceberam contribuições produtivas mais diretas. Alguns relativizaram seus impactos sobre a produção agrícola, entendendo que muitos ainda precisam aprender a lidar com a terra. Um entrevistado resumiu: “eles têm que aprender a mexer com a terra” (TRADJOA01). Outro foi mais cético quanto a mudanças concretas, observando que alguns novos moradores substituem práticas e paisagens existentes por padrões mais modernizados e pouco conectados ao manejo tradicional (TRADPI01).

Quando perguntados se a presença dessas pessoas fortalece ou enfraquece o modo rural tradicional de viver, as respostas revelaram forte ambivalência. Parte dos entrevistados entende que fortalecem, especialmente quando contribuem para conservação, aprendizado mútuo e novas formas de valorização do campo. Um produtor afirmou que “eles ajudam a preservar o meio ambiente e a natureza” (TRADPI02). Outro foi explícito ao afirmar que “depende do tipo de pessoa que vem”: se vêm com compromisso com preservação, fortalecem; se vêm associados a loteamentos, gramados, fragmentação e degradação, enfraquecem (TRADJOA02).
Esse ponto aparece de forma particularmente forte em vários relatos, nos quais a principal tensão não é exatamente com os neorrurais associados à produção ou preservação, mas com processos de parcelamento e urbanização difusa do espaço rural. Expressões como “vai virando tudo condomínio”, “vira loteamento”, “urbanizou tudo” aparecem associadas a preocupações com perda da produção, impactos sobre águas e descaracterização do rural (TRADJOA02; TRADPI01). Um entrevistado sintetizou essa preocupação ao dizer: “produção vai acabar... o povo vai comer casa, vai comer asfalto?” (TRADJOA02). Esses relatos reforçam novamente a distinção, presente nas falas, entre diferentes perfis de novos ocupantes do território.

Quanto às mudanças na convivência e dinâmica comunitária, surgem tanto aspectos positivos quanto dificuldades. Entre os aspectos positivos, alguns entrevistados destacaram contribuições em espaços coletivos e associativos, especialmente em relação a burocracias, uso de tecnologias e organização institucional. Um relato apontou que esses sujeitos “otimizam muito esses espaços”, especialmente em conselhos e associações (TRADNA01). Também aparecem

referências à participação em melhorias locais, como manutenção de estradas e apoio comunitário (TRADJOA02).

Por outro lado, foram mencionados conflitos e problemas associados sobretudo a loteamentos, lixo, ruído, trânsito e mudanças no uso do solo. Alguns entrevistados relataram problemas com descarte inadequado de resíduos e perturbação do sossego em fins de semana (TRADNA02; TRADNA03). Outros relacionaram dificuldades mais amplas à proliferação de condomínios e fragmentação de antigas propriedades rurais.

De modo interessante, parte dos entrevistados deslocou os desafios mais graves não para a presença dos neorrurais em si, mas para problemas estruturais do campo: ausência de apoio ao pequeno produtor, falta de orientação pública, escassez de mão de obra, desativação produtiva e pressão imobiliária. Um depoimento particularmente forte afirma: “os grandes vão matando os pequenos... e vai virando tudo em chácara e condomínio” (TRADJOA01), articulando transformação fundiária e fragilização da agricultura familiar.

Ao refletirem sobre o que mudou no campo com a chegada desses novos moradores, alguns destacaram geração de empregos, intercâmbios de práticas e valorização ambiental. Outros apontaram mudanças mais ambíguas, atravessadas por oportunidades e ameaças. Em vários relatos, a chegada desses sujeitos aparece associada menos a um impacto único e mais a um campo de disputas sobre o futuro do rural.

Em síntese, os resultados desta categoria indicam que, na percepção dos rurais tradicionais, as contribuições dos neorrurais concentram-se sobretudo em dimensões ambientais, comunitárias e, em alguns casos de inovação, enquanto os principais desafios e conflitos aparecem mais fortemente associados a processos de urbanização difusa, loteamentos e pressões sobre o território rural. Essa distinção emerge como um dos achados mais relevantes desta categoria.

4.4 - Neorrurais

4.4.a. Categoria: Trajetória de vida e processo de migração urbano-rural

As trajetórias dos neorrurais entrevistados revelam percursos heterogêneos, mas atravessados por confluências significativas. Embora existam histórias singulares, emergem alguns padrões recorrentes. Um primeiro conjunto de trajetórias é composto por trajetórias marcadas por vínculos prévios com o rural, seja por infância em sítios, experiências familiares ligadas à terra, heranças, memórias de

avós agricultores ou uso antigo de propriedades de lazer que gradualmente se converteram em moradia e unidade produtiva. Em vários relatos, a mudança para o campo não aparece como ruptura abrupta, mas como retorno, aprofundamento ou concretização de um projeto de longa duração. Um entrevistado sintetiza esse sentido ao afirmar: “eu sempre quis morar no sítio... é o meu habitat” (NEOJOA03). Outro define a mudança como “um retorno para o campo e não um êxodo urbano” (NEOPI12).

Um segundo conjunto de trajetórias associa-se à busca por outro modo de vida, frequentemente associada à crítica ao modo de vida urbano, à procura por qualidade de vida, autonomia, desaceleração, criação dos filhos em outro ambiente e maior proximidade com a natureza. A pandemia aparece em vários casos como aceleradora de decisões já latentes. Como afirmou uma entrevistada, tratou-se de “buscar um outro estilo de vida, viver na natureza” (NEOJOA02). Outro entrevistado sintetiza a motivação como a busca de “uma vida com mais sentido” (NEOPI01).

Também surgem trajetórias em que a mudança se vincula a projetos ético-políticos, ambientais ou produtivos, como agroecologia, restauração, comunidades intencionais, soberania alimentar, produção de alimentos e experiências de regeneração ambiental. Em alguns casos, o movimento ao campo aparece como projeto político explícito; em outros, como construção gradual que se torna projeto de vida. “Eu produzo biodiversidade”, afirmou uma entrevistada ao relatar uma trajetória de décadas articulando conservação e agricultura (NEONA05).

4.4.a.1. Origem territorial dos entrevistados

Quanto à origem dos neorrurais entrevistados (n=22), observa-se forte predominância de trajetórias provenientes de centros urbanos paulistas, sobretudo da Região Metropolitana de São Paulo:

- São Paulo capital e Grande São Paulo (incluindo Guarulhos, Barueri, Ipiranga): 15 entrevistados (68%)
- Interior paulista (Campinas e Ribeirão Preto): 3 entrevistados (14%)
- Brasília: 1 entrevistado (4,5%)
- Origem híbrida ou com dupla vinculação urbano-rural anterior (incluindo Joanópolis e trajetórias de retorno): 3 entrevistados (13,5%)

Esse perfil reforça o peso do componente contraurbanizador e periurbano nas trajetórias observadas.

4.4.a.2.Tempo de permanência no meio rural

Quanto ao tempo de residência ou inserção efetiva no meio rural, os dados indicam que não se trata de um fenômeno episódico ou recente apenas, mas trajetórias marcadas por persistência.

4.4.a.3. A distribuição aproximada indica:

- ✓ Até 5 anos: 4 entrevistados
- ✓ Entre 6 e 10 anos: 8 entrevistados
- ✓ Entre 11 e 20 anos: 7 entrevistados
- ✓ Mais de 20 anos: 3 entrevistados

A média aproximada de permanência situa-se em torno de 11 a 12 anos, com presença significativa de trajetórias longas, incluindo casos superiores a duas décadas. Além disso, em vários relatos o vínculo com o território antecede a residência permanente, por meio de frequentação, manejo ou projetos iniciados anos antes da mudança definitiva.

4.4.a.4. Principais motivações da mudança

Na síntese das motivações, destacam-se cinco núcleos principais, frequentemente combinados:

- busca por qualidade de vida e desaceleração;
- vínculo identitário, afetivo ou biográfico com o campo;
- compromisso ambiental e conservacionista;
- projeto produtivo ou de produção de alimentos;
- busca de autonomia, segurança e alternativas ao modo de vida urbano.
- Também aparecem, em menor número, motivações associadas a crises pessoais, deslocamentos profissionais, expulsões ou reorganizações familiares.

4.4.a.5. Tipologia das trajetórias segundo Méndez-Sastoque, com incorporação da categoria "Identidade e Biografia"

A classificação das trajetórias segundo as tipologias mobilizadas no estudo evidencia predominância de motivações ligadas à identidade, valores e projetos de vida.

Considerando ocorrências principais e combinadas:

- ✓ Identidade e Biografia — 9 ocorrências principais + 3 combinadas (12 menções)
- ✓ Atração — 5 ocorrências principais + 1 combinada (6 menções)

- ✓ Ético-político — 4 ocorrências principais + 2 combinadas (6 menções)
- ✓ Econômico-produtivo — 1 ocorrência
- ✓ Expulsão — 1 ocorrência

Os resultados indicam maior peso das motivações vinculadas ao pertencimento, trajetória de vida e valores, seguidas por motivações relacionadas à atração pelo rural e por orientações ético-políticas.

Em síntese, esta categoria revela que as trajetórias dos neorrurais entrevistados são marcadas menos por movimentos homogêneos de “migração urbana” e mais por combinações entre retorno, busca de outro modo de vida, projetos produtivos e compromissos territoriais, com forte presença de vínculos biográficos e identitários na decisão de viver no campo.

4.4.b. Categoria: Inserção territorial e condição fundiária

Os resultados desta categoria revelam forte estabilidade fundiária e territorial entre os neorrurais entrevistados, com predomínio de vínculos duradouros com a terra e significativa presença de trajetórias associadas não apenas à aquisição recente de propriedades, mas também a heranças familiares, recomposição de áreas e projetos de consolidação territorial.

Quanto à condição fundiária, observa-se predominância clara de **propriedades próprias** entre os entrevistados. Dos 22 casos, **20 possuem acesso à terra por propriedade**, incluindo compra direta, herança, copropriedade familiar ou modalidades híbridas de aquisição (como compra parcelada direta com proprietários). Apenas **um caso aparece como arrendamento** e um caso corresponde a inserção profissional em propriedade sem residência permanente no campo. Em alguns relatos, a propriedade aparece associada a processos familiares de longa duração, sucessão intergeracional ou retomada de áreas herdadas. Em outros, a aquisição da terra aparece como parte constitutiva do próprio projeto neorrural. Como afirmou uma entrevistada, “a gente volta é para ter terra” (NEOPI12).

As áreas das propriedades revelam predominância de unidades pequenas e médias, com presença importante de perfis compatíveis com agricultura familiar. A distribuição aproximada indica:

- ✓ até 5 hectares: 8 propriedades
- ✓ entre 5 e 10 hectares: 8 propriedades
- ✓ entre 10 e 20 hectares: 3 propriedades

- ✓ acima de 20 hectares: 3 propriedades

A média aproximada das áreas situa-se em torno de **10 hectares**, embora com grande heterogeneidade. Parte significativa das propriedades apresenta elevada proporção de cobertura florestal, frequentemente entre 70% e 80%, e vários entrevistados ressaltaram a coexistência entre áreas produtivas e áreas conservadas. Em alguns casos, inclusive, o manejo produtivo ocupa fração pequena da área total, coexistindo com regeneração, mata nativa e proteção de nascentes.

Quanto à permanência no território, predominou fortemente a intenção de continuidade. A maior parte dos entrevistados manifesta desejo de permanência **por tempo indeterminado**, frequentemente associado à ideia de enraizamento e dificuldade de retorno ao urbano. Expressões como “daqui só saio em último caso” (NEOJOA03), “não me vejo mais na cidade” (NEONA01) e “é permanecer no campo o resto da vida” (NEOPI02) expressam essa recorrência. Nos poucos casos em que surgem reservas ou relativizações, elas aparecem mais associadas a condições familiares, mobilidade dos filhos ou riscos externos ao projeto rural, como pressões urbanísticas e loteamentos.

Um elemento particularmente significativo é que, em alguns relatos, a permanência aparece condicionada à preservação das condições territoriais que sustentam o projeto rural. Uma entrevistada explicita receio de que processos de urbanização e loteamentos possam inviabilizar sua permanência, revelando como estabilidade fundiária e ordenamento territorial aparecem interligados.

Quanto ao conhecimento sobre a APA Sistema Cantareira, os resultados indicam alto grau de reconhecimento, ainda que em diferentes níveis de profundidade. Dos 22 entrevistados:

- 16 demonstraram conhecimento explícito sobre a APA (73%)
- 4 declararam não conhecer ou conhecer muito pouco (18%)
- 2 apresentaram conhecimento indireto ou parcial (9%)

Entre aqueles que conhecem a APA, surgem níveis distintos de apropriação: desde um reconhecimento mais geral da condição de área protegida até compreensões sofisticadas envolvendo zoneamento, plano de manejo, produção de água, serviços ecossistêmicos e participação em conselhos e instâncias de governança. Em vários relatos, a inserção na APA é percebida como dimensão que reforça responsabilidade ambiental já assumida. Como afirmou uma entrevistada: “eu me considero uma plantadora de água real” (NEOJOA02). Em outros casos, a

consciência territorial aparece associada a identidade de produtor de água e guardião ambiental.

Também é relevante que, mesmo entre alguns que afirmam não conhecer formalmente a APA, aparecem práticas e valores coerentes com preocupações conservacionistas. Em certos casos, os entrevistados relativizam a influência da condição de APA sobre suas práticas, afirmando que realizariam as mesmas ações mesmo fora dela, por convicção própria.

Em síntese, os resultados desta categoria mostram neorrurais com forte estabilidade fundiária, predomínio de pequenas e médias propriedades, intenção majoritária de permanência no território e presença significativa de consciência ambiental associada à condição de inserção na APA Cantareira. Esses elementos reforçam a dimensão territorial e não apenas residencial do vínculo desses sujeitos com o meio rural.

4.4.c. Caracterização socioprodutiva dos neorrurais

Os resultados desta categoria revelam grande diversidade de inserções produtivas entre os neorrurais entrevistados, com predomínio de arranjos combinados e multifuncionais, em que atividades agrícolas, extrativistas, serviços, turismo, educação e outras formas de geração de renda aparecem frequentemente articuladas.

Quanto às atividades desenvolvidas, observa-se forte presença de sistemas diversificados, com recorrência de:

- ✓ produção agroecológica de frutas, hortaliças e sistemas agroflorestais;

criação animal em pequena escala (galinhas, abelhas, ovelhas, equoterapia, entre outras);

- ✓ produção e processamento artesanal de alimentos;
- ✓ coleta e produção de sementes e mudas;
- ✓ atividades de restauração e manejo ambiental;
- ✓ turismo rural e hospedagem;
- ✓ educação ambiental, cursos, vivências e atividades pedagógicas;
- ✓ prestação de serviços técnicos ou assessorias relacionadas ao rural.

Em vários casos, mais de uma dessas atividades aparece combinada na mesma unidade produtiva. Uma entrevistada sintetiza esse perfil ao afirmar: “estou com três bracinhos dentro do projeto” (NEOJOA04). Outro entrevistado define sua atuação

como “produção de florestas” (NEOJOA01), enquanto outros descrevem seus sítios como espaços simultaneamente produtivos, educativos e conservacionistas.

Os resultados mostram também que parte significativa das unidades produtivas não se organiza exclusivamente em torno da produção agropecuária convencional, mas combina funções produtivas, ecológicas, educativas, culturais e de serviços. Em diversos relatos aparecem explicitamente atividades como Airbnb, turismo pedagógico, cursos de permacultura, equoterapia, educação ambiental, vivências e prestação de serviços ecossistêmicos, além da produção de alimentos. Em alguns casos, inclusive, a atividade principal vinculada ao sítio é de serviço ou hospitalidade, e a produção agrícola cumpre papel complementar, de subsistência ou apoio ao projeto territorial.

Nesse sentido, observa-se presença marcante de características associadas à **pluriatividade** e à **multifuncionalidade** nas trajetórias investigadas, ainda que os entrevistados não utilizem necessariamente essas categorias. Em vários casos, a renda é composta por múltiplas fontes articuladas entre si, internas e externas ao sítio.

Quanto às fontes principais de renda, os resultados evidenciam grande heterogeneidade, mas também um dado recorrente: **a maior parte dos entrevistados não vive exclusivamente da produção rural.** Das 22 entrevistas:
6 casos indicam renda principal diretamente oriunda do sítio ou da produção rural;
11 casos indicam dependência predominante de rendas externas ao sítio (trabalho urbano, aposentadoria, consultorias, rendimentos ou atividades profissionais);
5 casos apresentam composição híbrida ou mista, com combinação entre rendas externas e rendas do próprio projeto rural.

Em vários relatos aparece explicitamente a dificuldade de fazer a unidade produtiva sustentar integralmente a permanência no campo. Alguns entrevistados relatam depender de trabalho externo para financiar investimentos na propriedade ou para viabilizar a própria permanência. Como sintetiza um entrevistado: “toda vez que a gente se volta demais pra cá, a gente não consegue gerar a receita que gostaria” (NEONA03). Outra entrevistada afirma que o esforço é “fazer o sítio se equilibrar nas contas — e isso ainda não ocorre” (NEONA05).

Ao mesmo tempo, vários relatos indicam projetos em construção, em processo de transição, em que a renda rural ainda aparece como horizonte desejado, ainda não plenamente consolidado.

Quanto ao exercício de atividades além da produção rural estrita, observa-se novamente grande recorrência de funções complementares. Mesmo entre aqueles que não comercializam produção agrícola de forma estruturada, surgem atividades associadas a:

- ✓ hospedagem e turismo de experiência;
- ✓ cursos e formação;
- ✓ eventos culturais e ambientais;
- ✓ educação ambiental e recepção de grupos;
- ✓ serviços ligados ao território;
- ✓ processamento e comercialização artesanal.

Em vários casos, essas atividades não aparecem como marginais, mas como parte central da identidade socioprodutiva do projeto rural.

Quanto às formas de organização do trabalho, predominam fortemente arranjos familiares ou domésticos. A distribuição das respostas indica:

- ✓ **14 casos** com trabalho predominantemente familiar (casal, família ou casal com filhos);
- ✓ **5 casos** com atuação predominantemente individual;
- ✓ **3 casos** com formas mistas, combinando núcleo familiar e apoios pontuais externos.

Os relatos indicam forte centralidade do trabalho familiar na sustentação das atividades, mesmo quando há apoios eventuais ou contratação pontual.

Também aparece, de modo recorrente, a menção à limitação de mão de obra como desafio para expansão produtiva, bem como referências à dificuldade de conciliar dedicação ao sítio com necessidade de geração de renda externa.

Em síntese, os resultados desta categoria revelam unidades socioprodutivas marcadas por diversificação, combinação de funções e múltiplas estratégias de reprodução social e econômica, com forte presença de pluriatividade, multifuncionalidade e dependência frequente de arranjos híbridos de renda para viabilizar a permanência no campo.

4.4.d. Iniciativas produtivas, ambientais e socioculturais

Os resultados desta categoria mostram que as iniciativas desenvolvidas pelos neorrurais entrevistados extrapolam, em muitos casos, a produção agropecuária em sentido estrito, incorporando práticas ambientais, educativas, socioculturais e atividades de demonstração ou experimentação territorial.

Quanto às iniciativas produtivas e projetos desenvolvidos nas propriedades, observa-se grande diversidade, com recorrência de experiências que articulam produção de alimentos, conservação e serviços associados ao território. Aparecem iniciativas voltadas à agrofloresta, apicultura, produção orgânica, sistemas agroecológicos, processamento artesanal de alimentos, criação animal em pequena escala, produção de mudas e sementes, bem como projetos de turismo rural, hospedagem de experiência, escolas de permacultura, unidades demonstrativas e iniciativas emergentes como canábis medicinal para fins terapêuticos.

Em vários relatos, as propriedades aparecem como espaços de experimentação e demonstração. Um entrevistado descreve seu sítio como “uma escola de permacultura” (NEOPI01); outro o caracteriza como futura “unidade demonstrativa do movimento” (NEOPI12). Em alguns casos, as iniciativas assumem caráter produtivo-comercial mais estruturado, como ovos orgânicos certificados, frutas processadas, cafés em agrofloresta ou produtos minimamente processados. Em outros, predominam experiências em consolidação ou iniciativas voltadas mais à subsistência, regeneração e aprendizagem.

Também se destaca a recorrência de projetos em que a produção se articula ao turismo, hospitalidade ou experiências pedagógicas. Em diversos relatos, a atividade rural aparece associada a hospedagem, visitas guiadas, turismo cafeeiro, degustações, vivências agroecológicas ou ações formativas, compondo arranjos multifuncionais já observados na categoria anterior.

Quanto às práticas de conservação, restauração e regeneração ambiental, os resultados indicam presença expressiva dessas práticas entre os entrevistados. Dos 22 casos, 19 relataram adotar explicitamente práticas de conservação ou regeneração, com diferentes níveis de formalização; 2 apresentaram respostas mais incipientes ou indiretas, e 1 caso declarou não atuar especificamente nessa dimensão, embora reconheça práticas sustentáveis no manejo.

As práticas mencionadas incluem:

- ✓ regeneração natural e conversão de pastos em floresta;
- ✓ restauração ativa e plantio de espécies nativas;
- ✓ sistemas agroflorestais e curvas de nível;
- ✓ manejo orgânico e compostagem;
- ✓ proteção de nascentes e cursos d’água;
- ✓ conservação de solos e captação hídrica;

- ✓ uso de bioinsumos e práticas microbiológicas;
- ✓ implantação ou intenção de RPPNs e outras estratégias conservacionistas.

Em vários relatos, a conservação aparece não como atividade paralela, mas como eixo estruturante do projeto rural. Um entrevistado sintetiza: “é meu foco” (NEOJOA01). Outro afirma compreender o sítio como “uma espécie de santuário” (NEONA03). Também surgem críticas às pressões ambientais no território, inclusive associadas a parcelamentos e ocupações irregulares, como no relato sobre aterros de cursos d’água e supressão de vegetação (NEOPI07).

Observa-se ainda presença de formas variadas de reconhecimento ou certificação ambiental, incluindo protocolos de transição agroecológica, certificação orgânica e participação em projetos com organizações como Instituto IPÊ e iniciativas vinculadas à Embrapa e movimentos sociais.

Quanto às atividades de educação ambiental, turismo rural e ações comunitárias, as respostas revelam participação significativa, embora heterogênea. Dos 22 entrevistados:

- ✓ 13 relataram desenvolver explicitamente ações dessa natureza;
- ✓ 5 indicaram iniciativas pontuais ou em construção;
- ✓ 4 declararam não desenvolver atualmente esse tipo de atividade.

As ações mencionadas incluem recepção de estudantes, cursos, dias de campo, observação de aves, turismo pedagógico, escolas populares de agroecologia, vivências em permacultura, atividades culturais e experiências de turismo rural.

Em vários casos, essas atividades aparecem articuladas a intencionalidade pedagógica ou comunitária. Um entrevistado define seu trabalho como “educação ambiental popular” (NEOPI12), enquanto outro destaca a intenção de “multiplicar esse pensamento” por meio de futura RPPN (NEONA02).

Em síntese, os resultados desta categoria evidenciam que as iniciativas desenvolvidas pelos neorrurais combinam, em diferentes intensidades, dimensões produtivas, ambientais e socioculturais, com forte presença de práticas conservacionistas e significativa participação em iniciativas educativas e de experimentação territorial.

4.4.e. Participação comunitária e territorial

Os resultados desta categoria revelam que a inserção comunitária dos neorrurais entrevistados é heterogênea, mas marcada, em grande parte dos casos, por relações de convivência positivas ou construtivas com vizinhos e comunidades

locais, ainda que permeadas por diferenças culturais, desconfianças iniciais e, em alguns casos, conflitos associados a visões distintas sobre o uso do território e a relação com a natureza.

Quanto à relação com vizinhos e comunidade rural, predominaram relatos de boa convivência, reciprocidade e construção gradual de vínculos. Em vários casos, os entrevistados relatam que a confiança e a integração foram sendo construídas ao longo do tempo, e não dadas de partida. Um entrevistado sintetiza esse processo ao afirmar que foi preciso “gerar vínculo” e “mostrar serviço” para romper a desconfiança inicial (NEONA03). Outra entrevistada descreve a relação como “conquistada na confiança e na parceria” (NEONA05).

Também aparecem diversos relatos em que o pertencimento comunitário é mediado por formas concretas de inserção cotidiana:

- participação em mutirões e cuidados com estradas;
- relações de ajuda mútua;
- contratação ou parceria com trabalhadores locais;
- vínculos por meio das escolas dos filhos;
- relações de vizinhança construídas em torno de práticas produtivas ou culturais.

Em alguns casos, elementos culturais aparecem como mediadores dessa integração. Um entrevistado afirma que “a viola me abriu a porta” (NEOPI04), ao relatar como a música caipira facilitou vínculos com moradores tradicionais.

Ao mesmo tempo, os resultados mostram que a convivência não é isenta de tensões. Em vários relatos surgem referências a desconfiança dos “de fora”, diferenças de valores e conflitos em torno de práticas ambientais ou formas de uso do solo. Aparecem situações em que os entrevistados relatam serem percebidos como outsiders, como sintetiza uma entrevistada: “a gente sempre é outsider” (NEOJOA04). Outros relatam embates associados a desmatamento, proteção de fauna, conservação ou parcelamento do solo.

Também surgem casos em que a convivência é descrita como cordial, porém distante, ou mais marcada por respeito do que por forte sociabilidade. Alguns entrevistados ressaltam relações pontuais e não intensas com a comunidade local, enquanto outros destacam maior vínculo com grupos de afinidade agroecológica ou com outros neorrurais do que propriamente com rurais tradicionais.

Quanto à participação em associações, cooperativas, coletivos e espaços institucionais, observa-se presença expressiva, embora desigual. Dos 22 entrevistados:

- 14 relataram participação em associações, coletivos, conselhos ou movimentos;
- 4 relataram experiências anteriores ou pontuais de participação;
- 4 declararam não participar desses espaços.

As formas de participação são bastante diversas e incluem:

- conselhos municipais de meio ambiente e desenvolvimento rural;
- coletivos ambientalistas;
- movimentos agroecológicos e movimentos sociais do campo;
- associações locais e feiras de produtores;
- experiências de certificação participativa;
- cooperativas de restauração e iniciativas territoriais.

Em alguns casos, essa participação assume papel bastante ativo, inclusive em disputas públicas. Um entrevistado relata atuação intensa no Conselho de Meio Ambiente e nas discussões do plano diretor (NEOJOA01). Outra entrevistada descreve participação em conselho municipal, conselho da APA e sindicato rural (NEONA05). Também aparecem iniciativas de fundação ou articulação de associações e feiras, como a Piracaia Orgânica e experiências ligadas à certificação participativa.

Quanto à convivência com rurais tradicionais, os resultados revelam percepções majoritariamente positivas, porém frequentemente acompanhadas do reconhecimento de diferenças. Em vários relatos aparece uma convivência baseada em respeito mútuo, mas também em negociações constantes entre visões distintas sobre produção, conservação e vida no campo.

Em alguns casos, os entrevistados relatam processos de aprendizagem recíproca. Um deles menciona a tentativa de “transmitir algum conceito novo” ao mesmo tempo em que busca aprender com saberes práticos locais (NEOPI02). Em outros casos, aparecem relatos de tensões mais persistentes, especialmente quando os entrevistados adotam práticas ou posições consideradas dissonantes por parte dos moradores tradicionais.

Também emergem relatos que associam transformações da convivência local a mudanças no próprio território, como parcelamento fundiário, chegada de novos moradores e perda de espaços comunitários tradicionais, como escolas rurais. Uma entrevistada relaciona o fechamento da escola do campo à perda de um espaço central de encontro comunitário (NEOPI12).

Em síntese, os resultados desta categoria indicam que a participação territorial e comunitária dos neorrurais vai além da residência no campo, envolvendo, em parte significativa dos casos, construção de vínculos locais, participação em instâncias coletivas e engajamento em temas territoriais, ainda que coexistam situações de menor inserção, tensões e diferentes graus de integração.

4.4.f. Reconhecimento institucional e social

Os resultados desta categoria indicam que o reconhecimento institucional e social dos neorrurais entrevistados ocorre de forma heterogênea e frequentemente parcial, assumindo diferentes formas conforme os vínculos dos entrevistados com produção agrícola, conservação ambiental, participação pública ou inserção comunitária.

Quanto ao reconhecimento pelos gestores públicos como produtores ou moradores rurais, predominam percepções positivas ou parcialmente positivas, embora com qualificações importantes. Dos 22 entrevistados, a maior parte relatou algum grau de reconhecimento, ainda que muitas vezes esse reconhecimento apareça menos associado à identidade de “produtor rural” em sentido clássico e mais vinculado a papéis como referência em agroecologia, preservação, participação em conselhos ou atuação comunitária.

Em vários relatos, o reconhecimento aparece associado a atributos específicos. Um entrevistado afirma que, em temas ambientais, seu nome “vem à tona” sempre que o assunto emerge no município (NEOJOA01). Outro relata ser referência quando se fala em agroecologia e sistemas agroflorestais (NEOPI02). Também surgem autoidentificações em que o reconhecimento é reivindicado mais como guardião ambiental do que como produtor. Uma entrevistada afirma: “eu me sinto muito mais uma cuidadora” (NEOJOA02).

Em alguns casos, porém, os entrevistados relativizam ou negam esse reconhecimento, seja por não se perceberem plenamente como produtores rurais, seja por entenderem que o poder público ainda mantém distância ou não fomenta efetivamente suas iniciativas. Também surgem relatos em que o reconhecimento

depende da iniciativa dos próprios entrevistados em procurar a gestão pública, e não de um reconhecimento institucional ativo.

É particularmente significativo que alguns entrevistados relacionem o reconhecimento a paradoxos territoriais. Um caso destaca explicitamente que se sente reconhecido em um município cujo ordenamento formal sequer reconhece área rural (NEOJOA04), evidenciando tensões entre reconhecimento social e enquadramento institucional.

Quanto à participação em projetos desenvolvidos por instituições do terceiro setor, os resultados indicam presença expressiva, ainda que desigual. Dos 22 entrevistados:

- 12 relataram participação em projetos com organizações do terceiro setor ou instituições correlatas;
- 5 relataram contatos pontuais, cursos ou aproximações indiretas;
- 5 declararam não ter participado desse tipo de iniciativa.

O Instituto IPÊ aparece como referência recorrente, citado por diversos entrevistados, seguido por menções à TNC, Simbiose, programas estaduais e iniciativas ligadas à restauração, educação ambiental e produção sustentável.

Em vários relatos, essas participações aparecem associadas a formação técnica, apoio à restauração, editais, brigadas de incêndio, projetos de reflorestamento ou redes de apoio para consolidação dos projetos rurais. Em alguns casos, os entrevistados relatam papel ativo nesses projetos, inclusive como formadores ou parceiros institucionais.

Também aparecem relatos em que a não participação não decorre de ausência de interesse, mas de falta de tempo, de autonomia já construída nas propriedades ou da percepção de não necessidade imediata desses projetos.

Quanto à percepção de valorização da própria atuação no território, os resultados mostram respostas majoritariamente positivas, mas novamente qualificadas. Em vários casos, os entrevistados relatam sentir sua atuação reconhecida ou respeitada, especialmente por vizinhos, consumidores, redes locais ou atores ligados às agendas ambientais.

Esse reconhecimento, porém, aparece frequentemente atravessado por ambivalências. Alguns entrevistados percebem respeito e valorização, mas também desconfiança ou resistência por parte de segmentos locais, sobretudo quando suas práticas confrontam visões convencionais sobre uso da terra ou desenvolvimento.

Um entrevistado afirma que há aceitação, “mas nunca quanto um nativo” (NEOJOA01). Outro destaca que há respeito, mas não necessariamente plena valorização, especialmente entre produtores convencionais (NEOPI02).

Também aparecem relatos em que a valorização se expressa por vias indiretas:

- procura por seus produtos;
- convites para cursos e intercâmbios;
- reconhecimento informal na comunidade;
- ou busca por orientações e apoio.

Em alguns casos, entretanto, surgem respostas que relativizam ou negam essa valorização, indicando invisibilidade ou reconhecimento limitado.

Em síntese, os resultados desta categoria indicam que o reconhecimento institucional e social dos neorrurais se constrói menos como enquadramento formal consolidado e mais por múltiplas formas de reconhecimento parcial, situadas e frequentemente vinculadas à atuação ambiental, comunitária e produtiva desses sujeitos no território.

4.4.g. Relação com políticas públicas, programas e projetos

Os resultados desta categoria revelam relação heterogênea dos neorrurais com políticas públicas e programas voltados ao meio rural, marcada por combinações entre acesso pontual, conhecimento parcial, dificuldades de enquadramento e, em muitos casos, não utilização desses instrumentos.

Quanto ao acesso a programas municipais, estaduais ou federais de apoio ao meio rural, observa-se diversidade de situações. Dos 22 entrevistados:

- 8 relataram acesso mais diretamente associado a políticas públicas ou programas governamentais, incluindo PRONAF, PSA, Programa Nascentes, Ecofort, Mina d’Água, editais públicos ambientais e iniciativas municipais;
- 6 relataram experiências de apoio institucional ou orientação, frequentemente mencionando cursos do SENAR, ações do Sebrae, assistência técnica e apoios pontuais, referências que aparecem mobilizadas pelos entrevistados como formas de apoio, embora não correspondam estritamente a políticas públicas estatais;
- 8 declararam não ter acessado programas dessa natureza.

Um aspecto relevante dos resultados é que os próprios entrevistados frequentemente aproximam políticas públicas, assistência técnica, Sistema S e

iniciativas de apoio territorial como parte de um mesmo universo de “apoio ao rural”, revelando percepções por vezes indistintas sobre esses instrumentos.

Entre os programas públicos efetivamente mencionados, predominam iniciativas ligadas à:

- conservação e pagamento por serviços ambientais;
- restauração e programas ambientais;
- crédito rural;
- apoio produtivo e comercialização;
- e, em menor medida, políticas alimentares e compras públicas.

Também aparece em vários relatos a opção deliberada por não acessar crédito rural, por receio de endividamento ou por preferência em estruturar os projetos com recursos próprios.

Quanto ao conhecimento sobre programas como PRONAF, PSA e assistência técnica rural, os resultados indicam conhecimento desigual, porém relativamente disseminado, embora nem sempre acompanhado de acesso efetivo.

Um dos resultados mais relevantes desta categoria refere-se às barreiras de enquadramento em políticas voltadas à agricultura familiar. Em vários relatos, a composição híbrida de renda — combinando rendimentos externos e atividades rurais — aparece como fator limitante para acesso a instrumentos como CAF e PRONAF.

Nesse contexto, emergiu um dado particularmente significativo: ao menos dois entrevistados relataram ter recorrido ao PRONAMPE, linha de crédito voltada a pequenas e médias empresas, como alternativa para financiar investimentos na unidade produtiva rural, justamente por não se enquadrarem nas condições para acessar instrumentos da agricultura familiar.

Em ambos os casos, os entrevistados associam essa alternativa a custos financeiros mais altos do que aqueles praticados em linhas como PRONAF. Um deles explicita que recorreu ao PRONAMPE para estruturar galpões e investimentos produtivos, observando que a taxa era “muito alta comparada com o rural” (NEOJOA05). Outro entrevistado menciona acesso ao PRONAMPE em contexto semelhante (NEOPI11).

Esse resultado evidencia que, em certas situações, produtores em atividade rural recorrem a linhas de crédito concebidas para outro perfil econômico por não atenderem aos critérios das políticas agrícolas familiares.

Quanto às tentativas de acesso e seus resultados, os relatos mostram experiências contrastantes. Alguns entrevistados relatam acessos bem-sucedidos, como financiamento via PRONAF, PSA, reflorestamento e chamadas públicas. Outros relatam tentativas frustradas ou barreiras associadas a:

- critérios de renda e enquadramento;
- exigências burocráticas;
- inadequação dos instrumentos às características das unidades produtivas;
- padrões pouco aderentes à produção agroecológica;
- e baixa atratividade econômica de certos programas.

Também aparecem relatos que deslocam a dificuldade do plano burocrático para o da orientação e apoio técnico, sugerindo carência de suporte mais estruturado para produtores em transição para a vida rural.

Em síntese, os resultados desta categoria mostram relações marcadas por acessos pontuais e heterogêneos a políticas públicas, presença frequente de apoios institucionais não estatais mobilizados como referência pelos entrevistados, recorrentes dificuldades de adequação dos instrumentos públicos às condições híbridas dessas trajetórias e, em alguns casos, recurso a linhas de crédito empresariais como alternativa à exclusão dos instrumentos voltados à agricultura familiar.

4.4.h. Barreiras, desafios e oportunidades

Os resultados desta categoria revelam que as dificuldades enfrentadas pelos neorrurais para se consolidarem no campo são diversas e combinam desafios produtivos, estruturais, institucionais e territoriais, variando conforme perfil das unidades produtivas, estágio de consolidação dos projetos e condições fundiárias.

Uma das barreiras mais recorrentes refere-se à viabilidade econômica dos projetos rurais, especialmente no que diz respeito à geração de renda, comercialização e equilíbrio financeiro das unidades produtivas. Em vários relatos, aparece a dificuldade de transformar os projetos em bases econômicas sustentáveis, sobretudo em contextos de pequena escala, sazonalidade produtiva ou mercados ainda em construção.

Em alguns casos, a dificuldade aparece associada à falta de canais de comercialização e à baixa escala produtiva. Uma entrevistada sintetiza esse aspecto ao afirmar que um dos principais desafios é justamente a ausência de canais de venda compatíveis com sua condição (NEONA05). Em outros relatos, surgem dificuldades para desenvolver novos produtos, agregar valor ou estruturar estratégias de escoamento e comercialização.

Também aparece com recorrência a tensão entre dedicação ao sítio e necessidade de manter rendas externas, o que limita tempo e energia disponíveis para consolidação dos projetos. Um entrevistado sintetiza esse desafio como a dificuldade de “dividir a dedicação entre a vida fora e os trabalhos com o sítio” (NEOPI03).

Outra barreira fortemente recorrente é a escassez de mão de obra e dificuldades relacionadas à mecanização e apoio produtivo. Vários entrevistados mencionam dificuldade para encontrar pessoas para trabalhar no campo, limitações físicas do trabalho manual e ausência de maquinários adaptados ao perfil da pequena produção e dos sistemas agroecológicos.

Associado a isso, aparecem referências à carência de sementes, insumos apropriados, tecnologias adequadas e apoio técnico compatível com modelos agroecológicos ou agroflorestais. Em alguns relatos, essa dificuldade é associada também ao envelhecimento rural e à pouca permanência de trabalhadores e jovens no campo.

Também emergem barreiras de infraestrutura e serviços públicos rurais, incluindo:

- precariedade e manutenção de estradas rurais;
- ausência ou fragilidade de coleta de lixo e saneamento;
- dificuldades de transporte;
- sensação de insuficiência de respostas públicas em situações emergenciais;
- e, em um caso, a ausência de escola do campo como fator que afetou diretamente a permanência da família na propriedade (NEOPI12).

Em alguns relatos, essas questões aparecem como limites cotidianos importantes, mais decisivos inclusive do que dificuldades produtivas.

Outro núcleo fortemente recorrente refere-se a barreiras burocráticas e institucionais. Embora vários entrevistados relatem não enfrentar grandes problemas de documentação fundiária, outros mencionam:

- processos de usucapião em andamento;
- dificuldades relacionadas ao CAR;
- problemas de enquadramento fundiário;
- burocracias para emissão de notas e certificações;
- e obstáculos para acessar políticas ou regularizações.

Aparece de forma particularmente relevante a percepção de que certos requisitos institucionais e regulatórios tendem a reproduzir exigências pouco proporcionais à escala da pequena produção. Uma entrevistada menciona explicitamente a dificuldade de cumprir exigências legais pensadas quase nos mesmos moldes para pequena produção artesanal e estruturas de maior porte (NEOPI10).

Também surgem relatos sobre lentidão institucional e baixa capacidade operacional dos órgãos públicos locais. Um caso descreve quase um ano de espera por visita técnica necessária para iniciar processo vinculado ao CAF (NEONA02), associando essa barreira não apenas à burocracia, mas à fragilidade estrutural dos serviços públicos.

Outro eixo importante de dificuldades refere-se a condições de enquadramento e acesso a instrumentos públicos. Reaparece nesta categoria a percepção, já indicada anteriormente, de que produtores com composição híbrida de renda ou pequenas áreas encontram obstáculos de enquadramento, o que afeta inclusive acesso a crédito e documentação rural.

Um caso particularmente expressivo relaciona a ausência de enquadramento fundiário adequado à necessidade de recorrer a linhas de crédito mais caras, fora dos instrumentos voltados à agricultura familiar (NEOPI11).

Também aparecem desafios associados à moradia rural e condições materiais de permanência, especialmente em um caso que reivindica explicitamente programas de moradia rural como necessidade estruturante (NEOPI12).

Para além das dificuldades diretamente vinculadas à unidade produtiva, emergem em diversos relatos preocupações com transformações territoriais mais amplas, especialmente parcelamentos do solo, loteamentos e fragilidade da fiscalização ambiental. Em alguns casos, tais processos aparecem inclusive como a

principal dificuldade apontada, por seus efeitos sobre ambiente, estradas, água e condições futuras de permanência no campo.

Ao lado das barreiras, surgem também referências a oportunidades e estratégias de enfrentamento, como:

- agregação de valor e produção de nicho;
- parcerias entre produtores;
- busca de tecnologias adaptadas;
- diversificação de atividades;
- e procura por formas mais cooperativas de produção e comercialização.

Em síntese, os resultados desta categoria revelam que os desafios para consolidação dos neorrurais no campo não se concentram em uma única dimensão, mas combinam obstáculos econômicos, produtivos, institucionais, infraestruturais e territoriais, frequentemente inter-relacionados.

4.4.i. Projeto de futuro no campo

Os resultados desta categoria indicam que os projetos de futuro dos neorrurais entrevistados se organizam menos como expectativas homogêneas de expansão produtiva e mais como diferentes caminhos de consolidação da permanência no campo, articulando produção, conservação, educação, vida comunitária e busca de autonomia econômica.

4.4.i.1. Futuro como consolidação e aperfeiçoamento do que já existe

Um primeiro conjunto de respostas aponta projetos de futuro voltados menos ao crescimento expansivo e mais ao aperfeiçoamento ou consolidação das iniciativas já construídas.

Em vários relatos aparece a ideia de “crescer só um pouco”, sem romper escalas consideradas compatíveis com a qualidade de vida desejada. Um entrevistado afirma querer “crescer só mais um pouquinho” (NEOJOA04); outro relata desejar ampliar apenas mais uma hospedagem, mas “sem ter um monte de funcionário” (NEOJOA03).

Também aparecem projetos de qualificação produtiva e valorização da produção existente. Um entrevistado projeta alcançar reconhecimento para o café agroflorestal da região: “mostrar para o mundo que a gente tem café de excelência plantado aqui em Nazaré” (NEONA01). Outro expressa o desejo de consolidar a produção orgânica própria e “viver da nossa terrinha” (NEOJOA05).

Em alguns casos, o futuro é descrito como continuidade e aprofundamento do caminho já trilhado. Um entrevistado sintetiza: “continuar o que a gente já faz aqui, porque é um trabalho contínuo, infinito” (NEOPI09).

4.4.i.2. Futuro como diversificação, pluriatividade e multifuncionalidade

Um segundo bloco reúne projetos em que o futuro é pensado pela ampliação de atividades integradas, evidenciando arranjos típicos de pluriatividade e multifuncionalidade.

Aparecem com frequência projetos envolvendo:

- agroturismo e hospedagem;
- turismo pedagógico e ecoturismo;
- educação ambiental;
- beneficiamento e agregação de valor;
- eventos, cursos e vivências;
- produção articulada à prestação de serviços.

Em vários relatos, receber pessoas aparece como vocação do projeto rural. Um entrevistado afirma: “a nossa vocação é receber gente aqui” (NEONA03). Outra entrevistada projeta “receber pessoas em parceria com a natureza” (NEOJOA02). Outro caso propõe ampliar o sítio como espaço educativo para milhares de crianças por ano (NEONA06).

Também aparecem projetos que articulam produção e demonstração. Um entrevistado fala em constituir um espaço “demonstrativo de que uma família camponesa possa viver da sua terra” (NEOPI12).

4.4.i.3. Futuro como regeneração, conservação e experimentação territorial

Um terceiro conjunto de respostas projeta o futuro a partir do fortalecimento de funções ecológicas e experimentação territorial.

Nesse bloco aparecem projetos ligados à:

- multiplicação de sementes e mudas;
- pesquisa aplicada e espaços demonstrativos;
- regeneração da terra e produção de água;
- aprofundamento de práticas agroecológicas e regenerativas.

Um entrevistado afirma desejar compartilhar “essa riqueza de sementes e mudas” e disponibilizar o sítio para estudos e pesquisas (NEOJOA01). Outro

sintetiza seu projeto como “que a terra seja de novo uma floresta e que tenha água” (NEOPI05).

Também aparecem visões em que a unidade produtiva é pensada como espaço de referência territorial ou conservação ativa, mais do que apenas como empreendimento econômico.

4.4.i.4. Futuro como autonomia econômica para viver da terra

Um quarto bloco recorrente é a busca por transição para maior autonomia econômica, reduzindo dependência de rendas externas e viabilizando dedicação mais integral ao campo.

Vários entrevistados expressam esse horizonte de forma explícita:

- “largar o trabalho de São Paulo e viver daqui” (NEOPI07);
- “não precisar tanto sair da propriedade para buscar recursos” (NEOPI02);
- “morar e produzir e viver da terra” (NEOPI12).

Nesse conjunto, o futuro aparece frequentemente associado à construção gradual de condições econômicas para tornar o projeto rural principal fonte de sustento.

Em alguns casos, surgem projetos mais empresariais ou de expansão de nichos especializados, como a intenção de se tornar “o maior distribuidor de ovo orgânico porta a porta da cidade” (NEOPI11).

4.4.i.5. Futuro como construção comunitária e ação coletiva

Um quinto eixo fortemente presente desloca o futuro do plano estritamente individual para horizontes comunitários e coletivos.

Aparecem projetos voltados à criação ou fortalecimento de:

- espaços comunitários;
- escolas e redes educativas;
- associações e movimentos;
- articulações campo-cidade;
- formas coletivas de incidência política.

Um entrevistado descreve como projeto de futuro fortalecer uma escola comunitária construída em rede (NEOPI09). Outro projeta uma escola popular camponesa e um espaço comunitário agroecológico (NEOPI12).

Neste bloco, o futuro não é pensado apenas como consolidação da unidade produtiva, mas como fortalecimento de comunidades rurais e processos organizativos.

4.4.i.6. Condições consideradas necessárias para viabilizar esses futuros

Quando questionados sobre o que fortaleceria esses projetos, aparecem com recorrência demandas por:

- melhores estradas e infraestrutura rural;
- apoio técnico e assistência;
- mecanização e mão de obra;
- crédito e financiamento adequados;
- apoio à comercialização;
- reconhecimento institucional;
- políticas públicas mais proativas;
- e ordenamento territorial capaz de proteger o próprio futuro desses projetos.

Em alguns relatos, o risco maior ao futuro projetado não é interno à unidade produtiva, mas territorial. Um entrevistado afirma: “eu tenho medo da cidade” (NEOJOA04), referindo-se às ameaças do desordenamento urbano sobre o próprio projeto rural.

Em síntese, os resultados desta categoria indicam que os projetos de futuro dos neorrurais articulam múltiplos horizontes -consolidação produtiva, diversificação, regeneração, autonomia econômica e construção comunitária- revelando que a permanência no campo é frequentemente concebida não apenas como projeto individual, mas como projeto territorial.